

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

VINÍCIUS VIANA JUCHEM

**A COBERTURA JORNALÍSTICA DA REVISTA VEJA SOBRE A CRISE POLÍTICA
DE 1992**

São Leopoldo

2013

VINÍCIUS VIANA JUCHEM

**A COBERTURA JORNALÍSTICA DA REVISTA VEJA SOBRE A CRISE POLÍTICA
DE 1992**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
História, pelo Curso de Pós-Graduação em
História da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir

São Leopoldo

2013

J91c Juchem, Vinícius Viana
A cobertura jornalística da Revista Veja sobre a crise política de 1992 / por
Vinícius Viana Juchem. -- São Leopoldo, 2013.

158 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2013.
Orientação: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir, Ciências Humanas.

1.Brasil – Política e governo –1992. 2.Revista Veja. 3.Presidente Fernando
Collor. 4.Jornalismo – Aspectos políticos. 5.Crise política. 6.Imprensa e
Política – Brasil. I.Elmir, Cláudio Pereira. II.Título.

CDU 32(81)“1992”
070:32
328.16

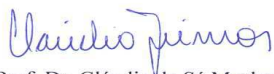
Catálogo na publicação:
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO Nº 04/2013

Avaliação da Dissertação de Mestrado em História de Vinícius Viana Juchem. A banca examinadora – integrada pelos professores doutores Cláudio de Sá Machado Júnior, Eliane Cristina Deckmann Fleck e Marluza Marques Harres - após avaliação do texto escrito da dissertação intitulada “A COBERTURA JORNALÍSTICA DA REVISTA VEJA SOBRE A CRISE POLÍTICA DE 1992”, apresentada por Vinícius Viana Juchem, atribuiu as seguintes notas à primeira etapa da avaliação: professor Cláudio de Sá Machado Júnior – 10,0 (dez vírgula zero), professora Eliane Cristina Deckmann Fleck – 10,0 (dez vírgula zero) e professora Marluza Marques Harres – 9,0 (nove vírgula zero). Às quatorze horas do dia vinte e nove de abril de dois mil e treze, na sala 1A202 da área das Ciências Humanas da UNISINOS, reuniu-se a Comissão de Avaliação para proceder a segunda etapa da avaliação, que corresponde à defesa pública da dissertação. Após a abertura da sessão pelo orientador e presidente da banca, professor doutor Cláudio Pereira Elmir, o candidato fez a apresentação da dissertação e a seguir foi arguido pela Comissão Avaliadora. Concluída a arguição, a sessão foi suspensa para a deliberação da banca quanto ao grau a ser atribuído ao aluno por seu desempenho nesta etapa, que foi o seguinte: professor Cláudio de Sá Machado Júnior – 9,0 (nove vírgula zero), professora Eliane Cristina Deckmann Fleck – 9,0 (nove vírgula zero) e professora Marluza Marques Harres – 10,0 (dez vírgula zero) A nota final é 9,5 (nove vírgula cinco), resultado da média obtida através dos graus atribuídos pela banca examinadora à avaliação do texto, com peso dois no resultado final, e à apresentação da dissertação, com peso um no resultado final. A banca examinadora recomenda a publicação. Face ao conceito final da dissertação obtido pelo mestrando, é conferido a VINÍCIUS VIANA JUCHEM o título acadêmico de MESTRE EM HISTÓRIA pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Para constar, a ata é assinada pelo orientador e membros da banca examinadora. São Leopoldo/RS, em 29 de abril de 2013.




Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir - (Orientador) - UNISINOS



Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Júnior - UFPR - Universidade Federal do Paraná



Profª. Drª. Eliane Cristina Deckmann Fleck - UNISINOS



Profª. Drª. Marluza Marques Harres - UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus queridos pais, a meus amigos e a todos aqueles que, de certa forma, acompanham a elaboração deste trabalho apoiando-me nos momentos difíceis e incentivando-me a continuar em busca do êxito desta jornada.

RESUMO

A crise política que resultou na renúncia de Fernando Collor de Mello do cargo de presidente da República, em 1992, é um acontecimento histórico que causou considerável impacto no meio político e social. O processo de *impeachment* movido foi um fato inédito até então, e os protestos de parte da população que saiu às ruas para pedir o afastamento de Collor marcaram época. Desde a publicação pela revista *Veja* da entrevista em que Pedro Collor, irmão do presidente, o denunciava como beneficiário de um amplo esquema de corrupção arquitetado pelo empresário Paulo César Farias, a imprensa brasileira, com destaque para a citada revista, desempenhou um papel importante ao publicar denúncias de corrupção ou mesmo ao investigá-las. Em vista da relevância de *Veja* no decorrer da cobertura da crise política, ela foi selecionada como a principal fonte da pesquisa. Para análise, foram escolhidas duas seções do periódico – “Carta ao leitor” e a seção assinada pelo humorista Jô Soares – para responder à seguinte indagação: como o discurso de *Veja* repercutiu a crise política e em que medida as referidas seções do periódico a abordam de forma distinta. O recorte temporal inicia com a citada entrevista de Pedro Collor, em maio de 1992, e abrange até a última edição do mesmo ano, quando a crise política foi o assunto principal nas duas seções analisadas. Outras seções, como as reportagens políticas, foram utilizadas de maneira complementar para contextualizar os acontecimentos. O objetivo é contribuir para o conjunto de estudos historiográficos sobre a atuação dos veículos de informação, particularmente no que diz respeito aos períodos de aguda crise política. Espera-se que a dissertação contribua para uma compreensão mais apurada de um capítulo complexo da recente história política brasileira.

Palavras-chave: Crise política. Revista *Veja*. Fernando Collor de Mello.

ABSTRACT

The political crisis which resulted in the renouncement of Fernando Collor de Mello from the republic presidency in 1992 is a historical happening that caused a considerable impact in the social and political environments. The impeachment process was never seen until then, and the populational manifestations that went out on the streets to ask for removal of Collor was a mark in time. Since *Veja's* interview in which Pedro Collor, the president's brother, denounced him as a benefiter of a large corruption scheme that was architected by the entrepreneur Paulo César Farias, brazilian press, with emphasis in the mentioned megazine, it developed an important role when publishing denunciations of corruption or even investigating them. Facing the relevance of *Veja* throughout covering the political crisis, it was selected as the main research source. For analysis, two sections of the periodic were chosen – "Carta ao leitor" (letter to the reader) and the one signed by Jô Soares -- to answer the following question: how has *Veja* speech reverberated in the political crisis and in what measure the referred sections of the periodical approached it some different way. The analysis starts by Pedro Collor's interview, in may of 1992, and encloses until the last edition of the same year, when the political crisis was the main subject in both analysed sections. Others, such as political reports, were used as complementary to contextualize the happenings. The purpose is to contribute for the conjunct of historiographical studies about the way information vehicles act, particularly about political deep crisis. It is expected that this monography contributes for some more acute comprehension of a complex chapter of the recent brazilian political history.

Key words: Political crisis. *Veja* magazine. Fernando Collor de Mello.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O governador de Alagoas protesta em Brasília contra o governo Federal.....	31
Figura 2 – Fernando Collor na Marquês de Sapucaí	32
Figura 3 – A primeira capa de Fernando Collor.....	34
Figura 4 – Fotos na revista Veja sobre Collor	35
Figura 5 – Fernando Collor posa novamente para Veja em Brasília.....	39
Figura 6 – Pannel da propaganda eleitoral pró-Collor de Veja	41
Figura 7 – A imprensa internacional repercute a entrevista de Pedro Collor.....	57
Figura 8 – O humor político de As Cobras.....	59
Figura 9 – Fernando Collor está só.....	64
Figura 10 – A checagem das informações.....	65
Figura 11 – Collor, humor e crise política.....	71
Figura 12 – O "orquestrador" das ameaças contra a Editora Abril	73
Figura 13 – Congresso Nacional em foco	78
Figura 14 – Brasileiros protestam contra Collor	81
Figura 15 – Justiça e patriotismo.....	84
Figura 16 – O Congresso sob ameaça	89
Figura 17 – A solidão presidencial	94
Figura 18 – Capas da revista Veja sobre a ascensão e a queda de Fernando Collor.....	97
Figura 19 – Collor na Biblioteca da Casa da Dinda	100
Figura 20 – O Napoleão brasileiro	105
Figura 21 – Faroeste em Brasília.....	107
Figura 22 – A elite festeja na Casa da Dinda	110
Figura 23 – Fotos do palácio de Buckingham	113
Figura 24 – Os bilhetinhos da crise política	115
Figura 25 – Análise de uma cédula de cem mil cruzeiros	119
Figura 26 – O chá de panela do presidente Collor	121
Figura 27 – Collor na televisão.....	123
Figura 28 – O porco que chafurdava na lama.....	125
Figura 29 – Collor a cavalo	128
Figura 30 – Collor discursa	129

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ANTECEDENTES POLÍTICOS DA CRISE DO IMPEACHMENT DO PRESIDENTE FERNANDO COLLOR E A IMPRENSA (1964-1992).....	16
2.1 O Golpe Militar de 1964 e o Apoio da Imprensa	17
2.2 O Surgimento da Revista Veja e os Obstáculos da Censura	21
2.3 O Movimento Diretas Já, a Eleição Indireta de Tancredo Neves (1985) e o Governo José Sarney (1985-1990).....	24
2.4 O Governador Fernando Collor de Mello e a Revista Veja (1987-1989)	29
2.5 A Cobertura de Veja na Campanha Presidencial de 1989 e o Candidato Fernando Collor	36
2.6 O Presidente Collor (1990-1992) e a Revista Veja.....	43
3 CARTA AO LEITOR: A LINHA EDITORIAL DE VEJA	52
3.1 As Primeiras Impressões da Entrevista de Pedro Collor.....	52
3.2 Revista Veja, Lei de Campanha e Moralidade	61
3.3 A Questão da Apuração das Informações por Parte dos Jornalistas	65
3.4 A Imprensa Sente-se Pressionada	70
3.5 Veja e a Comunidade Jornalística	74
3.6 Uma Parcela da População Protesta nas Ruas Contra Collor	79
3.7 A Reação Governista para Evitar o <i>Impeachment</i>	83
3.8 A Reforma dos Jardins da Casa da Dinda	90
3.9 Às Vésperas do Julgamento de Collor pela Câmara de Deputados.....	93
3.10 Veja Rompe Definitivamente com Collor.....	95
4 JÔ SOARES: HUMOR NA CRISE POLÍTICA DE 1992.....	103
4.1 As Diferentes Facetas do Presidente Collor	104
4.2 Por Trás dos Portões da Casa da Dinda	109
4.3 Bilhetinhos e uma Nota de 100.000 Cruzeiros	114
4.4 A Lista de Presentes do Chá de Panela do Presidente Collor	120
4.5 Interpretando a Defesa do Presidente	122
4.6 Uma Questão de Vocabulário.....	125
4.7 O Destino Incerto de Fernando seções.....	134
5 CONCLUSÃO.....	138
REFERÊNCIAS	144

1 INTRODUÇÃO

Em 2012, completaram-se duas décadas desde que o então presidente da República Fernando Collor de Mello sofreu um processo – inédito até então nos anais da política brasileira – de *impeachment*, que o faria renunciar ao cargo para o qual fora eleito por cerca de 35 milhões de eleitores, no segundo turno da primeira eleição presidencial direta em quase trinta anos, em 1989. Principalmente entre os meses de agosto e setembro de 1992, milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra a corrupção e, conseqüentemente, pedir o afastamento de Collor. Em Brasília, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) investigou indícios de um grande esquema de corrupção que teria sido montado nos bastidores do governo e que, em última instância, favorecia Fernando Collor. Foi, acima de tudo, uma época em que a mídia jornalística interferiu nos acontecimentos de tal forma que influenciou o desfecho da crise política.

Pedro Collor, irmão caçula do presidente, concedeu à revista semanal *Veja* uma polêmica entrevista que causou grande impacto nos meios de comunicação e, conseqüentemente, sobre a população. A manchete da capa da edição de 27 de maio de 1992 não deixava dúvidas a respeito da seriedade do assunto – “Pedro Collor conta tudo” – (PEDRO..., 1992), mas tanto aqueles leitores eventuais de *Veja* que compraram seus exemplares nas bancas quanto aqueles que a assinavam ficaram intrigados com o teor das revelações: além de contar detalhes da vida privada do presidente da República, como o suposto uso de drogas na juventude, o próprio irmão o acusava de ser o principal beneficiário de um amplo esquema de corrupção arquitetado por Paulo César Cavalcanti de Farias (também conhecido como PC Farias), ex-tesoureiro da campanha eleitoral de Collor em 1989. O dinheiro que custeava não somente as despesas pessoais de Collor, mas também as da primeira-dama, Rosane Collor, era depositado por correntistas fantasmas e provinha de PC Farias. (PINTO, L., 1992). Era o início da derradeira crise política da Era Collor.

Em vista da gravidade das denúncias, foi instalada uma CPI para averiguar a veracidade das acusações de Pedro Collor. Em poucos meses, a crise política ganhou grandes proporções diante de uma população estarrecida pelas descobertas da imprensa, principalmente *Veja*, que investigou as relações entre Fernando Collor e PC Farias. Acuado por denúncias que o atingiam pessoalmente, enfraquecido pela debandada de aliados políticos importantes e sem conseguir articular uma defesa que revelasse a origem do dinheiro que custeava suas despesas, Fernando Collor foi alvo de um processo de *impeachment*. Como o relatório final da CPI indicava indícios de uma conduta não condizente com o cargo de

presidente, os trâmites legais indicavam que Collor deveria ser julgado pela Câmara de Deputados e, caso perdesse a votação que poderia arquivar o processo de *impeachment*, pelo Senado Federal. Após perder a votação na Câmara de Deputados, ele foi afastado temporariamente das funções de presidente para esperar pelo julgamento no Senado Federal. Durante esse julgamento, foi apresentada pela defesa de Collor uma carta escrita à mão por ele em que anunciava a renúncia ao cargo. Entretanto, em vez de o julgamento ser suspenso definitivamente, uma vez que havia a vacância do cargo, este prosseguiu, e Collor foi impedido de exercer função pública pelo prazo de oito anos.

No período em que durou a crise política, os veículos de informação repercutiram denúncias contra Collor e, em vista disso, criaram inúmeras possibilidades para os historiadores escolherem um deles como fonte para análise. Publicada ininterruptamente pela Editora Abril desde setembro de 1968, *Veja* era a revista semanal mais vendida¹ no começo dos anos 1990 e possuía como leitores preferenciais a classe média brasileira. Podem ser citados dois motivos para essa escolha: a enorme repercussão da cobertura jornalística e a facilidade da consulta ao material, uma vez que o acervo está disponível na *internet*². Entre as seções, foram escolhidas duas nas quais a crise política foi abordada com frequência: o “Editorial”, que recebe em *Veja* o nome de “Carta ao leitor”, com exceção de uma única vez do período estudado³, e a coluna assinada pelo humorista Jô Soares. O problema de pesquisa consiste em verificar como o discurso de *Veja* repercutiu a crise política e em que medida as referidas seções do periódico a abordam de forma distinta. Devido à dinâmica dos acontecimentos, foram analisadas outras seções da revista, principalmente as reportagens sobre política, para melhorar o entendimento dos eventos que eram tratados nas seções de Jô Soares e “Carta ao leitor”. Foi utilizado como critério para a seleção das seções o fato de se referirem à crise política do governo Collor. O recorte temporal inicia com a entrevista exclusiva que Pedro Collor concedeu à revista e termina na edição de 30 de dezembro, na qual o tema crise política foi abordado pela última vez por Jô Soares e pela “Carta ao leitor”. A presente dissertação propõe-se, então, a contribuir para o conjunto de estudos acadêmicos sobre a recente história política brasileira, não para rememorar acontecimentos do passado,

¹ De acordo com Peres (1998, f. 2), revista *IstoÉ* “[...] não chegou, em nenhum momento, à metade da circulação de *Veja*.” A título de comparação, a última edição de 1992 de *Veja* teve uma tiragem de 787.000 exemplares, enquanto a revista *IstoÉ*, sua principal concorrente, teve, na derradeira edição do mesmo ano, apenas 224.000. (PERES, 1998).

² No *site* <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>, é possível acessar desde o primeiro número de *Veja* até as edições mais recentes.

³ Na edição 1250, de 02 de setembro de 1992, *Veja* publicou o “Editorial” “O presidente deve sair” – no qual defendia que a renúncia do presidente Collor era a melhor saída para o fim da crise política. (O PRESIDENTE DEVE..., 1992a).

mas para lançar-lhes um olhar crítico, à procura do seu significado no respectivo contexto histórico que os originou.

Em virtude da contemporaneidade do tema pesquisado, a dissertação se insere numa ramificação da disciplina de História que ganhou espaço nos meios acadêmicos, especialmente, nas três últimas décadas: a História do Tempo Presente (HTP). Desde seu surgimento, na primeira metade do século XX, a “Escola dos Annales” exerceu certa influência na historiografia mundial, especialmente no Brasil. Uma das contribuições das gerações mais recentes da “Nova História” foi colocar em evidência o tempo presente como objeto legítimo de pesquisa, sendo que, no final da década de 1970, foi criado o “Instituto de História do Tempo Presente”, na França. Conforme Schurster ([2009?]), atualmente “[...] a História do Tempo Presente ainda se encontra num espaço de lutas e debates para se afirmar como uma possibilidade de interpretação da história.” Em vista da proximidade temporal entre o pesquisador e o tema de pesquisa, uma das críticas do meio acadêmico é a de que a falta de objetividade comprometeria os resultados da pesquisa. Entretanto, Chartier defende que o pouco recuo temporal pode beneficiar o pesquisador:

o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história. (CHARTIER, 1993, p. 8 apud SANTOS, J., 2009, p. 11-12).

A questão da objetividade se faz presente em qualquer pesquisa científica, mesmo que esta envolva um recorte temporal distante. Uma pesquisa sobre a Idade Média, por exemplo, exige que o pesquisador realize um exercício mental de imaginar como funcionava aquela sociedade, quais eram os valores vigentes na época, etc. O historiador do tempo presente faz o mesmo, sendo que a diferença reside no fato que ele vive na sociedade analisada e por isso possui uma “base” empírica do funcionamento dessa sociedade. Contudo, é uma realidade que a subjetividade pode intervir com maior força neste caso. No papel de pesquisador, seu olhar não será destituído de criticidade – mesmo tendo em mente a impossibilidade de sublimar a subjetividade, uma vez que, como seres humanos, ela faz parte de nossa natureza. O que se faz necessário é um cuidado redobrado do pesquisador para não afetar sua produção acadêmica em vista de seu posicionamento.

Os eventos que serão analisados são considerados recentes, o que possibilita uma observação: como alguns dos personagens desse importante capítulo da história política

brasileira estão vivos e atuantes na vida pública, como o próprio Fernando Collor, eleito senador pelo Estado de Alagoas, uma das consequências disso é o fato que, nos próximos anos, possam ser revelados pelos envolvidos detalhes que ajudem na melhor compreensão dos acontecimentos. Um acréscimo valioso para os estudiosos do período seria o livro escrito pelo próprio Fernando Collor, intitulado *A Crônica de um Golpe – A versão de quem viveu o fato*. Anunciado desde meados dos anos 90 por Collor, até o presente momento não foi publicado. Ao entender que uma revisão bibliográfica é um elemento essencial para qualquer investigação historiográfica que pretenda alguma visibilidade acadêmica, seguem abaixo comentários críticos sobre algumas obras utilizadas no presente estudo.

A bibliografia sobre Fernando Collor e seu governo conta com duas obras publicadas ainda em 1992: *Os fantasmas da casa da Dinda*, de Luciano Suassuna e Luís Costa Pinto, e *Todos os sócios do presidente*, de Gustavo Krieger, Luiz Antônio Novaes e Tales Faria. Escritos por jornalistas que cobriram as investigações da CPI, os livros são exemplos de jornalismo investigativo, em que os autores procuraram provas para justificar suas acusações contra o presidente e tentar explicar o complexo esquema montado por PC Farias no governo do amigo. (KRIEGER; NOVAES; FARIA, 1992; SUASSUNA; PINTO, 1992). Sucessos de público, os dois livros serviram como sinal de que os brasileiros estavam interessados em saber mais sobre a corrupção no governo e também sobre a vida privada de Fernando Collor. Nesse sentido, destacam-se dois dos livros lançados com poucos meses de distância, em 1993: *Passando a limpo: a trajetória de um farsante*, de Pedro Collor e *Mil dias de solidão: Collor bateu e levou*, de Cláudio Humberto Rosa e Silva.

O livro de Pedro Collor visa a esclarecer com maiores detalhes as razões que o levaram a tomar a decisão de denunciar o irmão presidente da República. Sob o prisma pessoal, a justificativa fora o fato de que Fernando Collor teria tentado destruir o casamento do irmão com Thereza Collor, o qual passava por uma crise, ao tentar seduzir sua esposa. Profissionalmente, o presidente da República teria apoiado a iniciativa de PC Farias de montar uma empresa de comunicação, em Alagoas, para concorrer com a Organização Arnon de Mello⁴, presidida por Pedro Collor. (MELLO, P., 1993). O fato de denunciar irregularidades na gestão do irmão foi a maneira encontrada para não ser prejudicado. Nas páginas do livro, Fernando Collor é apresentado de diversas maneiras: ora como irresponsável (quando presidiu as empresas da família quase as teria levado à falência), usuário de

⁴ De acordo com o *site* da Organização Arnon de Mello - OAM (2013), ela é atualmente “[...] um dos maiores complexos na área das comunicações do Norte-Nordeste do Brasil, composta por Rádios, Emissora de TV, Jornal, instituto de pesquisa, entre outros.”

substâncias ilícitas (teria utilizado cocaína na juventude) e corrupto (por dar seu aval para PC Farias organizar um esquema de corrupção no governo federal). Não são poupados de críticas outros membros da família Collor, tampouco PC Farias – que foi apresentado a Fernando Collor por Pedro – e Cláudio Humberto Rosa e Silva, um dos assessores que foi mais próximo de Collor durante a fase em que foi presidente. (MELLO, P., 1993). Em suma, é uma obra que demonstra, indubitavelmente, o grande ressentimento⁵ de Pedro Collor para com seu irmão.

Quando ocupava o cargo de porta-voz da Presidência da República, Cláudio Humberto Rosa e Silva ficou conhecido pelo lema “Bateu, levou”, ou seja, pela utilização de uma linguagem forte e por vezes ofensiva ao lidar com críticas a Collor ou a seu governo. Pouco tempo antes da entrevista de Pedro Collor para *Veja*, pediu demissão do cargo de porta-voz e recebeu o cargo de adido cultural em Portugal. Com a saída de Collor, voltou ao Brasil e escreveu rapidamente o livro *Mil Dias de Solidão: Collor bateu e levou*, que conta, inclusive, com fatos que Fernando Collor relatou ao seu ex-porta voz em janeiro de 1993. A abordagem de Silva, Cláudio (1993) para discorrer sobre a vida particular e pública de Fernando Collor é diferente da que é apresentada por Pedro Collor em seu livro: ele é descrito como político honesto, carismático e bem intencionado, mas deslumbrado pelo poder e insensível no trato com pessoas íntimas, como a mãe e até os filhos. Na função de presidente da República, é descrito como desinformado, impaciente ao lidar com políticos, tanto com aliados quanto da oposição, mas não corrupto. Já Pedro Collor é retratado como um homem invejoso do sucesso obtido pelo irmão presidente. Não é necessária muita atenção para perceber que Silva, Cláudio (1993) simpatiza com Collor e, por isso, constantemente trata de assuntos mais polêmicos com cuidado para preservar a imagem do ex-presidente.

O jornalista Mario Sergio Conti, que, em 1992, ocupava o cargo de editor da *Veja*, escreveu uma obra que é referência para os estudiosos da Era Collor: *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. Profissional experiente, ele entrevistou dezenas de jornalistas, empresários, políticos, assessores e outras testemunhas para criar uma narrativa fragmentada, mas reveladora, sobre o poder da mídia na política. Em suas páginas, são revelados os bastidores de algumas matérias jornalísticas sobre Collor ao mesmo tempo em que é revelado o jogo de interesses por vezes desconhecido do grande público. A primeira capa de *Veja* dedicada a Fernando Collor, por exemplo, integrava uma série que possuía o objetivo de noticiar novos políticos. (CONTI, 1999). Nesse sentido, ele chamou atenção da revista – e da mídia em geral – por causa de sua campanha de moralização do serviço público alagoano. Ao

⁵ No final de 1994, Pedro Collor faleceu vitimado por um câncer fulminante, em Nova York, sem ter feito as pazes com Fernando Collor. (CONTI, 1999).

mencionar o governo Collor, Conti (1999) é cuidadoso e não critica o posicionamento tímido de *Veja* em apurar denúncias contra Collor quando este ainda era governador de Alagoas, ou no começo do governo, quando *IstoÉ* fez um trabalho de maior vigor ao investigar as ações de PC Farias nos bastidores do governo. Mesmo assim, é um livro dinâmico, que possibilita uma reflexão sobre a responsabilidade dos meios de comunicação na divulgação – ou não – de determinadas notícias.

Dentre a produção acadêmica sobre a Era Collor, o livro *Collor: o ator e suas circunstâncias*, escrito pelo cientista político Carlos Melo, possibilita uma análise detalhada do contexto político, econômico e social do Brasil das últimas décadas do século XX, que serve para contextualizar a ascensão política de Fernando Collor. De acordo com Melo, C. (2007), é um erro afirmar que Collor foi um produto criado pela mídia, tratando-se, sim, de um político que soube utilizá-la para atingir seus objetivos eleitorais e se consolidar no poder. Entretanto, o autor admite que este não conseguiu sucesso quando as denúncias de corrupção o atingiram, e a mídia, de maneira geral, ficou contra ele. Nas páginas do livro, Collor é retratado como uma pessoa carismática e ousada ao jogar com a sorte durante a campanha eleitoral de 1989, mas que fracassou quando teve que mostrar eficiência ao governar o Brasil. A falta de apoio parlamentar é apontada como um dos problemas enfrentados, pois ele era um político pouco flexível ao tratar de acordos políticos. (MELO, C., 2007).

Para abordar o tópico sobre a corrupção, um dos livros utilizados foi *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*, organizado por Keith S. Rosenn e Richard Downes, que reúne ensaios que tratam de maneira explicativa e esclarecedora os rumos tomados pela política brasileira no final do século XX. No capítulo intitulado *A queda de Collor: uma perspectiva histórica*, Thomas Skidmore o define como um político arrogante que não possuía a habilidade de negociação política para garantir que os projetos de seu governo fossem aprovados pelo Congresso. (SKIDMORE, 2000). Além das dificuldades pessoais – que Collor não soube ou não quis superar –, constata-se que o próprio sistema político brasileiro dificulta ao governante conseguir uma base permanente de apoio: o excessivo número de partidos políticos, a falta de fidelidade partidária e as mudanças impostas pela Constituição de 1988 no que tange à relativa perda de poder do Executivo diante do Legislativo são alguns dos argumentos. Já no capítulo de Barbara Geddes e Artur Ribeiro Neto, *Fontes institucionais da corrupção no Brasil*, afirma-se que não é possível medir precisamente a corrupção, mas que indícios apontam para seu aumento. Um exemplo seriam as “taxas de intermediação” cobradas por PC Farias para a contratação de empreiteiras

para a prestação de serviços ao governo Collor, as quais eram muito superiores às que eram exigidas nos governos anteriores. (GEDDES; RIBEIRO NETO, 2000).

Com relação ao tópico sobre discurso, o livro *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*, de Céli Regina Jardim Pinto⁶ traz considerações pertinentes com relação ao conceito de discurso. A proposta é analisar o discurso do presidente Sarney desde a época do lançamento do Plano Cruzado, em 1986, até o momento em que não haviam sido obtidos os resultados desejados quanto à resolução de um dos maiores problemas econômicos dos anos 80: o do aumento da inflação. Para Pinto, C. (1989), a discursividade possui um caráter dinâmico, dotado de constante transformação. Um determinado discurso, para não perder sua força de atração, não deve ficar “parado” no tempo. Muito pelo contrário, precisa estar em plena sintonia com o presente, e não vincular seu sentido somente ao passado que foi responsável por sua origem. É por isso que o discurso de *Veja* sobre Fernando Collor não permaneceu inalterado com o passar do tempo: quer tenha sido como candidato da eleição em 1989 quer como presidente, a mídia cobrou diferentes formas de conduta dele diante da população.

A dissertação de Mestrado em Ciência política de Liege Socorro Albuquerque Peres, *O Período Collor: análise da cobertura das revistas Veja e Isto É de antes da eleição presidencial até o impeachment*, é um exemplo do esforço acadêmico para explicar a rápida popularidade de Collor e sua queda conforme as duas revistas de maior circulação na época. Um aspecto enriquecedor foi o fato de Peres (1998) ter entrevistado Mario Sergio Conti e Mino Carta, respectivamente editores das revistas citadas na época em questão, para contrapor seus pontos de vista acerca dos acontecimentos. A presente dissertação diferencia-se da pesquisa de Peres, no sentido de que seleciona especificamente duas seções para a pesquisa (Jô Soares e “Carta ao Leitor”), enquanto a pesquisadora aborda, majoritariamente, as reportagens publicadas nas duas revistas semanais.

Com relação aos aspectos políticos e mercadológicos que compõem os ramificados e complexos mecanismos que regem o funcionamento da mídia, o livro *Sobre a televisão*, de Pierre Bourdieu, fornece um comentário crítico sobre os rumos que a televisão tomou em meados dos anos 90. As suas reflexões podem ser, até certo ponto, estendidas a outros meios de comunicação, tais como as revistas semanais brasileiras de informação. (BORDIEU, 1997). Baseado em uma palestra transmitida para a televisão em 1997, o texto de Bourdieu

⁶ Apesar de o livro citado não abordar a figura de Fernando Collor, o tema não é estranho à autora: em *Brasil – Eleições presidenciais 89: Collor e Lula na batalha pelo voto*, foram analisados os programas eleitorais do segundo turno da eleição presidencial de 1989. (PINTO, C., 1991).

(1997) fornece subsídios para discussões sérias sobre a mídia, tais como o poder dos jornalistas ao escolher as notícias a serem veiculadas e a grande concorrência entre empresas jornalísticas pela audiência.

A dissertação está dividida da seguinte maneira:

O capítulo intitulado Antecedentes políticos da crise do impeachment do presidente Fernando Collor e a imprensa (1964-1992) tem como recorte temporal inicial o golpe civil-militar de 1964, acontecimento político que marcaria profundamente tanto o cenário político quanto os meios de comunicação. Surgida em 1968, a trajetória da revista *Veja* não pode ser dissociada do contexto da época: a censura aos meios de comunicação, o lento processo de redemocratização que chegaria ao fim em 1985 e o governo Sarney. Por fim, serão enfocadas algumas reportagens sobre Fernando Collor, desde a época que em foi governador de Alagoas, passando pela fase de candidato à presidência até a etapa do seu governo anterior à da entrevista de Pedro Collor.

O objetivo do capítulo “Carta ao leitor: a linha editorial de *Veja*” é analisar especificamente essa seção. Ao total, foram selecionadas 21 seções relacionadas à crise política, perfazendo 33 edições da revista *Veja* publicadas no período estudado. Em um momento político marcado por incertezas acerca da idoneidade do presidente da República, a citada seção merece uma especial atenção porque demonstra a opinião institucional da revista.

Por fim, o capítulo “Jô Soares: humor na crise política de 1992” enfocará as 20 seções do experiente humorista brasileiro Jô Soares referentes à crise política, as quais, com frequência, faziam clara referência ao presidente Collor. Quando utilizado com inteligência, o humor é uma forma muito eficaz de protestar e posicionar-se criticamente com relação aos políticos ou outros indivíduos envolvidos em atividades supostamente ilícitas porque possibilita a catarse do leitor através do riso.

2 ANTECEDENTES POLÍTICOS DA CRISE DO IMPEACHMENT DO PRESIDENTE FERNANDO COLLOR E A IMPRENSA (1964-1992)

O golpe civil-militar de 1964 alterou profundamente os mecanismos que regiam os meandros políticos do Brasil da época. Mais do que destituir João Goulart da presidência da República, o aumento da influência das Forças Armadas nas decisões governamentais se deu no sentido de legitimar seu poder e restringir a ação da oposição. Foi, portanto, um período marcado por arbitrariedades como a cassação de mandatos políticos, torturas, assassinatos e censura aos meios de comunicação. Apesar das dificuldades impostas ao exercício do jornalismo – fosse aquele praticado no telejornalismo, radio-jornalismo ou na imprensa escrita –, foi em 1968 que surgiu a revista semanal *Veja*, publicada pela Editora Abril, a qual se tornaria uma das publicações mais influentes nos anos seguintes ao destacar, em suas páginas, assuntos relacionados à política brasileira.

Os primeiros anos da década de 1970 foram marcados por uma grande popularidade do governo, quer no campo econômico, através do chamado “milagre” brasileiro, quer na esfera política, por meio do sucesso eleitoral do partido identificado com a ditadura, a ARENA. Nessa ocasião, o governo era enaltecido por uma propaganda estatal que também exaltava o patriotismo e a esperança em um futuro melhor para o Brasil. Entretanto, a crise econômica que atingira o mundo na primeira metade dos anos 70 prejudicou a estabilidade do governo. Em 1974, o então presidente Geisel afirmou que a redemocratização seria implementada e ocorreria de maneira “lenta e gradual”. À medida que o governo perdia parte de sua legitimidade diante da população, determinados setores da sociedade civil (como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, setores eclesiásticos e sindicais) evidenciavam que a redemocratização se fazia cada vez mais necessária, apesar da lentidão dos governantes em realizá-la. A imprensa também teve, até certo ponto, a censura abrandada, tendo, então, apoiado a opção da redemocratização por vias legais.

Já a década de 1980 ficou marcada pela grande participação popular¹ em diversas ocasiões: na campanha pelas “Diretas Já”, em 1984, multidões se reuniram para expressar o desejo de eleger o presidente da República seguinte; por ocasião da participação popular, atendendo ao pedido do presidente Sarney, para vigiar e denunciar aumentos indevidos de preços por parte de comerciantes (os chamados “fiscais do Sarney”) na época

¹ Nesse sentido, é pertinente a observação de que, após o surgimento do “movimento dos caras pintadas” (nome pelo qual ficou conhecida a mobilização de uma parcela de jovens que saíram às ruas para pedir a saída de Fernando Collor da presidência), em 1992, a participação da população em questões relacionadas à política nacional diminuiu consideravelmente.

do Plano Cruzado (1986); e, pelo último, o intenso envolvimento político no pleito eleitoral de 1989.

Fernando Collor, o primeiro presidente eleito por via direta em quase 30 anos (na eleição anterior, ocorrida em 1960, o vencedor fora Jânio Quadros), foi responsável por um confisco financeiro, em março de 1990, que causou inúmeros abalos na economia do país. No intuito de combater a inflação, que atingia números alarmantes, o plano econômico fracassou nos meses seguintes e causou frustração generalizada. Em seu curto mandato, marcado por acusações de corrupção aos membros de seu governo, à sua esposa, Rosane, e inclusive ao primeiro mandatário da nação, a relação do governante com a imprensa não deve ser minimizada ou mesmo desprezada, e a revista *Veja* representou, nessa época, um importante veículo, pois acompanhou todo o desenrolar da crise que culminaria no processo de *impeachment* e na consecutiva renúncia do presidente, no final de 1992.

Neste primeiro capítulo da dissertação, serão analisados de forma mais detalhada os citados acontecimentos históricos, que são entendidos como fundamentais na tentativa de explicar o surgimento e a aceitação popular de um político com as características de Collor. O período histórico abrange, em linhas gerais, o regime civil militar brasileiro (1964-1985) e os dois primeiros governos que então lhe sucederam: o da Nova República, liderado por Sarney (1985-1990), e o de Collor de Mello (1990-1992). A cobertura jornalística de *Veja* sobre Fernando Collor foi dividida, para fins de análise, em três períodos distintos, que são representativos de sua carreira política: o em que foi governador de Alagoas; após, quando foi candidato à presidência e, posteriormente, enquanto presidente da República.

2.1 O Golpe Militar de 1964 e o Apoio da Imprensa

O golpe civil-militar ocorrido em 31 de março de 1964 representou o mais longo período da história republicana brasileira em que a população ficou excluída de participar ativamente do processo eleitoral de escolha do presidente da República graças a leis impostas pelo governo federal. Entretanto, não foi a primeira vez que isso aconteceu. Desde 1930, o Brasil sofreu três golpes que interromperam o processo de eleição direta para o cargo de mandatário da nação: a dita Revolução de 30, o golpe que desembocaria na ditadura do Estado Novo (1937-1945) e o já citado golpe de 1964. Nesse sentido, percebe-se que o embate entre diversos personagens e forças políticas resultou numa instabilidade no que tange

ao aperfeiçoamento dos mecanismos que regem a democracia. A trajetória dos partidos políticos, por exemplo, foi extremamente cerceada pelas decisões governamentais que os extinguiram, em 1965, para aglutinar as forças políticas então existentes em tão somente dois partidos: a ARENA e o MDB. Antes de analisarmos as mudanças políticas impostas pelos setores vitoriosos do golpe, convém refletir sobre o significado desse evento para as Forças Armadas. De acordo com Quadrat (2006, p. 128-129),

Desde o princípio o termo ‘revolução’ foi usado pelos militares. Isso indica que essa nova intervenção das Forças Armadas no cenário político brasileiro não seria algo passageiro ou cirúrgico. Existiam pretensões maiores do que ‘apenas’ restabelecer a ordem no país, ainda que no decorrer dos 21 anos de ditadura, segundo alguns militares – inclusive o próprio general Ernesto Geisel –, o governo não tenha conseguido construir algo realmente novo, que é o sentido de uma revolução. Na visão militar, o governo só corrigiu o que estava errado ao afastar a ‘ameaça comunista’ e liquidar a corrupção (o que não ocorreu, conforme comprovam os diversos escândalos financeiros vividos durante a ditadura). Contudo, o termo ‘revolução’ perdurou entre os militares, que até hoje o utilizam, assim como ainda é comum ouvi-lo em conversas sobre 1964.

De imediato, a autoproclamada revolução significou uma maior aproximação ideológica e política do Brasil com uma das superpotências do período pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos (líder do bloco capitalista), a partir da qual, constatou-se o decorrente repúdio aos preceitos comunistas representados pela URSS. A saída de João Goulart da presidência da República significou a ruptura com a experiência democrática reinaugurada no final de 1945, após o término da ditadura do Estado Novo, com a destituição de Vargas do poder. A ascensão dos militares em 1964 não representou a substituição radical das instituições políticas, as quais foram adaptadas para o exercício mais confortável do poder pelos militares². Uma importante mudança foi a suspensão da eleição direta para a presidência da República, uma vez que o direito foi delegado ao Congresso Nacional – que, com exceção de pequenos períodos de interrupção, permaneceu em funcionamento.

A intervenção das Forças Armadas foi vista de forma positiva pelos mais influentes órgãos de imprensa da época (*Diários Associados*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo*), representando uma solitária voz dissonante de apoio ao

² Entretanto, em junho de 1964, foi criado pelo governo o Serviço Nacional de Informações (SNI). Eram produzidos, entre outras coisas, “[...] relatórios que analisavam o funcionamento e atividades das lideranças das Igrejas, dos sindicatos, das entidades estudantis, da imprensa e dos movimentos sociais.” (BRASIL, 2007). A extinção oficial do SNI foi uma das primeiras medidas tomadas por Fernando Collor ao assumir a presidência, em 1990.

presidente Goulart o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer³. Para Abreu (2006), uma característica da imprensa brasileira dos anos 60 era o apoio a determinados partidos, ainda que o jornal não fosse financiado especificamente por alguma agremiação. *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, por exemplo, defendiam a UDN (União Democrática Nacional). Um dos políticos filiados a esse partido era uma figura de relevo no período: o jornalista Carlos Lacerda. Em 1954, ele teve um papel destacado na crise política que levaria ao suicídio de Getúlio Vargas. O jornal ao qual era vinculado, *Tribuna de Imprensa*, criticava abertamente os rumos do governo do presidente Goulart. De acordo com Delgado (2006), Lacerda surgiu na imprensa após o golpe como uma das lideranças civis, mesmo que negasse ter participado diretamente da conspiração. Delgado (2006, p. 135) afirma que o

[...] discurso golpista foi fortemente defendido e fomentado por Carlos Lacerda em seu jornal (e em vários outros órgãos de imprensa) e durante sua atuação política, influenciando e apresentando-o à opinião pública brasileira, sobretudo junto à classe média que sempre se portava temerosa em relação a qualquer movimentação radical de esquerda no Brasil. Essa atuação fez com que parte da sociedade brasileira encarasse a democracia vigente como algo ainda não consolidado, ou insuficiente para ‘limpar’ o Brasil de qualquer ameaça que colocasse em risco o ‘bom caminho’, que Carlos Lacerda e seus partidários traçavam e acreditavam como ideal.

Segundo Abreu (2006), a imprensa brasileira também se utilizou do medo do comunismo como uma forte justificativa para derrubar Goulart. Como parte do processo de convencimento público, a imprensa divulgou “[...] notícias sobre a existência de um caos administrativo e participou, em seguida, da divulgação da idéia de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem mediante uma ‘intervenção militar.’” (ABREU, 2006, p. 108). Já Romancini e Lago (2007, p. 119-120) apontam que o golpe de 1964 contou com o apoio de “[...] setores das classes médias e grupos conservadores preocupados com os rumos esquerdizantes do governo João Goulart e com os problemas econômico-financeiros do país (inflação, dívida pública)”. A classe média temia, portanto, que fosse instaurado um governo de esquerda ou mesmo implantada uma República dita sindicalista. Por isso, queriam acabar politicamente com Goulart, o PTB e os resquícios do varguismo. O apoio ao golpe serviu para legitimar um governo militar que durasse pouco tempo e que fizesse retornar o

³ Samuel Wainer sabia utilizar contatos políticos para beneficiar sua carreira jornalística, de acordo com Mendonça (2008): “Samuel Wainer não hesitaria em se valer da proximidade com os membros do novo governo para realizar o sonho de todo repórter, que é conseguir editar o próprio jornal. Por seu turno, Vargas, cuja base de sustentação política era frágil, precisava contar com o apoio popular, o que seria mais fácil se pudesse obter uma divulgação favorável à sua administração, neutralizando, assim, a oposição da grande imprensa ao seu retorno à Presidência. A *Última Hora* nascia, portanto, da confluência dos interesses pessoais de Samuel Wainer com as necessidades de ampliação das bases de apoio do novo governo”.

poder para os políticos civis. Nos anos seguintes, a realidade demonstraria que a maior parte dos militares não compartilhava dessa ideia. Tal atitude atrapalhou os planos políticos de Carlos Lacerda, que possuía aspirações de se candidatar ao cargo de presidente da República na eleição seguinte. Em 1968, Lacerda teve os direitos políticos cassados pelo AI-5.

Mas qual foi a posição de setores organizados da sociedade diante do golpe de 1964? Rollemberg (2010) afirma que, ao analisar as Atas de reuniões ordinárias e extraordinárias e do Boletim do Conselho Administrativo da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), observou que esta não havia apoiado formalmente o golpe de 64 e que a liberdade de imprensa era um dos temas em pauta. Já a OAB (Organização dos Advogados do Brasil) apoiou, de forma unânime, o golpe de 1964. Durante o governo militar, tanto a OAB quanto a ABI se engajaram na luta pela redemocratização do Brasil. Uma consequência da importância da última entidade em questões da política nacional deu-se em 1992, quando o então presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, foi escolhido para ser o primeiro cidadão a assinar o pedido de *impeachment* do presidente Collor.

Uma característica marcante do período da ditadura foi a hipertrofia do Executivo. Sob vigência do primeiro Ato Institucional (AI-I), o presidente da República enviava ao Congresso projetos de lei que deveriam ser votados pela Câmara e pelo Senado no prazo de trinta dias. Se o prazo expirasse, o que acontecia frequentemente, estes seriam considerados aprovados pelo Executivo. Como a imunidade parlamentar havia sido suspensa, inúmeros políticos tiveram seus direitos políticos interrompidos, tais como Leonel Brizola, Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, Jânio Quadros, e João Goulart. Já o AI-II (lançado em outubro de 1967) teve como principal medida a instituição do bipartidarismo, representado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Na primeira eleição disputada após o golpe, a ARENA conseguiu maioria no Congresso Nacional. Quando o governo militar baixou o AI-III, a participação dos brasileiros nas eleições diretas foi novamente restringida: os governadores dos Estados, a partir de então, também seriam escolhidos pelo Congresso. O MDB recusou-se a participar da primeira eleição indireta para a Presidência. A consequência foi que a ARENA elegeu seu candidato, o general Artur da Costa e Silva. Nessa época, o governo era duramente criticado por estudantes, artistas, políticos, intelectuais, padres. Em vista da crescente oposição, o governo decidiu aumentar ainda mais o caráter autoritário de seu poder ao decretar o AI-5 (1968-1978). Para Rollemberg (2006, p. 142),

O AI-5 é lembrado como um divisor de águas: a partir de então os militares definiam-se, optavam pela permanência no poder por tempo indeterminado, frustrando inclusive políticos civis que os haviam apoiado na expectativa de retomada da via institucional, após as cassações dos trabalhistas, socialistas, comunistas, nacionalistas e liberais partidários das reformas. O ‘golpe dentro do golpe’ foi uma expressão muito citada para se referir ao AI-5, à vitória dos militares da chamada ‘linha dura’, a favor da permanência no poder, em relação aos da ‘linha branda’, defensores da intervenção militar apenas como recurso para garantir a ordem, com o retorno aos quartéis a curto prazo.

A consequência imediata desse instrumento discricionário foi o fechamento do Congresso e o aumento do poder do Executivo, que, a partir de então, poderia, inclusive, legislar. A censura viveu nesse período seu auge: filmes nacionais e estrangeiros, músicas, peças de teatro, programas de televisão, jornais e revistas tinham seu conteúdo analisado e autorizado (ou não) antes de sua divulgação. Um ataque contra as liberdades individuais foi a possibilidade de um cidadão ser preso mesmo que não houvesse provas de sua culpabilidade, pois o *habeas corpus* havia sido revogado⁴. A partir daí, a censura aos meios de comunicação – até então moderadamente livres – seria rígida. Foi nesse complexo contexto político que surgiu a revista *Veja*.

2.2 O Surgimento da Revista Veja e os Obstáculos da Censura

Conforme Almeida (2009, p. 23), o projeto de publicação de uma revista de informação pela Editora Abril data do início da década de 1960. No entanto, o delicado quadro político da época que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros da presidência adiou temporariamente o projeto. A ideia era que a nova publicação tivesse como modelo as revistas ilustradas publicadas nos Estados Unidos, *Look* e *Life*, que tratavam de diversos temas em uma edição. No momento da publicação de *Veja*, as revistas de grande sucesso⁵ de público (*Cruzeiro* e *Manchete*) faziam uso abundante de fotografias. A proposta não era excluí-las, mas limitar o seu uso nas páginas do novo periódico. *Veja* proporcionaria um tratamento especial para o texto em detrimento das fotografias.

Mesmo após a instauração do regime militar em 1964, Victor Civita, proprietário da

⁴ Conforme Rollemberg (2006, p. 145), o *habeas corpus* “[...] era a garantia de que o preso não seria mantido em lugar ignorado e o advogado teria acesso a ele. O fim do direito para os acusados de crimes contra a segurança nacional foi o sinal aberto para ‘desaparecimentos’, assassinatos e torturas.”

⁵ A revista *Cruzeiro* foi publicada pela primeira vez em 1928 e representa um marco do jornalismo de revista no Brasil. Foi publicada até 1975. (NASCIMENTO, 2002). Já a revista *Manchete*, lançada em 1952 por Adolpho Bloch, “[...] alcançou popularidade com reportagens históricas, como a dedicada à inauguração de Brasília, em 1960”. (NASCIMENTO, 2002, p. 17). O periódico foi publicado até o começo dos anos 90, época marcada pelo declínio do grupo Bloch.

Editora Abril, mantivera sua decisão de publicar sua revista semanal de informação. A primeira edição de *Veja*, com tiragem de 700 mil exemplares com páginas em cores e outras em preto e branco, foi lançada em 11 de setembro de 1968, três meses antes da promulgação do AI-5 (em 13 de dezembro de 1968). (ALMEIDA, 2009). Apesar do grande investimento em propaganda, as vendas passaram a cair nas edições seguintes, registrando-se também um decréscimo do número de anunciantes. O *marketing* realizado para vender *Veja* “[...] deu a entender que vinha uma revista semanal ilustrada concorrente da *Manchete* e não uma semanal de informação. [...] O leitor brasileiro estava acostumado com revistas ilustradas, que viviam seu auge. Eram mais observadores do que leitores.” (ALMEIDA, 2009, p. 38-39, grifo do autor). Nas semanas seguintes, a revista começou a ter a sua existência posta em risco.

O fato de *Veja* ter se tornado um sucesso comercial deve-se à obstinação do empresário Victor Civita e de seu filho, Roberto, que não desistiram da revista na qual haviam investido grande soma de capital e que acreditavam ser possível conquistar anunciantes e um público leitor fiel. Conforme Conti (1999), quando a revista esteve perto da falência, surgiu a ideia de vender assinaturas – uma vez que as vendas nas bancas eram consideradas insatisfatórias. Entretanto, seria necessário contornar outro obstáculo: quando uma revista vendia assinaturas, os donos ou controladores das bancas de revistas, em São Paulo e Rio de Janeiro, revidavam escondendo-as atrás de sua rival. Era uma forma de protesto porque estavam tendo seus lucros diminuídos com as assinaturas. Para evitar essa prática, Roberto Civita organizou duas reuniões com os revisteiros para expor o ponto de vista da Editora Abril: “Explicou então que *Veja* era a sua revista preferida, a menina dos olhos de seu pai, Victor, e da Abril. [...] Se a venda de assinaturas não a salvasse, fecharia a revista.” (CONTI, 1999, p. 78). Conforme o acordo, a Editora Abril não permitiu que fossem vendidas assinaturas de outras revistas em um período de dez anos. O resultado foi que *Veja* conseguiu vender assinaturas para o público de cursinhos universitários e universidades – o que representou a sua sobrevivência. (CONTI, 1999). Outro aspecto que ajudou *Veja* a alcançar sucesso foi

[...] a descoberta do eixo da revista e da maneira de escrever as matérias. Foi quando aconteceu a reforma editorial, com destaque para a cobertura política. Todas as outras alterações e resultados foram consequência dessa virada jornalística. [...] *Veja* descobriu seu caráter nacional com a cobertura política. Buscaria o furo, teria que ser corajosa e independente. Daria o sentido dos acontecimentos e, com isso, encontrou a fórmula da revista semanal de informação brasileira. (ALMEIDA, 2009, p. 51).

No entanto, um obstáculo se fazia presente: o imenso poder da censura⁶, principalmente em assuntos que envolvessem a política brasileira. Assim como outros veículos de informação, *Veja* sofreu a ação rigorosa da censura durante o regime militar. Conforme Rabaça e Guimarães (1995, p. 120), a censura pode ser considerada a

Ação de proibir, no todo ou em parte, uma publicação ou representação. Supressão deliberada de determinado material de comunicação, do fluxo normal de informação, de forma a influir na opinião e na ação do público ao qual se dirige a mensagem. Política de restrição da expressão pública de ideias, opiniões, sentimentos e impulsos que têm, ou se supõe terem capacidade para abalar a autoridade do governo ou a ordem social e moral que esta mesma autoridade se considera disposta a proteger.

Tendo recebido orientações⁷ sobre assuntos que deveriam ser evitados, cabia aos jornalistas julgarem se o material produzido poderia causar problemas após a publicação. Para Almeida (2009, p. 87-88), “Entre 1969 e 1978, a imprensa brasileira recebeu mais de 500 proibições: não podia falar que as Forças Armadas estavam divididas, nem de subversão, torturas, violências policiais e casos de corrupção, dentre outros assuntos”. Nos períodos em que a censura foi prévia, a responsabilidade da publicação ou não cabia ao veículo de informação. Como uma empresa que visava ao lucro, a Editora Abril preocupava-se com a possibilidade da apreensão das revistas já impressas – o que significaria prejuízo financeiro. Contudo, nem sempre os interesses econômicos sobrepuseram-se a um trabalho jornalístico mais crítico, que poderia causar problemas com o governo federal. A capa da edição n. 15, de 18 de dezembro de 1968, por exemplo, trouxe uma foto do então ministro da Guerra, Costa e Silva, sentado sozinho no Plenário da Câmara de Deputados. (VEJA..., 1968). O resultado foi que a revista foi em parte apreendida. Quase um ano depois, a revista novamente publicou uma capa provocativa: a edição de 03 de dezembro de 1969 trouxe, em caixa alta, a afirmação “O PRESIDENTE NÃO ADMITE MAIS TORTURAS”. (O PRESIDENTE NÃO..., 1969). A

⁶ A censura em *Veja* não seguiu constante durante o período de 1968 -1978. De setembro de 1968 até dezembro de 1971, a censura foi branca, ou seja, conforme Gazzoti (1998 apud ALMEIDA, 2009, p. 314) eram “[...] comunicados e telefonemas do governo federal informando assuntos que não deveriam ser divulgados”. Já, entre janeiro e setembro de 1972, a censura tornou-se prévia. Após um curto período de censura branca (outubro de 1972 a fevereiro de 1973), as notícias sobre a sucessão presidencial foram alvo de censura prévia. De fevereiro de 1974 a março do mesmo ano, a censura prévia foi total. Após somente um mês de censura branca (abril de 1974), a censura prévia vigorou até maio de 1976. Em junho do mesmo ano, a censura chegaria ao fim em *Veja*.

⁷ Segundo Kushnir (2004, p. 23, grifo do autor), os censores eram “[...] sempre executores de medidas, nunca os seus formuladores. Verdadeiros *cães de guarda*, durante a vigência da censura prévia, ligavam para as redações dos jornais do país para instruir o coibido.” Nesse sentido, o governo era muito eficaz em fiscalizar o trabalho dos jornalistas e contava com um órgão específico para isso: o Sigab (Serviço de Informação do Gabinete). Conforme Almeida (2009, p. 89), “[...] foi um órgão não encontrado na estrutura federal, mas que, subordinado ao gabinete do ministro da justiça, realizou a censura à imprensa escrita.”

edição seguinte, que contou com a participação de diferentes sucursais e colaboradores para ser escrita, foi ainda mais direta com relação ao tema. Publicada em 10 de dezembro de 1969, a reportagem de capa trazia uma ilustração de torturas da Idade Média e, em caixa alta, a palavra TORTURAS. (TORTURAS..., 1969). Conforme Pereira (2005, p. 67-68, grifo do autor), então editor da seção de Política de *Veja*,

Enquanto a semana corria e a reportagem estava sendo feita, os militares proibiram o assunto. Esqueceram, no entanto, de avisar a Veja. Mino Carta, o diretor da revista, num lance de audácia, se aproveitou do esquecimento deles e mandou desligar os telefones da redação, para que não fôssemos avisados de qualquer modo.

A publicação dessa reportagem causou a substituição do jornalista Raimundo Pereira por Elio Gaspari na seção de Política. Além disso, “[...] por imposição do governo, para se redimir, a revista em um número seguinte entrevistou o senador Filinto Müller, que narrou o pitoresco do seu jardim de flores.” (KUSHNIR, 2004, p. 45). Percebe-se a existência de uma espécie de “espaço de negociação” entre os donos das empresas de comunicação e o governo federal, pois era um risco para os negócios contrariar sistematicamente a censura. Por vezes, como ocorreu nesse caso, foi o órgão de imprensa que publicou o que o governo quis, por vontade própria.

2.3 O Movimento Diretas Já, a Eleição Indireta de Tancredo Neves (1985) e o Governo José Sarney (1985-1990)

Uma das principais características partidárias do Brasil, durante a maior parte do regime civil-militar, foi o bipartidarismo, representado pela ARENA (governo) e pelo MDB (oposição), como já mencionamos anteriormente. O desempenho do governo nas eleições dependia, de certa forma, de seus méritos na administração pública. O último presidente militar, João Figueiredo (1979-1985), dera prosseguimento ao lento e gradual processo de abertura política, ao conceder a anistia aos exilados políticos ainda no início de seu mandato. O regime civil-militar ia sendo desmontado lentamente, mas os militares contavam com uma estratégia para não perder o controle da situação política do Brasil: preocupado com o avanço da oposição, o governo fragmentou a oposição em inúmeros partidos. Era o fim do bipartidarismo. Com a reforma partidária de 1979, o partido governista foi rebatizado de Partido Democrático Social (PDS), enquanto o MDB acrescentou o P em sua sigla. Com a anistia, Leonel Brizola voltou ao Brasil disposto a continuar na política. Disputou com Ivete Vargas no STF (Supremo Tribunal Federal) pelo direito de utilizar a sigla PTB, partido

fundado por Getúlio Vargas, mas não foi bem sucedido. Decidiu, então, fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Além desses partidos, surgiram também o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PP (Partido Popular). Esse último, um partido montado por políticos oriundos da ARENA e moderados do MDB, contava com a liderança de Tancredo Neves – que desempenharia um papel fundamental nos acontecimentos políticos dos anos seguintes.

Decididos a dificultar as chances de vitória dos partidos de oposição, em 1981, foram criadas novas leis eleitorais. Os eleitores poderiam votar somente em um partido, os quais não poderiam criar coalizões nas eleições para governadores. Devido a essas mudanças, o PP fundiu-se ao PMDB. Nas eleições de 1982 para governadores, deputados estaduais e federais e senadores, o governo perdeu em três Estados importantes: em São Paulo (que elegeu Franco Montoro), no Rio de Janeiro (com a eleição de Leonel Brizola) e em Minas Gerais (com a vitória de Tancredo Neves). Apesar disso, o PDS ganhou maioria no Senado e na Câmara. Entretanto, uma incógnita persistia: quando e como seria realizada a eleição para a sucessão do presidente Figueiredo?

Do ponto de vista político e social, os anos 80 seriam lembrados como um período marcado pela esperança⁸ de mudanças sociais, políticas e econômicas. Um ano antes do término oficial da ditadura, a população brasileira expressou seu descontentamento participando ativamente de uma campanha que colocou em evidência a questão da realização de uma eleição direta para a escolha do presidente da República seguinte. Entre os meses de janeiro e abril de 1984, o movimento político e social denominado “Diretas Já” uniu a oposição ao regime militar, que contava não só com figuras públicas como Lula, Leonel Brizola, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães (que ficaria conhecido pela alcunha de “Senhor Diretas”), Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, como também com apoio considerável dos meios de comunicação⁹. Contudo, o sucesso da campanha das “Diretas Já”

⁸ No fac-símile de um panfleto que convidava a população para mobilização na Praça da Sé, em janeiro de 1984, reproduzido no livro *O regime militar brasileiro (1964-1985)*, de Marcos Napolitano, ficam explícitas as grandes responsabilidades depositadas na figura do presidente seguinte: “A vitória sobre a dívida externa, custo de vida, o desemprego, a corrupção e a violência passa pelas eleições diretas. Só um presidente eleito pelo povo, com a força do voto popular, poderá realizar as mudanças que o Brasil inteiro exige.” (NAPOLITANO, 1998, p. 95) Apesar da decepção com o fracasso do movimento “Diretas Já”, da morte de Tancredo Neves e do mal sucedido governo Sarney, a esperança depositada em um presidente eleito pelo povo para “mudar” o Brasil continuaria viva no pleito presidencial de 1989, no qual Fernando Collor sagrou-se vencedor.

⁹ Se, por um lado, alguns posicionamentos de *Veja* no período da ditadura militar são percebidos hoje de maneira crítica como uma forma de oposição ao governo, a revista também foi alvo de críticas no meio acadêmico. Conforme pesquisa realizada em exemplares publicados de meados de 1982 a janeiro de 1985, Zen (2011, p. 139) afirma que “*Veja* sempre se posicionou no sentido de mostrar os limites democráticos seja descaracterizando a esquerda, seja construindo uma alternativa viável para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Paulo Maluf, seu antigo ‘candidato forte’ virou sinônimo de ‘corrupção e incompetência’ e a Frente Liberal a solução de todos os problemas do país.” Seria, então, uma espécie de conciliação entre as elites, uma vez que faziam parte da Frente Liberal políticos saídos do PDS e PMDB.

não dependia somente do desejo da população, mas de uma decisão política da maioria do Congresso Nacional. O deputado federal Dante de Oliveira propôs uma emenda constitucional que restabelecia eleições diretas para a presidência. Para enorme frustração nacional, a emenda foi rejeitada. A consequência direta foi que o substituto do presidente João Figueiredo seria escolhido ainda por via indireta, ou seja, pelo Congresso. De acordo com Oliveira (1994, p. 195, grifo do autor),

No final da *abertura política*, o regime militar é derrotado no seu reduto institucional após o grande encontro da sociedade civil consigo mesma que foi o movimento das *Diretas Já*. O rito (a eleição indireta) e a instituição (o Colégio Eleitoral) legitimadores do regime militar foram empolgados pela maior parte das forças de oposição, agora não mais para simplesmente protestar (como fizera o Movimento Democrático Brasileiro através da antecandidatura presidencial do deputado Ulysses Guimarães em 1973-1974), mas para disputar o poder. Portanto, um ponto também relevante é a derrota do candidato do que restava do regime militar (Paulo Maluf, ainda que contra a vontade do setor dominante no aparelho militar) na eleição que conduziu Tancredo Neves à Presidência.

Tancredo Neves era um político experiente, cujo discurso conciliador mostrava-se particularmente adequado ao momento de transição de um regime autoritário para um democrático. Seu nome foi, portanto, escolhido pelo PMDB para concorrer à presidência. Já no PDS, a escolha de Paulo Maluf foi desaprovada por inúmeros políticos, que, inclusive, chegaram a deixar o partido, como, por exemplo José Sarney (ex-presidente da ARENA). Criou-se, então, o embrião que originaria o Partido da Frente Liberal (PFL) pouco tempo depois. De grande habilidade política, Tancredo Neves entrou em acordo com a Frente Liberal para, assim, angariar mais votos à sua candidatura, e indicou Sarney como vice-presidente em sua chapa. A estratégia foi bem sucedida: Maluf perdeu a eleição, mas Tancredo Neves nunca assumiu o cargo. A posse, marcada para 15 de março de 1985, tornou-se um evento dramático em vista da internação repentina do presidente eleito, na véspera de sua investidura, em um hospital de Brasília. Após vários dias de expectativa por parte dos brasileiros, Tancredo Neves faleceu. Em seu lugar, havia assumido o vice-presidente eleito, José Sarney, naquele momento, em caráter permanente.

No artigo *São Tancredo*, Douglas Attila Marcelino analisou uma edição especial do Jornal Nacional, com duração de quatro horas, que fora transmitida no mesmo dia em que foi anunciada a morte de Tancredo Neves. O conteúdo do programa apoiava a democracia, que renascia com a Nova República, mas também não deixava de ser uma mudança estratégica da Rede Globo, cujo apoio aos militares era de conhecimento público. De acordo com Marcelino (2010), a morte de

Tancredo Neves colocou em risco a abertura política, uma vez que havia a possibilidade de os militares não entregarem o poder aos civis. Uma das consequências foi que os meios de comunicação abordaram a figura de Tancredo¹⁰ por um viés patriótico, “[...] representado frequentemente como o único responsável pela transição para a democracia.” (MARCELINO, 2010). Mesmo não tendo assumido o cargo de presidente, a figura pública de Tancredo Neves manteve-se viva na memória dos brasileiros como uma fagulha de esperança – e também decepção – em vista de seu falecimento. Entretanto, sua imagem ainda seria explorada no governo Sarney.

No artigo *O presidente e a democracia: o passado de José Sarney em IstoÉ e Veja*, Rafael Fortes empreendeu uma pesquisa em dois veículos de informação brasileiros, por meio da qual visou apontar como o discurso de ambos os periódicos havia apresentado a figura de José Sarney na época de lançamento do Plano Cruzado em 1986, uma das tentativas do governo de combater os problemas econômicos da época. (FORTES, 2006). É possível apontar dois aspectos importantes:

Primeiro, através da glorificação do passado recente – seja da figura de Tancredo, seja do movimento a favor das Diretas-Já (contra o qual José Sarney atuou, é sempre bom lembrar). Segundo, alçando Sarney à posição de *herdeiro legítimo* da política e dos ideais de Tancredo Neves e considerando a atuação da população em defesa do Plano Cruzado uma herança direta da mobilização popular da campanha pelas diretas. Duas lembranças: a primeira, de um momento de disputas e indecisão, em que Tancredo emergiu como salvador da pátria; a segunda, do movimento-símbolo da participação política depois de duas décadas de ditadura civil-militar. (FORTES, 2006, p. 13, grifo do autor).

Desde que havia tomado posse, Sarney não havia apresentado proposta econômica para conter a inflação. Politicamente, o governo sofria inúmeras disputas partidárias, além de denúncias de favorecimento de pessoas ligadas a membros do governo e grupos econômicos. A imagem do presidente, ligado ao governo militar, carecia de autoridade. No mês de fevereiro de 1986, a inflação alcançou 22,4%. Era necessário que o governo tomasse uma atitude e tentasse reconstruir a confiança dos brasileiros. No mesmo mês, foi lançado o Plano Cruzado, o primeiro plano econômico elaborado pelo governo Sarney para conter a inflação.

¹⁰ Assinada por Victor Civita, a seção “Carta do editor” da revista *Veja* de 01 de maio de 1985 expressou o significado da perda de Tancredo Neves: “Estes são dias de profunda tristeza. Ao longo de nossa história, poucos indivíduos terão deixado um vazio tão grande ao morrer quanto Tancredo Neves, ponto central para o qual convergia toda a teia de entendimentos, explícitos ou não, que permitiriam ao país realizar uma das mais brilhantes transições democráticas de sua existência. Tancredo era um destes casos clássicos de homem providencial, às vezes indispensável, que toda a grande nação – em busca de união e do entendimento – encontra num determinado momento de sua trajetória. Dizer isso não significa santificar Tancredo, que, como todos os homens e políticos, tinha defeitos. O que é importante é que suas qualidades calhavam ser as mais necessárias e úteis para a vida brasileira. [...]” (CIVITA, V., 1985, p. 19).

Para Averbug (2005), o governo verificou inúmeras variáveis antes de decretar o plano econômico: não havia sinais de que a agricultura pudesse chegar ao desabastecimento; as reservas de divisas estavam em um bom patamar; com base nos dados favoráveis dos anos anteriores, poderia se supor que, se o plano causasse algum efeito estagnante na economia, não causaria danos que barrassem seu gradual desenvolvimento. Os resultados da economia brasileira, nos meses seguintes ao da implantação do Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986, foram impressionantes. Amplamente apoiado pela população, o plano possibilitou a José Sarney os maiores índices de popularidade de todo seu governo. Instalou-se, em todo o território nacional, a esperança em dias melhores com a Nova República. Nos meses seguintes, a inflação foi tornando-se cada vez mais baixa, atingindo 0,3% em maio daquele ano. Na opinião de Averbug (2005, p. 236), o Plano Cruzado

[...] criou excepcionais condições receptivas a uma política de desenvolvimento compatível com as expectativas despertadas pela redemocratização. Contudo, essa oportunidade não foi aproveitada, prevalecendo a sensação de que o processo esteve circunscrito à esfera das medidas de caráter preliminar. Tampouco foram enfrentadas todas as causas da inflação, mas sim eliminado um fator inercial de aumento de preços e contidos certos realimentadores do processo. Portanto, a inflação não poderia ter sido considerada vencida. Houve apenas uma trégua, durante a qual caberia calibrar melhor a localização dos alvos e partir para o combate decisivo.

Não seria com o Plano Cruzado que os brasileiros se veriam livres da crise inflacionária. Tampouco aconteceria no governo Sarney. Em vista das eleições de 1986, o PMDB não fez alterações no Plano enquanto era tempo, esperando colher nas urnas um resultado satisfatório. Essa jogada política tornou o PMDB o partido mais poderoso do Brasil na época, pois elegeu 22 governadores, com exceção de Sergipe, além de obter a maioria de cadeiras do Congresso – que viria a elaborar a nova Constituição. Logo depois, as alterações no Plano foram executadas, mas era tarde demais. Seguiram mais duas equipes econômicas responsáveis por mais dois planos econômicos de estabilização, que também fracassaram. Em 1987, o Brasil declarou moratória, ou seja, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prorrogou o prazo para o pagamento da dívida.

Outro acontecimento que marcaria a passagem de Sarney pela presidência foi o da promulgação Nova Constituição do Brasil. Os trabalhos da Assembleia Constituinte, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, começaram em março de 1987. O objetivo era formular instrumentos democráticos que sustentariam o novo regime civil. O PMDB e o PFL tinham maioria parlamentar absoluta na Constituinte – exatamente os partidos que davam sustentação

ao governo Sarney – seguidos do PDS, enquanto o PT ocupava um número reduzido de cadeiras. Durante os trabalhos, surgiu a discussão sobre a duração do mandato de Sarney, que, inicialmente, iria até 1991. Em um primeiro momento, a proposta era marcar para 1988 a eleição direta presidente. Sarney pretendia se manter no poder até 1990 e, para conseguir apoio parlamentar, disseminou a prática de concessões de redes de rádio e televisão, sem contar com as denúncias que passaram a ser veiculadas pela imprensa. Além disso, a Nova Constituição previa eleição direta para presidente para 1989, quando o candidato precisaria obter, no primeiro turno, mais de 50% do total dos votos válidos. Se não atingisse esse percentual, seria disputado um segundo turno de votações.

2.4 O Governador Fernando Collor de Mello e a Revista Veja (1987-1989)

Um dado importante para entender o contexto histórico no qual Fernando Collor alcançou fama em âmbito nacional consiste em ele não ter sido o único governador a combater privilégios dos funcionários públicos que aumentavam seus vencimentos graças a manobras que contavam com o respaldo da Justiça, mas foi aquele que mais se destacou ao fazê-lo. Antes do ano eleitoral de 1989, a figura de Collor já era de conhecimento da população graças aos meios de comunicação¹¹, dentre outros, a Rede Globo de Televisão, que o havia entrevistado no programa Globo Repórter sobre os problemas no funcionalismo público enfrentados pelos governadores que haviam tomado posse em 15 de março de 1987. Após participar desse programa, Collor ganhou uma reportagem do Jornal do Brasil denominada “Furação Collor”, foi entrevistado na *Veja* em 22 de abril, em outubro do mesmo ano, pela revista *Playboy* e, em 22 de dezembro, pela revista *Senhor*.

Na entrevista publicada em *Veja* na seção “Páginas amarelas”, intitulada de “Vou acabar com os marajás”, Collor criticou o presidente Sarney, afirmou que cobraria as dívidas que os usineiros de Alagoas possuíam com o governo e combateria os “marajás”. A resposta para a primeira pergunta, “O senhor está fazendo jogo de cena? (MELLO, F., 1987, p. 5)”, deu a tônica do discurso sustentado por Collor diante dos leitores da revista *Veja*:

Quem acha que estou blefando que pague a aposta. Sempre fui de cumprir o que prometo e sou um pouco cabeça-dura nisso. [...] Há um sindicato do crime em ação em Alagoas, e quero acabar com ele. Há uma casta de funcionários, os marajás, que sempre desafiaram qualquer lei e qualquer poder. Vou combatê-los até o fim. [...] Venho de uma geração que não teve a chance de participar da política nos últimos anos e pretendo devolver à

¹¹ Conforme a cronologia elaborada por Conti (1999).

população do meu Estado a esperança e a crença na moralidade política. (MELLO, F., 1987, p. 5).

O tom do discurso de Collor invocava a autoridade do cargo que ocupava e também transparecia uma extrema autoconfiança na sua capacidade de melhorar a administração pública alagoana. Mas algumas perguntas envolveram questões políticas do passado de Collor:

- a) o fato de os usineiros terem apoiado a sua candidatura ao governo de Alagoas;
- b) de ter iniciado sua carreira política na ARENA, e de, no momento, estar filiado ao PMDB;
- c) ter votado em Paulo Maluf na eleição indireta para presidente, em 1985;
- d) ter contratado, quando prefeito de Maceió, mais de 3000 novos funcionários públicos antes de deixar o posto para se candidatar ao cargo de deputado federal.

Collor respondeu às perguntas de maneira firme e de forma a não prejudicar a sua imagem. Ao se defender da acusação referente à contratação de funcionários públicos, ele afirmou que assinara a contratação de apenas 16. Depois, teria sido anexado ao documento assinado um número muito maior que o original. A esse fato, ele acrescentou que “O povo já me julgou por isso. Fui o deputado federal mais votado em Alagoas em 1982 e agora sou governador. Já prestei contas a quem tinha autoridade moral para me julgar”. (MELLO, F., 1987, p. 6). No livro *Collor: o ator e suas circunstâncias*, Melo, C. (2007) entrevistou Maílson da Nóbrega – que ocupava o cargo de secretário-geral do ministério da Fazenda do governo Figueiredo no período em que Collor deixou o cargo de prefeito de Maceió – havendo este relatado o ocorrido: teriam sido cerca de cinco mil funcionários contratados, e a prefeitura não tivera condições financeiras de arcar com suas responsabilidades, o que poderia prejudicar o governo federal na eleição que seria realizada em breve. Segundo Nóbrega (2007, p. 102), “Era uma coisa simplesmente escabrosa o que Collor teria feito. Obviamente, ele saiu o mais votado [...] Sem o menor escrúpulo.”

As perguntas finais buscaram saber quais eram as opiniões de Collor sobre a política nacional, momento em que afirmara o seu candidato à presidência seria Mário Covas e que não planejava ser o vice deste: “Essa coisa é mais distante que a Lua, antes que inventassem os foguetes da NASA.” (MELLO, F., 1987, p. 8). De uma maneira geral, algumas perguntas tiveram um caráter crítico e tentaram descobrir mais sobre as medidas administrativas que seriam tomadas por Collor sobre a política nacional. Foi, portanto, uma entrevista de sucesso do ponto de vista de promover a imagem midiática de Collor.

No começo de 1988, *Veja* disponibilizou espaço para Collor em duas reportagens: “Opção premiada”¹² e “Um dossiê de festim”¹³. No primeiro caso, Alagoas não estaria recebendo verbas públicas da administração federal, fato que foi interpretado por *Veja* como uma retaliação pelo fato de Collor não ter apoiado a proposta de conceder ao presidente da República um mandato de cinco anos. A reportagem não tinha como tema central Collor – que, além da foto, tem citada apenas uma frase que é utilizada na legenda de sua foto (“Alagoas está de bolsos vazios”) –, e sim a distribuição de verbas para os governadores pró-mandato de cinco anos para Sarney. (OPÇÃO..., 1988). A foto de Collor ocupa a metade superior da página, este encontra-se em primeiro plano, segurando os bolsos do lado de fora da roupa e com uma feição séria. Completa o forte poder imagético o fundo: o Palácio do Planalto (representando o governo Sarney) aparece pequeno em relação à figura de Collor (político contrário ao governo), que é enfocado de baixo para cima pelo fotógrafo e parece, portanto, superior às negociações repudiadas pela opinião pública (Figura 1).

Figura 1 – O governador de Alagoas protesta em Brasília contra o governo Federal



Fonte: Registrada por Ramio (1988, p. 27).

Talvez mais importante que a publicação da matéria seja revelar os bastidores que a levaram à sua publicação, os quais indicam, de maneira inequívoca, o fascínio que Collor

¹² Matéria publicada em 27 de janeiro de 1988.

¹³ Matéria publicada em 24 de fevereiro de 1988.

exercia sobre uma parcela da mídia da época. Para Conti (1999), o jornalista de *Veja*, Laurentino Gomes, indagou a Elio Gaspari que, na época, era responsável pela cobertura de assuntos políticos da revista, se não era uma boa ideia, em um momento em que eram escassas as notícias em Brasília por causa do recesso, utilizar Collor como notícia. Após afirmar que os brasileiros não se importavam com Alagoas, Gaspari afirmou que concordaria com a matéria se Collor aceitasse posar, com os bolsos de fora, na frente do Palácio do Planalto. Após contatar o governador de Alagoas, a foto e a matéria foram publicadas.

O mote da pequena reportagem “Um dossiê de festim” – dentro de uma matéria que discutia os problemas políticos do governo Sarney – foi a ida de Collor a Brasília para um encontro com o general Ivan de Souza Mendes, então chefe do SNI, para saber detalhes sobre a existência de um suposto dossiê contra ele. (UM DOSSIÊ..., 1988). Não conseguiu ser atendido mas, mesmo assim, criticou o SNI: “ ‘É um órgão insidioso e irresponsável’ [...]” (UM DOSSIÊ..., 1988, p. 25). No dia seguinte, foi descoberto que as informações contra Collor haviam sido coletadas de recortes de jornais por adversários políticos. *Veja* estampou uma foto de Collor, sorridente, cumprimentando pessoas durante o carnaval do Rio de Janeiro, em plena Marquês da Sapucaí (Figura 2). Também relatou que Collor aceitaria participar de um protesto popular contra a administração federal. Diferentemente da maneira como foi representado na reportagem “Opção premiada”, aqui a revista é mais crítica com relação a Collor: “Famoso no país inteiro pela sua denúncia contra os marajás, pouco a pouco o governador de Alagoas começa a exibir um comportamento em que o gosto pelo sensacionalismo se mistura com recursos da demagogia mais vulgar.” (UM DOSSIÊ..., 1988, p. 25). Procurado por *Veja* para revelar denúncias de corrupção governamental, “Fernando Collor valeu-se de um recurso banal – exibiu uma montanha de recortes com notícias saídas em jornais Como se veria mais tarde, o governador assumiu aquela mesma atitude que denunciaria no SNI – insidiosa e irresponsável.” (UM DOSSIÊ..., 1988, p. 25).

Figura 2 – Fernando Collor na Marquês de Sapucaí



Fonte: Registrada por Chvaicer (1988, p. 25).

É possível afirmar que *Veja* não o lançou no cenário nacional – mas participou ativamente do processo que o levaria, no ano seguinte, a ser eleito presidente da República. Mesmo que anteriormente tenha sido lançada a desconfiança de que Collor objetivava apenas “aparecer” na mídia, a revista lhe cedeu ainda mais espaço ao colocá-lo na capa da revista na edição de 23 de março de 1988 (Figura 3). Em entrevista a Peres, o então editor executivo do periódico, Mario Sergio Conti, lembrou o contexto que envolveu a publicação dessa reportagem de capa sobre Fernando Collor:

Não participei dessa matéria de nenhuma forma. [...] Mas lembro que era uma semana ruim, pois não havia nada de muito atraente para ir para capa. Agora, que a capa estava certa, não há dúvida. [...] Um governador de um Estado pequeno e miserável, fazendo aquele auê, e ainda por cima atacando Sarney, e com pinta de galã de novela – eis um assunto eminentemente jornalístico. Depois, muita gente disse que a capa foi uma jogada de marketing, que *Veja* lançou Collor. Bobagem. A decisão de fazê-la e publicá-la foi da direção da revista. Não foi Collor quem propôs a capa. [...] Em suma, havia ali uma matéria jornalística, e *Veja* a fez. E fez segundo as condições dadas: querendo apurar, em pouco tempo, quem ele era e o que estava fazendo. Ilusão e desconhecimento querer que, numa primeira matéria, fosse dito que Collor era uma farsa. (CONTI, 1998, p. 34-35, grifo do autor).

Conforme Conti (1999), a capa sobre Collor enquadrava-se no espaço destinado a novos personagens no cenário político brasileiro. O mote da matéria de capa foi a possível intervenção federal em Alagoas para garantir os direitos dos “marajás”, já que Collor se negava a pagar seus proventos. Um detalhe importante é que a alcunha “caçador de marajás” não foi uma criação do governador de Alagoas, mas do jornalista Tales Alvarenga, da *Veja*.

Figura 3 – A primeira capa de Fernando Collor



Fonte: Registrada por Dettmar (1988, p. 1).

No subtítulo da reportagem “Guerra ao turbante”, *Veja* afirmou que “No seu papel de caçador de marajás, o alagoano Fernando Collor de Mello torna-se um dos governadores mais populares do país.” (A GUERRA..., 1988, p. 38). A revista reservou um pequeno espaço para relatar as ações de outros governadores para diminuir suas receitas limitando o teto salarial dos funcionários públicos. No entanto, é inegável o papel predominante da figura de Collor no decorrer da matéria, a qual o descreve de maneira positiva¹⁴:

De porte atlético, ex-campeão de caratê, sempre muito cuidadoso com os ternos e as camisas – de punhos duplos, fechados com abotoaduras –, o governador ainda conserva os cabelos cheios, como na sua juventude de rapaz criado ao sol, sem preocupações políticas, na Zona Sul do Rio de Janeiro e em Brasília [...] Esse senhor, herdeiro de boa fortuna e mimado pelo ambiente aconchegante de uma família endinheirada, tinha tudo para avançar pela vida como um desses garotões de praia e da vida noturna. Em vez disso, acabou combatendo marajás, desafiando a aristocracia dos usineiros alagoanos e prometendo passar a limpo a tradição de violência do seu Estado. (A GUERRA..., 1988, p. 41).

¹⁴ Nesse trecho, a reportagem da revista se assemelha ao conteúdo do livro “*O fenômeno Collor*”, de Martin Claret, publicado em plena campanha eleitoral de 1989, que apresentava Collor como um político honesto, corajoso e com disposição para lutar contra a corrupção: “A coragem sempre foi a marca de Fernando Collor de Mello. Num cenário político tão marcado por conveniências e pela acomodação, essa marca é quase uma exclusividade.” (CLARET, 1989, p. 31).

As fotografias (Figura 4) – que foram possivelmente extraídas do acervo pessoal de Collor – são coerentes com o conteúdo da reportagem: na primeira, ele e sua esposa, Rosane, aparecem conversando com o papa João Paulo II, o que remete à imagem de um homem casado e religioso; na segunda, na qual Collor faz pose vestido com o uniforme de caratê, destacam-se a juventude e a questão da prática de esportes. Percebe-se que, antes mesmo de se candidatar ao cargo de presidente da República, tais características já eram utilizadas por Collor.

Figura 4 – Fotos na revista *Veja* sobre Collor



Fonte: [Fernando...] (1988a, 1988b, p. 43).

Pela primeira vez em *Veja*, Collor admitiu o seu desejo de disputar a eleição presidencial de 1989. A revista, por sua vez, afirmou que “Nada impede que um governador de Estado sonhe com a Presidência da República, mesmo que esse Estado seja muito pequeno e o pretendente exiba uma biografia sem o lastro usual nessas postulações”. (A GUERRA..., 1988, p. 39). Mais adiante, foi apontada a principal razão de sua popularidade: “[...] o povo aplaude Collor de Mello porque fala contra privilégios de funcionários aproveitadores e combate abusos que, no fim da linha, são pagos pelo bolso do contribuinte. E os contribuintes, no Brasil, estão cansados de serem explorados.” (A GUERRA..., 1988, p. 40).

A ditadura civil-militar deixou como legado para o governo Sarney, segundo Silva, F. (1996, p. 341),

[...] um setor público hiperdesenvolvido e mesmo excessivo, marcado pelo nepotismo, a ineficiência e a extrema centralização. Enquanto ilhas de eficiência mantinham-se em alguns setores, a grande parte do serviço público – municipal, estadual e federal – dava mostras de despreparo e, muitas vezes, de arrogância no tratamento com o público. Muitas das

denúncias abriram caminho para a crítica das empresas estatais e do serviço público, no mais das vezes com objetivos diversos da busca pela eficiência e do bom uso da coisa pública [...].

O governo federal não obteve êxito em diminuir o número de funcionários públicos nem em melhorar a qualidade dos serviços oferecidos. No entanto, fez o contrário: aumentou o número de funcionários públicos. Não somente os leitores da *Veja*, mas os brasileiros, de uma forma geral, estavam insatisfeitos com a administração de Sarney. Em consonância, a crise econômica gerava, além de altos níveis de inflação, a desconfiança na classe política em geral. O PMDB, que vinha de uma tradição de oposição ao governo, desgastava-se ao apoiar Sarney. A reportagem citada apresentava Collor como um político de outra estirpe que, mesmo filiado ao PMDB, criticava abertamente o presidente da República. Collor soube se utilizar das consequências dos graves problemas herdados dos 21 anos de regime civil-militar – que eram sentidos tanto pelos brasileiros quanto, especificamente, pelos jornalistas, durante a Nova República – para promover sua imagem de combatente dos privilégios no serviço público.

2.5 A Cobertura de *Veja* na Campanha Presidencial de 1989 e o Candidato Fernando Collor

A eleição presidencial de 1989 foi o último grande acontecimento político ocorrido nos anos 1980. Nos cinco anos anteriores, os brasileiros se decepcionaram com o veto da Emenda Dante de Oliveira, lamentaram a morte de Tancredo Neves e deram o voto de confiança para o presidente José Sarney. Entretanto, a maior parcela da população frustrou-se com as denúncias de corrupção, troca de apoio para prorrogar o mandato presidencial e sucessivos fracassos dos planos econômicos para conter a inflação – sendo o Plano Cruzado o maior exemplo –, que tornaram Sarney e a classe política brasileira extremamente impopulares. Foi, portanto, nesse contexto, que se realizou a primeira eleição presidencial em quase 30 anos.

Apesar da gravidade dos problemas que encontraria o próximo presidente, não faltaram candidatos para propor soluções. Foram mais de vinte candidatos, na maioria pertencentes a partidos políticos pouco expressivos. De acordo com Pinto, C. (1991), o sistema político-partidário favorecia o surgimento desses partidos políticos sem um projeto político consistente. Era necessário o registro de cerca de 100 pessoas, em sete Estados, para fundar um partido político. Por vezes oportunistas, alguns candidatos usavam seu espaço no Programa Eleitoral Gratuito para somente “aparecer” ou fazer críticas aos candidatos bem

colocados, muitas vezes em prol de um terceiro. Sem encontrar sustentação de sua candidatura em um partido de maior envergadura, Fernando Collor decidiu concorrer à eleição por um partido criado especialmente para essa finalidade: o PRN (Partido da Renovação Nacional). No início de 1989, quando os partidos políticos de expressão na Nova República, como o PMDB e o PFL, ainda debatiam quem seriam seus candidatos à sucessão, Collor beneficiou-se da imagem de político jovem, carismático, honesto, para ganhar pontos nas pesquisas de opinião.

Mesmo assim, Collor concorreria com políticos experientes, que possuíam um espaço maior de exposição no horário político gratuito, isso sem levar em consideração que seu partido não passava, a rigor, de uma legenda fantasma. Contudo, os políticos que estavam vinculados à Nova República não empolgavam¹⁵ o eleitorado. Antes de Collor atingir o primeiro lugar nas pesquisas de opinião, em abril de 1989, eram tidos como candidatos fortes Leonel Brizola (PDT) e Luis Inácio Lula da Silva (PT), que, além de notórios críticos de Sarney, defendiam posições estatizantes no campo econômico – fato que os colocava em desacordo com os interesses de parte da elite nacional. O discurso político de Fernando Collor soube equilibrar os desejos mais básicos do povo – e, por isso, essenciais – com os interesses de grande parte da elite. Ele teve sua candidatura patrocinada por parte do empresariado, o que garantiu fartos recursos financeiros. Saber-se-ia, mais tarde, que uma quantia do dinheiro não foi somada à prestação de contas enviada à Justiça eleitoral. A ajuda das elites não significa que Collor era uma figura que gozava de singular prestígio, mas que era a única esperança frente ao PT ou PDT. Ou seja, representava um mal menor. Grande parte do empresariado temia um vindouro governo petista, que, com suas propostas estatizantes, poderia criar empecilhos para a realização de seus negócios. Para Melo, C. (2007, p. 121, grifo do autor),

A elite de modo difuso e desorganizado era, na verdade, quem procurava um candidato que coubesse no figurino da ‘modernização’ (com abertura de mercado) e da ‘reforma do Estado’ (com privatização). A reforma do Estado, com o que dela se deslumbrava, seria, antes de tudo, a realização de uma aguardada e festejada modernização econômica e ampliação das possibilidades de negócios (*business*), por meio de transferências patrimoniais: privados fariam o que o Estado não poderia e não mais conseguiria fazer; a infra-estrutura carecia de investimentos; as empresas de competitividade, mas, sobretudo, o país precisava de uma nova mentalidade.

¹⁵ Nesse sentido, um exemplo foi uma das grandes lideranças dentro do PMDB, o deputado Ulysses Guimarães, que teve sua popularidade afetada desde a época das “Diretas Já” em vista do apoio ao governo Sarney. Outra possibilidade era o governador de São Paulo, Orestes Quércia, mas a vontade de Ulysses acabou prevalecendo, mesmo que não tenha conseguido unir as lideranças do partido em torno de seu nome. Ele se alçaria apenas ao sétimo lugar no primeiro turno do pleito.

Conforme Carvalho, J. (1999), a popularidade dos candidatos Brizola, Lula e Collor poderia ser explicada pelo fato de apelarem para o imaginário coletivo. O primeiro seria a liderança que faltava para o Brasil superar os obstáculos políticos, enquanto o segundo representaria o caráter coletivo que alcançaria o poder. No caso do terceiro,

Talvez se trate da figura do Herói modernizada pelo cinema, do mocinho dos filmes de faroeste, justiceiro, jovem e bonitinho. Melhor ainda, talvez estejamos diante do apelo de um Indiana Jones, aventureiro solitário, sem raízes, sem compromissos, lutando contra as forças do Templo da Perdição, isto é, contra os marajás e políticos desse Templo da Perdição em que se transformou o governo da Nova República. (CARVALHO, J., 1999, p. 347).

Um fator importante do *marketing* político de Collor foi a tentativa (bem sucedida) de se apresentar como um político que não compactuava com os acordos políticos espúrios. Era um combatente solitário¹⁶ pela melhoria das condições de vida dos brasileiros e que contava apenas com o apoio deles. Collor soube, melhor do que os outros candidatos, moldar seu discurso ao que os eleitores queriam escutar:

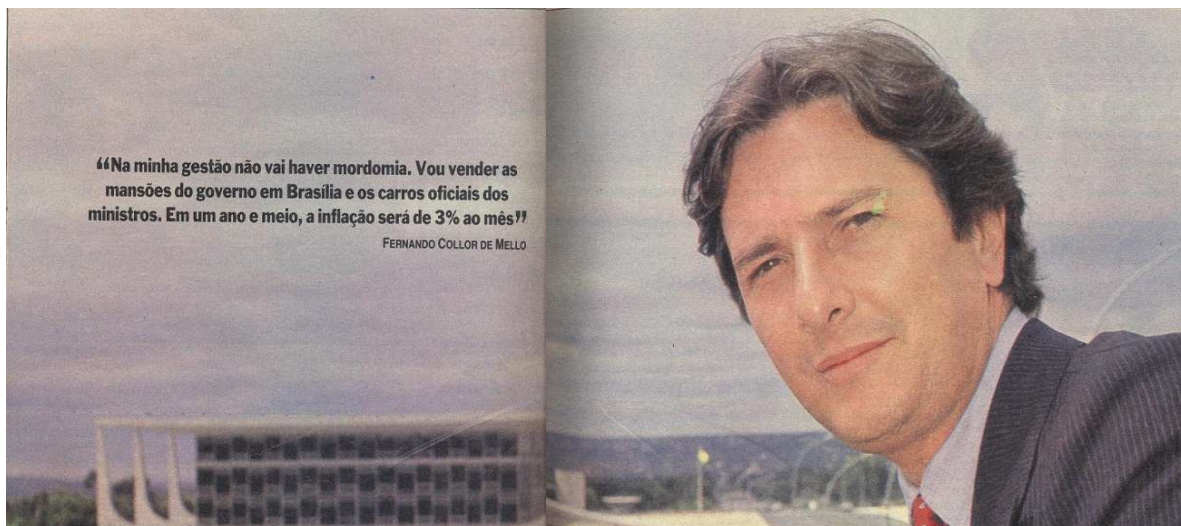
Collor, ao contrário de outros candidatos, não teve pudor em reduzir seu discurso à demagogia mais absoluta, que deixou de levar em considerações as infundáveis variáveis que cercam os problemas brasileiros, para os quais as faixas mais desinformadas do eleitorado acreditaram haver soluções rápidas e miraculosas. Collor não teve vergonha de prometer essas soluções e se deu bem com isso. (SILVA, 1990 apud MELO, J., 1992).

Em vista da visibilidade e do grande interesse da população – e do público leitor – em relação aos desdobramentos da disputa eleitoral, *Veja* dedicou considerável espaço, no decorrer de 1989, para apresentar aos seus leitores os principais candidatos e as respectivas plataformas de governo. Foram realizadas reportagens de capa sobre Fernando Collor (PRN), Leonel Brizola (PDT), Guilherme Afif (PL), Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Paulo Maluf (PDS). Pode-se argumentar que Collor obteve maior ênfase do periódico porque se destacava nas pesquisas de opinião: em abril, alcançou 15 % das intenções de votos, tendo praticamente dobrado esse número em maio. Nos meses seguintes, ele manteve uma grande distância dos outros candidatos até o fim do primeiro turno das eleições presidenciais. Em outubro, foi verificada uma queda nas pesquisas, que não foi o suficiente para impedir que Collor chegasse ao primeiro turno com cerca de 26 milhões de votos. (CONTI, 1999).

¹⁶ Na reportagem Collor chega à praia, de 24 de dezembro de 1989, *Veja* parece concordar com esse raciocínio simplista e, talvez, ingênuo: “O presidente Collor chega ao Planalto sem dever nada a ninguém – foi ele o arquiteto e o principal credor de sua própria vitória. Não estará amarrado por uma árvore de acordos paralisantes como a Aliança Democrática nem precisará pagar favores que não recebeu.” (COLLOR..., 1989a, p. 67).

A primeira reportagem de capa de *Veja* sobre Collor na campanha presidencial foi publicada no dia 17 de maio de 1989, momento em que ele havia ultrapassado os demais concorrentes nas pesquisas de opinião. Nas primeiras duas folhas da matéria “O astro da largada”, foi colocada uma foto grande de Collor (Figura 5) fitando calmamente o fotógrafo, tendo como fundo a capital do Brasil. Nas nuvens, logo acima do Palácio do Planalto, foram colocadas as seguintes frases do candidato: “ ‘Na minha gestão não vai haver mordomia. Vou vender as mansões do governo em Brasília e os carros oficiais dos ministros. Em um ano e meio, a inflação será de 3% ao mês.’ ” (COLLOR, F., 1989 apud O ASTRO..., 1989, p. 34). Entretanto, Collor não explicou como realizaria essa tarefa. Associada à fotogenia de Collor, a foto traz a ideia de que este se aproximava cada vez mais da vitória nas eleições, mesmo que faltassem seis meses até o primeiro turno.

Figura 5 – Fernando Collor posa novamente para *Veja* em Brasília



Fonte: Registrada por Ramio (1989, p. 34-35).

A popularidade de Collor teve como consequência a adesão de inúmeros políticos, mas *Veja* ainda julgava muito cedo para tirar conclusões sobre o futuro da candidatura: “[...] descobrir qual o tamanho de Collor de Mello em 15 de novembro é uma dessas especulações destinadas a enriquecer as bibliotecas de futurologia política”. (O ASTRO..., 1989, p. 36). Entretanto, a revista admitiu o impacto causado pelo candidato do PRN: “Já é possível, no entanto, ter uma boa idéia do incêndio que sua candidatura é capaz de provocar. Junto ao eleitorado, seu ibope cresceu seis vezes de fevereiro para cá – um recorde”. (O ASTRO..., 1989, p. 36). Apesar dessas constatações, a reportagem também abordou algumas denúncias de adversários políticos contra a candidatura de Collor, tais como a aquisição irregular de veículos sem licitação quando governador de Alagoas; a utilização de uma verba secreta, da

qual não era necessário prestar contas, que teria financiado a campanha para a presidência; a realização de um acordo com os usineiros alagoanos que lesaria os cofres públicos¹⁷. Posicionada exatamente na mesma altura e com a mesma cor azul, mas na folha ao lado, foram publicadas algumas promessas de campanha, como extinguir o SNI (o que ele realmente faria), melhorar soldos dos militares e acabar com a reserva de mercado. No final da reportagem, Collor foi considerado um “[...] candidato teflon – os inimigos podem xingá-lo à vontade que nada de ruim gruda nele.” (O ASTRO..., 1989, p. 40).

A edição seguinte, com o candidato do PRN na capa, foi publicada em 9 de agosto de 1989. Com o título de “*Collor joga pesado na ofensiva*”, a reportagem pode ser dividida em duas partes: a constatação de que muitos políticos estavam abandonando o candidato que até então apoiavam para aliar-se a Collor e relatos do dia a dia de sua campanha pelo país. (COLLOR..., 1989b). Mas, além de as fotografias (Figura 6) publicadas por *Veja* poderem ser consideradas como propaganda política¹⁸, o conteúdo do texto ampliava o fascínio pela vida pessoal de Collor. A respeito de suas propostas, elas não são o foco da reportagem, e sim o sucesso do candidato tanto na vida profissional quanto pessoal. Nas fotografias (BRITO, 1989), Collor aparece sorrindo ao caminhar pelo gramado de sua casa, em Brasília, enquanto segura o casaco do paletó com a mão esquerda e observa o cachorro de sua mulher correndo; exercitando-se em um aparelho de musculação e fazendo uso de uma camiseta que ostenta similaridade com a bandeira do Brasil, cumprimentado um dos seus filhos, que se encontra deitado na cama. Também é mostrada uma foto com ele sorrindo, tendo ao fundo sua mulher, Rosane, e vários quadros com certificados pendurados na parede.

¹⁷ Na reportagem *Um caso de miséria construída*, da revista *Veja* de 31 de janeiro de 2007, foi ressaltada a penúria do Estado de Alagoas como consequência da má administração dos governos estaduais, começando pela gestão Collor na segunda metade da década de 1980. Segundo Coutinho (2007), um acordo entre Collor e os usineiros isentou-os do pagamento do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços). O resultado foi uma queda de 47% para 5% da arrecadação do setor sucroalcooleiro, o principal de Alagoas.

¹⁸ Conforme Conti (1999), foi Collor que propôs ao fotógrafo de *Veja*, Orlando Brito, que fosse feita uma foto às sete da manhã, pois assim seria beneficiado pela luz matutina. O candidato ficara tão satisfeito com o resultado da foto que ligara para agradecer: “ ‘A fotografia ficou linda, Brito, obrigado por me conseguir mais uns 300 mil votos’, disse. Brito cumpriu a pauta, mas ao ouvir o cumprimento de Collor ficou em dúvida acerca dos limites que separam o fotojornalismo da propaganda.” (CONTI, 1999, p. 190).

Figura 6 – Pannel da propaganda eleitoral pró-Collor de Veja



Fonte: Registrada por Brito (1989, p. 46-47, 51).

Assim como as pesquisas de opinião indicavam, a vitória no primeiro turno das eleições de 1989 foi de Fernando Collor, que conseguiu 20.611.011 votos. Como não conseguira mais da metade dos votos válidos, seria realizado um segundo turno. A disputa pelo segundo lugar foi acirrada: Lula obteve 11.622.673 de votos, enquanto Brizola conseguiu 11.168.228 votos. (MORAES NETO, 2005). Tanto Collor quanto Lula compartilhavam, no mínimo, duas características: eram jovens e inexperientes para a tarefa a que se haviam candidatado. Ex-líder sindical, Lula agregava ao seu currículo somente o mandato como deputado constituinte. Nesse sentido, Fernando Collor era mais experiente no jogo político: fora prefeito (indicado), deputado federal (pouquíssimo atuante) e governador de Alagoas (tendo cumprido mais da metade do mandato).

O discurso de *Veja*, depois da primeira votação, revelou que a perspectiva da vitória de Lula no segundo turno, de acordo com Juchem (2007, p. 86), foi vista como um fato que poderia “[...] afetar, até mesmo, o funcionamento das instituições democráticas. Comparou Lula com Collor em aspectos pessoais, o último sempre levando vantagens [...] Collor é apresentado como alguém que fala quatro línguas, enquanto Lula não falava bem o português.” O posicionamento de *Veja* no período pode ser compreendido como uma forma de influenciar o eleitorado a votar em Collor ao, novamente, explorar as supostas qualidades pessoais envergadas pelo candidato. Há também a clara comparação entre um homem oriundo da elite brasileira, que havia estudado em escolas particulares e havia cursado o Ensino Superior, com outro de origem humilde, que cometia inúmeros erros gramaticais e que nunca

havia frequentado a faculdade. Nesse sentido, talvez fosse mais fácil a identificação dos leitores assíduos de *Veja* – formada pelos assinantes – com a candidatura de Collor porque ele representava certa semelhança com os leitores do semanário. Não que tal fato tenha sido determinante para a derrota de Lula, mas foi uma das características da campanha exposta nas páginas da revista.

O segundo turno marcou a história das eleições no país por polarizar o embate direto entre dois candidatos com propostas antagônicas, em um período de intensa crise econômica e política. Grande parcela dos eleitores de Fernando Collor, no primeiro turno, foi constituída de setores mais humildes da população do interior, os “descamisados e pés descalços”, nos termos utilizados por Collor. Já o eleitorado de Lula foi formado, principalmente, por trabalhadores ligados a sindicatos, mais organizados na busca de suas reivindicações. Conforme Melo, C. (2007), Collor investiu inicialmente, não contra a figura de Lula, mas contra a imagem do PT, que, se vencesse, colocaria em risco a propriedade privada e o Estado de direito. Haveria grupos internos dentro do PT compostos de pessoas violentas, comunistas, dispostos a tomar o poder à força. O candidato do PRN atacou o desempenho dos governos nas cidades onde o partido de Lula havia vencido a eleição, em 1988, com ênfase na administração de Luisa Erundina, em São Paulo – um cobiçado colégio eleitoral. Se o PT não conseguia administrar bem a maior cidade do Brasil, seria temeroso imaginar um governo petista para o Brasil. Não menos importante foi a identificação do PT com o socialismo real que se desintegrava gradualmente: antes do primeiro turno, o muro de Berlim fora posto ao chão. “Estavam em cheque o socialismo e o welfare state construído na Europa, os dois sob a mira do neoliberalismo”. (PERES, 1998, f. 31).

No segundo turno, realizado no dia 17 de dezembro de 1989, Fernando Collor recebeu 35.089.998 votos, contra 31.076.364 de Lula. (MORAES NETO, 2005). A maioria dos eleitores escolheu o candidato que teria a missão de melhorar as condições de vida da população mais carente, combater a inflação e a corrupção institucionalizada, além de modernizar o Estado brasileiro. Na última edição do ano de 1989 da *Veja*, de 31 de dezembro de 1989, Victor Civita foi o responsável em escrever a seção “Ponto de vista”. Nela, demonstrou boa vontade para com o presidente eleito e suas propostas para o Brasil: “É verdade que o país acaba de deixar claro – na maior e mais livre eleição de sua História – que quer mudanças já. E a escolha de Fernando Collor de Mello por uma ampla maioria também indica, inequivocamente, que o caminho escolhido é o da modernidade.” (CIVITA, V., 1989, p. 198) Era o início de uma nova etapa da relação – tão importante

para a manutenção da popularidade perante a opinião pública – entre o então presidente Collor e a revista *Veja*.

2.6 O Presidente Collor (1990-1992) e a Revista *Veja*

Fernando Collor assumiu o cargo de presidente da República no dia 15 de março de 1990. A população, que esperava que o novo governo tomasse providências para conter a crise econômica, foi surpreendida com o primeiro plano de estabilização econômica da Era Collor. De acordo com Carvalho, C. (2006, p. 102-103),

O programa anunciado em 16 de março de 1990, dia seguinte à posse do novo presidente da República, tinha o nome de Plano Brasil Novo, quase nunca utilizado. Plano Collor foi o nome que prevaleceu, mas em geral designando apenas o bloqueio das aplicações financeiras. As referências ao plano em geral não incluem o amplo leque de iniciativas em áreas diversas, como política de rendas, finanças públicas, reforma do Estado, política cambial, comércio exterior. Anunciadas junto com o bloqueio, essas medidas são em geral associadas ao governo Collor, e não ao programa de estabilização. A focalização da análise do Plano Collor apenas no bloqueio não é um equívoco. Desde o início, o programa de estabilização se destacava com nitidez. As demais medidas do Plano Brasil Novo não dependiam da natureza da política de estabilização e poderiam ter acompanhado programas gradualistas ou choques baseados em congelamento de preços e desindexação. Algumas medidas do Plano Brasil Novo tinham objetivo antiinflacionário de médio prazo, caso da abertura comercial; outras procuravam equacionar a crise fiscal, mas não dependiam do bloqueio para tanto. O elemento central do Plano Collor, portanto, o que o caracteriza de forma precisa e o distingue com nitidez de outros programas de estabilização, é o bloqueio da liquidez dos haveres financeiros.

A integralidade do Plano Collor era complexa para o entendimento da maior parte dos brasileiros, que não possuíam conhecimentos aprofundados sobre os meandros da economia. A mídia, por sua vez, explorou aquela medida que mais chamou atenção em vista de sua abrangência e impacto imediato: o do bloqueio dos ativos financeiros. Conforme Freitas ([2005]), houve a

[...] conversão da moeda antiga (cruzado novo) para a moeda nova (cruzeiro), na base de Cr\$ 1,00 para cada NCz\$ 1,00. Cada pessoa pôde fazer a conversão imediata de apenas Cr\$ 50 mil, ou US\$ 1.300,00 à época. O restante permaneceu depositado em cruzados novos, em conta bloqueada mantida em nome de cada correntista nos bancos, à ordem do Banco Central do Brasil. Essa conta só pôde ser usada para pagamento de tributos ou por meio de ‘transferência de titularidade’, para pagamento de dívidas entre

correntistas. Após 18 meses, o saldo da conta em cruzados começou a ser convertido em cruzeiros e liberado em 12 parcelas mensais.

Veja expressou a consternação causada pelo plano econômico na classe média brasileira, o público alvo de sua publicação, na reportagem “Uma pancada pesada”, publicada em 28 de março de 1990. Uma das principais consequências do Plano Collor I foi o imediato impacto social: “A classe média é ainda o grupo de brasileiros que mais confia na poupança – e pode-se imaginar, aí, o tamanho do estrago que o pacote do governo provocou nos seus domínios.” (UMA PANCADA..., 1990, p. 50). Foram contadas histórias que exemplificavam o ocorrido, como a da noiva que tivera de mudar os planos de casamento e a de um homem que havia vendido seu carro, depositado o dinheiro no banco e que não pudera efetuar a compra de um restaurante devido ao confisco. (UMA PANCADA..., 1990). A classe média, parcela dos eleitores de Collor que acreditara quando este levantara a suspeita de que Lula planejava um confisco dessa ordem, viu-se traída quando o então presidente colocou em prática uma ação que anteriormente havia condenado publicamente.

Na “Carta ao leitor” intitulada “*Plano, confisco e resultados*”, publicada em 21 de março de 1990, *Veja* assumiu uma posição de defesa do plano econômico, mesmo que este afetasse drasticamente parcela de seu público leitor. Inicialmente, foi exposto que o país estava “[...] em plena situação de colapso econômico [...]” (PLANO..., 1990, p. 55) e que “[...] só se poderia ser atacado com medidas duras”. (PLANO..., 1990, p. 55). Assim, é justificada a ação do governo: “Collor fez o que se esperava, fez o que praticamente todos pediam – e mesmo assim provocou um susto enorme nas mesmas pessoas que reclamavam medidas radicais. São, isto sim, extremamente violentas”. (PLANO..., 1990, p. 55). Nesta edição, a revista enfatizava que, a despeito de o plano ter afetado a vida de pessoas que não eram responsáveis pela crise inflacionária, os grupos mais prejudicados haviam sido as elites. Por fim, foi transmitida a ideia de que, se o plano tivesse êxito, “As perdas serão desculpadas e esquecidas, desde que dêem origem a uma melhoria sensível nas condições de vida dos brasileiros e do progresso do Brasil.” (PLANO..., 1990, p. 55). Entretanto, em caso de fracasso, “[...] o plano de Collor terá o efeito de uma bomba que, em vez de ser arremessada sobre os inimigos, terá estourado no próprio país, vitimando todos.” (PLANO..., 1990, p. 55).

Foi nos primeiros meses de governo que Collor alcançou os melhores índices de popularidade nas pesquisas de opinião. E, pode-se argumentar, também foi uma época de

“lua de mel”¹⁹ entre Collor e os meios de comunicação de uma forma geral²⁰. Para Bucci (2000, p. 144, grifo do autor):

Na era da imagem ao vivo, o jornalismo impresso, ao noticiar os fatos, parece estar sempre atrás, sempre comentando as imagens que *já foram* notícia. [...] Não que a imagem valha mais que mil palavras: a imagem *organiza* as palavras, e passa a ser uma instância do discurso e do pensamento. [...] As palavras, elas mesmas, agora se articulam para emoldurar imagens, para erguer-lhes o pedestal, para cultuá-las.

Nesse sentido, assim como havia explorado a faceta de esportista quando postulante à presidência, Collor exacerbou outra característica: a do exibicionismo diante das câmeras dos jornalistas. Utilizou-se da juventude e da fotogenia para criar uma imagem de presidente moderno, ousado e autoconfiante. Em menos de dois meses depois da posse, a mídia veiculou uma notável série de imagens de Collor em situações que iam desde a prática de esportes como vôlei (com o jogador Bernard) e futebol (com Zico, secretário de desporto de seu governo), até a de ultrapassar a barreira do som num caça F-5, ou em atividades cotidianas, como abrir uma caderneta de poupança numa agência da Caixa Econômica Federal ou ir ao supermercado para conferir os preços de alimentos. Foram jogadas de *marketing* político extremamente bem sucedidas na época tendo em vista que era uma forma de governar totalmente diferente da dos presidentes que o antecederam.

Na reportagem “*Em terra, mar e ar*”, publicada na *Veja* de 2 de maio de 1990, são citadas duas frases do porta-voz do presidente, Cláudio Humberto Rosa e Silva, que são reveladoras no que tange ao *marketing* político presidencial: “ ‘Se há um objetivo nisso tudo, é demonstrar que temos um presidente alto, novo, bonito e corajoso, e tudo que faz dá certo. [...] Ele veio depois de Sarney, que é velho, feio, baixinho, covarde e tudo o que fazia dava errado’.” (SILVA, 1990 apud EM TERRA..., 1990, p. 27). Logo depois, é citado que Collor ficara em sétimo lugar num ranking das 50 pessoas mais bonitas do mundo. Era

¹⁹ Para Melo, C. (2007, p. 59), o período de maior prestígio de um governante é normalmente o começo de seu mandato: “Se as coisas não vão bem, pode-se sempre culpar a administração anterior pelo descalabro a que submeteram o governo e o país. O eleitor que votou no eleito empolga-se por ter feito valer seu voto e reafirma sua crença e admiração. O eleitor que votou no ‘outro candidato’ acaba por demonstrar boa vontade e dá agora seu ‘voto de confiança’. Todos concluem que é preciso dar tempo ao tempo.” No caso de Collor, no entanto, esse período também foi marcado pelas consequências maléficas do plano econômico que acabaria fracassando antes do final de 1990. Dessa forma, Collor causou controvérsia desde o começo do mandato.

²⁰ As relações do Collor com a imprensa não foram, nos primeiros meses como presidente, cordiais. No dia 24 de março de 1990, a Polícia Federal invadiu as dependências da *Folha de S. Paulo* sob o pretexto de “[...] averiguar se a empresa estava cobrando em cruzados novos ou cruzeiros as faturas publicitárias referentes à primeira quinzena de março. [...] foi o único órgão de comunicação a ter os arquivos contábeis vasculhados.” (CONTI, 1999, p. 305). Esse fato motivou a suspeita dos donos do jornal de que a intenção de Collor era intimidar, pois, durante a campanha eleitoral de 1989, haviam sido publicadas notícias sobre supostas irregularidades na vida pública do candidato do PRN.

perceptível o arrebatamento de *Veja* por Collor, demonstrado desde a época em que este era governador de Alagoas, mas a revista não se posicionava de forma tão acrítica em relação a ele. Na mesma reportagem, é criticado o de fato de que o governo não divulgava com regularidade a agenda de trabalho do presidente, fato que entraria em conflito com “[...] o seu trabalho real, para o qual foi eleito por 35 milhões de votos – o de governar o país.” (EM TERRA..., 1990, p. 27). Em compensação, afirmava-se que suas exibições midiáticas eram comunicadas aos repórteres poucos momentos antes de ocorrerem. Mais do que outros presidentes que o antecederam, Collor soube tirar proveito do fato de que um político “[...] como homem público, tem clareza que deve constituir sua imagem pública para chegar mais perto do povo e dos meios que deve utilizar para tal. Essa imagem pública não está mais limitada a ligar-se aos postos oficiais de difusão e produção de imagens e informações.” (BIZELLO, 2010, p. 14).

A euforia de uma parcela dos brasileiros e da mídia com relação a Collor chegou a um momento de frustração no final de 1990, principalmente em vista do fracasso do plano econômico que havia causado tantos contratemplos. Na edição 1163, de 26 de dezembro, foi realizada a retrospectiva do ano de 1990. Na seção “Páginas amarelas”, foram destacadas frases marcantes de diferentes autorias. Uma frase que se destaca, principalmente em vista do erro de julgamento, também é de Collor: em abril, afirmou que “A inflação está controlada. A inflação está liquidada.” (COLLOR, F., 1990 apud AS FRASES..., 1990, p. 4). Conforme dados divulgados por *Veja*, a inflação atingiu cerca de 84% em março antes do plano econômico, caiu para 45% em abril, continuou a queda ao registrar 8% em maio, mas aumentou 4% em agosto e atingiu 15% em novembro. (DIFÍCIL..., 1990, p. 50-51) Mesmo tendo constatando o insucesso de Fernando Collor, *Veja* continuava a apoiá-lo ao ressaltar o seu idealismo e, com um pouco de humor – que não chega a desqualificar o personagem – até mesmo tenta minimizar as consequências ruins do plano econômico:

O primeiro presidente eleito no país desde 1961 subiu a rampa do Palácio do Planalto cheio de projetos sobre um país de sonhos, onde os descamisados teriam camisa, casa e comida, e economia se transformaria num primor de competição internacional e as portas do primeiro Mundo se abririam a um toque do controle remoto. Nove meses depois é fácil – e justificado – reclamar da recessão, das filas de desempregados e da inflação que sobreviveu à bomba atômica disparada no dia 16 de março, quando o dinheiro dos brasileiros acima da linha da subsistência foi sugado das contas onde repousava sob garantias eternas. Dificilmente, porém, ainda haveria empresas para falir ou empregos para perder se prosseguisse a orgia inflacionária que bateu nos 84%. (DIFÍCIL..., 1990, p. 47).

Após o fracasso do Plano Collor, foi lançado, no começo de 1991, um novo pacote econômico para tentar controlar a inflação. Na reportagem “Collor dispara um segundo tiro no tigre”, publicada em 6 de fevereiro de 1991, é afirmado que as medidas governamentais contribuíram para “[...] uma recessão que reduziu o PIB em 4% em 1990, empobreceu o país e tirou o emprego de um número estimado em 2,5 milhões de pessoas. Aos descamisados, coube a parte mais amarga dos resultados do Plano Collor” (COLLOR..., 1991, p. 26). Também foi criticado o fato de o governo não ter avançado no programa de privatizações que “[...] previa a venda de uma empresa estatal a cada mês, continua onde estava em 15 de março do ano passado: no papel.” (COLLOR..., 1991, p.26) e a insuficiente abertura do mercado brasileiro para as importações “[...] resultou, até agora, na importação de latinhas de batatas fritas americanas da marca Pringle’s, cervejas bolivianas, isqueiros de Hong Kong, as carroças russas Lada e outras bobagens”. (COLLOR..., 1991, p. 26). Uma constatação que demonstra a frustração com os resultados do governo é a frase “O Brasil Novo segue sendo uma miragem num cotidiano econômico repleto de teias de aranha.” (COLLOR..., 1991, p. 26).

O fracasso na área econômica deixou evidente também a inabilidade do governo Collor em aglutinar apoios políticos. De acordo com Peres (1998, f. 107),

O problema de Collor, percebido em doses homeopáticas pela imprensa era que, se ele pretendia ser neoliberal na economia, também era prepotente, isolado, fugia de alianças e não tinha perfil de estadista. Ele era incapaz de estratégias para assegurar a governabilidade e levar em frente o projeto de governo com o qual se comprometera.

Na retrospectiva do ano de 1991, publicada na edição 1215 de 1 de janeiro de 1992, *Veja* assumiu uma postura muito mais crítica com relação a Collor: “Acabou-se a ilusão de que basta voluntarismo e arrogância para chegar ao Primeiro Mundo.” (AS 100..., 1992, p. 44). Nessa edição, ficou explícito que o presidente da República perdera a credibilidade e era criticado de maneira cada vez mais bem humorada. Exemplos não faltam: foi chamado de “mauricinho” (“[...] versão anos 90 dos almofadinhas do passado” (AS 100..., 1992, p. 51)), virou motivo de riso na seção “Acabou a piada”, na qual foram publicadas uma série de piadas envolvendo membros do governo Collor e o próprio, explicitando o momento de recessão e descrédito vivido pelos brasileiros em 1991. Uma delas é bem clara nesse sentido:

O presidente Collor recebe a notícia de que o seu governo está dividido entre os otimistas e os pessimistas.

– Quem são os otimistas? – pergunta o presidente

- São os que acham que até o final do ano estaremos comendo capim – diz o assessor.
- E os pessimistas?
- São os que acham que o capim não vai dar para todo mundo. (ACABOU..., 1992, p. 79).

O caso mais rumoroso de corrupção em 1991 envolveu a primeira-dama, Rosane Collor, que, na época, presidia a Legião Brasileira da Assistência (LBA). De acordo com Carneiro (1994), a *Folha de S. Paulo*, publicou em 6 de fevereiro de 1991, denúncias da compra de cestas básicas, sem licitação, ao custo de Cr\$ 66,5 milhões em dezembro de 1990. Meses depois, também sem licitação, foi gasto o valor de 1,54 milhão de cestas básicas entre os meses de março 1990 e de 1991. Em julho de 1991, Rosane Collor foi denunciada por ter utilizado dinheiro público para comemorar o aniversário de sua secretária particular. A Justiça de Brasília a condenou a devolver cerca de Cr\$90 milhões. Nessa época, Fernando Collor deixou de usar sua aliança de casado em público, o que, além de sinalizar problemas conjugais, poderia também ser interpretado como uma forma de mostrar que, supostamente, desaprovava as ações de sua esposa na presidência da LBA. O interesse dos leitores pelas notícias sobre a crise no casamento do presidente era tanto que o assunto ganhou uma reportagem de capa de *Veja*, em 21 de agosto de 1991. (PINTO, L., 1991).

Em janeiro de 1992, Collor foi envolvido numa acusação de plágio de textos cuja autoria era do falecido embaixador José Guilherme Merquior²¹. Publicado nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, no dia 5 de janeiro de 1992, o artigo denominado “*Agenda para o consenso: uma proposta social-liberal*” foi assinado somente por Collor, mas logo se descobriu que o original era de autoria de Merquior e que somente alguns trechos haviam sido modificados da versão original para publicação. Na reportagem “*Com a palavra alheia*”, publicada em 15 de janeiro de 1992, *Veja* chamou o caso de “[...] cooperação espiritual [...]” (COM A PALAVRA..., 1992, p. 20) e colocou a responsabilidade do ocorrido mais na assessoria da presidência do que na pessoa que assinara os artigos: “Collor é muito inteligente, provou ser também um homem de habilidade política. O erro, cometido de boa ou má-fé, foi tentar dar-lhe um sotaque intelectual tão elaborado quanto José Guilherme Merquior.” (COM A PALAVRA..., 1992, p. 23).

Um personagem que desempenhou um papel de grande importância nos bastidores da eleição presidencial – e que não recebeu, na época, destaque nos meios de comunicação – foi

²¹ Nascido em 1941, José Guilherme Merquior foi um dos intelectuais brasileiros de grande destaque no meio acadêmico e um dos defensores do liberalismo. Além de diplomata, também foi filósofo, sociólogo, escritor e bacharel em Direito. Membro da academia Brasileira de Letras desde 1982, faleceu em meados de 1991. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – ABL, [2012?]).

o empresário alagoano Paulo César Farias, mais conhecido como PC Farias. Homem de confiança de Collor, ele foi encarregado de administrar o dinheiro das doações para a campanha eleitoral de 1989. Mesmo sem ocupar nenhum cargo público na gestão Collor, ele exercia certa influência: como um sinal de força²², conseguiu indicar dois irmãos, Augusto Farias e Luís Romero Farias, para trabalhar, respectivamente, na Secretaria de Transportes e na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. A magnitude do poder exercido por PC Farias demonstrava que ele era o principal responsável em realizar negócios ilícitos no governo. Para Krieger, Novaes e Faria (1992, p. 83-84, grifo do autor), ele

[...] demonstrou que poderia influir em praticamente todas as áreas do governo, liberando recursos ou conseguindo contratos [...] A quebra da *livre concorrência* no mercado da contravenção estatal geraria sua consequência lógica e natural: um custo capaz de surpreender até mesmo os empresários mais calejados na negociação de propinas para *ajeitar* negócios públicos. A comissão padrão cobrada por PC variava entre 30% e 40% do negócio. Em alguns casos, atingia mais de 50%. Esta voracidade arrancou novos protestos e manobras de bastidores, mas a maioria das empresas já tinha aprendido que, pelo menos no início do governo, não havia outro canal de negociação.

Se PC Farias, não sendo funcionário público, conseguira influenciar decisões governamentais com tamanha precisão, isso somente poderia ter sido possível por estar agindo – supostamente – de acordo com os interesses escusos de Collor. Contudo, como provar sua culpabilidade se nenhum ato de ofício havia sido assinado por ele, não havendo um documento que pudesse ser usado para provar a corrupção? Posteriormente, no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, Collor foi inocentado, por cinco votos contra três, da acusação de corrupção passiva, baseado nesse argumento²³.

Em outubro de 1990, a imprensa noticiou o primeiro escândalo em âmbito nacional envolvendo PC Farias. Ao deixar o cargo de presidente da Petrobrás, Luís Octávio da Motta Veiga afirmara que PC Farias havia demonstrado, inúmeras vezes, que desejava que a Petrobrás fizesse um empréstimo a VASP (Viação Aérea de São Paulo), comandada pelo seu

²² Logo após o segundo turno da eleição de 1989, em janeiro de 1990, PC Farias (re) iniciou seus contatos com o empresariado brasileiro e montou a operação denominada “terceiro turno”: entrou em contato com os empresários que haviam doado dinheiro para a candidatura de Fernando Collor e afirmou que estava devendo 30 milhões. “O pedido de ‘contribuição’, que no primeiro turno era um apelo e no segundo uma exigência, nesta fase se transformou em chantagem. A recusa em contribuir significaria o alijamento dos negócios com o governo.” (KRIEGER; NOVAES; FARIA, 1992, p. 57-58).

²³ No livro *Ouvir contar: textos em história oral*, o advogado Evandro Lins e Silva defende a tese que Collor sofreu não somente um julgamento jurídico, mas também político: “O ministro (Sepúlveda da) Pertence, em relação a essa questão, segundo soube, apresentou um argumento decisivo: por que a necessidade de um ato de ofício? Não está escrito na lei, no *caput* do artigo da corrupção passiva; em segundo lugar, seria exigir quase que um recibo da corrupção; em terceiro – este é que é o argumento decisivo –, e quando a corrupção é feita para o funcionário não praticar ofício? (...) Esse argumento é irrespondível. É irrespondível do ponto de vista jurídico. Então veja que a decisão tem um conteúdo político. [...]”. (SILVA, E., 2004, p. 103).

amigo Vagner Canhedo, o que seria prejudicial aos cofres públicos. A partir de então, o nome de PC Farias estaria ligado aos bastidores do governo Collor pela mídia, sendo ele considerado um “amigo” do presidente. A curiosidade da imprensa, mesmo que ainda tímida, com relação a PC Farias se fez presente na entrevista de Fernando Collor na seção “Páginas amarelas” de *Veja*, em 25 de março de 1992. Com o título de “Este governo é bom”, as perguntas englobaram temas complexos como a corrupção e PC Farias. Ao ser indagado das razões de o empresário alagoano ter o nome mencionado na mídia, desconversou: “Não sei. É uma coisa que fico me perguntando. É a capacidade das pessoas em urdir certas coisas. [...]” (COLLOR, F., 1992, p. 8). Por outro lado, respondeu diretamente à pergunta que se referia a quanto tempo Collor não falava com PC – “Não converso com ele há um ano e oito meses.” (COLLOR, F., 1992, p. 8) No texto de introdução da entrevista, *Veja* transparecia não ter suprimido totalmente o apoio a Collor, que “[...] está menos risonho que no início do mandato, mas mais reflexivo e realista. Numa palavra, como ele mesmo admite na entrevista, está mais amadurecido.” (COLLOR, F., 1992, p. 6).

Antes da publicação da citada entrevista, ainda em 1991, a imprensa relatou as desavenças públicas entre PC Farias e Pedro Collor, irmão caçula do presidente. O fato era que o primeiro estaria montando um jornal em Alagoas para competir com aquele do clã Collor, a Gazeta de Alagoas, e que o próprio presidente da República estaria por trás do plano que visava a prejudicar diretamente Pedro Collor. Na edição de 20 de maio de 1992, o imposto de renda do último foi alvo de investigações por parte de *Veja*. (RAIO..., 1992). E, na semana seguinte, o irmão do presidente aprofundou as acusações contra PC Farias e envolveu de vez o irmão em acusações de corrupção publicadas na edição de *Veja* de 27 de maio de 1992. (COLLOR, P., 1992). Começava, então, a crise política que acabaria por derrubar Fernando Collor do poder.

Os historiadores que têm como foco principal de suas pesquisas a relação entre mídia e política encontram um rico material na recente história brasileira. Por vezes relegada aos estudos de outras áreas do conhecimento, como as ciências sociais, essa relação é importante por revelar que, muitas vezes, as decisões tomadas na esfera estatal podem sofrer interferências dos meios de comunicação – e vice-versa. A mesma mídia que apoiou o golpe de 1964 foi aquela que sofreu com as represálias à liberdade de expressão, que chegariam ao extremo após a instauração do AI-5. Foi também nesse período conturbado que surgiu *Veja*, uma revista

semanal de informação que trazia ao Brasil um tipo de jornalismo ao qual o público da época não estava acostumado. Apesar do fraco desempenho dos primeiros tempos, nos quais a publicação trouxe prejuízo à editora Abril, logo em seguida a revista se consolidou no mercado, ao dar ênfase ao noticiário político. Pode ser considerado um paradoxo, pois esse tipo de notícia era extremamente visado pela censura, e sua publicação – ou não – era fruto de um delicado “diálogo” entre jornalistas e funcionários do governo.

Esse quadro começaria a mudar progressivamente no governo de Geisel (1974-1979), período em que o lento processo rumo à redemocratização teve um capítulo importante (já no governo Figueiredo) com a fracassada campanha das Diretas Já, em 1984, que contara com o apoio dos mais influentes veículos de comunicação da época. Após o trágico falecimento de Tancredo Neves, os problemas econômicos e sociais do Brasil, no então governo Sarney, ganhavam as manchetes, ao mesmo tempo em que surgia no cenário político o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, cuja suposta moralidade quanto à sua gestão contra os “marajás” serviu como alicerce de sua candidatura à presidência da República. A trajetória política de Collor deve ser analisada atentando-se a suas relações com os meios de comunicação, pois, tanto por ocasião da vitória na eleição de 1989 quanto durante a fase de governo até a posterior renúncia ao cargo, motivada pela crise política deflagrada por Pedro Collor, em 1992, a mídia desempenhou um papel decisivo na conscientização pública, ora das virtudes, ora dos defeitos de Fernando Collor.

Após à presente reflexão histórica sobre questões consideradas importantes para o estudo da crise política de 1992, os próximos dois capítulos enfocam, especificamente, a crise política de 1992 sob dois prismas: os editoriais da revista *Veja* – intitulada de “Carta ao leitor” – e a seção de humor elaborada por Jô Soares.

3 CARTA AO LEITOR: A LINHA EDITORIAL DE VEJA

Neste capítulo, será analisada a seção intitulada “Carta ao leitor”, que publica opinião institucional de *Veja*. Trata-se de uma das peculiaridades da revista: em outras publicações, tal seção – que segue as mesmas diretrizes de *Veja* com relação ao conteúdo – recebe o título de “Editorial.” Para Bahia (1990, v. 2, p. 99), o editorial é “[...] uma opinião própria. É uma notícia com profundidade, porque não se limita à superfície dos fatos e incorpora autoridade, consistência e hierarquia ao seu conteúdo.” O editorial não deve deixar dúvidas ou mal entendidos, pois o objetivo é emitir uma opinião que encontre um ponto de equilíbrio com a abordagem das reportagens publicadas. Nesse sentido, ele demonstra “sintonia” entre o veículo de imprensa e os jornalistas responsáveis pela escrita da revista.

Ao total, foram selecionadas para análise, neste trabalho, 21 seções de “Carta ao leitor”, perfazendo 34 edições de *Veja*. Em um momento político delicado, a citada seção merece uma especial atenção dos pesquisadores que se debruçam a estudar a relação entre os veículos da imprensa escrita e a crise política ocorrida entre maio e dezembro de 1992, em vista de que não pode ser considerada tranquila a relação estabelecida entre governo (representado na figura do presidente Fernando Collor) e os jornalistas. É, portanto, a interação e a tensão entre os dois campos (o político e o jornalístico) que será objeto da análise.

3.1 As Primeiras Impressões da Entrevista de Pedro Collor

As três primeiras seções de “Carta ao leitor” analisadas neste subcapítulo (“*Depoimento que não se pode ignorar*”, “*Mudanças radicais no sistema*” e “*Notícias ruins nas horas impróprias*”) foram publicadas em ordem cronológica e representam as primeiras impressões sobre as declarações que Pedro Collor concedeu à revista *Veja*.

A primeira, intitulada de “*Depoimento que não se pode ignorar*”, publicada em 27 de maio, consistiu em um breve relato sobre os bastidores da entrevista de Pedro Collor a *Veja*. Segundo foi afirmado na entrevista, o jornalista Luis Costa Pinto, então chefe da sucursal de *Veja* Recife, mantinha contatos periódicos com Pedro Collor, pois também cobria notícias relacionadas ao Estado de Alagoas. Em um telefonema, o irmão do presidente revelou ter documentos relacionados a negócios do empresário PC Farias no exterior. (DEPOIMENTO..., 1992). A entrevista exclusiva de Pedro Collor foi, na realidade, favorecida por sua anterior relação com um jornalista de *Veja*. É possível argumentar que a escolha de conceder a entrevista a essa revista, e não à *IstoÉ*, foi motivada, em alguma medida, pela grande tiragem

do semanário, a qual suplantava a de seu principal rival. O impacto da entrevista seria, assim, amplificado. É apenas no final do texto que a revista coloca em pauta duas das características da “Carta ao leitor” que aparecerão com frequência nas edições subsequentes: a confiança plena nas instituições democráticas e o (auto) elogio ao papel da imprensa na consecução desse desiderato:

Como a missão da imprensa é buscar a verdade, apurando os fatos com rigor, VEJA considera que vem cumprindo esse objetivo na cobertura do caso. Os fatos, sem dúvida, são graves. Mas é imprescindível conhecê-los – para debatê-los e, nas instituições cabíveis, se tomar providências. É nesse sentido que VEJA vem reportando o assunto e publica nesta edição tudo aquilo que Pedro Collor tem a dizer. Por mais que se lamente a dor pessoal e familiar, o depoimento do irmão do presidente não pode ser ignorado. (DEPOIMENTO..., 1992, p. 15).

Na mesma edição, foram publicadas três reportagens (“*Chegou ao Planalto*”, “*O PC é o testa de ferro do Fernando*” e “*Uma limpeza geral*”) cujo enfoque foram as acusações de Pedro Collor. Na primeira matéria, afirmou-se que

Desde a posse, em 15 de março de 1990, não há roda de políticos e empresários que não comente exemplos de como, com o beneplácito do presidente, Paulo César Farias transita pelos meandros do governo, nomeando altos funcionários do Estado e, através dele, fechando toda a sorte de negócios. (CHEGOU AO..., 1992, p. 16).

Percebe-se que as acusações¹ de Pedro Collor não eram fatos novos tanto nos meios político e empresarial, quanto no midiático, mas o fato de a denúncia ter procedência no irmão do presidente acrescentou uma importante carga familiar a assuntos relacionados à alta administração pública que a imprensa não poderia ignorar. Além das denúncias de corrupção, Pedro Collor também revelou detalhes comprometedores da vida privada do presidente da República. A entrevista exclusiva, que também contou com a participação de sua esposa, Thereza, ganhou o título sugestivo de “*O PC é o testa de ferro do Fernando*”. Foram expostas as razões que o motivaram a denunciar de que Fernando

¹ Mesmo a saída de Fernando Collor da Presidência da República não impediu Pedro Collor de continuar seus ataques contra ele. Antes da publicação do livro *Passando a limpo: A trajetória de um farsante*, ele foi capa da revista *Veja* de 17 de março de 1993, ano 26, edição 1279 ao realizar vários ataques pessoais ao irmão, tais como a acusação de que ele utilizava supositórios com cocaína, escondia o fato de ter um filho de 10 anos de idade e de que fora traído pela esposa durante seu mandato presidencial. Além de insinuar que Fernando Collor tenha tido um caso homossexual com um amigo, teria apelado, para escapar do processo de *impeachment*, a rituais de Umbanda que envolviam o sacrifício de animais. (SEXO..., 1993; ÚLTIMA..., 1993). Anos depois, Rosane Collor confirmou essa história em uma entrevista publicada na edição 2038, de 12 de dezembro de 2007, da revista *Veja*, e, mais recentemente, reiterou a versão em uma entrevista de 25 minutos no programa da Rede Globo “Fantástico”, que foi ao ar em 15 de julho de 2012. (COLLOR, R., 2007; ROSANE..., 2012).

Collor se beneficiaria de um esquema de corrupção arquitetado por PC Farias para usufruir de vantagens financeiras. Inicialmente, Pedro Collor salientou que não queria derrubar o governo, mas constatou que este se encontrava corrompido: “[...] mas qual foi o mote da campanha de Fernando? Quem roubar vai para a cadeia. Na prática, estou vendo uma coisa completamente diferente. Ninguém pode enrolar todo mundo o tempo todo.” (COLLOR, P., 1992, p. 18) A justificativa profissional para denunciar o irmão e PC Farias seria o fato de que ambos estariam planejando a criação de um jornal, *Tribuna de Alagoas*, o qual disputaria espaço com a *Gazeta de Alagoas*, administrado por Pedro Collor. Temendo que as Organizações Arnon de Mello fossem prejudicadas, já que, além de fazer parte da família, também era responsável por administrar os negócios desta, decidiu conceder a entrevista a *Veja*. Outro motivo, dessa vez de cunho estritamente pessoal, foi o de que Fernando Collor teria assediado Thereza durante uma crise no casamento de Pedro, no final dos anos 80.

Já na reportagem “*Uma limpeza geral*”, são descritos trechos da entrevista de noventa minutos de Pedro Collor. Uma das declarações polêmicas foi que Fernando Collor havia sido um “[...] consumidor contumaz de cocaína [...]” (PINTO, L., 1992, p. 25) na juventude e que teria apresentado essa droga a Pedro. Este garantiu também que o irmão sabia que PC Farias realizava negócios utilizando o nome do presidente e que ficava com 70% do que era arrecadado pelo empresário alagoano. Por fim, o discurso de Pedro Collor adquiriu um teor conspiratório: “A partir de agora toda e qualquer iniciativa contra a minha integridade física ou moral atribuo ao presidente da República em primeiro lugar e ao Paulo César em segundo lugar. Por que o Paulo Cesar já se configurou em instrumento do Fernando para praticar o mal”. (PINTO, L., 1992, p. 25). Como os fatos comprovariam, não houve nenhuma tentativa de assassinato contra Pedro Collor.

Conforme Bucci (2000), uma das críticas que a mídia recebe é o fato de que alguns veículos de informação ultrapassam os limites entre o interesse público e a curiosidade perversa. Entretanto, é uma questão ética que cabe a cada órgão da imprensa o ato de garantir que esses deslizamentos não ocorram. O próprio Bucci (2000) admite que, no caso do presidente Collor, se a imprensa tivesse adotado uma atitude sigilosa sobre sua vida privada, tanto a democracia quanto o jornalismo brasileiro sairiam prejudicados, uma vez que, nesse caso, o *impeachment* foi considerado algo positivo. O principal argumento que sustenta a legitimidade eventual da exposição pública da vida privada é o fato de que, desde que surgiu no cenário político nacional, Collor utilizava publicamente seus (supostos) atributos pessoais para angariar simpatia popular: católico, casado, fiel, bem

apessoado, jovem, esportista², inteligente, ousado. Portanto, sua vida privada foi exposta, inclusive de forma exibicionista, para o seu *marketing* político. Na entrevista de Pedro Collor, não houve a comprovação das acusações feitas contra o irmão. Por exemplo, não foram apresentadas provas de que Fernando Collor houvesse realmente utilizado cocaína quando jovem ou de que estivesse ligado a irregularidades. Na reportagem “*O acordo nacional*”, publicada uma semana depois³ na *Veja*, o irmão admitiu não ter provas para sustentar o que havia afirmado com suposta precisão: “Quando digo que PC é testa-de-ferro de Fernando, não posso provar, já que ninguém passa procuração nomeando testa-de-ferro.” (O ACORDÃO..., 1992b, p. 17).

De acordo com Mendes, (2005, p. 767),

[...] a crise política é ainda uma realidade que se traduz por uma quebra de expectativas sociais depositadas sobre o(s) agente (s) que colocam em causa a sua reputação e a sua legitimidade e, conseqüentemente, a sua capacidade para continuar a desenvolver as suas actividades e intervenções como até então ocorrera [...].

A vitória eleitoral⁴ de Fernando Collor, em 1989, ocorreu num período de grave crise econômica e política. Como presidente, assumiu o compromisso de combater problemas que a sociedade definiu como importantes: inflação, desemprego e corrupção. Para responder às expectativas da população, prometeu implantar medidas

² Antes de completar um mês no cargo de presidente, Collor escreveu um ensaio para a revista *Veja* (09 de maio de 1990), na seção “Ponto de vista”, intitulado “*Vencendo os limites*”. O mote foi uma carta publicada pela mãe de Collor, que temia pela vida do filho por causa da prática de esportes considerados arriscados. Na resposta, ele demonstra o cuidado com que lidava com a imagem pessoal e pública como se fosse uma só: “A vida do presidente da República deve ser exemplar. Tenho integral consciência dessa responsabilidade. [...] Pretendo que minha dedicação aos esportes seja, além de uma faceta da vida pessoal do presidente da República, um exemplo positivo, principalmente para os jovens deste país.” (COLLOR, F., 1990, p. 98).

³ Na edição 1237, n. 23, 3 de junho da revista *Veja*.

⁴ Derrotado na eleição por Collor, Lula e seu partido, PT, tornaram-se destacados críticos do novo governo. O programa político do candidato Lula, em 1989, era nitidamente contrário às privatizações: pregava melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado. Ao assumir a presidência em 2002, o caminho neoliberal estava consolidado no Brasil, e nem mesmo um partido considerado de esquerda como o PT conseguiu ou quis alterá-lo. O governo Lula (2003-2010) manteve a situação econômica estabilizada, com a inflação controlada, que herdou do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Ao suprir as expectativas da maior parte da população, Lula alcançou bons níveis de aceitação do seu governo nas pesquisas de opinião, pelo menos até a crise política do “mensalão”, em 2005. Mesmo nos momentos mais delicados, quando o próprio presidente foi alvo de duras críticas, seu governo não perdeu a legitimidade. A reputação do presidente não saiu intacta, mas não ficou tão prejudicada, em uma comparação com Collor. Sua forte sustentação multipartidária, aliada à tática da oposição de não investir no *impeachment*, mas sim em “desgastar” a credibilidade do presidente para derrotá-lo na eleição presidencial de 2006, manteve-o no cargo até o fim do primeiro mandato. Ao ganhar pela segunda vez a eleição, Lula mostrou que ainda gozava de credibilidade e reputação política.

modernizantes⁵ – então em curso nos países de primeiro mundo –, que objetivavam redefinir o papel do Estado na economia:

- a) privatizar empresas estatais que prestavam serviços ineficientes;
- b) acabar com a rígida proteção do Estado à economia, que impedia a plena concorrência estrangeira e beneficiava empresas nacionais que não investiam na melhoria da qualidade de seus serviços.

Entretanto, em menos de três anos na presidência, Collor decretou dois planos econômicos que fracassaram no intuito de combater a inflação, não conseguiu criar uma base política que respaldasse seu governo no Congresso Nacional e não cumpriu as promessas de campanha. Ao invés de combater a corrupção, envolveu-se, ao que tudo indica, cada vez mais em seus meandros, caminho que decretou o fim do seu governo. Collor perdeu a credibilidade diante da classe política, dos meios de comunicação e da sociedade brasileira de maneira geral. A falta de competência do governo Collor em corresponder às expectativas da população foi um fator que ajudou em sua queda, mas não foi o único.

Para Melo, C. (2007), Collor não possuía habilidades administrativas para governar o Brasil, além de ser egocêntrico e arrogante ao dispensar apoios políticos importantes que poderiam ter sido essenciais para manter o cargo. Ele não levou em consideração que seu partido político, além de ser muito pequeno, possuía fraca sustentação política⁶. O apoio de partidos políticos mais fortes era fundamental, porém apenas o PFL (Partido da Frente Liberal) se destacava no cenário político em defesa do governo. Quando as circunstâncias tornaram-se insustentáveis para a permanência de Collor, principalmente quando foi decidido que a votação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados seria transmitida ao vivo pela televisão, apenas 38 deputados votaram contra o afastamento do presidente. Peres (1998, f. 107) afirma que “O isolamento político de Collor foi o que o fez vulnerável aos ataques de corrupção revelados. Do mesmo jeito que entrou no poder saiu: sem suporte parlamentar, sem base política capaz de assegurar sua governabilidade.”

⁵ De acordo com a economista Maria Helena Zockun, a intervenção do governo Collor na economia teve um lado positivo: “Depois das medidas econômicas, entre as quais a da diminuição das alíquotas de importação, a indústria brasileira foi obrigada a se modernizar e, com isso, ganhou competitividade. Eu não tenho dúvidas de que se ele não tivesse feito o que fez, estaríamos numa situação muito pior do que a que estamos hoje. Nossa economia seria ainda mais frágil e nosso parque industrial, mais incipiente. Muitos faliram, sim. Mas os que se estabeleceram, criaram condições de mercado.” (ZOCKUN, [2014?]).

⁶ Na retrospectiva da revista *Veja* sobre o ano de 1991, publicada em 01 de janeiro de 1992, foi lembrada uma frase do deputado do PDS, Antônio Delfim Netto, que teceu uma analogia entre as tentativas do presidente da República em aumentar seu apoio político em um momento de dificuldades econômicas: “Collor está para o PSDB como o vampiro está para o peçoço. Ele só quer sugar a energia dos tucanos”. (AS FRASES..., 1992, p. 76). No final, o PSDB foi um dos partidos que apoiaram a saída de Collor na crise política de 1992.

De acordo com Pasquino (1986b, p. 303), as crises políticas possuem algumas características comuns: ocorrem de maneira súbita (a entrevista de Pedro Collor); não podem ser previstas (não se sabe se novas denúncias podem surgir, nem a quem podem atingir, muito menos se existem elementos que as comprovem) e possuem curta duração (é possível fazer um recorte de sete meses entre a entrevista de Pedro Collor e a renúncia do presidente Collor). Não menos importante é a análise das consequências da crise política: quanto à forma como o governo lidou com a crise (Collor não conseguiu articular uma defesa que o desvinculasse da figura de PC Farias, nem explicou de forma convincente como pagava as suas despesas pessoais); quanto a quais políticos tiveram suas carreiras afetadas (Collor deixou o governo humilhado publicamente e teve os direitos políticos cassados por oito anos) ou quanto à possibilidade de o governo ter conseguido restabelecer a legitimidade para governar (no caso estudado, isso não aconteceu, havendo assumido na sua destituição o vice-presidente, Itamar Franco, o qual não mantinha laços estreitos com o antecessor).

A repercussão da entrevista de Pedro Collor foi o tema principal da “Carta ao leitor” da semana seguinte. Em “*Mudanças radicais no sistema*”, publicada em 03 de junho de 1992, foi exaltado o grande sucesso da edição anterior: dos 836.000 exemplares impressos, aqueles destinados às bancas (180 mil) esgotaram-se no mesmo dia em que foram distribuídos. Em vista da continuada demanda, mais 154 mil exemplares foram impressos e, em quatro dias, todos também foram vendidos. (MUDANÇAS..., 1992). Para a revista, “[...] foi uma semana difícil para a gráfica” (MUDANÇAS..., 1992, p. 15), pois foi necessário imprimir a edição da semana – cuja capa foi a Eco 92 – além de uma sobrecapa sobre a crise política. Também foi demonstrado o impacto da entrevista em jornais de outros países, – não foi citado, oportunamente, nenhum órgão de imprensa brasileiro: “VEJA [...] comemora o reconhecimento internacional de seu trabalho: dez dos mais respeitáveis jornais da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina citaram na semana passada a cobertura da revista sobre o caso.” (MUDANÇAS..., 1992, p. 15). A ilustração (Figura 7) que acompanhava a seção trazia uma seleção de recortes de jornais internacionais, em preto e branco, que mostravam manchetes sobre o caso.

Figura 7 – A imprensa internacional repercute a entrevista de Pedro Collor



Fonte: Mudanças... (1992, p. 15)

Conforme Bourdieu (1997), uma prática recorrente dos jornalistas é a leitura diária do material que outros veículos da imprensa produzem, até mesmo as manchetes mais corriqueiras, sob o risco de serem ultrapassados na busca, sempre incessante, por notícias novas, o chamado “furo” jornalístico. No caso de *Veja*, ocorreu o contrário: a revista constatou que havia ultrapassado outros veículos e impôs a sua relevância sob o ponto de vista jornalístico e mercadológico. Está sendo feita aqui menção a um conceito oriundo da área do jornalismo denominado pauta, que é definido por Melo, J. (2003, p. 78) como “[...] um roteiro destinado à pré-seleção das informações a serem publicadas. É através da pauta que se distribui o conjunto de tarefas destinadas cotidianamente aos profissionais que integram a redação: repórteres, redatores e editores.” Mesmo que denúncias de corrupção no governo Collor não fossem novidades⁷ na mídia, pode-se afirmar que o fato de *Veja* ter publicado a entrevista de Pedro Collor teve como consequência colocar na pauta dos meios de comunicação, com grande visibilidade, o suposto envolvimento do presidente da República nelas. Em vista disso, no período que se estendeu do final de maio a dezembro de 1992, a pauta predominante do jornalismo político de *Veja* (enfoque que tornou a revista um sucesso comercial desde a primeira metade da década de 1970, como foi visto no capítulo I) e também da “Carta ao leitor” foi a crise política.

“*Mudanças radicais no sistema*” não citou uma consequência direta das denúncias de Pedro Collor: a abertura de uma CPI⁸ para investigá-las. Na reportagem publicada na mesma edição, “*O acordão nacional*”, foi assegurado que a CPI investigaria os negócios de PC Farias e preservaria “[...] o presidente da República. Vale dizer: a todo custo, não se deve investigar as ligações entre Fernando Collor e seu ex-caixa da campanha eleitoral.” (O ACORDÃO..., 1992b, p. 16). Com exceção do PT, que pedia o *impeachment*, os partidos restantes, naquela circunstância, concordaram em poupar Collor. Mesmo assim, a revista avaliou o preço que seria cobrado para tanto: o atendimento de reivindicações políticas por parte do governo. O discurso de *Veja* deixava transparecer – mesmo não o acusando diretamente – que o presidente da República teria motivos para temer a investigação da CPI, pois era “[...] uma proposição impossível querer investigar os negócios de PC Farias fingindo que ele não tinha influência no governo.” (O ACORDÃO..., 1992b, p. 17).

⁷ Foram inúmeros os casos de corrupção divulgados pelos meios de comunicação: a ausência de licitações envolvendo o programa e recuperação de estradas, o SOS Rodovias; a contratação de agências de publicidade sem licitação, desvio de verbas da Legião Brasileira de Assistência (órgão então presidido por Rosane Collor, esposa do presidente); o recebimento de propina pelo ministro do Trabalho, Rogério Magri.

⁸ PT, PMDB e PSDB foram os partidos políticos de maior expressão que compunham a oposição ao governo durante os trabalhos da CPI. Já a base governista era formada principalmente pelo PFL e o PTB, além do pequeno partido do presidente, o PRN. (PERTO..., 1992).

Já a “Carta ao leitor” intitulada “*Notícias ruins nas horas impróprias*”, publicada em 10 de junho de 1992, também abordou a questão do impacto das denúncias de Pedro Collor. (NOTÍCIAS..., 1992). Como ilustração, foi reproduzida uma tira de quadrinhos (Figura 8), dos personagens de *As cobras*⁹ de Luis Fernando Verissimo.

Figura 8 – O humor político de As Cobras



Fonte: Verissimo (1992 apud NOTÍCIAS..., 1992, p. 15)

Embora a tirinha não tenha sido escrita especialmente para a publicação em *Veja*, ela pode ser considerada um cartum editorial porque é “[...] o equivalente visual de parte de uma retórica séria, uma maneira de expressar um ponto de vista respeitável de forma predominantemente visual, embora talvez acompanhado de um texto para reduzir a ambiguidade.”(DAVIES, 2011, p. 94). Pelo traço simples de Verissimo – apenas três cobras em um cenário neutro –, o texto se faz necessário porque nele reside o humor, ainda que o motivo de sua origem seja muito sério: a corrupção. Ele fez uma nada sutil referência à relevância jornalística de *Veja*, que publicava informações sobre os desdobramentos da crise política, as quais despertavam em alguns brasileiros ansiedade¹⁰, que aqui é representada no personagem de Dudu. É importante atentar ao fato de que a tirinha foi idealizada por um famoso e reconhecido escritor, Luis Fernando Verissimo, o que traz certo prestígio à revista por ter sido citada por ele.

⁹ A série *As Cobras* começou a ser publicada no jornal *Zero Hora* ainda durante a ditadura militar, em 1975, tendo sido, desde então, também utilizada para fazer humor com os problemas políticos do Brasil. Para Luís Fernando Verissimo, “Cobras é o produto da combinação do meu gosto por quadrinhos com minhas limitações como desenhista. Cobra é muito fácil de fazer, só tem pescoço”. ([ORELHA ...], 2010). A série foi publicada até 1997, sendo, desde então, reeditada em diversos jornais. Em 2010, a editora *Objetiva* publicou uma coletânea de *As cobras*.

¹⁰ Na edição 1242, de 8 de julho de 1992, foi veiculado um anúncio publicitário no qual a revista *Veja* utiliza-se de sua atuação jornalística na crise política (que apenas estava no começo) com intuito de vender assinaturas: “Enquanto a maioria espera ansiosamente por cada nova edição, outros tremem só de pensar. É a força do jornalismo investigativo de **Veja** a serviço da melhor informação. Cada vez mais lida, cada vez mais comentada, durante a semana não se fala noutra coisa. Por isso, os exemplares têm se esgotado rapidamente nas bancas. Para você não correr o risco de ficar sem o seu, assine e receba sua **Veja** com conforto, exclusividade e economia.”(VOCÊ..., 1992, p. 53, grifo do autor).

Na citada seção, foi afirmado que, exatamente no momento da realização da Eco 92¹¹, a mídia abordava dois temas considerados “[...] chatos, problemáticos.” (NOTÍCIAS..., 1992, p. 15). Eram eles: os desdobramentos da CPI do caso PC Farias e a denúncia de um estupro envolvendo o índio Paiakan¹². O discurso seguiu uma linha em que era destacada a seriedade dos problemas da época e a conduta da revista diante deles:

É legítimo desejar que os temas da revista fossem mais amenos, ou nobres. Para o país, no entanto, a postura mais pernicioso seria a de varrer os problemas para debaixo do tapete. As dificuldades só podem ser solucionadas quando encaradas de frente, com a exposição clara dos fatos e o explicitamento das divergências. O país atravessa uma quadra difícil. VEJA acredita estar cumprindo o seu papel ao reconhecer os problemas e expô-los de maneira cabal. Fugir da realidade no Brasil de hoje é o caminho seguro para deixar tudo como está. E para evitar as mudanças, urgentes e profundas, que se fazem necessárias. (NOTÍCIAS..., 1992, p. 15).

Nesse sentido, a postura da revista assemelha-se ao que Bucci (2000) afirmou sobre o jornalismo, que consiste na publicação de informações que as pessoas possuem o direito de saber, mas que algumas parcelas da sociedade podem não querer que sejam divulgadas. O jornalismo não deve noticiar o que determinados setores desejam, mas fazer exatamente o contrário ao veicular aquilo que estes querem esconder do público e que, conseqüentemente, pode afetar a vida em sociedade. *Veja* afirmou que atendeu aos interesses dos brasileiros ao divulgar notícias que atingiam diretamente – nos âmbitos pessoal e profissional – o presidente da República. Assim, demonstrou que não estava subordinada acriticamente aos interesses do governo federal, nem defendia determinado político ou partido. As notícias comprometedoras envolvendo PC Farias e o presidente da República foram publicadas com destaque no periódico. Os casos de corrupção – que até então não envolviam diretamente Fernando Collor – divulgados durante seu governo atingiram o ápice em 1992. Essas notícias interferiam, também, na vida dos brasileiros, em maior ou menor grau. Um exemplo ocorreu na área econômica. Na reportagem “*Vozes da guerra*”, publicada em *Veja* de 26 de agosto, há uma subdivisão denominada “*A voz das bolsas*”, em que foi salientado que os boatos de que Collor renunciaria ao cargo haviam feito as cotações da bolsa de valores aumentar

¹¹ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco 92, foi realizada no Rio de Janeiro entre os dias 3 e 13 de junho de 1992. Com o objetivo de discutir um código de conduta que seria seguido pelas nações nessa questão, o evento contou com a participação de diversos chefes de Estado, especialistas e militantes de vários países. (A TERRA..., 1992).

¹² Na época, o cacique da aldeia Aukre dos índios caiapós do sul do Pará, Paulinho Paiakan, ganhou notoriedade internacional ao receber o Prêmio Global 500 da ONU em vista de seu trabalho como ecologista. Contudo, às vésperas da realização da Eco 92, ele foi acusado de estupro de uma garota e de estar envolvido com a venda ilegal de madeira na Amazônia. (GOMES; SILBER, 1992).

consideravelmente. Hipoteticamente, foi utilizado como exemplo o então presidente dos Estados Unidos, George Bush: se ele estivesse sofrendo um processo de *impeachment*; “[...] os americanos cortariam seus investimentos nas bolsas, porque elas são sensibilíssimas a problemas políticos. Tendem a cair na hora de dificuldades. No Brasil, o presidente da República parece descartável.” (A VOZ..., 1992, p. 20). Na mesma reportagem (A VOZ..., 1992), também foi assinalado que, até aquele momento – quando ainda estava para ser marcada a votação na Câmara de Deputados para julgar Collor –, os investidores estrangeiros não haviam retirado o seu dinheiro do país.

Na mesma edição em que foi publicada “*Notícias ruins nas horas impróprias*”, a reportagem “*O acordeão faz água*” afirmava que os trabalhos da CPI não haviam conseguido, até aquele momento, apontar vínculos de uma sociedade entre Collor e PC Farias. Em seu depoimento na CPI, Pedro Collor foi evasivo ao responder a indagações dos deputados e admitiu que não podia provar tudo que havia afirmado em entrevista à *Veja* – principalmente o trecho em que ressaltava que 70% do que era arrecadado com a corrupção ia para os bolsos do presidente Collor. Entretanto, a situação de Collor não estava decidida: o governo perdeu a maioria no plenário da CPI. Em vista de um desentendimento entre Jorge Bornhausen, que era o responsável pela articulação política do governo, com o senador de Santa Catarina Esperidião Amin (PDS), o segundo escolheu um combativo deputado da oposição, José Paulo Bisol (PT), para integrar a CPI. Possivelmente, esse era o motivo para a escolha do título da reportagem, que fazia referência ao fato que Fernando Collor não teria suas ligações com PC Farias investigadas. (O ACORDÃO, 1992a). Contudo, a revista apostou¹³ na permanência de Collor na presidência: “Internado na UTI da Eco 92, o governo Collor é um paciente em recuperação. Diante do estado anterior, tende a apresentar sinais de melhora a cada dia que passa.” (O ACORDÃO, 1992a, p. 19). Como será visto, nas semanas seguintes, *Veja* mudaria rapidamente o seu ponto de vista.

3.2 Revista Veja, Lei de Campanha e Moralidade

Serão analisadas duas “Carta ao leitor” publicadas em diferentes períodos da crise política: a primeira, ainda no início das investigações da CPI instaurada sobre PC Farias (“O

¹³ Uma das características dos textos jornalísticos é a utilização das figuras de linguagem, sendo que a revista *Veja* as utiliza ao comparar o governo a um paciente na Unidade de Tratamento Intensivo. Para Motta (2005, p. 11), os jornalistas utilizam uma linguagem que “[...] é por natureza dramática e a sua retórica é tão ampla e rica quanto a literária. [...] Recursos lingüísticos e extra lingüísticos remetem os receptores a estados de espírito catárticos: surpresa, espanto, perplexidade, [...]. Eles promovem a identificação do leitor com o narrado, humanizam os fatos brutos e promovem a sua compreensão como dramas e tragédias humanas”.

país precisa de uma lei para campanhas”). E a segunda, quando o presidente Collor já havia sido afastado do cargo e esperava pelo julgamento do Senado Federal (“*A moralidade e a vontade de mudar*”).

O tema da “Carta ao leitor” publicada em 17 de junho de 1992, “*O país precisa de uma lei para campanhas*”, tratou da questão das irregularidades no financiamento das campanhas políticas. Foi relacionado esse fato com as denúncias de corrupção que ocorriam naquele momento referentes ao pleito eleitoral de 1989, no qual Collor havia sido eleito presidente da República: “O poder econômico atuou em dupla com contraventores e, de maneira acachapante, fez letra morta da legislação eleitoral.” (O PAÍS..., 1992, p. 21). Após afirmar que a lei que regia o levantamento de campanha era “[...] falha, anacrônica [...]” (O PAÍS..., 1992, p. 21), foi apontado que o Congresso deveria revê-la com urgência, para que as eleições que ocorreriam em outubro de 1992 fossem mais bem regulamentadas.

Aqui se faz necessário focar a elite econômica brasileira e suas relações com Fernando Collor e PC Farias. Em 1989, o empresariado injetou altas somas de dinheiro¹⁴ na campanha de Collor, principalmente no segundo turno, pois acreditava que ele era um candidato mais afinado aos seus interesses do que Lula, mas também o fez na esperança de que isso garantisse a boa vontade, em caso de vitória, do governo recém-eleito para tratar de negócios com a iniciativa privada. Contudo, não foi isso que aconteceu. Logo após a vitória de Collor no segundo turno, em janeiro de 1990, PC Farias pôs em prática uma operação denominada “terceiro turno” (KRIEGER; NOVAES; FARIA, 1992, p. 57): entrou em contato com empresários que haviam doado dinheiro para a candidatura de Collor e relatou que devia 30 milhões. “O pedido de ‘contribuição’, que no primeiro turno era um apelo e no segundo uma exigência, nesta fase se transformou em chantagem. A recusa em contribuir significaria o alijamento dos negócios com o governo.” (KRIEGER; NOVAES; FARIA, 1992, p. 57).

O tema da presente seção pode ter tido como inspiração uma frase proferida por PC Farias durante o depoimento que concedeu à CPI para esclarecer a veracidade das denúncias feitas por Pedro Collor. Ao ser perguntado pelo deputado José Dirceu (PT) sobre como havia funcionado o sistema de arrecadação de recursos da campanha de Collor para a presidência, ele afirmou que a quantia de dinheiro doado havia sido “[...] ‘imensurável’ [...]” (FARIAS

¹⁴ Com relação à quantia que teria sido arrecadada em 1989, outra referência é o ex-deputado Cleto Falcão, que, durante um período do governo Collor, foi líder da bancada governista: no livro *Dez anos de silêncio*, ele afirma que PC Farias havia arrecadado em 1989 US\$ 134 milhões, dos quais 52 milhões não haviam sido gastos. (FALCÃO, 2004 apud MORAES NETO, 2005). Já na reportagem da revista *IstoÉ* “Assombrações colloridas”, publicada na edição 1945 de 7 de fevereiro de 2007, Cláudio Vieira, ex-secretário particular de Collor, assegurou que “Havia um saldo de campanha de mais de US\$ 20 milhões. O dinheiro era de Fernando.” (MARQUES, 2007, p. 38).

apud OINEGUE, 1992b, p. 34) e que “[...] ‘Nós estamos todos sendo hipócritas aqui.’” (FARIAS apud OINEGUE, 1992b, p. 34). Na reportagem “*Retórica clandestina*”, publicada em 17 de junho, *Veja* interpretou essa frase da seguinte maneira: “ ‘Companheiros de ladroagem, a lei deve valer apenas para os que estão lá fora, o povão, e não nós, que vivemos de eleições’ ”. (FARIAS apud OINEGUE, 1992b, p. 34). Também foi salientado que nenhum dos 22 parlamentares havia questionado a frase de PC Farias, o que a revista considerou que poderia ter sido um “[...] ato falho, já que ao aceitarem calados a reprimenda do caixa de campanha encararam a roubalheira como um fato tolerável e até desejável.”(OINEGUE, 1992b, p. 34).

Já a “Carta ao leitor” denominada “*A moralidade e a vontade de mudar*”, publicada em 2 de dezembro, não abordou a questão da lei de campanhas, mas a questão da moralidade¹⁵ tanto dos funcionários públicos como da população brasileira. (A MORALIDADE..., 1992). Aranha e Martins (2003, p. 301) entendem a moral como um “[...] conjunto de regras de conduta admitidas em determinada época ou por um grupo de pessoas.” É de se supor que, em um momento de profunda crise política – representada na suposta desonestidade do próprio presidente da República –, os brasileiros se sentissem desacreditados com relação à conduta dos funcionários públicos e mesmo do restante da população. A revista constatou que o governo Collor não tivera como postura a moralidade, mas que as denúncias de corrupção demonstraram o problema e a necessidade de enfrentá-lo. Convém lembrar que, para Pasquino (1986a, p. 292), “A Corrupção é considerada em termos de legalidade e ilegalidade, e não de moralidade e imoralidade [...]”. Na condição de presidente da República, Fernando Collor poderia ser acusado de ilegalidade ao aceitar dinheiro oriundo do esquema PC Farias, e não de imoralidade, como erroneamente aponta *Veja*.

Veja entendia que, para combater a corrupção institucionalizada, era necessário “[...] ter vontade política de erradicá-la, não aceitar os esquemas de suborno, encontrar os responsáveis e, na forma da lei, puni-los exemplarmente.” (A MORALIDADE..., 1992, p. 17). O julgamento político de Collor, caso fosse condenado, poderia ser o começo das mudanças políticas pelas quais a revista clamava. A figura de Collor e os desdobramentos dos escândalos políticos nos quais se envolveu continuavam na pauta dos meios de comunicação. Para Melo, J. (2003, p. 78), “A pauta não é apenas um elenco de temas ou

¹⁵ De acordo com Castanha ([200-]), “O conceito de moralidade pública tem sua historicidade e varia de acordo com os princípios e valores de uma determinada época, do grau de participação dos indivíduos na sociedade e da direção política. Hoje ele é usado como sinônimo de ética.”

assuntos a serem observados pelos jornalistas, mas uma indicação dos ângulos através dos quais os acontecimentos devem ser observados e relatados.” O discurso de *Veja*, portanto, não se diferenciou dos outros veículos de comunicação¹⁶: expressou uma forte crítica ao presidente temporariamente afastado e o desejo de que fosse condenado no julgamento no Senado Federal. Nesse sentido, foi publicada uma fotografia que o mostrava sozinho. (Figura 9)

Figura 9 – Fernando Collor está só



Collor: a corrupção como método

Fonte: Registrada por Brito (1992c, p. 17).

A escolha da fotografia de Collor pode ter representado a tentativa de *Veja* de vincular a figura do presidente à corrupção no Brasil. Em virtude disso, é possível apontar alguns possíveis sentidos para a foto:

- a) mostrar que os brasileiros haviam deixado o presidente “sozinho”, sem apoio;
- b) colocá-lo como um representante da classe política que utilizava o cargo público com o intuito de obter benefícios ilícitos;
- c) como Collor olha para o chão, a intenção da revista pode ter sido mostrá-lo como se estivesse envergonhado dos atos de corrupção que supostamente havia cometido.

A imagem de Collor sozinho é também uma forma de relembrar o apelo do discurso de Collor, que pedia apoio aos brasileiros ao expressar que estaria sozinho sem eles. Como a revista supunha, a população realmente o deixou sem apoio nesse período final da crise política

¹⁶ A revista *IstoÉ*, por exemplo, publicou o editorial “País sincero”, na edição 1197, de 9 de setembro de 1992, no qual deixava claro a sua oposição a Collor: “O Executivo encena um espetáculo de truculência, desfaçatez e patifaria que empalidece as lembranças mais vergonhosas. O Brasil, em compensação, oferece as provas do seu amadurecimento na capacidade de aquilatar a gravidade do equívoco cometido ao eleger Collor e de exigir soluções dentro de parâmetros constitucionais dignos da contemporaneidade do mundo.” (PAÍS..., 1992, p. 15).

3.3 A Questão da Apuração das Informações por Parte dos Jornalistas

Serão analisadas as “Carta ao leitor” intituladas “*As instituições funcionam bem*” e “*O desafio de apurar com documentos*”, que abordaram um assunto diretamente ligado ao campo jornalístico: o da verificação das informações veiculadas antes da publicação.

“*As instituições funcionam bem*”, publicada em 24 de junho de 1992, salientou que as instituições democráticas não estavam ameaçadas, pois estariam funcionando melhor do que nunca, mesmo com as “[...] naturais descargas de adrenalina e emoção que o caso propicia.” (AS INSTITUIÇÕES..., 1992, p. 15). Foram citados como exemplos a conduta da Polícia Federal, Ministério Público, Procuradoria-Geral da República e a Receita Federal, que estariam “[...] à cata de indícios e provas.” (AS INSTITUIÇÕES..., 1992, p. 15). Também havia sido afirmado anteriormente que “[...] muitas das denúncias publicadas pela imprensa nela permaneceram, sem que fossem investigadas pelos órgãos competentes.” (AS INSTITUIÇÕES..., 1992, p. 15). Entretanto, a própria revista não fez uma autocrítica, pois ela também não havia investigado, com a devida profundidade, as ligações de PC Farias no governo Collor, as quais eram de conhecimento público desde 1990.

Ao mesmo tempo em que foi enaltecido o trabalho jornalístico da imprensa em geral, houve o destaque da atuação de *Veja* que, na citada edição, trazia uma entrevista exclusiva com o ex-aliado de Collor, Renan Calheiros. Na foto que ilustra a seção (Figura 10), os jornalistas Expedito Filho e Eduardo Oinegue estão ao lado de Renan Calheiros, sendo que os três estão olhando para uma folha na qual o último escreve. Para legenda, foi escolhida a palavra rigor.

Figura 10 – A checagem das informações



Fonte: Registrada por Brito (1992a, p. 15).

Conforme Traquina (2004, p. 77),

O imediatismo é definido como um conceito temporal que se refere ao espaço de tempo (dias, horas, segundos) que decorre entre o acontecimento e o momento em que a notícia é transmitida, dando existência a esse acontecimento. [...] O imediatismo age como medida de combate à deterioração do valor da informação.

Visto que a questão do tempo é um fator decisivo no universo jornalístico, o discurso institucional de *Veja* visou a enaltecer as supostas qualidades de seus jornalistas ao salientar que as informações haviam tido sua veracidade verificada antes de sua publicação. Ou seja, seriam informações que deveriam ter sido encaradas pelos leitores como verdadeiras. Para Kucinski (1998, p. 172), as revistas *Veja* e *IstoÉ* expressavam

[...] um profundo sentimento de traição da classe média brasileira que constitui o seu público referencial. Em primeiro lugar, as classes médias sentiram-se traídas pelo presidente, que se elegeu acusando seu oponente de planejar o confisco das poupanças populares, quando era ele que planejava esse confisco – e o realizou. Em segundo lugar, um sentimento mais sutil de ter sido traída pela própria mídia, no caso as duas revistas, que trabalhavam ativamente pela eleição de Collor e, nesse âmbito, endossaram a trama sobre o suposto plano de confisco da poupança por Lula.

Um dado mercadológico essencial para a Editora Abril era o de que o público leitor que assinava *Veja* era substancialmente superior se comparado àquele formado pelos leitores eventuais, que compravam seus exemplares nas bancas. Eram, portanto, os assinantes, oriundos da classe média,¹⁷ os principais responsáveis pelas vendas de *Veja*. Na época, criou-se um paradoxo: a revista apoiou a candidatura de Collor e seu governo (mesmo com eventuais críticas), mas as evidências de corrupção, em 1992, eram tão latentes que não poderiam ser totalmente minimizadas. Além disso, a classe média era a parcela da sociedade mais ativa no combate à corrupção institucionalizada: Para Carvalho, J. (2008, p. 240),

Esta classe é a que está mais cercada pela lei em função de sua inserção profissional. É sobre ela que recai grande parcela dos impostos. É ela que menos se beneficia de políticas sociais. Também depende menos do poder privado e do poder do Estado, exceto a pequena parcela absorvida pela máquina estatal. De outro lado, graças à sua alta escolaridade, ela pode formular uma visão crítica da política e de seus agentes. É ela que forma a opinião pública do país, se por isso entendermos a opinião bem informada e crítica expressa na mídia [...].

¹⁷ Em 2012, esse quadro não havia se modificado substancialmente: conforme dados do IVC jun./12, a circulação em junho daquele ano da revista *Veja* foi de 1.209.859 exemplares, 922.417 dos quais vendidos por assinatura e 143.778, avulsos. (PUBLIABRIL, 2012).

Os leitores da classe média que estavam interessados nos desdobramentos da crise política não ficaram decepcionados com a edição de 24 de junho de *Veja*, pois foi apresentada uma entrevista na seção “Páginas amarelas” com outro ex-membro¹⁸ do governo que acusou Fernando Collor de acobertar as ações de PC Farias: Renan Calheiros, ex-líder do PRN na Câmara de Deputados. Intitulada “*Eu avisei o presidente*” (CALHEIROS, 1992), a entrevista conduzida pelos jornalistas Eduardo Oinegue e Expedido Filho foi a principal novidade sobre a crise política naquela semana. De acordo com Calheiros (1992), Collor estava ciente de que PC Farias era uma figura que exercia uma influência indevida no governo. Denunciou também que PC Farias estivera envolvido nas fraudes ocorridas nas eleições estaduais de 1990, quando Calheiros concorria para o cargo de governador de Alagoas e fora derrotado. As perguntas dos repórteres encontraram um entrevistado que dera detalhes das conversas com o presidente, além de comentar que o próprio PC Farias seria o responsável pelas despesas pessoais da primeira dama.

Conforme Silva, Cláudio (1993), os motivos para Fernando Collor não apoiar a candidatura de Renan Calheiros para o governo de Alagoas, em 1990, não passavam de suposições. Mas alguns eventos do passado podem estar relacionados à decisão de Collor: quando era prefeito da capital de Alagoas, recebeu de Calheiros o apelido de “príncipe da corrupção”; na eleição para prefeito de Maceió, em 1988, Calheiros realizou uma campanha em que tentou se desvincular do então aliado e governador de Alagoas, que estaria lhe tirando votos por causa das demissões no serviço público; quando Collor estava no início da campanha para a presidência da República, Calheiros não teria se entusiasmado com a ideia. Haveria também outra pessoa, a esposa do presidente, que havia contribuído para a derrota de Calheiros. O desafeto de Rosane teria origem em um suposto comentário de Calheiros no qual reclamava que alguns deputados não tinham sido bem tratados na LBA, que era presidida por ela: “Collor se irritava quando, inexperiente, a mulher lhe causava problemas políticos, mas ao mesmo tempo parecia divertir-se com a firme determinação da jovem primeira-dama em atrapalhar a vida de Renan e fazer do cunhado [...] o deputado mais votado no estado.”

¹⁸ Entrevistado na seção “Páginas amarelas” de 17 de junho de 1992, Luís Octávio da Motta Veiga, ex-presidente da Petrobrás, admitiu novamente as acusações que fizera ao deixar a presidência da Petrobrás, em 1990: PC Farias demonstrou inúmeras vezes que queria que a Petrobrás fizesse um empréstimo para a VASP, que era comandada pelo amigo do empresário alagoano, Vagner Canhedo: “Posso dizer, porque ouvi isso do senhor Paulo César Farias, que eles (Collor e PC Farias) são íntimos. Também posso dizer, porque vi, que o senhor Paulo César Farias circula pelo governo do presidente Collor com rara e impertinente desenvoltura, tratando de negócios que não são dele.” (VEIGA, 1992, p. 8). Afirmou que o cunhado de Collor, o embaixador Marcos Coimbra, havia telefonado para ele e dito que havia interesse do governo para que o empréstimo, lesivo aos cofres da Petrobrás, fosse concedido. Na opinião de Elio Gaspari, que aparece como responsável pela entrevista, Collor era o “[...] presidente da República de Alagoas, de quem se tornara colônia a República do Brasil”. (VEIGA, 1992, p. 7).

(SILVA, Cláudio, 1993, p. 79). A ocasião em que Renan Calheiros teve a absoluta certeza de que não contara com o apoio do presidente – que afirmara não ter candidato na eleição em Alagoas – foi quando abriu as urnas e identificou “[...] sem dificuldades o azul da caneta-tinteiro Cartier na cédula usada pelo presidente para optar por Geraldo Bulhões.” (SILVA, Cláudio, 1993, p. 82).

Conforme Skidmore (2000), desde o primeiro ano de governo, parte da imprensa suspeitava¹⁹ de que houvesse corrupção nos altos escalões do governo. Contudo, ainda que as denúncias não houvessem sido aprofundadas – quer pelas autoridades, quer pela imprensa –, voltariam aos holofotes graças à entrevista exclusiva de Pedro Collor à *Veja*. Skidmore (2000) reforça que o sentimento de frustração dos jornalistas diante da corrupção institucionalizada não era algo surgido somente no governo Collor, mas datava de, no mínimo, duas décadas anteriores. Isso porque os jornalistas haviam

[...] visto a corrupção crescer durante o governo militar, quando a censura impedia que ela fosse denunciada. Mesmo na fase final, quando suspenderam a censura, as denúncias pareciam não causar nenhum impacto. A administração Sarney envolveu-se em casos de flagrante corrupção em larga escala, como o favoritismo na construção da ferrovia Norte-Sul, um projeto faraônico e mal planejado visando atender interesses políticos, mas as denúncias na imprensa tiveram pouco efeito. Foi apresentado no Congresso uma moção para o *impeachment* de Sarney, sem nenhuma prova de corrupção pessoal, mas poucos a levaram a sério. (SKIDMORE, 2000, p. 33, grifo do autor).

Ao analisar as reportagens publicadas pelos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, além das revistas *Veja* e *IstoÉ*, Matos (2008) chegou à constatação de que, ao mesmo tempo em que tenha havido um predomínio de matérias que tinham como origem as informações divulgadas na CPI, “[...] alguns dos textos publicados entre maio e junho de 1992 evidenciam uma relutância da imprensa de uma forma geral, independentemente do veículo, em admitir que havia corrupção oficial.” (MATOS, 2008, p. 132-33). É notável, portanto, a verificação de duas características não somente em *Veja*, mas também em outros órgãos de imprensa do Brasil:

- a) a suspeita de que a corrupção institucionalizada nos altos escalões do governo era uma realidade que o “caçador de marajás” não obtivera êxito em combater;

¹⁹ A revista *IstoÉ*, por exemplo, colocou na capa na edição 1101, de 24 de outubro de 1990, uma pequena foto de PC Farias e, em caixa alta, “ELE COMPLICA A VIDA DO GOVERNO”. Em caixa baixa, “Paulo César Farias está envolvido na fraude eleitoral em Alagoas e em outros escândalos.” (ELE..., 1990). Outro indício das suspeitas da imprensa deu-se na edição 1227 da revista *Veja*, de 25 de março de 1992, na qual foi publicada uma entrevista exclusiva do presidente Collor na seção “Páginas amarelas”. Na ocasião, o presidente da República afirmara que não mantinha contato com PC Farias. (COLLOR, F., 1992).

- b) uma hesitação em acusar diretamente Collor, sem provas irrefutáveis de que estaria diretamente envolvido em corrupção.

Após a entrevista de Pedro Collor, como visto, seguiram-se outras com o ex-presidente da Petrobrás Motta Veiga e o político Renan Calheiros na seção “Páginas amarelas”. No caso dos dois últimos entrevistados citados, o que *Veja* fez foi procurar pessoas que estavam fora do governo naquele momento e que já haviam acusado PC Farias de manter ligações com o governo anteriormente. Ambos não tinham como comprovar as acusações: foi a confiança na palavra deles que levou à publicação das entrevistas. Contudo, com a descoberta de documentos que comprovavam a ligação financeira de Collor com PC Farias (edição 8 de julho) (ROCHA; PINTO, 1992), junto com os fatos divulgados pela CPI, foi inaugurada a fase de acusações diretas contra o presidente, a qual marcaria o restante da cobertura jornalística sobre a crise política de 1992.

Assim como a “Carta ao leitor” intitulada “*As instituições funcionam bem*”, “*O desafio de apurar com documentos*”, publicada em 11 de novembro de 1992, também abordou a questão da apuração dos fatos antes de sua publicação e fez menção a um fato comentado no parágrafo acima: “Em vez de dar vazão a boatos, estampou entrevistas gravadas. Em vez de descrições, publicou fotos indesmentíveis.” (O DESAFIO..., 1992, p. 17). A diferença entre as duas seções citadas encontra-se na temporalidade do discurso: uma ocorre antes e outra depois do afastamento temporário de Collor da presidência. Na edição de 11 de novembro de *Veja*, foi publicada uma reportagem investigativa sobre outro político, Orestes Quércia (O POLÍTICO..., 1992), que teria acumulado um patrimônio de 52 milhões de dólares. Também foi salientado que

Ao ter um papel decisivo no trabalho da CPI do PC e na tramitação do processo de impeachment, a imprensa colocou para si mesma um novo desafio. Agora, é preciso apurar as denúncias de corrupção com vigor redobrado – para evitar que se instaure um ambiente de caça às bruxas, a imprensa seja manipulada por facções políticas e, principalmente, para que o leitor continue a desfrutar informações fidedignas. (O DESAFIO..., 1992, p. 17).

O trecho acima pode ser considerado uma espécie de advertência de que casos de corrupção poderiam vir à tona e de que o jornalismo seria praticado de maneira racional e responsável. O leitor, por sua vez, seria o beneficiado ao ter acesso a informações confiáveis. A revista coloca-se ao leitor, em nome da comunidade jornalística brasileira, para expressar um julgamento de valor sobre sua importância no caso PC. *Veja* não é citada nominalmente, pois foi

adotado um discurso unificador com relação à imprensa. A revista não citou possíveis problemas inerentes ao universo da imprensa, como o tempo disponível para os jornalistas checarem a veracidade das informações antes de escrever a reportagem, os baixos salários, a carga de trabalho e a competição com outros veículos pelo “furo jornalístico”. Foi apresentada, portanto, uma visão idealizada da classe jornalística.

3.4 A Imprensa Sente-se Pressionada

Neste subcapítulo, serão analisadas duas “Carta ao leitor” nas quais *Veja* denunciou supostas tentativas do governo de coagir os trabalhos da imprensa: “*A imprensa está trabalhando bem*” e “*O jogo sujo da retaliação*”.

Publicada em 8 de julho de 1992, “*A imprensa está trabalhando bem*” representou uma defesa da liberdade de imprensa. Na semana anterior, três acusações contra a cobertura da imprensa haviam sido divulgadas:

- a) o cunhado de Collor, Marcos Coimbra, sugerira a criação de uma CPI para averiguar a atuação da imprensa;
- b) o ministro da Aeronáutica, Sócrates Monteiro, colocara a culpa na mídia pela “ ‘[...] paranoia da acusação e o delírio da corrupção’ ” (A IMPRENSA..., 1992, p. 15);
- c) por último, o presidente Collor afirmara que estava “ ‘[...] farto [...]’ ” do noticiário que veiculava “ ‘[...] ‘falsas denúncias’ [...]’ ” e que se deveria “ ‘[...] dar um basta a essas fantasias.’ ” (A IMPRENSA..., 1992, p. 15).

Para *Veja*, essas afirmações não corresponderiam à realidade: a atuação da imprensa foi classificada como “[...] magnífica”. (A IMPRENSA..., 1992, p. 15). Também foi incluída uma *charge* (Figura 11), na qual se pode ver Collor, com o dedo em riste, gritando no centro de uma mesa para seus ministros: “... E convoquei os senhores ministros para informar que o governo não renovará a assinatura de *Veja!!!*” (DORINHO, 1992, p. 15). Percebe-se que a própria revista dá-se conta do seu papel influente nos acontecimentos políticos, tanto que a *charge* selecionada torna ainda mais explícita essa questão.

Figura 11 – Collor, humor e crise política



Fonte: Dorinho (1992, p. 15).

Naquele momento da crise política, começavam a surgir supostas provas de corrupção²⁰ que envolviam o presidente Collor e PC Farias. Como a crise estava se tornando cada vez mais profunda, possíveis críticas de membros do governo, e do próprio presidente da República, podem ter sido encaradas por *Veja* como tentativas de intimidar a mídia. Se considerarmos a frase de Marcos Coimbra, que levantara a hipótese da criação de uma CPI tendo como alvo os jornalistas, é possível relacionar tais tentativas com a questão da liberdade de imprensa – um pressuposto defendido com afinco por esses profissionais de diferentes nacionalidades. Como foi visto no capítulo um, a ditadura do regime militar limitou a liberdade de expressão e, conseqüentemente, a liberdade de imprensa. A garantia de uma imprensa livre pode servir para inibir e mesmo expor à população casos de corrupção. Ao se referir à liberdade de imprensa²¹, Rospa (2011) destaca a diferença em relação à liberdade de expressão, sem que a última expresse “[...]”

²⁰ Naquela mesma edição de *Veja*, a reportagem “*No carro do amigo*” (AULER, 1992), utilizara como provas dados fornecidos pelo Detran que confirmariam que o carro utilizado pelos dois filhos de Collor, um Opala blindado, estava no nome de uma empresa de PC Farias, a EPC (Empresa de Participações e Construção Ltda.).

²¹ No Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (03 de maio) de 2012, foi divulgada uma mensagem conjunta do Secretário-Geral da ONU e da Diretora-Geral da UNESCO, que afirmava, entre outras coisas, que a liberdade de expressão “[...] é um dos nossos direitos mais preciosos. Sustenta toda a liberdade aos outros e fornece uma base para a dignidade humana. Imprensa livre, pluralista e independente é essencial para o seu exercício. Esta é a mensagem do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. A liberdade de imprensa implica na liberdade de ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras, como previsto no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa liberdade é essencial para as sociedades saudáveis e dinâmicas.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO, 2012).

pensamentos, idéias, opiniões e juízos de valor [...]”. Já a liberdade de imprensa envolve “[...] a difusão de fatos e notícias. Em decorrência da modernidade dos meios de comunicação, o direito de imprensa alcança qualquer tipo de difusão de notícias, comentários e opiniões por qualquer veículo de comunicação [...]”. (ROSPA, 2011). Os jornalistas exercem sua profissão de modo a se colocar como defensores da Constituição Federal ao fiscalizar os poderes públicos em busca, principalmente, de casos de corrupção. Junto com a ideia da liberdade de imprensa, destaca-se também aquela que diz respeito à responsabilidade do veículo de informação em se certificar que a notícia divulgada é verdadeira. De acordo com Bourdieu (1997, p. 83), “[...] a mídia não cessa de intervir para enunciar vereditos”. A imprensa não espera o julgamento da Justiça: investiga, denuncia e condena. Esse comportamento pode acarretar erros que, além de comprometer a credibilidade do veículo de informação, pode prejudicar a carreira de políticos²². Muitas vezes, a imprensa denunciou casos de corrupção no governo Collor, mas nem todos foram comprovados pela Justiça. Dois exemplos podem ser destacados: o do então Ministro da Saúde Alcení Guerra e o do próprio Fernando Collor. O primeiro foi acusado de compra superfaturada de bicicletas no final de 1991. Depois de pedir demissão do cargo, foi inocentado pela Justiça no ano seguinte. Já Fernando Collor, afastado da presidência sob a acusação de corrupção passiva, foi absolvido por falta de provas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 1994. (CONTI, 1999).

No decorrer da crise política de 1992, *Veja* assumiu uma posição que a colocou como o veículo de comunicação que se destacou pelas denúncias, entrevistas, capas e reportagens

²² Um caso emblemático envolveu *Veja* e o presidente da Câmara dos Deputados em 1992, Ibsen Pinheiro. Com grande respaldo político, ele chegou a ser considerado um possível pré-candidato à presidência da República pelo PMDB para o pleito de 1994. Entretanto, um ano antes, uma reportagem da revista revelara que teria sido depositado em sua conta um milhão de dólares, quando, na verdade, o valor era de mil dólares. Essa informação chegou a público quando a CPI do Orçamento, que investigava deputados que desviavam verbas públicas, estava chegando ao fim das investigações sem encontrar indícios contra políticos de maior destaque. Na reportagem da revista *IstoÉ* “A verdade aparece”, publicada na edição 1819, de 18 de agosto de 2004, Luís Costa Pinto (que, em 1993, ocupava o cargo de editor da revista *Veja* em Brasília), por meio de um e-mail endereçado a Ibsen Pinheiro, havia revelado a verdade sobre o fato. Segundo a versão, o jornalista havia sido procurado por um assessor da CPI, Waldomiro Diniz, aliado dos deputados petistas José Dirceu e Aloizo Mecardante, que revelava ter provas contra Ibsen Pinheiro. Sem verificar a veracidade das informações, a matéria fora escrita. Antes de a reportagem ser impressa, o erro fora descoberto: na verdade, havia sido depositado na conta de Ibsen Pinheiro cerca de mil dólares. (DINIZ, 2004). Para não prejudicar economicamente a Editora Abril, que imprimira um milhão e duzentas mil capas com a manchete “Até tu, Ibsen?”, a solução fora encontrar um político que comprovasse a versão de *Veja*. (ATÉ..., 1993). Em questão de dez minutos, um telefonema ao deputado Benito Gama (PFL-BA) resolveu o problema: ele concordou em confirmar a versão da matéria, que ainda teve o texto reescrito para atenuar a “culpa” de Ibsen Pinheiro, apesar de manter a capa já impressa. Na semana seguinte, a CPI verificou o erro, mas isso não foi o suficiente para inocentar o deputado: ele teve o mandato cassado em 1993. Luís Costa Pinto argumentou que a informação falsa servira como uma forma de tirá-lo da disputa presidencial contra Lula. Mesmo eleito deputado federal em 2006, a carreira de Ibsen Pinheiro nunca mais teve a mesma relevância no cenário político nacional.

investigativas que, progressivamente, atribuíram a Fernando Collor o papel de corrupto. Ao criticar com veemência a figura do chefe do Executivo, a revista teria sofrido tentativas do governo de dificultar o andamento do trabalho investigativo. Para Lima (2008, p. 527-528, grifo do autor),

A revelação de segredos ocultos do poder é vista como uma forma de exercer sua missão de guardiões do interesse público e guarda semelhança com o ideal da *res publica*, em que todas as ações de governo, nas democracias, deveriam ser transparentes e públicas. A publicação de denúncias de corrupção tornou-se uma prática de fiscalização dos governos e realimenta a imagem que os jornalistas e empresários do setor têm de si mesmos e legitima suas ações e interesses.

No primeiro parágrafo da “Carta ao leitor” intitulada “*O jogo sujo da retaliação*”, publicada em 15 de julho de 1992, o editorialista (cuja identidade não é revelada) constatou que a Editora Abril já havia ultrapassado uma série de problemas no decorrer de seus 32 anos de existência, incluindo o período em que a censura na ditadura civil-militar vigorava. Superadas as adversidades, *Veja* estaria naquele respectivo momento histórico “[...] contribuindo para a melhoria do Brasil – na medida em que noticia os fatos com objetividade, opina com isenção e mantém sua postura de independência. A revista e o grupo que a edita respeitam as leis. Não têm nada a temer nem a esconder”. (O JOGO..., 1992, p. 13). Após essa introdução, foi explicitada a razão do título “*O jogo sujo da retaliação*”: Lafaiete Coutinho Torres, então presidente do Banco do Brasil, seria o “orquestrador” de ameaças a parlamentares e empresários. Uma foto dele, no escritório de trabalho, ilustrou a seção em questão (Figura 12).

Figura 12 – O "orquestrador" das ameaças contra a Editora Abril



Lafaiete Coutinho: pressões do Banco do Brasil

Fonte: Registrada por Brito (1992d, p. 13).

Na reportagem “*De pistola na mão*”, publicada nessa edição, foi afirmado que Lafaiete Coutinho Torres estaria utilizando o cargo que ocupava para exercer uma perseguição com o

“[...] apoio de seus superiores [...]” (DE PISTOLA..., 1992, p. 14) ou seja, de Fernando Collor. Indicado ao cargo pelo amigo PC Farias, o presidente do Banco do Brasil disse que estava de posse de documentos que comprovavam supostas irregularidades envolvendo o presidente do Grupo Abril, Roberto Civita. *Veja* também destacou o fato de que as investigações sobre as declarações do imposto de renda dos parlamentares, denominada Operação Omissis, haviam sido realizadas pela última vez em 1988, e “[...] justo agora, quando os deputados e senadores estão com a responsabilidade de investigar as ligações de PC com o governo federal [...]” (DE PISTOLA..., 1992, p. 16), ela fosse reiniciada. “Carta ao leitor” supôs que “[...] ao buscar a intimidação, o objetivo final é conturbar as investigações sobre as atividades de Paulo César Cavalcanti Farias e suas relações com o governo federal. O que se quer, no final das contas, é abafar o caso, acobertar eventuais crimes, garantir a impunidade.” (O JOGO..., 1992, p. 13).

A corrupção é um mal que não foi erradicado com a simples saída do poder de um governante supostamente corrupto. O poder Legislativo demonstrou que a corrupção não havia corroído as instituições brasileiras, pois o mecanismo para investigá-la – a CPI – conseguira obter provas que levariam o processo de *impeachment* adiante. A utilização do poder federal para tentar coibir ou influenciar jornalistas ou parlamentares deve ser vista como uma forma de perpetuação de práticas políticas há muito repudiadas pela população. Ao não aceitar tais condutas indesejadas em uma democracia, ainda mais ao levar em consideração que o Brasil havia saído fazia pouco de uma ditadura civil-militar, *Veja* atuou de maneira correta ao deixar explícita a sua opinião. Não cabe aqui julgar se esses abusos realmente ocorreram, mas em caso afirmativo, expor abertamente “pressões” dos poderosos aos leitores é uma forma de demonstrar que a imprensa cumpriu o papel de fiscalizadora dos poderes instituídos.

3.5 *Veja* e a Comunidade Jornalística

Neste subcapítulo, serão analisadas duas “Carta ao leitor” nas quais *Veja* abordou a questão do posicionamento da revista *Veja* com relação à comunidade jornalística brasileira: “*Um trabalho sério e responsável*” e “*O ano de ouro de Veja*”.

É possível encontrar na comunidade jornalística dois modos de interpretação: o local e o durativo. No primeiro modo, conforme Zelizer (2000, p. 40-41), é afirmado que

Os jornalistas vêem-se a si próprios como possuindo as qualificações necessárias para avaliar determinado acontecimento crítico [...] Parte-se do princípio de que a autoridade dos jornalistas deriva da sua presença nos

acontecimentos, de acordo com a ideologia da autenticidade da testemunha ocular. Ao produzirem metáforas como testemunhar, cães de guarda, ter estado lá, práticas de descoberta, ou estar no momento certo na hora certa, os jornalistas estabelecem marcadores que não só impõem a sua presença como além disso confirmam a sua importância ideológica.

A “Carta ao leitor” intitulada “*Um trabalho sério e responsável*”, publicada em 29 de julho de 1992, elogiou os esforços da imprensa brasileira em investigar os indícios de corrupção: “Desde o primeiro momento, a imprensa vem rastreando dezenas de denúncias, mas só publica aquelas consistentes, baseadas em documentos, fatos e entrevistas gravadas. É um trabalho árduo, minucioso.” (UM TRABALHO..., 1992, p. 17). Esse discurso demonstra que, embora os fatos que estavam sendo revelados fossem de um alto grau de gravidade, a imprensa não estava interessada somente em expor informações consideradas bombásticas, mas em exercer o jornalismo de maneira a justificar o título da seção daquela semana: “*Um trabalho sério e responsável*”. Os elogios não são voltados especificamente para *Veja*, mas para a imprensa em forma geral, pois não são citados os nomes de veículos de informação. Portanto, o discurso de *Veja* posiciona-se de maneira inequívoca em favor da comunidade jornalística.

Já no modo durativo²³ de interpretação, temos uma separação temporal maior entre os jornalistas e o acontecimento. Ao mesmo tempo, também é uma maneira de revisitar o passado de sua profissão e realizar críticas ou mesmo buscar exemplos a serem seguidos (o jornalismo investigativo do caso Watergate²⁴, por exemplo) que situem, assim, o presente trabalho num recorte maior na História do Jornalismo. Na época dos escândalos políticos envolvendo a administração e a figura pública do presidente Fernando Collor, surgiu a expressão “Collorgate” – cuja referência histórica é o caso Watergate. É um exemplo de como

²³ Esse modo de interpretação pode ser encontrado na área da História. A distância temporal é um fator que se faz presente na maior parte das pesquisas, com algumas exceções relacionadas a acontecimentos recentes, como o governo Collor e Lula, por exemplo. Podemos afirmar, portanto, que, na atual produção historiográfica brasileira, é perceptível a predominância de determinados temas que aglutinam um maior número de estudiosos, enquanto outros temas são timidamente explorados. A razão disso, em alguns casos, é o curto espaço de tempo entre o fato ocorrido e a demanda acadêmica gerada por ele.

²⁴ O caso Watergate é um exemplo de como o jornalismo investigativo pode interferir nos rumos do alto escalão de governo. Com o objetivo de colocar dispositivos eletrônicos de escuta no edifício-sede do Partido Democrata (Watergate), foram presos homens identificados como pertencentes ao comitê de reeleição do presidente Nixon. Dois repórteres do *Washington Post*, Bob Woodward e Carl Berntein, que contaram com a ajuda do então misterioso informante Garganta Profunda, revelaram uma conspiração para encobrimento dos fatos, o que levou à renúncia do presidente Nixon, em 1972. Podemos perceber semelhanças entre o Watergate e o “Collorgate”: a atividade jornalística exercendo um importante papel social (fiscalizar as atividades do governo) graças à ação de repórteres que, mesmo sofrendo pressões governamentais, continuaram as investigações que resultaram na renúncia de um presidente da República. Uma das diferenças consiste em que, no Brasil, os repórteres das revistas semanais *Veja* e *IstoÉ* não tiveram seus nomes consagrados pelo grande público – mas a comunidade jornalística lhes concedeu alguns prêmios, como será abordado mais adiante. Contudo, foram os seus empregadores, as empresas de comunicação, que receberam o reconhecimento maior por parte da população.

a comunidade jornalística brasileira insere-se num *continuum* temporal da trajetória do Jornalismo, no qual não se aplicam restrições territoriais: todos pertencem à comunidade jornalística.

“Carta ao leitor” também criticou a conduta do governo federal e enalteceu os trabalhos do Congresso Nacional:

O Planalto falou em sindicato do golpe, conspiração para acabar com a democracia e xingou uns e outros de porcos. Não há sindicato, conspiração ou pocilga. Há, isto sim, fatos documentados. [...] E, contra fatos, não há ameaça ou mentira capaz de surtir efeito. O Congresso é um poder soberano da República. A CPI é o seu instrumento de informação. Eles devem funcionar com liberdade, sem pressões do Executivo. Está nas mãos do Congresso a missão de esclarecer o caso. E tomar a decisão que lhe compete. (UM TRABALHO..., 1992, p. 17).

Percebe-se, no trecho acima, que Fernando Collor não foi citado nominalmente – no lugar, foi usada a palavra Planalto – mas foram feitas referências a duas expressões utilizadas por ele, “sindicato do golpe” e “pocilga”, que serão respectivamente analisados na seção de humor de Jô Soares no próximo capítulo. Quando *Veja* cita a questão dos fatos que teriam sido documentados, faz-se necessário explicar o conteúdo da longa reportagem publicada na mesma edição, “*Trama ligadíssima*”. Nela, foram reveladas informações que desvendavam um pouco do complexo esquema arquitetado por PC Farias para enriquecer de maneira ilícita no governo federal. Seguindo os indícios obtidos nas investigações da CPI, que mantinha em um cofre cerca de 40.000 cheques, PC Farias teria montado um governo paralelo ao de Collor, indicando funcionários para diferentes setores governamentais, como, por exemplo, seu irmão Luis Romero como secretário executivo do ministério da Saúde, e arrecadava dinheiro mediante propinas que envolviam empresários brasileiros. Parte do dinheiro tinha como destinatário duas empresas de PC Farias, Brasil Jet e EPC, que por meio de cheques fantasmas, assinados pela sua secretária Rosinete Melanias, ou por um sócio, repassava as quantias para, entre outros, parentes de Collor, e também custeava as despesas da Casa da Dinda²⁵ e até mesmo a conta do veterinário do cachorro do presidente. Ao rastrear a fonte dos cheques, descobriu-se que José Carlos Bomfim – cujo CPF não existia e que era, portanto, um fantasma – pagara por um *Fiat Elba* zero quilômetro que estava registrado no nome de Fernando Collor. Dinheiro para despesas menores era depositado em três contas da secretária particular do presidente, Ana Acioli. Restava aos aliados de Collor explicar na CPI a fonte do

²⁵ Localizada no Lago Norte, bairro nobre de Brasília, a Casa da Dinda foi a mansão que Fernando Collor escolheu como moradia oficial, em detrimento das residências oficiais disponibilizadas para o presidente.

dinheiro que Collor usava para custear suas despesas. Sustentado por esses indícios, o discurso da revista representou o presidente da República como um político que tinha suas despesas pagas com dinheiro oriundo de um esquema de corrupção e que não havia dúvidas da culpabilidade. (TRAMA..., 1992).

Nesse sentido, a reportagem “*O círculo se fecha ao redor de Collor*”, publicada também em 29 de julho, foi ainda mais explícita em criticar o presidente da República. Inicialmente, é exposto um sentimento de estranheza com relação à afirmação do presidente da República, em viagem à Espanha, que disse que não havia nenhuma crise política no Brasil. *Veja* foi incisiva ao afirmar que estava “[...] em jogo é a queda do governo de Collor.” (O CÍRCULO..., 1992, p. 18). Sob essa perspectiva, é notável que se cite que o governo de PC Farias – e não o de Fernando Collor – chegou ao fim “[...] devido à sua ambição desmedida e aos métodos de quadrilha que utilizou.” (O CÍRCULO..., 1992, p. 18). Para *Veja*, a exposição da crise poderia ser explicada pelo fato de que “[...] o governo PC Farias se confundiu com o governo Collor e com a própria pessoa física do presidente.” (O CÍRCULO..., 1992, p. 18). Nos bastidores do governo, acreditava-se possível explicar como Collor custeava suas despesas pelo depoimento na CPI do ex-secretário de Collor, Cláudio Vieira, o qual seria realizado na semana seguinte.

Assim como havia ocorrido na “Carta ao leitor” intitulada “*Notícias ruins nas horas impróprias*”, “*Um trabalho sério e responsável*” também lamentou a crise política:

Seria melhor se fossem outros os assuntos da imprensa, e que a confusão política não existisse. Mas que esse caudal de mazelas e problemas tenha vindo à tona é positivo. A sociedade brasileira está bem informada do que se passou nos últimos dois anos – e, através do Congresso, pode tomar providências. (UM TRABALHO..., 1992, p. 17).

A foto que ilustra a seção (Figura 13) mostra congressistas em uma fotografia retirada de uma revista, pois é possível enxergar trechos de texto ao redor do recorte.

Figura 13 – Congresso Nacional em foco



Fonte: [Congresso...], 1992, p. 17.

É com confiança²⁶ na capacidade do Congresso de investigar e punir os corruptos que *Veja* se coloca como participante no processo de investigação das denúncias de corrupção: “Muitas das descobertas da imprensa servem de subsídio para a CPI, e vice-versa.” (UM TRABALHO..., 1992, p. 17). Os leitores deveriam se orgulhar do trabalho dos jornalistas e confiar nos políticos de Brasília que iriam trabalhar em conjunto para investigar a corrupção institucional. A revista assegura que o Congresso iria “[...] tomar a decisão que lhe compete”. (UM TRABALHO..., 1992, p. 17). Conforme Almeida (2007), a CPI é

um conjunto de procedimentos investigatórios conduzidos pelo poder Legislativo, através dos seus membros, no sentido de buscar elucidar fatos atinentes a denúncias ou suspeita de ofensas aos bens públicos. Para tanto, utiliza-se da prerrogativa de tomar depoimento, quebrar sigilos bancários, telefônicos, tributários e quaisquer meios legais para realizar seu intento, desde que fundamentadamente e mediante fortes indícios da prática de fato punível.

Uma constatação do então ministro de Collor, Jorge Bornhausen, tornou-se famosa na época: descrente de que as investigações seriam bem sucedidas, afirmou que “ ‘As CPIs nunca deram em nada. [...] Essa também não vai a lugar nenhum’ ”. (BORNHAUSEN apud DO PÂNICO..., 1992, p. 23). O retrospecto das CPIs criadas até então não era mesmo auspicioso: praticamente nenhuma havia conseguido resultados satisfatórios. Em vista disso,

²⁶ Publicada em 1 de julho de 1992, a “Carta ao leitor” intitulada “*A indignação é um sentimento nobre*” revela que o discurso de *Veja* se mantém confiante: “O destino do caso envolvendo PC Farias e suas ligações com o governo está entregue às mãos corretas. O Congresso, a Polícia Federal e a Receita [...] estão investigando o assunto.” (A INDIGNAÇÃO..., 1992, p. 15). No restante da seção, o foco não foi a CPI, mas as declarações do então senador Ney Maranhão, vice-líder do governo no Senado, e Mário Amato, então presidente da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), presentes na reportagem “*O dinheiro é seu*”, publicada na mesma edição. O primeiro afirmou que todos sonegavam impostos; o segundo, que todos os brasileiros eram corruptos. (O DINHEIRO..., 1992). A revista declarou que apenas uma minoria da população era “[...] capaz de montar os esquemas mais sujos e usar as palavras mais violentas para manter tudo como está.” (A INDIGNAÇÃO..., 1992, p. 15).

os parlamentares que integraram a CPI do caso PC Farias começaram suas investigações, se não desacreditados, pelo menos sob a dúvida se realmente chegariam a um resultado conclusivo. Por fim, a CPI teve como consequência fortalecer a imagem do Congresso Nacional perante a população, que esperava que fossem encontradas respostas para uma pergunta: seria Collor corrupto? O relatório final da CPI assegurou que PC era o chefe e o responsável pelo esquema de corrupção no governo e que, ao receber parte do dinheiro, Collor teria se omitido de zelar pela moralidade do cargo.

Na “Carta ao leitor” intitulada “*O ano de ouro de Veja*”, publicada em 16 de dezembro de 1992, foi relatado aos leitores o reconhecimento da comunidade jornalística obtido pela revista em 1992: “A premiação farta é um reconhecimento dos especialistas das áreas editorial e publicitária ao trabalho de VEJA. Ao comemorar esse êxito, a revista compartilha o sucesso com seus leitores. Festeja, também, o profissionalismo, a qualidade e a independência da imprensa brasileira.” (O ANO..., 1992, p. 17). *Veja* ganhou o prêmio Esso de Jornalismo pela cobertura do esquema Collor – PC, além de mais 13 prêmios de outras entidades, incluindo o Prêmio Líbero Badaró (pela reportagem “*Os tentáculos de PC*”, assinada por Luís Costa Pinto). O processo de *impeachment* que prejudicou momentaneamente a carreira política de Fernando Collor – que, anos depois, conseguiria se eleger senador por Alagoas no pleito de 2006 – trouxe a *Veja* reconhecimento dos seus leitores e, também, dos seus pares pela cobertura dos escândalos políticos que marcaram o ano de 1992.

Nesse sentido, a revista revelara que 1992 havia sido “[...] ano de mudanças profundas, a imprensa do Brasil esteve à altura dos desafios, sabendo cumprir a sua missão de bem informar o país.” (O ANO..., 1992, p. 17). É possível relacionar essa frase com a afirmação de Zelizer (2000), o qual acredita que, no discurso compartilhado pelos próprios jornalistas, está um indício de como se percebem exercendo a profissão. A suposta culpabilidade de Collor era um denominador comum na imprensa da época, pois o discurso construído pela mídia durante a crise política – do qual *Veja* participou ativamente – corroborava essa tese. Para o público em geral, seja ele leitor ou não da revista em questão, a imagem dos jornalistas saiu fortalecida com a saída de Collor da presidência.

3.6 Uma Parcela da População Protesta nas Ruas Contra Collor

Neste subcapítulo, serão analisadas duas “Carta ao leitor” que abordaram os protestos de parte da população contra o presidente Collor: “*O nervosismo das capas que caem*” e “*Show de maturidade dos brasileiros*”.

Publicada em 19 de agosto de 1992, “*O nervosismo das capas que caem*”, relatou a repentina mudança da capa daquela edição, que substituiu a foto do humorista e apresentador de televisão Jô Soares pela de estudantes do colégio São Vicente de Paulo, em São Paulo, que, espontaneamente, saíram às ruas para protestar contra o presidente Collor. Ainda assim, ele aparece numa pequena foto na lateral da capa. (O NERVOSISMO..., 1992). Já em “*Show de maturidade dos brasileiros*”, publicada em 26 de agosto, *Veja* visou apoiar os protestos da população contra a corrupção, dando-lhes um alcance histórico.

Quem esteve nas ruas no dia 16, o domingo negro, guardará na lembrança uma história digna de ser contada aos filhos e recontada aos netos. Sem que partidos políticos ou sindicatos fizessem qualquer apelo significativo, e tendo como exemplo duas passeatas de colegiais, centenas de milhares de brasileiros saíram às ruas para protagonizar a maior manifestação espontânea da História do Brasil. Em dezenas de cidades, as pessoas vestiram preto para protestar [...] Fez-se história à moda brasileira. Ou seja, com humor, alegria, criatividade. Foi um espetáculo feérico, de encher os olhos. Apesar de milhares de participantes, tudo transcorreu na mais perfeita ordem, sem agressões, tumultos ou danos ao bem público. (SHOW..., 1992, p. 17, grifo do autor).

O chamado “domingo negro” representou uma resposta ao discurso – também televisionado – que Collor havia proferido, no dia 13 de agosto, para dois mil taxistas que haviam sido convocados a reunir-se no Palácio do Planalto para tomarem conhecimento de um decreto – assinado pelo presidente – que os favorecia. *Veja* reproduziu, na reportagem “*O recurso da demagogia*”, publicada em 19 de agosto, frases utilizadas pelo presidente para pedir apoio popular:

‘Vamos mostrar a essa minoria que intranquiliza diariamente o país que já é hora de dar um basta a tudo isso [...] Muitos dos carros de táxi que me servi foram apedrejados, alvejados pela insânia, pela fúria de uma minoria que agora, pasmem, *querem* realizar um terceiro turno nas eleições.’ (O RECURSO..., 1992, p. 22, grifo do autor) .

A revista afirmou que Collor voltara “[...] à tecla do ressentimento [...] [e] filiou o seu Sindicato do Golpe a uma ‘Central Única dos Conspiradores’ [...]” (O RECURSO..., 1992, p. 22) e, por último, pedira “[...] que no domingo, dia 16, panos e toalhas nas cores da bandeira brasileira sejam expostos nas janelas e fitas verde-amarelas enfeitem as antenas dos automóveis [...]” (O RECURSO..., 1992, p. 22). Ao fazer isso, Collor teria transferido “[...] a luta pelo seu mandato do plenário do Congresso e dos gabinetes ministeriais para as praças públicas.” (CONTI, 1999, p. 649). Dois dias antes desse pronunciamento, em 11 de agosto, a

União Brasileira de Estudantes Secundaristas, influenciados, talvez, pela minissérie transmitida pela rede Globo “Anos Rebeldes”, que enfocava os protestos da juventude contra o regime civil-militar brasileiro, saíram às ruas de São Paulo para protestar contra Collor. A tentativa do presidente da República de aglutinar apoio da população foi, assim, uma resposta a essa passeata.

A fotografia que ilustrou “*Show de maturidade dos brasileiros*” (Figura 14) é a de um homem segurando com as duas mãos a bandeira do Brasil, tendo como cenário uma rua na qual algumas pessoas protestavam. Em substituição do lema “Ordem e progresso”, estava escrito com a cor vermelha a palavra IMPEACHMENT.

Figura 14 – Brasileiros protestam contra Collor



Fonte: Registrada por Nogueira (1992, p. 17).

“Carta ao leitor” não deixou dúvidas de que os manifestantes agiam corretamente ao protestar pedindo a saída de Collor da presidência. Dessa forma, foi julgado procedente que os políticos que iriam decidir o destino de Collor deveriam “[...] se posicionar soberanamente, ouvindo a voz das ruas e os reclamos de seus eleitores.” (SHOW..., 1992, p. 17). Foi constatado que chegara o momento de os “[...] brasileiros dizerem a seus representantes no Senado e na Câmara qual deve ser o desenlace da crise. Podem fazer isso com telegramas, telefonemas, fax, abaixo-assinados, cartazes e nas ruas, em alto e bom som.” (SHOW..., 1992, p. 17). Esse trecho pode ser relacionado a um dos problemas do modelo de representação na política, no qual é perceptível que os políticos “[...] têm absoluta liberdade para decidir, em geral de modo secreto, sem que os eleitores possam intervir no seu mandato. Com isso, em geral os representantes acabam desvinculados dos interesses dos cidadãos, em nome dos quais deveriam decidir.” (AMES, 2006). Se a maioria dos brasileiros pudesse realmente demonstrar que desejava a saída de Collor, não seria possível ter a garantia de que o Congresso Nacional acataria a vontade popular. Foi possível, no entanto, que os brasileiros interessados pudessem assistir ao vivo a

votação do processo de *impeachment* na Câmara de Deputados e verificar se o seu candidato ouvira a pressão das manifestações nas ruas.

No livro *Sobre a televisão*, Bourdieu destaca um exemplo do impacto que a televisão exerce sobre a população, de maneira que foi considerada um “[...] instrumento de criação da realidade”. (BOURDIEU, 1997, p. 29). Foi citado o caso, que pode servir como uma analogia ao movimento dos caras pintadas, de uma greve de alunos ocorrida em 1986. Os repórteres julgaram que o evento remetia a maio de 1968, mas foi salientado que integravam a greve jovens “[...] não muito politizados que não sabem muito bem o que dizer, então os jornalistas suscitam porta-vozes (sem dúvida entre os mais politizados) que são levados a sério, e os porta-vozes se levam a sério”. (BOURDIEU, 1997, p. 29). Na seção “Ponto de vista”, publicada na mesma edição de “Carta ao leitor” analisada, *Veja* proporcionou a uma manifestante a oportunidade de expressar sua opinião sobre Collor, o que, aparentemente, delegou a ela o papel de voz informal do movimento que tomou as ruas do Brasil no segundo semestre de 1992. Com o título de “*É possível mudar*”, a então estudante do primeiro ano de Magistério, Elaine Barreto Santos, 15 anos, relatou de maneira ao mesmo tempo otimista e realista a situação política naquele momento:

Quero ajudar a limpar a política. É por isso que quero ver Collor fora. Poxa, a gente está fazendo manifestações contra o presidente da República! Isso é muito sério. O Brasil está uma bagunça, desmoralizado, sem pudor. Não adianta ficar se queixando, reclamando da vida e do país. É preciso participar, trabalhar para que o Brasil melhore. Isso depende do esforço de todos. (SANTOS, E., 1992, p. 110).

Quintão (2010) compartilha de uma opinião semelhante à de Bourdieu (1997) com relação ao poder dos meios de comunicação em dar sentido aos acontecimentos:

[...] a categoria cara-pintada foi construída, a partir de uma articulação importante entre mídia e a política no Brasil. As manifestações se constituíram em algo para ser visto pelos meios de comunicação, pautando na lógica de que a ação política se tornou um tipo de espetáculo definido. (QUINTÃO, 2010, p. 104).

O discurso de “*Show de maturidade dos brasileiros*” não especificou que os manifestantes eram jovens (SHOW..., 1992), tanto que a fotografia selecionada foi a de um homem que não é necessariamente identificável como parte dessa parcela da sociedade

– o termo *caras pintadas*²⁷ não é citado. O termo *caras-pintadas* não aparece naquela seção e nem na reportagem “*A voz das ruas*”, publicada na mesma edição. (A VOZ..., 1992). Cabe aqui uma reflexão que “Carta ao leitor” não fez: até que ponto os manifestantes possuíam uma consciência política autônoma? Estariam apenas reproduzindo o ponto de vista da mídia (que não incluía exclusivamente *Veja*, mas também *IstoÉ* e jornais como *A Folha de S. Paulo*)? Quantos não estavam apenas se divertindo, sem ter realmente entendimento ou comprometimento com a causa política? Independentemente das respostas, as manifestações tiveram grande impacto na imprensa e, em certa medida, influenciariam o desenrolar dos acontecimentos.

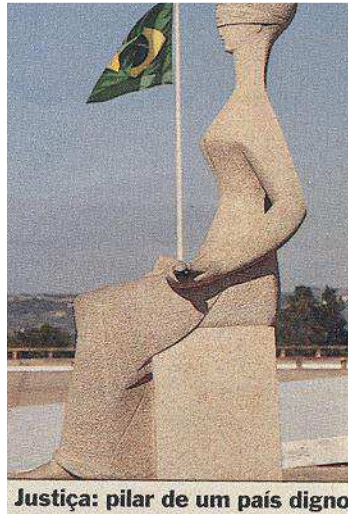
3.7 A Reação Governista para Evitar o *Impeachment*

Neste subcapítulo, serão analisadas as “Carta ao leitor” intituladas “*A responsabilidade da Câmara Federal*” e “*O vale-tudo para manter o poder*”, nas quais são criticadas as tentativas do governo de obter apoio dos deputados para vencer a votação que decidiria se o Senado Federal seria autorizado a abrir um processo contra Collor por crime de responsabilidade.

A Figura 15 que ilustra a “Carta ao leitor” intitulada “*O vale-tudo para manter o poder*”, publicada em 12 de agosto de 1992, não trouxe a imagem de nenhuma personalidade envolvida em suspeitas de corrupção, congressistas ou recortes de jornal, cartum ou tirinha de jornal, e sim invocou símbolos da Justiça (a espada e a cegueira) e o patriotismo (a bandeira do Brasil):

²⁷ Na edição de 12 de agosto de 2009 da revista *Veja*, a reportagem “*O passado assombra o Senado*” faz uma crítica contundente a três políticos que, inimigos durante a crise política de 1992, tornaram-se aliados no Senado Federal: os ex-presidentes José Sarney e Fernando Collor, e Renan Calheiros. Em 1989, Sarney foi criticado veementemente por Collor; em 1992, foi Sarney quem apoiou politicamente o *impeachment* de Collor. Já Renan Calheiros, que em 1990 havia sido líder do PRN, partido do presidente Collor, no Congresso Nacional, deixara o governo acusando-o de corrupção. Embasando o descontentamento com a forma como esses políticos se comportavam, *Veja* relembrou o movimento dos *caras pintadas* e possibilitou a alguns deles dar a sua opinião sobre aquele momento político. Na opinião de todos os entrevistados, a política brasileira e, conseqüentemente, o PT, havia decepcionado quem apoiara a saída de Collor da presidência – uma vez que os três políticos citados apoiavam o governo Lula. (CABRAL, 2009).

Figura 15 – Justiça e patriotismo



Fonte: Registrada por Rodrigues (1992b, p. 15).

A fotografia tem como fundo um dia no qual o céu de Brasília estava azul-claro: de perfil, a escultura de uma mulher, de olhos vendados, segurando uma espada. Conforme Becker (1999, p. 101 apud BRASIL, 2012), a espada é “[...] associada com o símbolo da Justiça, simboliza a decisão, a separação entre o bem e mal, sendo misericordiosa com o primeiro e golpeando e punindo o segundo. É a força máxima para punir o culpado e perdoar o inocente.” A mulher representa a Justiça que, supõe *Veja*, iria punir com rigor aqueles que se beneficiavam da corrupção. Os olhos vendados significam que a Justiça seria realizada não importando a identidade ou o cargo ocupado por aquele que não cumprisse a lei. Nesse caso, pode-se argumentar que, na intenção do fotógrafo, estaria sendo feita uma alusão ao cargo de presidente da República, uma vez que Collor estava envolvido diretamente nas denúncias de corrupção. Ao fundo, uma tremulante bandeira do Brasil colocava-se praticamente na altura do rosto da escultura, o que expressava a ideia de patriotismo. Complementando o sentido pretendido, na legenda “Justiça: pilar de um país digno”, *Veja* assume a posição de defensora do cumprimento das leis.

Um dos principais argumentos de “*O vale-tudo para manter o poder*” para criticar o governo Collor foi realizar uma análise das engrenagens da política brasileira do começo da década de 1990:

As mentiras continuadas, a troca escancarada de favores escusos, a abertura dos cofres públicos para saciar gulas inconfessáveis e a ganância abjeta por cargos e privilégios compõem um cenário nauseante. [...] É lamentável mas, em maior e em menor grau, no Brasil e fora dele, quando o confronto político coloca em risco a manutenção do poder, todos os expedientes, principalmente os mais sórdidos, são utilizados. Quem está no poder faz de

tudo para nele se manter. Custe o que custar, com mentiras e mais mentiras, doa a quem doer. (O VALE-TUDO..., 1992, p. 15).

O discurso de “Carta ao leitor” destacou que Collor não possuía outra maneira de se manter na presidência senão partindo para atos considerados fisiológicos, ou seja, por meio da troca de favores por apoio político. Em contraste com o que acontecia nos bastidores da política, a citada seção mencionou a decepção dos brasileiros, que seriam “[...] um povo que cumpre as leis, trabalha honestamente e, em troca, só recebe más notícias do governo.” (O VALE-TUDO..., 1992, p. 15). Foi destacado que a população tinha como influenciar o desenrolar da crise política, pois vivia num “[...] sistema político, tão arduamente conquistado, que possibilita que os cidadãos se manifestem. Através do voto, da pressão sobre parlamentares, do debate, da troca livre de informações [...] manifestações públicas. É hora de debater, dizer o que se quer [...]”. (O VALE-TUDO..., 1992, p. 15). É perceptível aqui a lembrança – ainda tão recente em 1992 – da ditadura civil-militar. Chegara o momento de a população se manifestar publicamente contra os acordos políticos espúrios que estavam sendo negociados em Brasília. Se o Brasil vivesse ainda sob a tutela do regime civil-militar, manifestações públicas como o movimento caras-pintadas possivelmente poderiam ter sido inibidas pelo governo federal. Pode-se afirmar que os protestos foram uma manifestação legítima de uma parte dos brasileiros que resolveu expor sua indignação.

As negociações com os partidos políticos eram vistas pelo presidente da República durante o seu governo como “[...] fraqueza. Para seu eleitorado – induzido pelo discurso moralista e messiânico –, isto pressupunha negociata, fraude, imoralidade. Collor não percebeu a armadilha que montava contra si.” (MELO, C., 2007, p. 169). Entretanto, como afirma Brasílio Sallum Junior e Guilherme Stolle Paixão e Casarões no artigo “*O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo*”, não é correta a afirmação de que o governo Collor não havia negociado com o Congresso durante seu mandato: no começo de 1991, foi acertada com o Legislativo a diminuição das edições de medidas provisórias (que contando com aquelas que haviam sido reeditadas, chegavam ao impressionante número de 144). Conforme Sallum Junior e Casarões (2011, p. 181-182),

Com efeito, Collor aumentou muito a latitude da ‘negociação’ com o Congresso, discutindo intensamente o conteúdo de suas iniciativas legais – principalmente os projetos e as cinco medidas provisórias editadas no restante de 1991 – e ampliando a possibilidade de concessões do Executivo às demandas individuais dos parlamentares [...] Entretanto, ele manteve suas duas opções iniciais – de não formar maioria estável e de não compartilhar o Executivo. O Congresso não correspondeu de acordo com o esperado a esta

mudança de procedimento. A oposição manteve-se aguerrida e a base parlamentar governista desorganizada e oscilante. Isso foi restringindo ao mínimo a capacidade de Collor de governar [...].

Até a reforma ministerial, ocorrida em março de 1992, a estratégia de “[...] *não constituir* uma maioria parlamentar estável foi *uma opção tomada e reiterada várias vezes* pelo Presidente *contra* as recomendações de alguns de seus apoiadores.” (SALLUM JUNIOR; CASARÕES, 2011, p. 180, grifo do autor). Com a mudança de comportamento com relação aos partidos, Collor queria aumentar seu poder de negociação no Congresso, mas a crise política fez esse “reinício” de seu governo durar pouco tempo. Após a derrota da base governista na votação do relatório final da CPI, que indicou o envolvimento do presidente da República em corrupção, o passo seguinte do processo político era a votação na Câmara dos Deputados, que decidiria se o processo de *impeachment* seria encaminhado para o Senado Federal ou seria arquivado. Era esse o contexto no qual o texto “*O valeduto para manter o poder*” foi publicado (O VALE-TUDO..., 1992): Collor e seus aliados haviam negociado abertamente com parlamentares para vencer a votação na Câmara de Deputados.

Segundo Geddes e Ribeiro Neto (2000), as regiões mais atrasadas do Brasil ocupavam no governo Collor um destacado número de cadeiras no Congresso. Ao mesmo tempo, os custos de uma campanha eleitoral haviam aumentado devido à necessidade de uma cara propaganda televisiva, sem desconsiderar a distribuição de “[...] bens públicos a áreas específicas e bens individuais (como roupa, comida remédios, empregos etc.) aos eleitores [...]” (GEDDES; RIBEIRO NETO, 2000, p. 57). Tal cenário implicaria a possibilidade de que um presidente pudesse encontrar mais facilidades em comprar apoio de congressistas na medida em que se sentisse acossado por denúncias de corrupção. Foi exatamente isso que aconteceu na crise política de 1992, pois o governo Collor precisava do maior número de votos possível para barrar o *impeachment*, pouco importando o lugar de origem do congressista. Na reportagem de *Veja* “*O presidente respira*”, publicada em 9 de setembro de 1992, afirmou-se que foi anunciado que Collor estava se dedicando “[...] com afinco a seu programa de governo: salvar o próprio mandato, com a prática do é-dando-que-se-recebe²⁸.” (O PRESIDENTE RESPIRA..., 1992b, p. 30). Foram citados exemplos que ilustrariam essa tática: o deputado Pedro Valadares, do PSD de Sergipe, pedira recursos do governo federal

²⁸ O presidente do PRN, Daniel Tourinho, ligara para o deputado Cleto Falcão, ex-aliado de Collor, e usara uma palavra-código para se referir ao dinheiro que seria oferecido em troca do voto dele: alfaces. Como o deputado não entendera o significado da palavra naquele contexto, Tourinho acrescentara que se tratava de ‘Um milhão de alfaces.’ (SILVA, Cláudio 1993, p. 66, grifo do autor).

para obras para luz elétrica e postos telefônicos. Mais de dois anos após o pedido, ele recebera um telefonema do Banco do Brasil indagando se ele não desejava marcar uma audiência com Collor, que assim esperava angariar mais um voto favorável. Para a revista, Collor e seus aliados não haviam recuado em busca de votos de políticos “[...] de quem nunca se ouvira falar [...] [e que então estavam sendo] caçados a laço”. (O PRESIDENTE RESPIRA..., 1992b, p. 31). A fiscalização da imprensa era tão intensa que três parlamentares “[...] saíram escondendo o rosto dos fotógrafos e correram para o estacionamento para não serem identificados.” (O PRESIDENTE RESPIRA..., 1992b, p. 31).

Geddes e Ribeiro Neto (2000) complementam que as regras do jogo político contribuem para o aumento da corrupção. Uma profunda reforma política se faz cada vez mais necessária para erradicar ou abrandar a corrupção. Um exemplo de reforma política é a redução do número de partidos políticos, já que o fragmentado sistema partidário brasileiro dificulta ao presidente da república conseguir uma base política no Congresso que aprove as leis propostas. Além disso, é uma realidade o fato de que grande parte dos políticos não preza a fidelidade partidária: votam conforme seus interesses, e não aos de seu partido. Uma das consequências disso é o fato de o Executivo “negociar” com os congressistas para votarem a favor da aprovação de alguma lei. Não raro, a corrupção está presente nas “negociações”, como teria se dado no esquema do “mensalão”²⁹.

Conforme Peres (1998), seria uma visão ingênua a de que os políticos desempenharam um papel passivo no decorrer da crise política. Se estes não quisessem realmente afastar Collor do poder, nenhuma pressão por parte da imprensa seria capaz de fazê-los mudar de opinião. Um exemplo disso diz respeito à pressão que os meios de comunicação são capazes de fazer na tentativa de comover a maior parcela da classe política em prol de uma causa. Esse foi o caso da malograda campanha das “Diretas Já”, em 1984. A campanha pela

²⁹ Treze anos após o *impeachment* de Fernando Collor, outra crise política causaria grande impacto na imprensa, e envolveria, mesmo que indiretamente, a figura de outro Presidente da República: Luís Inácio Lula da Silva. O nome de “mensalão” foi dado pelo deputado envolvido Roberto Jefferson, que colocou em evidência um esquema de corrupção montado pelo PT, partido do presidente, que movimentava milhões de reais com o intuito de pagar a políticos da bancada aliada para aprovarem propostas do governo no Congresso Nacional, além de financiar campanhas políticas para candidatos petistas. O “mensalão” envolveu políticos de expressão nacional, tais como o então ministro da Casa Civil José Dirceu (tido como político de maior confiança de Lula), o então presidente do PT (José Genuíno), além de deputados, senadores e outros que não faziam parte da administração pública. Em defesa própria, Lula buscou se distanciar dos fatos, alegando desconhecer a existência do “mensalão” ou o envolvimento de políticos do PT em outras práticas ilegais, mas não conseguiu evitar que seu governo sofresse um grande desgaste político: sua popularidade alcançou os níveis mais baixos desde que assumiu a presidência em 2003, e seu partido, que até então passava uma imagem de ética na prática política, ganhou rapidamente o descrédito de grande parte do seu eleitorado. Apesar da intensa cobertura jornalística, quando, mais uma vez, as revistas *Veja* e *IstoÉ* destacaram-se ao revelar fatos e provas da corrupção institucionalizada, diferentemente de Collor, Lula não perdeu o mandato, conseguindo inclusive ser reeleito presidente no pleito de 2006. No segundo semestre de 2012, o STF julgou os envolvidos no caso.

aprovação da emenda Dante de Oliveira, que restabelecia eleições diretas para presidente da República, contou com apoio de inúmeros políticos, de jornalistas e da população. Apesar disso, para grande frustração nacional, o Congresso vetou a emenda. Convém, portanto, indagar quais foram os motivos para os deputados votarem a favor do processo de *impeachment*. Pode-se argumentar que a intensa cobertura midiática, dessa vez, foi mais eficaz, uma vez que não só a votação foi exibida ao vivo, e não de forma secreta – como queria o governo –, como também as eleições municipais, para as quais alguns deputados haviam se candidatado, seriam realizadas poucos dias depois. Nesse sentido, votar contra Collor seria proveitoso diante de seus pretensos eleitores. Mas essa é apenas uma possibilidade.

Na “Carta ao leitor” intitulada “*A responsabilidade da Câmara Federal*”, publicada em 23 de setembro de 1992, foi assegurado que Fernando Collor “[...] não apresentou nada de substancial para afirmar sua inocência, apesar de dispor de todos os meios.” (A RESPONSABILIDADE..., 1992, p. 15). Além disso, o clima político foi descrito como “[...] tenso [...]” (A RESPONSABILIDADE..., 1992, p. 15), tanto em Brasília quanto nas ruas, às vésperas do julgamento do presidente na Câmara dos deputados. Para *Veja*, a crise política se agravava graças “[...] ao presidente Fernando Collor e aos cangaceiros que o cercam e aconselham [...] o espetáculo armado por Collor é perigoso – pode exacerbar mais os ânimos, levando a reações imprevisíveis.” (A RESPONSABILIDADE..., 1992, p. 15). Para Santos, A. (2010, p. 290, grifo do autor), os brasileiros viviam

[...] dias de redemocratização. A Constituição de 1988 estabeleceu nova ordem jurídico-política. As instituições, porém, se achavam fragilizadas pela longa e lenta agonia de uma crise econômico-financeira que se arrastava desde 1982. As lideranças e as instituições democráticas, à frente o Congresso Nacional, encontravam-se desmoralizadas pelos escândalos, ou pela prática do que hoje se chama de *denuncismo*. O Poder Judiciário, assim como o Executivo, não tinham confiança dos brasileiros. Não se sabia se a volta aos quartéis seria duradoura.

“*A responsabilidade da Câmara Federal*” não cita explicitamente, mas, na reportagem “*Carta da histeria*”, publicada na mesma edição, foi levantada a questão que diz respeito a uma suposta vontade de Collor de ser afastado do poder não pela via legal (o *impeachment*), mas por um golpe militar que o colocaria como vítima de um ato ilegal. *Veja* ouviu duas fontes para embasar essa ideia: o deputado da oposição Miro Teixeira (PDT-RJ) e o advogado Beno Shodolski, que escreveu um artigo a respeito. Nas edições anteriores e nas posteriores, Collor nunca demonstrou em palavras ou em ações nenhum indício de que

desejaria que a crise terminasse com a intervenção militar. Ao mesmo tempo, as Forças Armadas não davam indícios de desejar interferir na queda de um governo, como acontecera em 1964. (A CARTA..., 1992). A ideia do golpe pode ter sido apenas uma forma de tentar desestabilizar ainda mais a imagem pública já desgastada de Collor. Seguindo o raciocínio da “Carta ao leitor”, essa poderia ser uma das possíveis “[...] reações imprevisíveis.” (A RESPONSABILIDADE..., 1992, p. 15).

A fotografia que estampava a seção é emblemática porque transmitia a sensação de ameaça (Figura 16). Ela foi clicada, possivelmente, nas galerias do salão do Congresso Nacional, tendo sido escolhido estrategicamente o foco onde os congressistas se reuniam.

Figura 16 – O Congresso sob ameaça



Fonte: Registrada por Rodrigues (1992a, p. 15).

A citada truculência na legenda está possivelmente ligada a um jantar com aliados políticos que contou com a presença de Fernando Collor. Na já citada reportagem “*A Carta da histeria*”, que conta com o subtítulo “Com o discurso mais chulo e ofensivo da história dos presidentes brasileiros, Collor tenta jogar a crise na fogueira do confronto.” (A CARTA..., 1992, p. 16), foi relatado que ele utilizou palavras de baixo calão para se referir a adversários como o deputado federal Ulysses Guimarães (“ ‘O remédio deve estar modificando seu comportamento. Doutor Ulysses está esclerosado, senil, decrepito, vetusto, fica pregando a insubordinação do Congresso contra a Lei e o Supremo. É um bonifrate dos interesses de São Paulo’ ”) (A CARTA..., 1992, p. 17); contra o presidente da Câmara de Deputados, Ibsen Pinheiro (“ ‘Vou mostrar que esses ladrões, canalhas se beneficiaram do governo. Vou mostrar os pedidos (de verbas) feitos pelo Ibsen. Ele é um canalha, golpista, b... mole’ ”) (A CARTA..., 1992, p. 17) e até mesmo contra a mídia (“ ‘Vou desmascarar esses caluniadores. Imprensa de m... Vão engolir pela boca e por outros lugares o que disseram de mim. Imprensa marrom, imprensa de m..., canalha’ ”). (A CARTA..., 1992, p. 17). O discurso de Collor, cujo linguajar revela-se totalmente

inadequado a uma autoridade investida do cargo de presidente da República, demonstra sua inabilidade política ante as pressões exercidas pela classe política e também pela imprensa.

3.8 A Reforma dos Jardins da Casa da Dinda

Neste subcapítulo, será analisada a “Carta ao leitor” intitulada “*Além do jardim, a vida continua*”, que abordou um dos escândalos políticos mais rumorosos da crise política de 1992: a denúncia de que a reforma milionária nos jardins da Casa da Dinda foram pagos com cheques fantasmas oriundos do esquema de corrupção montado por PC Farias.

A possível inspiração para essa “Carta ao leitor” teria sido Fernand Braudel, historiador que foi citado como aquele que “[...] restaurou a importância do homem comum e dos detalhes do cotidiano na História”. (ALÉM..., 1992, p. 15). “*Além do jardim, a vida continua*”, publicada em 9 de setembro de 1992, portanto, não somente enfoca a crise política, mas também cita outros assuntos (um repórter que cobriu as Olimpíadas e no momento se encontrava em Sarajevo, uma dermatologista que cuidava de pacientes com o vírus da Aids, a recontração de um jornalista por *Veja* e o relato de imigrantes ilegais que viviam nos EUA) para demonstrar que outros eventos aconteciam no Brasil e no mundo com pessoas simples que também mereciam ser conhecidos pelos leitores. Com relação à crise, foi citado que se tratava da décima terceira capa de *Veja* sobre o assunto. (ALÉM..., 1992). Contudo, dessa vez, tratava-se de uma edição que reforçava que a cobertura jornalística realizada pela revista havia superado à da concorrência³⁰ em busca de um furo de reportagem: haviam sido divulgadas fotos que supostamente comprovavam o uso de dinheiro do esquema PC Farias por Fernando Collor. Intencionalmente, de maneira a salientar as histórias de vida citadas acima, essa informação sobre a crise política foi minimizada.

³⁰ Contudo, *Veja* não se manteve sempre à frente de outros veículos de informação. A revista *IstoÉ* foi responsável pela publicação da entrevista com o motorista Eriberto França, na edição de 8 de julho de 1992, exatamente em um momento em que a CPI parecia ter perdido o ímpeto de investigar Collor. Na entrevista, ele relatou que recolhia dinheiro em espécie e cheques da empresa de táxi aéreo Brasil-Jet, cujo proprietário era PC Farias, e que repassava para o mordomo da Casa da Dinda pagar os empregados. Outra função era pagar contas e descontar cheques passados por Ana Acioli, secretária do presidente. Ao depor na CPI, ele confirmou o que havia dito à *IstoÉ*, e acrescentou que uma vez mandaram-no buscar na revendedora um automóvel *Fiat Elba*, que estava registrado no nome do presidente. A mídia e a CPI suspeitaram que PC Farias havia pago o carro com um cheque fantasma. Na reportagem da revista *IstoÉ* “Assombrações colloridas”, Cláudio Vieira confirmou o fato: “O Fernando falou: ‘Cláudio, preciso comprar um carro para as atividades na minha casa. Você pede um Fiat Elba Weekend.’ Liguei para o Paulo César e disse: ‘Tô precisando de uma Elba Weekend. Você paga com o saldo de campanha.’ Esse carro foi a principal prova para decretar o impeachment. Meu motorista, o José Antônio Maciel, levou o Eriberto para buscar o carro e ele explodiu todo o esquema. O PC pagou o carro com o cheque de um fantasma dele.” (VIEIRA, 2007 apud MARQUES, 2007, p. 39).

Após romper definitivamente com qualquer chance de manter uma relação de apoio com o presidente da República, no “Editorial” intitulado “*O presidente deve sair*”, publicado em 2 de setembro de 1992, e que será analisado a seguir, *Veja* prosseguiu a cobertura sobre o esquema de corrupção de PC Farias com a publicação da reportagem “*As floridas cachoeiras da corrupção*”, publicada na edição de 09 de setembro de 1992. Assinada por Orlando Brito e Policarpo Junior, ela denunciou que as reformas realizadas na Casa da Dinda³¹ haviam sido pagas com dinheiro do esquema PC. Para ilustrar o texto, foram utilizadas fotos – além de um mapa detalhado da residência do presidente – que demonstram “[...] a mordomia botânica do casal Malta-Collor.” (BRITO; POLICARPO JUNIOR, 1992, p. 16). Na primeira página, foi reproduzida uma parte do pronunciamento em rede de rádio e televisão feito por Collor, no dia 30 de agosto, para se defender das acusações da CPI sobre as reformas na Casa da Dinda:

‘Uma parte dos jardins foi afetada. Tive que reconstruir as áreas danificadas. Meus adversários na CPI usaram esse fato para tentar enganar a opinião pública, alegando que milhões de dólares teriam sido gastos. A casa e os jardins são típicos das boas residências de Brasília.’ (MELLO, F., 1992 apud BRITO; POLICARPO JUNIOR, 1992, p. 16).

Em oposição direta à palavra de Collor, foi colocada versão do paisagista e dono da Brasil’s Garden, José Roberto Nehring, concedida em uma entrevista no dia 3 de setembro:

‘Nada na Dinda foi reconstruído. As obras começaram em maio de 1989 e foram concluídas em junho do ano passado [1991]. Nestes três anos, a Brasil’s Garden recebeu 2,5 milhões de dólares, boa parte através de cheques fantasmas. Não há outro jardim igual em Brasília. É um dos mais belos do mundo’.

(NEHRING, 1992 apud BRITO; POLICARPO JUNIOR, 1992, p. 16).

Conforme a reportagem, ao investigar os cheques com a caligrafia de Rosinete Melanias, secretária de PC Farias, a CPI descobriu que os cheques fantasmas pagos à Brasil’s Garden haviam sido assinados por ela. Foi afirmado que o jardim era um exemplo da “[...] convivência monetária entre o presidente e seu amigo PC Farias” (BRITO; POLICARPO JUNIOR, 1992, p. 18). Também foram listadas implementações realizadas pela Brasil’s Garden: “[...] 200 árvores de grande e médio porte, centenas de plantas ornamentais, quarenta árvores frutíferas, um lago artificial que se desdobra em quatro níveis [...] cinco grandes cachoeiras de águas cristalinas de até 10 metros de altura.” (BRITO; POLICARPO JUNIOR, 1992, p. 18). Uma peculiaridade da

³¹ Conforme o *site* G1, Fernando Collor não utilizou a Casa da Dinda como moradia durante seu mandato como senador pelo Estado de Alagoas, tendo então escolhido um apartamento funcional. Entretanto, a mansão não estava abandonada: empregados faziam a manutenção do jardim e um circuito de câmera 24 horas garantia a segurança. (TAVARES, J., 2012).

reportagem foi o fato de ela referir-se ao presidente, inúmeras vezes, como Fernando Affonso ou como Fernando Affonso Collor de Mello, seu nome completo. Chamá-lo diretamente pelo prenome, subvertendo a liturgia do cargo, em certo sentido, significaria “desrespeitar” quem não se dá o respeito; romper a aura conferida pela investidura.

No dia 16 de setembro, a seção “Cartas” (que publicava comentários dos leitores sobre a revista) concedeu espaço para o Secretário de Imprensa da Presidência da República, Etevaldo Dias, questionar a veracidade das fotos publicadas:

VEJA utilizou-se de surrados truques fotográficos e efeitos especiais para tentar iludir o leitor, ampliando espaços, dando falsa impressão de exuberância aos jardins da Casa da Dinda. Como o muro da casa do senhor presidente tem 3,5 metros de altura, se a cachoeira tivesse realmente um salto de 10 metros, como é dito à página 18, seria não apenas um enfeite de jardim, mas uma atração ecológica da cidade. (DIAS, 1992, p. 13).

Veja utilizou a mesma seção para responder: de maneira sucinta, reafirmou que as fotos publicadas são realmente dos jardins da Casa da Dinda e que a informação de que a cachoeira possuía dez metros de altura foi dada pelo paisagista responsável pela obra, José Roberto Nehring. Com relação à utilização de “[...] truques fotográficos e efeitos especiais [...]” (DIAS, 1992, p. 13), não houve menção por parte da revista. Conforme Conti (1999) as fotos dos Jardins da Casa da Dinda não foram feitas pelos fotógrafos da *Veja*, mas por José Filho, a mando de Fernando Collor e do paisagista José Nehring. Após aparentar pouco interesse pelas fotos – a dissimulação objetivava pagar um preço não muito alto –, *Veja* “[...] pagou pelas fotografias pouco mais que o valor de tabela.” (CONTI, 1999, p. 659).

A polêmica sobre a reforma nos jardins da Casa da Dinda teve outro capítulo na reportagem “*Mentiras e videoteipe*”, publicada em 23 de setembro, na qual *Veja* criticou um vídeo divulgado pelo governo, que visava a desmentir a reportagem “*As floridas cachoeiras da corrupção*”. Nas imagens do vídeo, foram mostradas cenas que não parecem em nada com as fotos publicadas na edição de 9 de setembro. O vídeo também denunciava que o fotógrafo que havia tirado as fotos do jardim e as vendera à *Veja* havia utilizado técnicas modernas para adulterar o resultado. Como resposta, a revista admitiu que não tinha sido usada nenhuma técnica especial, além disso, consultou o fotógrafo de publicidade Ênio Derwanger, para desmentir as afirmações do vídeo. Por fim, afirmou-se que as imagens mostradas no vídeo haviam sido feitas havia mais de um ano, época em que as construções estavam em andamento. (MENTIRAS..., 1992).

3.9 Às Vésperas do Julgamento de Collor pela Câmara de Deputados

“*Chegou a hora da verdade*”, publicada no dia 30 de setembro de 1992, foi a “Carta ao leitor” na qual *Veja* fez o último apelo para que a Câmara dos Deputados decidisse afastar temporariamente Collor das funções de presidente da República. Foi constatado que ele “[...] degradou a Presidência da República, submetendo-a a vexames inéditos na História republicana.” (CHEGOU A..., 1992). Por outro lado, as instituições investigaram os indícios de corrupção e conseguiram identificar fatos que o comprometiam. Após explicar que a votação não determinaria se Collor era culpado ou inocente – mas serviria para decidir se o processo de *impeachment* deveria ser julgado no Senado Federal ou extinto –, foi assegurado que votar a favor de Collor era “[...] evitar que se faça justiça. Significa permitir que Collor continue deixando de prestar contas pelos atos que cometeu no exercício do cargo.” (CHEGOU A..., 1992). Por fim, foi alertado que, se algum deputado deixasse de participar da votação, estaria traindo os eleitores e o próprio mandato. Para Peres (1998, f. 111), no período que antecedeu o *impeachment*, o

[...] discurso jornalístico se torna mais autoritário. Especialmente com o campo político, a imprensa pretendeu tornar-se uma espécie de orientador, que constantemente prescreve o que deve e o que não deve ser feito, e mais do que isso, acreditava ser possível obter a complacência da esfera política.

Em vista da complicada posição política de Collor, *Veja* publicou uma fotografia emblemática (Figura 17) do presidente, a qual expressa visualmente um aspecto importante que antecedeu à votação: o da contínua perda de apoio de seu governo por parte não só da classe política, mas também da população e da imprensa. Creditada a Orlando Brito³², fotógrafo que conhecia Collor desde a juventude e que acompanhou sua ascensão como candidato e a queda como presidente da República, a fotografia o coloca estrategicamente no canto direito, apenas no perfil de sua cabeça. No restante da foto, apenas um fundo neutro. Ele está absolutamente só, sem ninguém ao redor. (BRITO, 1992g).

Em duas ocasiões, a seção “Carta ao leitor” publicou fotos na qual o presidente Collor aparecia sozinho (30 de setembro e 02 de dezembro) em momentos diferentes na

³² Em 2002, Orlando Brito publicou o livro *Poder, Glória e solidão*, com fotos de diversos presidentes, inclusive Collor.

crise política: respectivamente, antes do julgamento pela Câmara de Deputados, e outra antes do julgamento pelo Senado. Em ambos os casos, a credibilidade de Collor era questionada com veemência pela revista *Veja*. Podem ser apontadas como semelhanças: a) Collor aparecer em um fundo neutro, com feições sérias; b) O enquadramento do presidente nas fotos – colocado nas laterais – tenta evidenciar sua solidão. Uma diferença visual refere-se aos cenários das fotos – uma é o céu, outra é uma parede. O objetivo das fotografias foi o de transmitir a ideia que Collor estava sozinho – o que evocava a frase proferida pelo mesmo em seus discursos televisivos, “Não me deixem só”.

Figura 17 – A solidão presidencial



Fonte: Registrada por Brito (1992g, p. 17).

Na reportagem “*Collor tenta controlar a debandada*”, publicada em 30 de setembro de 1992, foram relatadas as dificuldades encontradas por Collor de angariar votos de seus aliados contra a votação no Congresso. Uma das principais dificuldades consistia no fato de o Supremo Tribunal Federal ter decidido que o voto seria aberto, ou seja, os deputados poderiam ser identificados e sofreriam pressão da mídia e da população para votar contra o presidente. (COLLOR..., 1992). Naquela circunstância, muitos políticos já haviam decidido abandonar Collor por não acreditar que ele conseguiria votos suficientes para obter sua absolvição. Conforme as contas de *Veja*, naquele momento, 20 governadores eram

[...] favoráveis à saída de Fernando Collor. O PRN virou poeira. Temerosos de ser arrastados no lixo político de Collor, integrantes do círculo de aliados do Planalto voltaram a conversar sobre a sua renúncia. Conforme um assessor direto do presidente, já existe um primeiro acordo a respeito. Collor fica no palácio até a votação da Câmara. Caso o impeachment seja aprovado, hipótese prevista pela imensa maioria dos levantamentos disponíveis na semana passada, vai embora no dia seguinte. (COLLOR..., 1992, p. 20).

Na mesma reportagem, ao se referir ao governo Collor, *Veja* utiliza termos como “[...] colapso [...]”, “[...] lixo político [...]”, “[...] miséria política [...]”, “[...] mendicância [...]”, “[...] governo ziguezagueando como barata tonta [...]” (COLLOR...,

1992, p. 20-21) para descrever a situação dos últimos dias de Collor no poder. Já Lafaiete Coutinho, que havia sido apontado por *Veja* como o responsável por perseguir desafetos políticos do governo utilizando seu cargo de presidente do Banco do Brasil, estava sofrendo denúncias de seus subalternos por abuso de poder. Também foram analisados quais seriam os benefícios de Collor se renunciasse: o processo de *impeachment* por crime de responsabilidade chegaria ao fim, mesmo que não produzisse o mesmo resultado no processo por crime comum no Supremo Tribunal Federal, e poderia usufruir os direitos reservados aos ex-presidentes, tais como uma ajuda de custo e passaporte diplomático.

3.10 Veja Rompe Definitivamente com Collor

Serão analisadas duas “Carta ao leitor” (“*Lição democrática*” e “*O formidável ano de 1992 chega ao fim*”), que foram publicadas após o afastamento temporário de Collor da presidência, além do “Editorial” denominado “*O presidente deve sair*”.

Essa foi a primeira seção desde o começo da crise política que não foi acompanhada de nenhuma foto ou ilustração. Em compensação, ela ocupou, com uma letra de tamanho maior, uma página, o que representou um aumento de cerca de 50% no espaço que lhe era dedicado até então. (O PRESIDENTE DEVE..., 1992a). De acordo com Conti (1999), pela primeira vez na trajetória da revista, foi publicado um “Editorial” com essa denominação. Apesar de não constar o nome do autor, o Editorial “*O presidente deve sair*”, publicado em 2 de setembro de 1992, foi escrito, por Roberto Civita, presidente da Editora Abril. Ele adotou uma postura inflexível ao afirmar que o presidente da República deveria renunciar ao cargo:

É tão vasta a distância entre o presidente e o país que a reconciliação se tornou impossível. Fernando Collor já tentou explicar-se várias vezes. Em nenhuma delas conseguiu convencer que agiu com a dignidade que a Presidência reclama. Ao contrário: aprofundou as suspeitas e revelou seu conúbio com os estratagemas mirabolantes e malcheirosos. A própria maneira como vem mercadejando votos de deputados para barrar a abertura do processo de impeachment é indício do pouco apreço do presidente pela coisa pública. [...] A renúncia, por mais dolorosa que se afigura a Fernando Collor, é a melhor solução para a sociedade brasileira. (O PRESIDENTE DEVE..., 1992a, p. 17).

O “Editorial” também retomou alguns elementos que se fizeram presentes nas seções “Carta ao Leitor”, tais como a gravidade da crise, a necessidade de combater a corrupção e a importância da participação da população, pois demonstrava “[...] força e alegria para dar um basta taxativo. [...] As multidões estão gritando que está errado o ditado que diz ‘aos amigos

tudo; aos inimigos, a lei'. ” (O PRESIDENTE DEVE..., 1992a). A posição editorial de *Veja* estava em consonância com os anseios de uma parcela considerável da população e também com os da maioria dos leitores da publicação³³. Uma vez que os indícios de envolvimento de Collor em corrupção eram incontestáveis, foi uma decisão acertada também do ponto de vista profissional romper com Collor, pois, assim, a revista consolidou ainda mais sua imagem como um veículo de informação de prestígio na cobertura da crise política ao ceder espaço para Pedro Collor denunciar o irmão, investigar denúncias e tomar para si a responsabilidade de pedir a renúncia de Collor. *Veja*, portanto, se antecedeu ao cumprimento da lei ao decretar que ele “[...] terá de ser processado, julgado e retirado da Presidência.” (O PRESIDENTE DEVE..., 1992a, p. 17).

Na votação ocorrida no dia 29 de setembro de 1992, a Câmara de Deputados autorizou que Collor fosse afastado temporariamente da presidência e deu o aval para que o Senado Federal abrisse um processo por crime de responsabilidade que poderia acarretar no *impeachment*. A oposição conseguiu 441 votos, enquanto a tentativa de Collor em angariar votos resultou em somente 38. (CONTI, 1999).

Em vista do interesse dos leitores em saber mais notícias sobre a crise política, *Veja* aproveitou a oportunidade para lançar uma edição Extra, publicada em 07 de outubro de 1992. O espaço de “Carta ao leitor” foi ampliado (ainda mais do que no “Editorial” que pedia a renúncia do presidente da República) tendo ocupado duas folhas. Posicionadas em duas colunas (Figura 18), foram reproduzidas as capas de *Veja* divididas em dois períodos: antes e depois da crise política que tiraria Collor do poder. Na coluna da esquerda, a primeira capa é a de Collor como governador de Alagoas (com a manchete “O Caçador de Marajás”), e a última é a edição de 25 março de 1992 (“Collor fala”, com uma entrevista de Collor na seção “Páginas amarelas”). Na legenda, *Veja* coloca-se como a portadora da “[...] missão de bem informar”. (LIÇÃO..., 1992, p. 4). Na coluna da direita, a primeira capa é “O imposto de renda de PC Farias 1987 a 1991” (uma edição antes da entrevista de Pedro Collor), e a última

³³ Segundo Bahia (1990, p. 108), a publicação de cartas com a opinião dos leitores “[...] embutem ainda um inequívoco objeto democrático e quanto maior for o grau de participação dos leitores maior será a intensidade do debate que elas costumam provocar.” Pode-se argumentar que também se faz necessária a diversidade de opiniões para que o debate político atinja realmente resultados satisfatórios. Na seção “Cartas”, publicada em 19 de agosto de 1992, *Veja* afirmou que, desde a entrevista de Pedro Collor, mais de oitocentos leitores haviam escrito para expressar sua opinião sobre os desdobramentos da crise. Na tabela “Contra Collor”, 148 leitores criticavam o presidente da República, enquanto 77 pediam seu *impeachment* ou renúncia e 94 elogiavam a revista. Já na tabela “A favor de Collor”, 51 apoiavam o presidente, 5 se manifestaram contrários ao *impeachment* e somente 2 criticaram a imprensa. (OS LEITORES..., 1992). Durante a crise política, tornou-se evidente que as cartas de leitores que criticavam Fernando Collor foram publicadas em um número muito superior ao daquelas que o apoiavam, ou seja, não houve equilíbrio entre os diferentes pontos de vista – algo que se supõe em um espaço que visa ao diálogo entre a empresa jornalística e os leitores.

é “Chegou a hora” (a última edição publicada antes da votação da Câmara de Deputados). Na legenda, *Veja* se autocongratulou: “[...] dever cumprido, apesar das ameaças e das pressões”. (LIÇÃO..., 1992, p. 5).

Figura 18 – Capas da revista *Veja* sobre a ascensão e a queda de Fernando Collor



Fonte: [Painel...] (1992, p. 4)

Fonte: [Painel...] (1992, p. 5)

Intitulada de “*Lição de democracia*”, “*Carta ao leitor*” avaliou o governo Collor articulando um discurso de desaprovação:

Desde que Fernando Collor tomou posse, há 930 dias, os terríveis problemas sociais brasileiros se agravaram. É uma tragédia. O homem que tinha todas as condições de encaminhá-los traiu as esperanças nacionais. Tinha 35 milhões de votos, uma plataforma de governo promissora e basicamente correta, e um mandato para fazer mudanças profundas – e agora sai da Presidência deixando um país numa situação ainda pior do que quando entrou. (LIÇÃO..., 1992, p. 5).

Como afirmado no primeiro capítulo, *Veja* atuou com uma pouco disfarçada simpatia pelo candidato Collor na eleição de 1989, tendência que, no segundo turno, se tornou mais explícita. Se inicialmente as promessas foram apoiadas, também foi cobrada a sua realização. De acordo com Silva, Carla (2009, p. 30),

A posição da revista *Veja* com relação ao governo de Collor é entendida tendo como eixo a sua relação com o programa neoliberal. Disso depende o apoio da revista, que se mantém sempre apontando caminhos. Há três momentos com relação a isso. A construção da candidatura e do político Collor. O segundo, as tentativas de entendimento entre o governo, seu projeto de abertura, os empresários nacionais, e o Congresso Nacional. E os conflitos aqui existentes permanecem no período de crise política do impeachment. Somente ao final se dá a terceira fase, em que a revista ajuda a derrubar o mito político de Collor, contribuindo para o seu impedimento, mas cuidando para que tudo se mantivesse em ordem na sucessão.

Imediatamente após a saída definitiva de Collor da presidência, *Veja* manteve o apoio às propostas de governo do ex-presidente. Na “Carta ao leitor” “*Agora é mesmo para valer*”, publicada em 06 de janeiro de 1993, foi alertado ao novo mandatário da nação, Itamar Franco, que não se podia “[...] esquecer a necessidade de prosseguir com a abertura da economia, um item que a administração Fernando Collor, num de seus maiores crimes, associou à desonestidade.” (AGORA..., 1993, p. 15). Nesse mesmo sentido, a seção “Ponto de vista”, publicada na mesma edição, trouxe um texto assinado pelo editor de *Veja* e presidente do Grupo Abril, Roberto Civita, intitulado “*Vamos continuar as mudanças*”, no qual este afirma que era necessário o Brasil “[...] estimular a competição e a eficiência, trocar o papel produtivo do Estado por um papel normativo e incentivar os investimentos no lugar da especulação.” (CIVITA, R., 1993, p. 78). Entende-se que o apoio ao candidato/presidente Collor foi dado no sentido de viabilizar as mudanças na economia, entendidas como necessárias por *Veja*, mas a falta de resultados, tanto na área econômica quanto na política e social, aliada às gravíssimas acusações de corrupção, foram fatores determinantes para sua queda. Ao refletir sobre o rompimento da imprensa brasileira com Collor, Peres (1998, f. 113-114) constata que

Collor começa a cansar a imprensa. Mas, esse cansaço, que requer sempre o novo, não constitui uma explicação suficiente para o rompimento. Apesar de cansada do show, a imprensa poderia, ainda assim, continuar a se relacionar com ele, até com uma visão mais crítica, sem, no entanto, chegar ao rompimento. De alguma forma, pode-se afirmar que tal rompimento foi construído ao longo dos meses do governo Collor. Construído não tanto pela imprensa, mas pelo próprio presidente, cujo desempenho político à frente do governo, escancarando a corrupção e pretendendo-se poderoso o suficiente

para durante largo tempo de seu governo dar-se ao luxo até de desprezar aliados tradicionais no plano político, provocou fissuras no bloco dominante. Se a interpretação for correta, o desdobramento natural dela é acreditar que o momento do rompimento, ou início dele – a entrevista com Pedro Collor –, seria apenas o desenlace de uma crise política que vinha sendo desenhada antes, da qual a própria imprensa não tinha consciência plena [...]

A última “Carta ao leitor” de 1992 pode ser considerada como uma espécie de capítulo final para um assunto que havia dominado o noticiário político de *Veja* desde o final de maio daquele ano: a crise deflagrada pela entrevista de Pedro Collor. Em “*O formidável ano de 1992 chega ao fim*”, publicada em 30 de dezembro, *Veja* assegurou que “[...] esteve longe de ser um ano corriqueiro. Aconteceram tantas coisas, e tão impressionantes, que 1992 está destinado a marcar a História do Brasil.” (O FORMIDÁVEL..., 1992, p. 13). O título da seção está relacionado ao juízo de valor feito ao presidente da República afastado e a seu destino político, que seria definido no julgamento pelo Senado Federal. De modo maniqueísta, a revista situou os principais envolvidos nos eventos:

De um lado, havia o presidente da República, o primeiro eleito em quase três décadas. Havia Fernando Collor e seus asseclas, uma camarilha que, violando a Constituição, usou a Presidência para achacar e corromper, para desviar e roubar dinheiros públicos. A corrupção, instalada no coração da República, ameaçava corroer a sociedade. Os intentos de Collor e seu bando foram barrados porque, do outro lado, para além da Presidência, existe um povo, homens de bem, instituições sólidas. A imprensa serviu de alarme, a Polícia Federal desvendou as ramificações do esquema Collor-PC, a Câmara Federal decidiu pelo afastamento do presidente. Nas ruas, os brasileiros expuseram em alto e bom som o que pensam dos corruptos. (O FORMIDÁVEL..., 1992, p. 13).

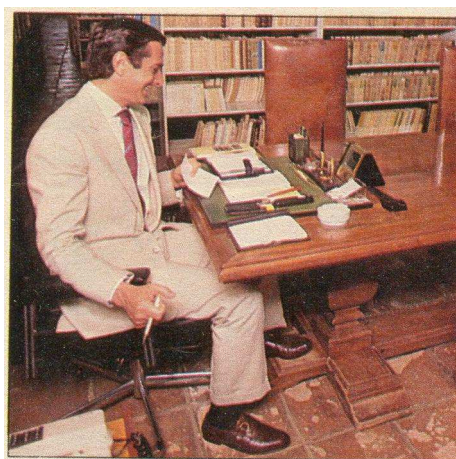
Foi enfatizada a importância histórica da eleição presidencial de Collor, ocorrida depois de um hiato de quase 30 anos desde a eleição de Jânio Quadros, em 1960. Não houve menção ao apoio de *Veja* antes – e mesmo depois – da vitória de Collor em 1989. Collor foi enfocado como um líder de quadrilha, uma espécie de “Poderoso chefão” – uma referência ao clássico filme do diretor Francis Ford Coppola – da corrupção brasileira. Nesse sentido, os criminosos tiveram seus planos frustrados porque a imprensa denunciou indícios de atos ilícitos, as autoridades exerceram suas funções de forma competente, e os brasileiros execraram os corruptos em manifestações de rua. Enaltecer as qualidades das autoridades envolvidas (Polícia Federal, Câmara Federal), da imprensa e da população foi uma forma encontrada pela revista para justificar a decisão pela saída permanente de Collor.

Pode-se contatar que a relação entre os políticos e a imprensa possui uma dinâmica que se altera com o tempo, pois ocorre uma inversão de valores nos papéis atribuídos aos

primeiros. Um exemplo disso é o elogio ao fato de a Câmara de Deputados ter afastado Collor da presidência, incluindo-se ali até mesmo aqueles deputados que haviam votado pela permanência do presidente no cargo (ao total de 38). Os votos da maioria dos deputados (441) fizeram “Carta ao leitor” louvando-os, sem distinções. Todavia, isso mudaria no ano seguinte, quando veio a público uma série de denúncias de corrupção que ficariam conhecidas como a “Máfia do Orçamento”. Em 2005, novamente o Poder Legislativo enfrentaria denúncias de corrupção em vista da compra de votos pelo PT, o chamado “mensalão”, já mencionado anteriormente. A imagem do Congresso, portanto, foi vista, nesses dois períodos, com desconfiança não só por parte dos jornalistas como também da população³⁴ No final de 1992, contudo, a imagem era de orgulho e satisfação, pelo menos com relação ao periódico em questão.

Foi construído um forte sentido de complementação entre o discurso da revista que colocou a derrota de Collor no julgamento pelo Senado Federal como a decisão correta a ser tomada e a fotografia selecionada para ilustrar a seção em questão (Figura 19). Nela, aparece apenas Fernando Collor, vestido com um terno claro, sentado diante de uma mesa, em seu escritório, na biblioteca da Casa da Dinda. Fitando alguns papéis em sua mesa, ele segura uma caneta com a mão direita e mostra levemente os dentes ao olhar para a mesa de trabalho como se não soubesse o que escrever nos papéis que estavam à sua frente.

Figura 19 – Collor na Biblioteca da Casa da Dinda



Collor: sem defesa, a afronta

Fonte: Registrada por Brito (1992b, p. 13).

³⁴ Uma das características do Poder Legislativo é que, conforme, Cinnanti (2011, p. 88-89), ocorre uma “[...] superexposição na mídia, tendo seus aspectos falhos enfatizados pelos meios de comunicação. Isso contribui para impregnar o imaginário popular com o conteúdo divulgado e força o processo de construção de uma avaliação negativa do parlamento. Nessa avaliação, tende-se a generalizar os pontos fracos, que raramente são confrontados pela divulgação das ações relevantes do Legislativo. Há uma omissão da instituição no que tange a levar ao conhecimento da população a importância e os feitos desse Poder.”

Seguindo essa linha de raciocínio, *Veja* salientou que o presidente afastado não possuía nenhuma argumentação consistente para se defender das graves denúncias:

Desde maio, quando surgiram as primeiras denúncias, ele deve uma explicação ao país. Não as deu porque não as tem. Collor não tem como se defender no terreno dos fatos. O que ele tem a oferecer é a balbúrdia, a chicana, a afronta, o acinte de querer manter-se no cargo a qualquer custo. Na terça feira passada, numa nova manobra, Collor conseguiu adiar o veredicto do Senado acerca dos seus atos. O Brasil não pode se deixar enredar pelas provocações do presidente impugnado. A decisão tem de ser tomada, e Collor deve ser afastado definitivamente. (O FORMIDÁVEL..., 1992, p. 13).

Foi feita aqui referência a um fato que foi tratado na reportagem “*A farsa dentro da farsa*”, publicada na mesma edição, cujo enfoque reside no adiamento do julgamento do presidente afastado no Senado Federal pelo crime de responsabilidade, graças à destituição de seus dois advogados de defesa, José Guilherme Villela e Evaristo de Moraes Filho. Na mesma reportagem, foram selecionados trechos de um documento endereçado ao povo brasileiro, nos quais Collor afirmou que estava sendo “ ‘[...] vítima de uma campanha difamatória sem precedentes na História do país [...]’ ” (COLLOR, F., 1992 apud A FARSA..., 1992, p. 19) – fato que a revista não comenta –, e que esperava “ ‘[...] um julgamento justo e imparcial.’ ” (COLLOR, F., 1992 apud A FARSA..., 1992, p. 19). Também defendeu sua conduta como um presidente da República que cumpriu a Constituição brasileira: “ ‘[...] Preferi conviver com os excessos cometidos pelos adversários a criar obstáculos ao exercício pleno das liberdades democráticas: a liberdade de imprensa, a liberdade de manifestação, a liberdade de opinião.’ ” (COLLOR, F., 1992 apud A FARSA..., 1992, p. 20-21). Nesse ponto, *Veja* afirmou que o presidente não tinha a opção de seguir ou não a Constituição e, se decidisse não seguir o caminho da legalidade, deveria “ ‘[...] ser afastado do cargo – num processo de impeachment.’ ” (A FARSA..., 1992, p. 21). No dia em que seria julgado pelo Senado federal, 29 de dezembro de 1992, e na vigência mesma do julgamento, o seu advogado apresentou uma carta assinada por Fernando Collor na qual ele renunciava ao cargo de presidente da República. No dia seguinte, foi considerado culpado pelo crime de responsabilidade e foi impedido de exercer função pública pelo prazo de oito anos.

Na primeira “Carta ao leitor” analisada (“*Depoimento que não se pode ignorar*”), foi afirmado que, apesar das implicações familiares da entrevista de Pedro Collor, a revista cumpriu seu dever jornalístico ao publicar denúncias. (DEPOIMENTO..., 1992). As edições

seguintes repercutiram, de maneira cada vez mais crítica, uma linha editorial que, ao se posicionar pelo cumprimento das leis e pela condenação dos corruptos, acabaria por apontar o presidente da República como beneficiário de um esquema arquitetado por PC Farias.

No decorrer da crise política, a revista denunciou pressões que estaria sofrendo de membros do governo, principalmente de Lafaite Coutinho, presidente do Banco do Brasil, em “*O jogo sujo da retaliação*”. (O JOGO..., 1992). Antes de romper definitivamente com Collor, também denunciou as tentativas fisiológicas de manter seus aliados do PFL em “*O vale tudo para manter o poder*” e em “*Show de maturidade dos brasileiros*” (SHOW..., 1992; O VALE-TUDO, 1992) e apoiou as manifestações públicas de repúdio a Collor. Nesse momento, no qual ocorre o ápice dessas manifestações, *Veja* publicou o “Editorial” “*O presidente deve sair*”, no qual defendeu que não havia como Collor se manter no cargo em vista das suspeitas de corrupção. (O PRESIDENTE DEVE..., 1992a). A revista destacou, nas seções seguintes da “Carta ao leitor”, a espera pelo julgamento da Câmara de Deputados (“*A responsabilidade da Câmara Federal*” e “*Chegou a hora da verdade*”) e a comemoração pela derrota de Collor em “*Lição democrática*”. Outro momento importante foi “*O ano de ouro de Veja*”, no qual são listados os prêmios ganhos de entidades jornalísticas pelo trabalho de jornalismo investigativo e “*O formidável ano de 1992 chega ao fim*”, a última seção do ano, na qual se argumenta que Collor deveria realmente ser impedido pelo Senado Federal de continuar na presidência da República. (O ANO, 1992; CHEGOU A..., 1992; O FORMIDÁVEL..., 1992; LIÇÃO..., 1992; A RESPONSABILIDADE..., 1992).

É possível apontar padrões na seção “Carta ao leitor” que abrangem o período em que o noticiário político do Brasil esteve atento às denúncias de corrupção que envolveram o presidente Collor. Em seu discurso, *Veja* deu ênfase ao jornalismo investigativo praticado por ela e por outros meios de comunicação (como é o caso da revista *IstoÉ*, embora esta não tenha sido citada nominalmente) como algo realizado de maneira extremamente profissional e responsável. Com relação aos brasileiros, estes foram representados como um povo honesto, trabalhador e que estava com razão ao sair às ruas para protestar contra a corrupção e, conseqüentemente, contra o presidente da República. O rompimento definitivo do periódico em relação ao presidente foi uma consequência lógica. Collor não utilizou argumentos consistentes para se defender, perdeu o apoio da população, de uma parcela significativa da classe política, e, assim, a cada semana, tornava-se alvo de críticas mais graves e, aparentemente, irrefutáveis.

No terceiro e último capítulo da dissertação, será abordada a crise política sob a ótica do humorista Jô Soares em sua seção homônima na revista *Veja*.

4 JÔ SOARES: HUMOR NA CRISE POLÍTICA DE 1992

José Eugênio Soares, mais conhecido pelo nome artístico de Jô Soares, ocupa um lugar de destaque na televisão brasileira em vista de seu talento humorístico. Filho de diplomatas, ele estudou em colégios internos no Rio de Janeiro e na Suíça, com o desejo de seguir a mesma carreira do pai. Entretanto, mudou de ideia e acumulou funções na carreira artística: ele é humorista, ator, artista plástico, escritor e apresentador de televisão. Com mais de cinquenta anos de carreira artística, Jô Soares é autor de romances que se tornaram sucessos de público: *O Xangô de Baker Street* (publicado em 1995 e foi adaptado para o cinema em 2002), *O homem que matou Getúlio Vargas* (1998), *Assassinato na Academia Brasileira de Letras* (2005) e *As esganadas*, este último publicado em 2011.

Na segunda metade dos anos 80, após dezessete anos como contratado da Rede Globo, na qual participou dos programas humorísticos *Faça humor não faça guerra*, *Satiricon*, *Planeta dos homens* e *Viva o gordo*, Jô Soares tomou a decisão de assinar um contrato com a TVS, do empresário Silvio Santos, motivado pela busca de novas maneiras de explorar seu talento: o acalentado projeto de tornar-se entrevistador na televisão. Na época, a decisão de trocar a emissora de maior audiência do país por outra cujo perfil voltava-se para as classes menos abastadas fora vista como uma escolha arriscada, pois eram raros os artistas que, após deixarem a Rede Globo, continuavam a fazer sucesso. Jô Soares estreou na nova emissora com um programa de humor – semelhante aos que já fizera anteriormente – em que interpretava diferentes personagens. Entretanto, logo passou a apresentar o seu *talk show Jô Soares Onze e Meia*¹, que ficaria no ar por onze anos. Após o fim do contrato, retornou à Rede Globo e continuaria com o programa de entrevistas, então batizado de *Programa do Jô*.

Uma das características de Jô Soares é a sua capacidade de observar o cenário político e fazer humor de uma forma irreverente e nada infantil, o que o coloca à frente de uma grande parcela de humoristas em atividade no Brasil. No momento em que eclodiu a

¹ A repercussão do trabalho de Jô Soares na mídia era palpável, uma vez que o seu programa de entrevistas alcançava uma boa audiência, e que a revista mais vendida do Brasil, *Veja*, publicava uma página semanal com colunas de sua autoria. De acordo com Conti (1999, p. 625), “Ao desembarcar de uma viagem ao exterior no aeroporto de Guarulhos, ele foi aplaudido da alfândega até entrar no carro, na rua. Em compensação, Jô recebeu na época uma comenda da Aeronáutica, numa solenidade marcada com meses de antecedência, e Collor nem olhou para ele.”

crise política de 1992, ele escrevia uma seção² em *Veja* e dedicou um espaço considerável a ela. É esse material³ que será analisado nas páginas seguintes.

4.1 As Diferentes Facetas do Presidente Collor

Neste subcapítulo, serão abordadas duas colunas publicadas no começo da crise política⁴, nas quais Jô Soares enfocou o presidente Collor sob dois ângulos diferentes: como louco (“*O exame*”) e como *cowboy* de filme de faroeste (“*Duelo em Brasília City*”).

Em “*O exame*”, publicada em 3 de junho de 1992, foi utilizado um acontecimento real para fazer humor sobre dois dos principais personagens presentes na mídia naquele momento: os irmãos Fernando e Pedro Collor. Ao ser afastado por sua mãe da presidência das Organizações Arnon de Mello sob a alegação que estaria mentalmente desequilibrado, Pedro Collor realizou um exame de sanidade mental para comprovar que sofrera uma retaliação que objetivava desacreditá-lo perante a opinião pública e desviar a atenção de suas denúncias contra o presidente da República. O atestado médico comprovou que ele estava em pleno uso de suas capacidades mentais. Jô Soares aproveitou esse acontecimento incomum na História do Brasil para fazer seus leitores refletirem sobre o comportamento do homem que fora eleito presidente em 1989. (SOARES, 1992m). A ilustração escolhida (Figura 20), estrategicamente colocada em duas colunas do texto, retratava um Napoleão brasileiro, inspirado no imperador dos franceses.

² Em 1989, Luis Fernando Veríssimo cedeu lugar para Jô Soares na seção de humor na revista *Veja*, permanecendo este na função até 1996.

³ Jô Soares participou da coletânea *Humor nos tempos de Collor*, publicada ainda em 1992, na qual outros humoristas renomados, como Luís Fernando Veríssimo e Millôr Fernandes, satirizaram a crise política. (SOARES; VERÍSSIMO; FERNANDES, 1992). Algumas seções publicadas na revista *Veja* foram reproduzidas no livro, tendo sido alteradas, em alguns casos, apenas as ilustrações.

⁴ Na mesma edição em que foi publicada a entrevista com Pedro Collor, Jô Soares abordou o fato rapidamente na seção “*A reunião*”. Foi destacado o “[...] autocontrole do presidente Collor. Num momento que enfrenta uma crise familiar das mais sérias [...] conseguiu fazer uma reunião com todo o ministério, para debater e procurar resolver os problemas do país.” (SOARES, 1992r, p. 13).

Figura 20 – O Napoleão brasileiro



Fonte: [Napoleão...], (1992, p. 13)

Em formato de diálogos, toda a seção é estruturada na conversa entre um psiquiatra e “Pedro, um paciente comum [...]” (SOARES, 1992m, p. 13), que estavam em uma “[...] sala de clínica psiquiátrica [...]” (SOARES, 1992m, p. 13) realizando um exame de sanidade mental⁵:

PSIQUIATRA: Muito bem, este teste de sanidade mental que nós vamos realizar é muito simples. Eu vou lhe fazer uma série de perguntas e o senhor só tem de responder. Está pronto?

PEDRO: Estou, doutor.

PSIQUIATRA: (Tomando notas) Então, aqui vai a primeira pergunta: o senhor já andou de avião de caça super-sônico?

PEDRO: Nunca, doutor.

[...]

PSIQUIATRA: Já andou de submarino fantasiado de marinheiro?

PEDRO: O que é isso, doutor!

[...]

PSIQUIATRA: Já se vestiu de soldado pra ir acampar no meio do mato com a tropa?

PEDRO: Nunca!!

PSIQUIATRA: Usa suas camisetas para escrever recados?

PEDRO: È claro que não, doutor!

[...]

⁵ No seu livro *Passando a limpo: a trajetória de um farsante*, Pedro Collor utilizou a imaginação e sua experiência pessoal para elaborar “[...] laudos médicos imaginários [...]” (MELLO, P., 1993, p. 248) da irmã Ledinha, do irmão Leopoldo e, obviamente, de Fernando Collor. Com relação ao último, afirmou: “Personalidade egocêntrica, dominadora. Enorme capacidade de guardar rancor e, por isso mesmo, vingativo. É capaz de qualquer coisa para manter-se em evidência. Sedento de poder, apresenta tendência à manipulação e à desobediência às leis. Rejeita regras sociais previamente estabelecidas. Grande vocação teatral, optará sempre por personagens grandiloqüentes. Excessivamente vaidoso, recusa-se a enxergar a realidade, avaliando os fatos sempre sob ótica absolutamente egocêntrica. Extremamente propenso a depressões.” (MELLO, P., 1993, p. 248).

PSIQUIATRA: Se o senhor fosse político, entregaria dinheiro para administrar uma campanha na mão de PC Farias?

PEDRO: Não, doutor!

PSIQUIATRA: Muito obrigado.

PEDRO: E então, doutor?! Como foi o meu teste?

PSIQUIATRA: Olha, eu não quero me precipitar, mas eu tenho a impressão que o senhor passou. (SOARES, 1992m, p. 13, grifo do autor).

Apesar de as situações aludidas nas perguntas do psiquiatra soarem propositadamente absurdas, elas faziam menção a fatos vivenciados – não por Pedro Collor, mas por seu irmão presidente. Como foi visto no capítulo 2, os meios de comunicação repercutiam com destaque e tornavam ainda mais eficaz o *marketing* que envolvia a figura pública⁶ de Collor. A título de exemplo, ele cultivava a imagem de juventude e de cuidado com o corpo: ao realizar *cooper*⁷ nas redondezas da Casa da Dinda, vestia uma camiseta com determinada frase. Era uma forma de, além de transmitir mensagens ao público e à classe política, manter-se em evidência nos meios de comunicação. Em 1990, ele utilizou uma camiseta com a frase “O tempo é senhor da razão”, cuja intenção era responder às acusações do adversário político Renan Calheiros, que havia deixado o governo após perder a eleição para o governo de Alagoas e acusar PC Farias de envolvimento com corrupção eleitoral. Jô Soares também não deixou de mencionar este último, desafeto público de Pedro Collor, que foi realmente responsável pela arrecadação de recursos para o financiamento da campanha eleitoral de Collor, em 1989, e o pivô da crise política então em curso. Ao concluir a seção, Jô Soares transmitiu a ideia que não seria Pedro Collor louco, mas o próprio presidente da República, uma vez que seu comportamento era, no mínimo, incomum. De maneira inteligente, o humorista realizou uma crítica irônica sobre Fernando Collor – sem citá-lo nominalmente.

De acordo com Comblin (1986, p. 336 apud TAVARES, O., 1998, p. 120), “o discurso nunca diz algo totalmente novo: seria incompreensível. Sempre parte de um conhecimento do outro. Parte do mundo do outro. Começa falando das coisas que o outro sabe e do jeito que ele entende”. A relação entre autor\leitor se estabelece a partir de informações que, em determinado contexto histórico, permitem o entendimento de ambas as partes. Se a seção de Jô Soares tivesse como leitor uma pessoa que não tivesse vivenciado os acontecimentos e os

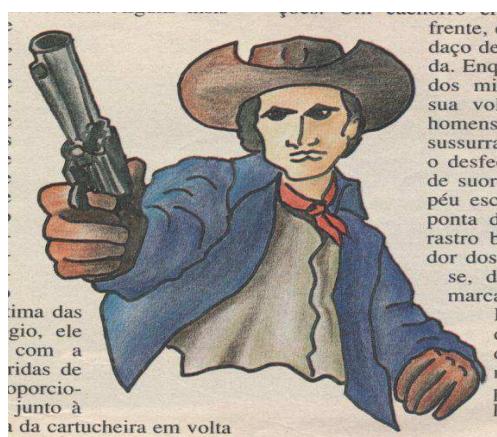
⁶ No ensaio “*A marca da impostura*”, publicado na edição Extra de *Veja* de 30 de setembro de 1992, Roberto Pompeu de Toledo abordou, entre outras coisas, uma característica marcante da personalidade do presidente: a vaidade: “Fernando Collor, para quem tudo corria tão a favor na vida, a certa altura passou a achar-se não apenas bonito, inteligente e bem dotado, mas o mais bonito, o mais inteligente e o mais bem-dotado. Ele inventou um personagem, um super-Fernando Collor, e, mais do que nenhuma outra pessoa, passou a acreditar fanaticamente nesse personagem. Precisava mostrar-se. Precisava alimentar-se de si mesmo e alimentar o país desse personagem tão formidável.” (TOLEDO, 1992b, p. 35-36).

⁷ Conforme a revista *Veja* de 1 de janeiro de 1992, para fazer *cooper*, Fernando Collor teria utilizado no ano anterior 43 camisetas com mensagens e percorrido 338 quilômetros. (AS 100..., 1992, p. 48).

personagens em questão da crise política de 1992, mesmo assim seria possível entender a piada: uma pessoa que, ao realizar um exame de sanidade, responde a perguntas peculiares. Entretanto, a piada não seria entendida exatamente como foi a intenção de Jô Soares em 1992, ou seja, uma crítica ao presidente da República. Seria, portanto, necessário explicar quem eram Pedro Collor, PC Farias e Fernando Collor e que realmente havia ocorrido um exame de sanidade. Não é que a passagem do tempo torne o humor menos eficaz, mas é necessário possibilitar aos leitores subsídios para interpretar o conteúdo do discurso.

Cronologicamente, “*O exame*” foi a primeira seção de Jô Soares a ter como tema a crise política. Já no texto “*Duelo em Brasília City*”, publicado em 7 de outubro de 1992, o contexto foi diferente: a Câmara de Deputados havia afastado temporariamente Collor das funções de presidente da República. O humorista explorou essa situação utilizando elementos característicos de filmes do gênero faroeste⁸. O centro da folha foi preenchido por um homem bem vestido, com uma jaqueta azul, chapéu de *cowboy*, lenço vermelho no pescoço, luvas e um revólver em punho (Figura 21). Apesar de não ser uma caricatura de Collor, o homem em questão chama-se Fernando Ringo e está se preparando para um confronto decisivo com o seu arqui-inimigo, Ibsen Kid, uma referência ao então presidente da Câmara de Deputados, Ibsen Pinheiro, do PMDB do Rio Grande do Sul, que se posicionava contra Collor nos bastidores da política. (SOARES, 1992L).

Figura 21 – Faroeste em Brasília



Fonte: [Duelo...] (1992, p. 25).

Antes do confronto, que ocorre apenas rapidamente no final da seção, é descrito que Fernando Ringo estava sozinho e bebia “[...] Logan puro, em largos goles, do pequeno copo.”

⁸ No clássico do faroeste, *Matar ou morrer*, de Fred Zinnemann, de 1952, o xerife interpretado pelo ator Gary Cooper é abandonado por todos na cidade quando se descobre que um bando de criminosos retornará para vingar-se dele. Apesar disso, ele permanece na cidade para um confronto mortal. (MATAR..., 1952). Possivelmente essa foi a referência utilizada por Jô Soares para escrever sua seção de humor.

(SOARES, 1992L, p. 25). Jô Soares descreveu, na sequência, os preparativos do personagem para um duelo:

Quando soou a última das doze badaladas do relógio, ele finalmente levantou-se com a agilidade que várias corridas de domingo tinham lhe proporcionado. Afivelou o coldre junto à cintura e amarrou a ponta da cartucheira em volta da coxa. Apagou a ponta do charuto cubano no cinzeiro da mesa e dirigiu-se ao grande espelho da entrada. Olhou-se mais uma vez de cima a baixo. Gostou do que viu. Puxou seu chapéu para a frente e num gesto fulminante sacou a arma. O colt, que já tinha sido usado para tentar uma bala certa contra inflação, apareceu na sua mão como por encanto. O bote de uma cascavel não teria sido mais ligeiro. Sorriu para si mesmo no reflexo do espelho. Ele era rápido. Muito rápido. Era imaginação ou tinha conseguido sacar antes da sua própria imagem? ‘Não importa, hoje veremos quem saca antes’, disse para si mesmo. ‘Chegou a hora do ajuste de contas’. Bebeu de um trago o resto do uísque que sobrara na garrafa e saiu em direção ao saloon do planalto. (SOARES, 1992L, p. 25).

O trecho refere-se a características (vaidade, gosto pelo luxo, exibicionismo) que Jô Soares percebia em Collor, das quais o autor se apropria para fazer humor.

Ele apelava aos brasileiros para que não o deixassem só, ou seja, para que o apoiassem na crise política. Mesmo ao manter um vínculo de dependência com a população – ainda que não fosse um período eleitoral – sua origem social diferenciava-se da que caracterizava a parcela mais simples de seus eleitores. Aristocrático, vestia-se de forma elegante exibindo marcas famosas (como as gravatas *Hermés*), e consumia bebidas como o citado uísque *Logan* e fumava charutos cubanos que eram enviados por Fidel Castro. (SOARES, 1992L).

No primeiro ano de governo, Collor afirmou que somente com um tiro seria capaz de matar o “tigre da inflação”⁹, ou seja, controlar os altos índices inflacionários. Infelizmente, tanto para ele quanto para a população brasileira – que acreditava nas promessas do presidente – isso não aconteceria no seu governo, mas no do seu então vice-presidente, Itamar Franco, com o lançamento do Plano Real, em 1994.

Durante seu governo, realizava *cooper* nas manhãs de domingo – o que sempre ocorria em companhia da imprensa. Possivelmente, a vaidade implícita nesse ato pode ser relacionada com a atitude de Fernando Ringo de se olhar no espelho antes do duelo.

Ao se dirigir para o confronto, Fernando Ringo percebeu que “[...] as janelas dos ministérios fechavam-se a sua volta.” (SOARES, 1992L, p. 25). Ao assinar o documento que o informava de que seria afastado da presidência até o julgamento no Senado Federal, Fernando Collor convocou seu ministério (já exonerado) e a imprensa para registrar o

⁹ Outra frase de Collor, famosa na época, também fazia menção ao combate à inflação: “É possível, no caratê, vencer de um golpe só, o ippon. Irei vencer a inflação brasileira por ippon.” (AS FRASES..., 1990, p. 5).

acontecimento. Ao entregar o poder, Collor ficaria mais de uma década sem entrar no Palácio do Planalto, até o dia em que fez uma visita, já como Senador, ao então presidente da República Lula.

Por fim, Fernando Ringo adentra no *saloon* do Planalto e puxa o gatilho, mas “[...] a bala certa atinge Humberto ‘Durango’ Souto, que, sozinho na tribuna, ainda não tinha terminado de falar.” (SOARES, 1992L, p. 25). A referência histórica é clara: em 1963, o senador Arnon de Mello, pai de Fernando, atirou contra outro senador, o desafeto político Silvestre Péricles, mas acertou José Kairala, um suplente que entregaria o cargo no dia seguinte. Na versão de Jô Soares, Fernando Ringo (Collor) também erra o seu alvo, Ibsen Kid (Ibsen Pinheiro), e acerta o então deputado Humberto Souto, que havia votado contra o processo de *impeachment* na Câmara de Deputados. (SOARES, 1992L).

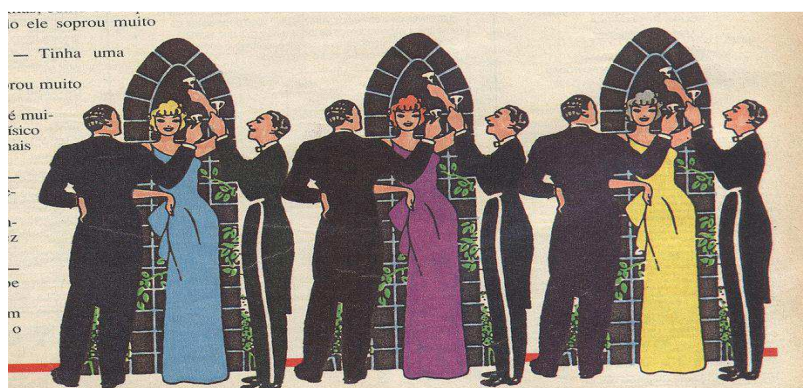
4.2 Por Trás dos Portões da Casa da Dinda

Um elemento que Jô Soares abordou no decorrer da crise política foi a residência de Fernando Collor, a Casa da Dinda. Como visto no capítulo anterior, a reforma nos jardins da residência do presidente foi um escândalo político porque teria sido financiada¹⁰ pelo esquema de PC Farias e custado 2,5 milhões de dólares. Serão analisadas as seguintes colunas com esse tema: “*Festa de arromba*”, “*Canção do exílio às avessas*” e “*Informe publicitário*”.

Em “*Festa de arromba*”, publicada em 19 de agosto de 1992, o humorista enfocou o almoço que havia antecipado a comemoração do aniversário de Collor ocorrido na Casa da Dinda e que contara com a participação, inclusive, de duplas de música sertaneja. Na introdução, ele deixa claro que a crise política teria sido abordada de alguma forma na festa, pois teria sido: “[...] difícil ficar falando o tempo todo sem tocar nos assuntos do momento. Fico imaginado os convidados, circulando e conversando durante a recepção, até o terrível momento em que, por um descuido inevitável, acontece a tão temida gafe.” (SOARES, 1992n, p. 15). As ilustrações da seção apresentam homens vestidos de preto, com taças levantadas, acompanhados de uma mulher de vestido colorido, tendo como fundo uma janela grande na qual é possível ver as folhas de uma árvore do jardim da Casa da Dinda (Figura 22). Na verdade, a mesma ilustração foi repetida três vezes, havendo a cor do vestido e do cabelo da mulher variado nessas imagens. São figuras que representam a elite brasileira presente na festa presidencial, e não a população de menor poder aquisitivo.

¹⁰ Conforme Pinto e Suassuna (1992), PC Farias também teria pago a reforma de um apartamento *duplex* que Fernando Collor possuía em Maceió, entre os meses de julho de 1990 e março de 1991.

Figura 22 – A elite festeja na Casa da Dinda



Fonte: [Festa...] (1992, p. 25).

O texto é formado somente por diálogos dos convidados identificados apenas como senador, deputado, embaixador, embaixatriz, ministro e suas respectivas esposas, além da **“Senhora que Ninguém Conhece”**. (SOARES, 1992n, p. 15, grifo do autor). A identidade da mulher é indicada em um diálogo, no qual é elogiada a roupa da primeira-dama, Rosane Collor. No último diálogo, ocorre a inclusão de uma personagem, denominada apenas de **“Socialite.”** (SOARES, 1992n, p. 15, grifo do autor). Alguns diálogos tratam sobre amenidades, como o clima e a carne do churrasco, mas outros se referem a Fernando Collor de forma a não citar a crise política. Um exemplo é quando um senador pergunta à embaixatriz se ela prefere o cabelo do presidente solto ou penteado, ou quando é feita uma alusão ao preparo físico do presidente. Apenas no último diálogo ocorre a anteriormente referida gafe, quando uma *socialite* que acabara de chegar à festa pergunta: “Bonito jardim. Quanto será que custou?” (SOARES, 1992n, p. 15, grifo do autor). O interessante é que, somente três semanas depois, os gastos de 2,5 milhões na reforma dos jardins da Casa da Dinda seriam divulgados pela revista *Veja* (BRITO; POLICARPO JUNIOR, 1992), embora as suspeitas já circulassem na mídia.

Em uma conceitualização ampla, a intertextualidade “[...] ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva (*domínio estendido de referência, cf. Garrot*) dos interlocutores.” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 17). Um exemplo dessa operação discursiva foi encontrado na seção denominada *“Canção do exílio às avessas”*, publicada em 16 de setembro de 1992, na qual Jô Soares prossegue utilizando a crise política e, principalmente, a figura do presidente da República para fazer humor. Se, em edições anteriores, o humorista havia escrito bilhetinhos imitando o primeiro mandatário do país

como também endereçado uma carta aberta a ele¹¹, a forma então utilizada era a da paráfrase: alterando os versos do famoso poema de Gonçalves Dias¹², o tema principal foi a Casa da Dinda:

*Minha Dinda tem cascatas
Onde canta o curió
Não permita Deus que eu tenha
De voltar pra Maceió.
[...]
Minha Dinda tem piscina,
Heliponto e tem jardim
Feito pela Brasil's Garden:
Não foram pagos por mim.
[...]
Até os lagos das carpas
São de água mineral.
Da janela do meu quarto
Redescubro o Pantanal.
Também adoro as palmeiras
Onde canta o curió.
[...]
Finalmente, aqui na Dinda,
Sou tratado a pão-de-ló.
Só faltava envolver tudo
Numa nuvem de ouro em pó.
E depois de ser cuidado
Pelo PC, com xodó,
Não permita Deus que eu tenha
De acabar no xilindró.* (SOARES, 1992d, p. 15, grifo do autor).

É possível identificar um verso que se repete cinco vezes (“*Não permita Deus que eu tenha/De voltar a Maceió*”) (SOARES, 1992d, p. 15, grifo do autor) e recebe, na última parte, uma mudança reveladora (“*Não permita Deus que eu tenha/De acabar no xilindró*”). (SOARES, 1992d, p. 15, grifo do autor). Collor – que em nenhum momento é citado nominalmente – relutaria em retornar a Maceió, capital de Alagoas, onde fora prefeito biônico entre 1979 e 1982, pois então não poderia mais desfrutar o belíssimo novo jardim. Também

¹¹ Jô Soares aproveitou as polêmicas declarações de Mário Amato, presidente da Fiesp, que afirmou que todos os brasileiros eram corruptos, e a do senador Ney Maranhão (integrante do partido de Collor, PRN), que admitiu que quem não sonhava impostos iria à falência, para escrever “*Carta aberta ao presidente*”, publicada em 1 de julho. O objetivo da carta foi reclamar a Collor da competição injusta desses dois “[...] duas obras-primas do humor, criadas por pessoas que não são do ramo [...]”. (SOARES, 1992e, p. 13). Em determinado ponto, o humorista convidou o presidente a rir da piada que afirmava que “*TODOS*” (SOARES, 1992e, p. 13) eram corruptos. Ele supôs que Collor riria, pois isso não era verdade. O humorista não chamou diretamente Collor de corrupto, mas, como faria outras vezes, forneceu elementos aos leitores para que tirassem suas conclusões.

¹² Conforme Reis (p. 90-91), a “*Canção do exílio*”, datada da época do Romantismo, “[...] percorreu um caminho de reflexão sobre a pátria, em diferentes momentos históricos. Esta obra poética ainda é uma possibilidade artística encontrada por muitos não somente para narrar uma nação, mas também para narrar sobre os nossos ‘exílios’ de cada dia.” No caso do presidente Collor, a Casa da Dinda era o refúgio, o exílio para o qual voltava após um dia de trabalho.

não desejaria ser preso. Envolvido nas denúncias segundo as quais as despesas na reforma do jardim não haviam sido pagas por ele, mas por PC Farias, também foi mencionada a Operação Uruguai (“*Só faltava envolver tudo isso/Numa nuvem de ouro em pó*”) (SOARES, 1992d, p. 15, grifo do autor), na qual Collor teria conseguido um empréstimo em ouro para financiar sua campanha para presidente e para custear suas despesas pessoais. Também é curiosa a referência ao ex-deputado federal Sebastião Moura, mais conhecido pelo apelido de Curió, o qual denunciou que recebera verbas de PC Farias para se candidatar à Câmara de Deputados depois de uma conversa pessoal com Collor. Jô Soares, como bom observador do cenário político, criou um poema que fez o leitor rir e refletir sobre os acontecimentos da época. Não deixou de ser um complemento humorístico às reportagens investigativas da revista *Veja*.

Para Campos (2002), “A palavra, território onde a ironia se instala, edifica textos preocupados em apontar as perplexidades do homem moderno, caracterizado pela ausência de certezas absolutas.” Fernando Collor, cuja campanha eleitoral para a presidência estava alicerçada no combate à corrupção governamental, teve sua credibilidade como mandatário da nação posta em dúvida por parte da classe política, que o investigava na CPI, e pela imprensa, que divulgava as notícias ou mesmo conseguia “furos” de reportagens contra ele. A população, açoitada por altas taxas de inflação, desemprego, entre outros problemas, não identificava na figura de Collor o candidato à presidência que havia afirmado categoricamente que colocaria o Brasil no rumo dos países de Primeiro Mundo: suas promessas não estavam sendo cumpridas, resultando em baixos níveis de popularidade.

Já em “*Informe publicitário*”, publicada em 23 de setembro de 1992, foram satirizados os argumentos de defesa de Collor, como a acusação de que *Veja* teria adulterado¹³ as fotos dos jardins da Casa da Dinda. (SOARES, 1992p). Este é ponto de partida de Jô Soares: desqualificar esse argumento. Para compreender a piada, os leitores precisariam substituir as palavras Palácio de Buckingham por Casa da Dinda. Consequentemente, insinua-se que Collor vivia como um rei, rodeado de luxo.

Colocadas uma ao lado da outra, foram selecionadas duas fotos idênticas de um homem segurando os portões do Palácio de Buckingham, que aparece em destaque. (Figura 23).

¹³ Etevaldo Dias, Secretário de Imprensa da Presidência da República, deu a sugestão a Collor que abrisse as portas da Casa da Dinda para os jornalistas, pois assim demonstraria que as fotos publicadas por *Veja* não corresponderiam à realidade. Mas a resposta foi negativa: “ ‘Não, não vou deixar ninguém entrar na minha casa. Não vou me submeter à pauta de *Veja*.’ ” (COLLOR, F. apud CONTI, 1999, p. 661).

Figura 23 – Fotos do palácio de Buckingham



Fonte: Registrada por Bloogg, Spooner e Gamma (1992, p. 13)

A imagem da direita recebeu a legenda de **“Foto com filtro”**, enquanto a outra, **“Foto sem filtro”**. (BLOOGG; SPOONER; GAMMA, 1992, p. 13, grifo do autor). O humorista pediu aos leitores que analisassem as fotos e percebessem a flagrante diferença entre elas, pois uma foi adulterada para um catálogo promocional. A outra foto, tirada com filtros e lentes normais, seria a foto do real Palácio de Buckingham. Para o humorista, não teria havido nenhuma manipulação, pois as duas fotos publicadas na seção representam a realidade, assim como as fotos que *Veja* publicou sobre a Casa da Dinda. (SOARES, 1992p).

Outro aspecto importante foi o de expor a ostentação na qual vivia o presidente. Foi mencionada a existência de um heliponto e foram descritos

[...] gramados com ambientes sobriamente ajardinados [...] [e destacadas uma] [...] piscina aquecida e uma pequena varanda de 230 metros quadrados, que é utilizada para lazer e refeições informais da família real e convidados [...] [e uma] [...] sala de visitas do palácio, singelamente decorada com móveis que estão na família há mais de 25 anos. (SOARES, 1992p, p. 13).

Foram feitas referências às reformas da Casa da Dinda, uma residência que pertencia à família de Collor também há mais de 25 anos. No último parágrafo, Jô Soares aborda a relação da majestade (os Collor) com os plebeus (o restante dos brasileiros):

Nos fins de semana, sua majestade convida plebeus a entrar, recebendo todos nos ambientes de sua intimidade familiar. Nessas ocasiões, ela faz questão de demonstrar seu palácio, seus jardins e seus ambientes de lazer. A jornalistas, ela chega a destacar detalhes, como as cavalariças que abrigam as carruagens. Nada é omitido. Em nenhum momento se fez segredo e ninguém foi impedido de circular livremente. (SOARES, 1992p, p. 13).

Os plebeus seriam os artistas, como o cantor Fábio Júnior e a dupla de música sertaneja Chitãozinho & Xororó, que eram recepcionados pelo casal presidencial aos domingos na Casa da Dinda. Na reportagem “*As floridas cachoeiras da corrupção*”, relata-se que os jardins “[...] recebem poucos visitantes. A segurança mantém os fotógrafos a uma boa distância, o cerimonial seleciona os convidados [...], quem esteve ali não esquece o que viu.” (BRITO; POLICARPO JUNIOR, 1992, p. 20). No pronunciamento em rede de rádio e televisão, Collor (apud NA TRILHA..., 1992, p. 35) afirmou categoricamente que “A casa e os jardins são típicos das boas residências de Brasília.”. Jô Soares, no entanto, finalizou sua seção com uma provocação: “Palácio de Buckingham é isso: um bom palácio, com bem cuidado jardim, dentro dos padrões dos bons palácios da região.” (SOARES, 1992p, p. 13).

4.3 Bilhetinhos e uma Nota de 100.000 Cruzeiros

Já na seção intitulada “*Bilhetinhos*”, publicada em 15 de julho de 1992, Jô Soares apresentou a figura de Collor como a de um presidente que buscou manter o apoio de aliados e conquistar desafetos políticos por meio de mensagens transmitidas através de bilhetinhos escritos à mão. (SOARES, 1992c). A ideia para o tema dessa seção pode ter surgido após a reportagem “*O sindicato do poder*”, publicada em 8 de julho, na qual foi noticiado que Collor estava enviando bilhetinhos, assim como fizera Jânio Quadros quando fora presidente, nos quais afirmava que havia uma conspiração, um sindicato do golpe, que almejava tirá-lo do poder. (O SINDICATO..., 1992).

A partir da ideia de conspiração, o humorista, colocando-se no lugar de Collor, escreveu uma série de bilhetes. Sob um fundo branco, são visíveis desenhos que se parecem com pequenos papéis, de cor amarela, ao redor da figura de uma caneta tinteiro, localizada no centro da folha. O local é, possivelmente, o gabinete de trabalho de Collor. Os bilhetinhos eram endereçados tanto para adversários (José Sarney e Lula) quanto para aliados (Jorge Bornhausen, Paulo Maluf, Leonel Brizola, Cláudio Vieira, Ana Acioli e até para Dona Leda, mãe de Collor). (SOARES, 1992c). Em todos os casos, o tom do discurso era de confiança para pedir o apoio de todos para vencer o “sindicato do golpe.” (Figura 24).

Figura 24 – Os bilhetinhos da crise política



Fonte: Soares (1992c, p. 11).

Ao endereçar os bilhetinhos aos adversários políticos de Collor, ao mesmo tempo em que salientava fatos e personagens da campanha presidencial de 1989, Jô Soares pedia que desentendimentos ocorridos anteriormente fossem desconsiderados em vista da gravidade da crise política. Quando candidato, Collor havia se posicionado totalmente contra a administração do presidente Sarney e chegara, inclusive, a chamá-lo de corrupto. Já em 1992, ele havia deixado claro que haviam sido “[...] coisas ditas no calor da campanha. O resto faz parte do diabólico plano do sindicato do golpe”. (SOARES, 1992c, p. 11). Nos bastidores, Sarney empenhou-se em angariar votos de deputados para afastar Collor da presidência.

Às vésperas da realização do segundo turno da eleição presidencial de 1989, o programa eleitoral do candidato do PRN havia exibido o depoimento de uma ex-namorada de Lula, Miriam Cordeiro, em que esta afirmava que resistira à ideia de cometer um aborto que teria sido sugerida pelo candidato do PT. Para Collor, teria sido “[...] só uma estratégia

aplicada no auge do calor da campanha. Se alguém insistir nesse assunto, é obra do sindicato do golpe.” (SOARES, 1992c, p. 11). Na reportagem “*Acordão Nacional*”, publicada em 03 de junho de 1992, foi afirmado que todos os partidos políticos desejavam que a CPI investigasse somente as supostas atividades ilícitas de PC Farias. Já o PT defendia o *impeachment* do presidente da República. Tanto o PT quanto Lula posicionaram-se contra Collor em 1989 e durante seu governo. (O ACORDÃO..., 1992b).

Ao endereçar bilhetinhos para os aliados de Collor, Jô Soares também se referia a eventos do passado.

Na reforma ministerial ocorrida pouco antes das denúncias de Pedro Collor, o político Jorge Bornhausen foi integrado ao governo no cargo de ministro chefe da Secretaria de Governo. Entretanto, a revelação de uma fita, gravada em 1988, serviu para constranger ambos, exatamente durante a crise política. Na reportagem “*Homem da mala preta*”, publicada em 8 de julho de 1992, foi descrito que, na fita, Collor aparecia acusando Bornhausen, então ministro da Educação de Sarney, de oferecer uma quantia em dinheiro que estaria dentro de uma mala preta. A fita de vídeo, que estava à venda por cerca de 60.000 dólares, foi exibida no Congresso pelo senador Eduardo Suplicy¹⁴ (PT). (HOMEM..., 1992). Para tentar contornar a situação, Jô Soares imaginou um bilhetinho para o ministro: “Jorge, fatos passados, alimentados que foram pela paixão de disputas eleitorais, não podem e não haverão de deslustrar sua impecável vida pública. Isso tudo é coisa do sindicato do golpe.” (SOARES, 1992c, p. 11). Antes que Collor fosse julgado pela Câmara de Deputados, Bornhausen demitiu-se do cargo.

A relação de Fernando Collor e Leonel Brizola mudou desde que este ficara em terceiro lugar no primeiro turno da eleição de 1989 e, posteriormente, fora eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, em 1990. Forte favorito antes da ascensão de Collor nas pesquisas eleitorais, Brizola o chamara de “filhote da ditadura”, pois este havia iniciado sua carreira na ARENA como prefeito indicado de Maceió, em 1979. Collor, por sua vez, chegou

¹⁴ Na seção de Jô Soares, publicada em 22 de julho, foi imaginado um encontro entre Deus e o senador Eduardo Suplicy (PT) em “*Sodoma e Gomorra revisitadas ou o Planalto e o Congresso*”. No diálogo, Deus afirma que “ ‘É imenso o clamor que se eleva do Planalto e do Congresso, e o seu pecado é grande. Desci para ver se as suas obras correspondem realmente ao clamor que chegou até mim: se assim for, Eu saberei e, então, dele não sobrá pedra sobre pedra. Farei cair sobre o Planalto e o Congresso uma chuva de enxofre e de fogo.’ ” (SOARES, 1992t, p. 15). Suplicy argumentou que, se houvesse 50 pessoas justas no Planalto e no Congresso, Deus então os pouparia. Aos poucos, Suplicy foi diminuindo o número de justos até chegar a 10. Por fim, o humorista faz uma piada com a reputação que o PT cultivava na época, de partido ético e honesto: Suplicy questionou se poderia contar, entre os 10 justos, políticos que não fossem desse partido. Ou seja, todos aqueles que integravam o PT eram justos. A questão era encontrar pessoas justas nos outros partidos.

a xingar a mãe de Brizola. Em 1992, Brizola tornou-se um dos governadores¹⁵ que mais apoiaram publicamente Collor antes que a gravidade das denúncias o fizesse aderir ao *impeachment*. Um exemplo dessa conduta pode ser encontrada na reportagem “*Do pânico à paz*”, publicada em 3 de junho de 1992, na qual foi reproduzida uma declaração de Brizola, que se colocava contra a publicação da entrevista de Pedro Collor: ““Condeno a atitude de VEJA por dar respaldo a esse episódio [...] Essa revista apunhalou o Brasil pelas costas.””(BRIZOLA apud DO PÂNICO, 1992, p. 23). No citado bilhete, o presidente agradeceria apoio porque, assim, venceriam “[...] esta orquestração do sindicato do golpe.” (SOARES, 1992c, p. 11).

Na eleição presidencial de 1989, Paulo Maluf alcançou somente o quinto lugar no primeiro turno. (MORAES NETO, 2005). No entanto, a maior chance que teve de se tornar presidente da República foi na eleição indireta ocorrida em 1985, quando o colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves. Nessa época, Fernando Collor, então deputado federal pelo PDS, votara em Maluf. Durante a campanha de 1989, Collor afirmava que esse voto havia sido motivado por uma questão partidária, uma vez que, naquela época, a opinião pública apoiava Tancredo Neves. No bilhete em questão, esse assunto foi lembrado como uma forma de alertar Maluf de que tal fato poderia ser usado para causar animosidades pelo sindicato do golpe. Apesar de não ter sido citado por Jô Soares, Maluf foi padrinho do casamento de Fernando Collor com Rosane, em 1984.

Os bilhetes de Jô Soares para os aliados envolviam três pessoas que não eram políticos de carreira: Ana Acioli (secretária particular que era encarregada de gerir as contas pessoais do presidente da República); Cláudio Vieira (ex-secretário de Collor) e Dona Leda (mãe de Fernando e Pedro Collor). É possível fazer uma relação entre os bilhetes enviados para Ana Acioli e Cláudio Vieira. Para a primeira, que foi chamada pela CPI para depor, o tom foi de firmeza: “Ana, fique firme. Não se preocupe que esse negócio de ficar averiguando contas bancárias é coisa típica do sindicato do golpe.” (SOARES, 1992c, p. 11); ao segundo, disse que esperava que ele confirmasse “[...] tudo o que eu disse, em vez de ajudar o sindicato

¹⁵ Publicada em 10 de junho de 1992, “*Cerimonial*” enfocou um acontecimento real: após as denúncias de Pedro Collor publicadas em *Veja*, foi organizada uma reunião no Planalto que contou com 24 governadores que foram respaldar o presidente Collor. No cerimonial, foram colocados lado a lado Leonel Brizola e Antônio Carlos Magalhães, adversários políticos, mas que apoiavam Collor. Jô Soares endereçou um pequeno texto a “[...] você [...] [que] [...] pretende trabalhar no cerimonial do Itamaraty”. (SOARES, 1992g, p. 13). Foram dadas dicas para evitar uma situação embaraçosa para o governo: “[...] tome muito cuidado, pelo menos por enquanto, para não colocar o Pedro ao lado do Fernando e, sobretudo, por mais informal que seja a festa, não convide o PC.” (SOARES, 1992g, p. 13).

do golpe.” (SOARES, 1992c, p. 11). Cláudio Vieira fora chamado a depor¹⁶ na CPI para explicar a origem do dinheiro que Collor utilizava para custear suas despesas, no que ficaria conhecido como a “Operação Uruguai”, que será abordada em seguida. No último bilhete, foi dedicado à progenitora de Collor, Jô Soares adotou uma abordagem direta: “Mãe! Socorro! O sindicato do golpe quer me pegar”. (SOARES, 1992c, p. 11). O bilhete possui um óbvio viés humorístico – um homem crescido, ainda por cima presidente da República, clamando por ajuda para sua mãe – e também é o último, mas, como todos os outros, faz menção ao “Sindicato do golpe”, ou seja, a um grupo – cuja composição não fora citada nominalmente por Collor – que conspirava para derrubar um presidente da República que havia sido eleito democraticamente. Em outras palavras, seriam golpistas¹⁷.

Se “*Bilhetinhos*” tratou somente da crise política, em “*Deus seja louvado!*”, publicada em 2 setembro de 1992, Jô Soares também abordou a economia. Nessa época,

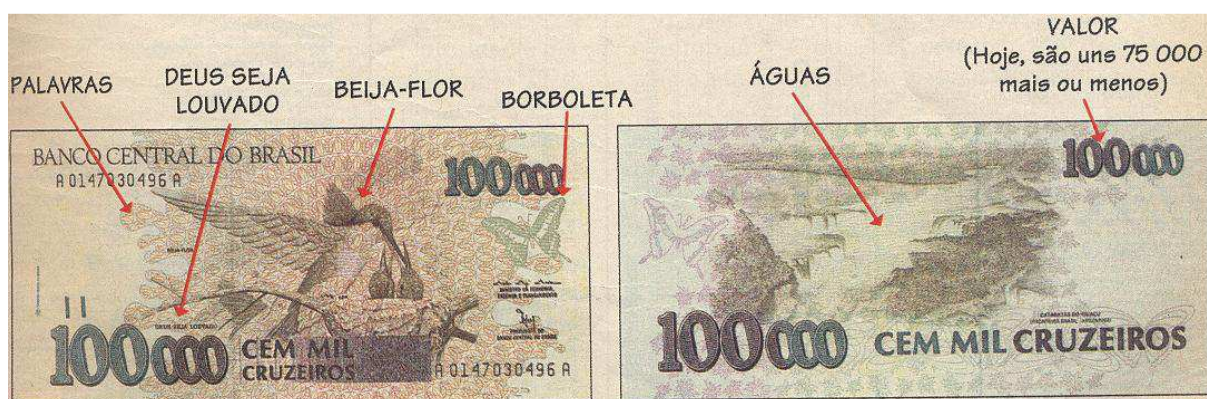
A ira popular se concentrava em Collor porque ele simbolizava um estado de coisas. A sua obra governamental era calamitosa. [...] O Produto Interno Bruto caíra 4,3% em 1990, subira 1% no ano seguinte, e voltara a cair 0,2% em 1992. Naquele setembro, o desemprego atingira 15% da população economicamente ativa da região metropolitana de São Paulo. A inflação, que Collor prometera derrubar com um tiro, se encontrava acima do patamar dos 20% mensais fazia dezesseis meses. O confisco das contas correntes e das cadernetas de poupança tumultuara a vida da população, e não adiantara para melhorar a economia nacional. Em agosto, ocorreu a liberação da última parcela do dinheiro confiscado, mas com uma perda de 30% para a inflação. O presidente dissera que a corrupção acabaria. Nos seus trinta meses de governo, contudo, a imprensa denunciou 290 casos diferentes de corrupção, nas esferas federal, estaduais e municipais. Nenhum dos projetos de modernização de Collor fora levado a cabo. O Brasil continuava na mesma: atolado no subdesenvolvimento. (CONTI, 1999, p. 664-665).

Inspirado nessas dificuldades econômicas, o humorista baseou a sua seção na análise de nota de 100.000 cruzeiros (Figura 25).

¹⁶ Com relação a esse depoimento, Jô Soares o abordou em duas seções “*Cavalos brancos*” e “*Glossário da CPF*”, que serão analisadas no decorrer desse capítulo.

¹⁷ A teoria de que teria ocorrido uma conspiração para tirar Fernando Collor do poder é defendida pelo historiador Antonio Kieling no livro *O golpe de 1992: uma retrospectiva histórica de 1964 até 1997*. Para ele, a conspiração contou com a mídia e a classe política, inclusive o PT, que teria sido manipulado para legitimar um golpe de direita. (KIELING, 1998).

Figura 25 – Análise de uma cédula de cem mil cruzeiros



Fonte: [Cédula...] (1992, p. 15).

Na parte da frente da nota, há um beija-flor alimenta seus filhotes. Jô Soares interpreta essa cena com humor: segundo ele, o pássaro estava, na verdade, retirando comida da boca dos filhotes que estavam num ninho que não era o dele, pois era uma questão de sobrevivência em um período de recessão. (SOARES, 1992j). O pássaro não seria o ministro Jarbas Passarinho, tampouco PC Farias, que possuía um avião batizado de “Morcego negro”, mas outra pessoa: “Dizem as más línguas que quando o presidente olhou a nota exclamou ao ver o pássaro: ‘– Ih, é o Curió!’”. (SOARES, 1992j, p. 15). Na reportagem “*As vozes da conexão*”, publicada por *Veja* em 22 de julho de 1992, foi noticiado que Sebastião Moura, cujo apelido é Curió, afirmara que havia conversado com Collor uma ajuda de custo para sua campanha para deputado federal, em 1990. Dias depois, PC Farias teria ligado e proposto ajudá-lo financeiramente em troca de um favor. Assim como haviam feito Motta Veiga e Renan Calheiros, como já visto anteriormente, Curió afirmara publicamente a interferência de PC Farias no governo. (ROSA, 1992).

Na parte de trás da nota, o humorista interpretou a imagem das Cataratas do Iguazu de uma forma a destacar “[...] há uma simbologia oculta no desenho, que foi captada do inconsciente coletivo.” (SOARES, 1992j, p. 15). Ele imaginou que as águas em movimento poderiam significar as quantias em dinheiro que eram movimentadas nas contas fantasmas ou mesmo “[...] as águas das cachoeiras artificiais dos jardins da Casa da Dinda. Podem simbolizar, também, o volume de lágrimas de arrependimento que correm dos olhos daqueles eleitores que se sentiram ludibriados.” (SOARES, 1992j, p. 15). O humorista também demonstrou um grande poder de observação ao se apropriar de um elemento cotidiano, uma nota de dinheiro, para criar humor. A crise econômica também serviu para interpretar a frase “Deus seja louvado”, que pode ser lida na parte da frente da nota. Quando o trabalhador recebe o salário, Jô Soares imaginou a resposta: “ ‘Só? Deus seja louvado!’ ” (SOARES,

1992j, p. 15). Por fim, a crise pode ser vista no valor da nota, a partir do qual Jô Soares puxa uma flecha indicando novo valor (“Hoje, são uns 75000 mais ou menos”) (SOARES, 1992j, p. 15) destacando que a inflação havia diminuído seu valor real.

4.4 A Lista de Presentes do Chá de Panela do Presidente Collor

Em “*Chá de panela presidencial*”, publicado em 26 de agosto de 1992, Jô Soares propôs a criação de um evento instituído para evitar escândalos políticos envolvendo a presidência da República:

Não se pode culpar o presidente de tudo. Afinal de contas, quem já viu um carro presidencial passar com sua comitiva e os seus aparatos, quem já assistiu a uma solenidade, pode imaginar perfeitamente que as tentações do poder são grandes. O cargo permite uma sensação de onipotência e as possibilidades de exercer essa onipotência são imensas. Há uma maneira simples de evitar todos os problemas que estão acontecendo no Brasil em relação à Presidência da República. Basta instituir para o cargo um hábito tão usado em casamentos e batizados. É preciso criar e colocar na nossa Constituição o Chá de Panela Presidencial. (SOARES, 1992h, p. 13).

A cor escolhida pelo humorista é o rosa, e as ilustrações que compõem a seção são simples utensílios de cozinha, como uma panela e um coador, colocados estrategicamente ao lado da lista de presentes (Figura 26). Logo após a eleição, o presidente e sua família ofereceriam o chá de panela. Ao receber os presentes, seria obrigatório que posassem para “[...] uma fotografia junto com todos os presentes recebidos. Essa fotografia seria publicada em todos os jornais. A partir daí, qualquer outro presente que aparecesse poderia dar início a uma CPI. Antes disso, não.” (SOARES, 1992h, p. 13). Os presentes listados podiam ser divididos em dois tipos: aqueles que se relacionavam à crise política e aqueles que se referiam especificamente a Fernando Collor.

Figura 26 – O chá de panela do presidente Collor



Fonte: [O chá...] (1992, p. 13).

Com relação ao primeiro tipo, foram listados os seguintes itens: “1 mesada quinquenal para a primeira dama”¹⁸ (A CPI descobriu que dinheiro vindo de PC Farias custeava despesas pessoais da primeira-dama); “1 gaiola para guardar curió, 1 criado mudo, 1 irmão mudo”¹⁹ (respectivamente, Sebastião Moura, mais conhecido como Curió, Eriberto França, motorista que prestava serviços à secretária de Collor e o irmão do presidente, Pedro Collor. Os três haviam denunciado as ligações de PC Farias com Fernando Collor.); “1 Fiat Elba”²⁰ (veículo que fora comprado em nome de Collor e pago com dinheiro de contas fantasmas.), “4987 lençóis de fantasmas”²¹ (os cheques que eram depositados na conta da secretária de Collor, que administrava seu dinheiro, eram originados de contas abertas por fantasmas, ou seja, pessoas que não existiam, mas cujas assinaturas eram criadas pelo esquema PC Farias); “3 secretárias”²² (a questão da participação de secretárias no esquema PC Farias será abordada mais adiante); “empréstimo no Uruguai, 300 quilos de ouro”²³ (uma das tentativas do

¹⁸ Soares (1992h, p. 13)

¹⁹ Soares (1992h, p. 13)

²⁰ Soares (1992h, p. 13)

²¹ Soares (1992h, p. 13)

²² Soares (1992h, p. 13)

²³ Soares (1992h, p. 13)

presidente Collor de explicar como pagava suas despesas foi um empréstimo em ouro que, acusou a mídia, fora forjado.); “1 jardim com piscina, dunas e cascatas”²⁴ (as citadas reformas nos jardins da Casa da Dinda). Há também o item “1 PC (*Personal Computer*)”, uma inteligente analogia com o nome de PC Farias.

No segundo tipo de presentes, foram listados: “2 Jet-Skis”²⁵ (Collor gostava de pilotá-los, tanto que estes se tornaram um dos símbolos de seu governo); “17058 gravatas Hermès”²⁶ (era uma das marcas preferidas do presidente, que utilizava produtos caros e refinados); “265 camisas. Uma para cada domingo do mandato”²⁷ (nos domingos de manhã, Collor realizava *cooper* nas redondezas da Casa da Dinda vestindo camisetas com determinada frase.), “6 toneladas de gel”²⁸ (Collor quase sempre aparecia na televisão ou em fotografias com o cabelo devidamente penteado com gel), “412 shows de duplas caipiras”²⁹ (artistas, como Chitãozinho e Xororó, visitavam a Casa da Dinda.); “1 rampa”³⁰ (O presidente gostava de subir e descer a rampa do Palácio do Planalto, em cerimônias que eram acompanhados por populares e também por autoridades).

4.5 Interpretando a Defesa do Presidente

Uma das características do humor de Jô Soares foi a ironia. Conforme Campos (2002), é difícil encontrar uma única definição para essa palavra, mas a autora assinala que o uso mais frequente remete ao seu emprego para expressar um significado oposto àquilo que está sendo afirmado e, num sentido de maior abrangência, para tornar visível uma visão crítica com relação ao mundo: “O desacordo entre enunciado e enunciação constitui o terreno da imprevisibilidade, da incerteza, da estranheza, da contraditoriedade, características da ironia. Revela seu caráter revolucionário, questionador, contestatório.” (CAMPOS, 2002). Um exemplo do uso da ironia é encontrado em “*A bem da verdade ou só não entendeu quem não quis*”, publicada em 08 de julho de 1992. O texto, propositadamente caótico, foi escrito para tentar explicar a defesa de Collor com relação aos recursos financeiros que custeavam suas despesas. Para isso, o narrador assume uma posição de falso apoio ao presidente – o que evidencia o emprego da ironia: “Esperemos que nunca mais seja necessário o presidente perder o seu tempo dando explicações tão óbvias sobre

²⁴ Soares (1992h, p. 13)

²⁵ Soares (1992h, p. 13)

²⁶ Soares (1992h, p. 13)

²⁷ Soares (1992h, p. 13)

²⁸ Soares (1992h, p. 13)

²⁹ Soares (1992h, p. 13)

³⁰ Soares (1992h, p. 13)

reles calúnias, que só fazem perturbar o clima de tranquilidade que é fundamental para o desenvolvimento do país.” (SOARES, 1992b, p. 13).

Uma fotografia do rosto de Collor, olhando para baixo, encontra-se dentro de uma figura em forma de televisão, com duas antenas vermelhas saindo da parte de cima do “aparelho” (Figura 27), fazendo referência aos pronunciamentos realizados em sua defesa (no total, fez quatro aparições até o final da crise política³¹), pois ele acreditava que conseguiria apoio da população ao falar diretamente com ela, sem intermediários.

Figura 27 – Collor na televisão



Fonte: Registrada por Brito (1992e, p. 13)

Ocupando a maior parte da folha, as explicações de Jô Soares proporcionaram ao leitor as sensações de enganação, confusão³² e falta de coerência numa argumentação que fosse

³¹ Collor utilizava a expressão “minha gente” ao se referir ao povo brasileiro em seus pronunciamentos durante a campanha presidencial de 1989. De acordo com Tavares, O. (1998, p. 79), “Além de aproximar a gente à sua própria pessoa, Collor reforçava que era para aquela gente que se dirigia, que falava, que iria lutar. A sentença tinha tom de uma invocação religiosa, tal qual ‘Caríssimos irmãos!’, e também trazia embutida a participação passiva dos espectadores (como numa missa), pois era uma gente que tinha dono e deste iria depender o seu destino. O pronome possessivo é fator determinante de toda a produção de sentido: delimita-se bem o espaço do Eu e do Outro (povo).” Ao mesmo tempo em que ele utilizava os meios de comunicação para angariar apoio popular, outra parte da mídia empenhava-se em demonstrar a suposta culpabilidade presidencial. Nessa disputa pela persuasão, diferentemente do que ocorreu em 1989, Collor, dessa vez, saiu derrotado.

³² Outro exemplo de um texto elaborado de maneira igualmente caótica e que também serve para lançar suspeitas sobre Collor foi a seção que recebeu o título de “*Cavalos brancos*”, publicada em 05 de agosto de 1992, na qual foi narrada uma história absurdamente inverídica de como Napoleão havia comprado seus cavalos brancos que, além de serem pretos, eram na verdade pequenos jegues importados do Piauí. Após narrar o romance do imperador com Josefina, brasileira que viajou para a Europa, junto de seu pai, o enredo termina com os dois separados porque o pai dela insistiu que os cavalos brancos eram na verdade jegues. Apenas no final é possível entender a piada: “**Moral: Sei que esta história é dura de engolir, mas se você acreditou na do Cláudio Vieira, pode perfeitamente acreditar em qualquer coisa.**” (SOARES, 1992f, p. 14, grifo do autor). Assim como *Veja*, Jô Soares também acreditava que o empréstimo no Uruguai tivesse sido uma criação de aliados de Collor para explicar como ele custeava suas despesas, que eram muito superiores ao seu salário como presidente da República.

minimamente consistente. Não era possível encontrar lógica no discurso de um presidente que não conseguia explicar por que uma série de cheques fantasmas fora depositada em sua conta e na de seus familiares, como, por exemplo, na da própria mãe, Dona Leda, que alugava a Casa da Dinda para o filho. Ao se colocar ironicamente ao lado de Collor, o humorista torna ainda mais nítidas as suspeitas de corrupção surgidas na imprensa e nas investigações da CPI.

O objetivo do discurso político não é despertar riso, mas utilizar a razão e a seriedade para defender um ponto de vista. O discurso “[...] busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo. O antagonismo se constrói, e isto é fundamental, pelo esvaziamento do significado do discurso do outro.” (PINTO, C. 1989, p. 55). Quanto mais grave for a crise política, maiores serão os esforços do governo em questão para que ela não termine significando o fim do mandato. Em 1992, os adversários de Collor eram inúmeros e poderosos. Para Melo, C. (2007, p. 189-190, grifo do autor),

As denúncias de Pedro Collor serviram como faísca de um rastilho de pólvora que passava por vários setores dispostos a explodir com o governo e o grupo do presidente: políticos que foram destratados; empresários que perderam espaço e privilégios na máquina do Estado; funcionários públicos; sindicatos; parte da indústria nacional; até militares da Reserva que, por sua vez, arquitetaram um plano caso o *impeachment* não passasse e até mesmo os meios de comunicação agiram politicamente no apoio à queda de Fernando Collor.

Pode-se afirmar que o discurso de defesa de Collor contra as acusações foi ineficaz porque não teve a “[...] capacidade de responder a demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos.” (PINTO, 1989, p. 36). O discurso do presidente fracassou não somente porque ele não apresentara provas idôneas de que não mantinha nenhuma relação com os negócios de PC Farias, mas porque a forma como conduziu seu governo tivera consequências: não possuía apoio político na CPI para atenuar ou mesmo barrar as investigações no que dizia respeito a ao seu suposto envolvimento em corrupção; o seu governo não gozava de credibilidade diante da população. Por fim, a cobertura da mídia, em grande medida, havia catalisado a ideia da saída do presidente como algo possível e mesmo necessário.

O discurso humorístico não se importa com a seriedade da situação ou com a compostura do político, e sim com a exploração da situação em prol da risada. Jô Soares se apropria do discurso de Collor, que visava impor sua visão sobre os acontecimentos, e inverte o sentido pretendido: não busca a seriedade, mas o riso; não demonstra ser verdadeiro, mas mentiroso. A frase final de Jô Soares na seção analisada é um exemplo claro da confusão que a crise política e as explicações de Collor causaram: “Para mim, só uma coisa não ficou clara:

Quem é a Dinda?” (SOARES, 1992b, p. 13). O presidente optou por uma residência de sua família, a Casa da Dinda, sob a justificativa de que economizaria dinheiro público. Quando ele permitia a entrada, em sua residência, de artistas, fotógrafos e cinegrafistas, colocava em evidência sua intimidade para a população. Percebe-se que, possivelmente de maneira premeditada, o presidente “aproximou” ao máximo a esfera pública – relativa ao cargo que ocupava no Poder Executivo – com a privada, tanto que Jô Soares explicitou isso ao indagar sobre a identidade da “Dinda”, a qual, muitas vezes, faz parte de um parentesco inventado.

4.6 Uma Questão de Vocabulário

Neste subcapítulo, será abordada a questão do vocabulário utilizado pelo presidente Collor (“*O porco*”, “*Duela a quien duela*” e “*Será o Bonifrate?*”) e também verbetes criados por Jô Soares para explicar a crise política de 1992 (“*Glossário da CPI*”).

Em “*O porco*”, publicada em 29 de julho de 1992, Jô Soares utiliza uma frase do presidente Collor, que chamou os deputados da CPI de “porcos que chafurdavam na lama”, para elaborar o tema de sua seção em *Veja*. A única ilustração é a de um porco cor-de-rosa que acompanha as duas colunas do texto (Figura 28).

Figura 28 – O porco que chafurdava na lama



Fonte: [O porco...] (1992, p. 15)

É perceptível que o humorista adotou um tom infantil, como se fosse um menino. Inicialmente, o menino descreve as partes do porco (“[...] focinho, presunto, pernil, rabinho de sacarolha, lombinho, orelhas e pé, que é rachado no meio mas não dói, e em espírito, que é o espírito de porco”) (SOARES, 1992q, p. 15), e suas utilidades (“[...] serve para se comer, para se guardar dinheiro dentro quando é de mentirinha[...] serve muito para o presidente xingar os outros quando ele está muito brabo, que nem eu vi outro dia na televisão e o meu pai falou que não era para criança ficar olhando”). (SOARES, 1992q, p.

15). Depois, é revelado que a mãe do menino não permite que ele, na fazenda da madrinha tia Helena, chafurde na companhia dos porquinhos. Depois, o menino tenta relacionar a questão dos suínos com a expressão utilizada por Collor, sem conseguir distinguir a diferença entre os dois:

Pelo que eu tenho ouvido, acho que no Brasil os porcos não são tão bons e são até malvados, porque eles incomodam muito o nosso presidente. Ele até falou que os porcos chafurdam só para chatear ele, mas que ele nem liga para a chafurdação e que não adianta porque tem lama demais e eles acabam afundando e chafurdando na própria lama que eles fazem, e que enquanto isso eles berram. [...] Eu bem que queria chafurdar bastante, nem que fosse com a minha roupa de brincar, e berrar bem alto, mas minha mãe fala que nem pensar, e que berrar é falta de educação e eu só consigo berrar baixinho. O presidente disse que não adianta berrar, porque, berro por berro, ele também berra e com berro de presidente ninguém pode. (SOARES, 1992q, p. 15).

A frase de Collor pode ser considerada hostil, uma vez que a carga pejorativa do termo não possibilita uma interpretação mais amena. Faltou ao presidente uma maior habilidade política – ou mesmo bom senso – ao se referir aos deputados que investigavam as supostas relações financeiras entre ele e PC Farias. Jô Soares explorou o absurdo da situação do menino que interpretava o mundo ao seu redor do modo literal e expôs dois mundos diferentes, o da infância e o político, com o intuito de fazer graça com a figura do presidente. No final, manteve o tom de galhofa: “Quando eu crescer, também vou querer ser presidente, e aí quero ver minha mãe me proibir de chafurdar e de berrar à vontade”. (SOARES, 1992q, p. 15). O humorista, portanto, destaca que as prerrogativas de presidente da República possibilitavam ao político que ocupasse o cargo dizer o que quisesse e envolver-se em atividades ilícitas (chafurdar), que ninguém poderia impedi-lo. Evidentemente, a afirmação está mediada pela ironia.

Já na seção intitulada “*Duella a quien duella*”, publicada em 9 de setembro de 1992, Jô Soares continuou a criticar de forma bem humorada “[...] nosso querido presidente [...]”. (SOARES, 1992k, p. 13). Na semana anterior, Collor havia dado uma entrevista³³ para a Argentina, em que, por problemas técnicos, haviam sido utilizados tanto o telefone quanto a

³³ Realizada no dia 25 de agosto de 1992, essa entrevista também ficou famosa por mostrar Collor realizando “[...] uma estranhíssima sessão de exercício dos músculos da face, que o leva a contorcer a boca e a fazer caretas curiosas, e também das cordas vocais, que o obriga a fungar, tossir e raspar a garganta para se livrar de pigarros e limpar a voz. [...] Seus inimigos, é claro, divulgaram o incidente dando asas à imaginação. As conjecturas bailaram entre a suspeita que o presidente enlouquecera de vez e a insinuação[...] de que o fungado seria cacoete de cocainômano.” (SILVA, Cláudio, 1993, p. 362, grifo do autor). Essas cenas estavam no satélite que as transmitiria para a Argentina, e Collor não sabia que seriam tornadas públicas. Percebe-se que o próprio acabou por se colocar em uma posição que pode ser facilmente descrita como engraçada.

televisão, fato que o humorista considerou a inauguração de “[...] um novo tipo de mídia, a fonevisão [...]. [Também foi constatado que o presidente] [...] fala várias línguas. Todas em português. Teve até ‘duela a quien duela’ (sic).” (SOARES, 1992k, p. 13). Na entrevista, Collor não se comunicou em português nem em espanhol: na verdade, falou uma mistura dos dois idiomas. Esta foi uma oportunidade que não foi desperdiçada para ridicularizá-lo.

Jô Soares imaginou como poderia ter sido o restante da entrevista ao utilizar variações da linguagem utilizada pelo presidente. Inicialmente, ele adapta a forma pela qual se referia aos brasileiros (“Minha gente”) para “Mi jente de la Argentina”. O tema da crise política foi abordado de maneira a minimizar as denúncias de corrupção que atingiam Collor:

Pero ahora, por causa de las investigaciones, començaran a inbentar una porción de cosas y patatí patatá, toda la jente de la oposición ponendo la bueca nel trombone, y los jornalistas quedan haciendo fuxicos. [...] La situación por acá camina tán calma, pero tán calma, que jo continuo haciendo mi Cooperzito de todos los domingos, direitito, sin grijo. La verdad verdadera, és que esta jente de la CPI no me atinje. Lo que viene de abajo no me atinje. No pasan de puercos que tchafurdan em a la lama, no más. (SOARES, 1992k, p. 13).

Naquele preciso momento, faltavam 20 dias para a votação na Câmara de Deputados que decidiria se Collor seria afastado temporariamente das funções de presidente e as previsões eram de que o governo seria derrotado. As passeatas contra a corrupção ganharam as manchetes dos principais jornais do Brasil. Na edição anterior, *Veja* havia pedido a saída de Collor. Mesmo com esse cenário nada animador, Collor é retratado como alguém que não se preocupa com a crise política, tanto que continua a realizar *cooper*, minimizando, aparentemente, a oposição política e a imprensa.

Eco (2012) afirma que a tecnologia afetou as relações entre a população e seus governantes. Ele cita que, havia pelo menos 150 anos, não existia contato contínuo entre o rei ou imperador com a população. Percebe-se que a propaganda política não era essencial para preservar o poder, algo que é impossível imaginar nos dias de hoje. Segundo Eco (2012), a grande mudança ocorreu com a popularização do cinema, no século XX, que foi utilizado por Hitler e Mussolini para se dirigirem à população e, assim, “[...] se fazer ver. E assim começou a ideia do chefe que exerce um charme”. (ECO, 2012, p. 15). Coloca-se uma pergunta: qual seria a imagem de Collor naquele momento da crise política?

No ensaio “*O rosto do rei*”, de Roberto Pompeu de Toledo, publicado em 16 de setembro de 1992, foi enfocada a postura pública de Fernando Collor, que teria um “[...] rosto programado.” (TOLEDO, 1992c, p. 110). Um exemplo disso foi o desfile de sete de

setembro: mesmo vaiado furiosamente pela multidão, “[...] salvo um ou outro movimento menos controlável dos lábios, a cara era a mesma. A de um deus do Olimpo.” (TOLEDO, 1992c, p. 110). Naquele momento da crise política, Toledo (1992c, p. 110) assinalou que ele perdera a credibilidade: “Nada mais do que ele comunica cola, tanto os sentimentos que estampa no rosto como as palavras que despeja dos lábios. Tudo termina na mesma pasta de fingimento, mentira e impostura.” A imagem do político que combateria a corrupção cedera lugar à de um presidente fraco politicamente e que havia se transformado naquilo que um dia havia prometido combater: “Quis posar de mocinho dando munição ao bandido, numa inversão de valores cristalina até a olhos infantis.” (MELLO, P., 1993, p. 282). Toledo (1992c) apostou que Collor não teria a capacidade de mudar a imagem por meio da qual maior parte dos brasileiros, políticos e a imprensa o retratavam.

Já Jô Soares, na analisada seção, abordou a imagem de Collor com igual falta de credibilidade, como ilustrou a figura que foi selecionada (Figura 29):

Figura 29 – Collor a cavalo



Fonte: [Fotomontagem...] (1992, p. 13).

A imagem de Collor acima, por si só, pode ser interpretada de maneira humorística porque destoa da imagem pública repercutida pelos meios de comunicação: de um homem sério e que se vestia formalmente durante a jornada de trabalho, ou que usava roupas de esportista durante seus exercícios físicos. Os trajes de Collor na ilustração, remetem à cultura sul-americana: a figura do cavaleiro, de lenço no pescoço e chapéu. A evocação à cultura sul-americana também pode ser associada às características políticas da região: “A história

política da América Latina tem sido marcada por desmandos, autoritarismo e impunidade.” (NEDER, 2005). Portanto, Collor teve sua imagem pública associada a políticos que possuíam um jeito rude de governar – o que pode ser facilmente relacionado aos regimes militares da segunda metade do século XX. Na imagem, Collor também sustenta em suas feições um sorriso que tenta disfarçar, mas que pode ser interpretado no presente contexto como o de alguém que fez alguma coisa errada (a entrevista para a Argentina) e que acha graça nisso. Em outras palavras, revela uma pessoa debochada.

A questão do vocabulário presidencial também foi abordada em “*Será o Bonifrate?*”, publicada em 30 de setembro de 1992. Foi selecionada uma foto de Fernando Collor, da época em que ainda era candidato à presidência, na qual ele está de perfil, com punho em riste, falando ao microfone, mas dessa vez não foi realizada nenhuma espécie de montagem (Figura 30). A nitidez da fotografia, no entanto, obscureceu suas feições. A sua utilização pode ser interpretada como uma forma de contrastar a imagem de político honesto, durante o ano eleitoral de 1989, com aquela de acusado de corrupção, em 1992.

Figura 30 – Collor discursa



Fonte: Registrado por Brito (1992f, p. 15)

Possivelmente inspirado no rumoroso jantar durante no qual o presidente da República utilizou palavras de baixo calão ao se referir a adversários políticos, Jô Soares elaborou um texto que o colocou como responsável por um discurso repleto de palavras de pouco uso na linguagem cotidiana. A leitura torna-se tão complicada que é impossível entendê-la por

completo sem o auxílio de um dicionário, a começar pelo título: bonifrate, que, conforme o dicionário Aurélio (BONIFRATE..., 2012), pode significar “pessoa cuja aparência não corresponde à gravidade própria da sua idade, estado ou posição social” ou, no senso comum, “bufão, palhaço”. Outro sentido é o de uma pessoa que não tem vontade própria, que é manipulado por alguém – possivelmente, é esse o sentido da frase que Collor realmente pronunciou no citado jantar, quando se referiu ao deputado federal Ulysses Guimarães³⁴ (PMDB) como um “[...] Bonifrate dos interesses econômicos de São Paulo.” (A CARTA..., 1992, p. 17). Pode ser feito aqui um contraponto com Collor, uma vez que não “[...] contava com os favores da condição de despachante de nenhum grande grupo econômico junto aos círculos governamentais mais influentes.” (SANTOS, A., 2010, p. 189).

O fato de o humorista basear-se em palavras proferidas pelo presidente da República revelou que ele estava atento ao potencial humorístico do discurso presidencial. A maioria das palavras que compõem o discurso dele na seção não faz parte do vocabulário do Brasil contemporâneo, e a escolha dessas pelo humorista denota também que elas nada significavam para a parcela mais humilde da população – tão importante na eleição de 1989 e cujo apoio tinha esperança em manter – não deixava de ser um erro estratégico. Possivelmente, o mesmo se aplicava aos leitores de *Veja*.

Se até o momento foi abordada a questão do vocabulário no que se refere estritamente a Fernando Collor, Jô Soares ampliou o alcance de seu humor ao abordar outros personagens da crise política ao criar verbetes em “*Glossário da CPI*”, publicada em 12 de agosto de 1992. (SOARES, 1992o). Cinco verbetes contemplaram a principal notícia sobre o tema da edição da semana anterior da revista *Veja*: o depoimento à CPI do ex-secretário particular de Collor, Cláudio Vieira, que foi fortemente desacreditada e que, inclusive, recebeu uma manchete de capa intitulada “A farsa uruguaia”. São eles:

Vieirada – (*subs. fem.*) Trapalhada, lorota.

Depoimento – (*subs. masc.*) Depoimento feito à CPI e que não convence ninguém.

Estalo de Vieira II – A Missão – (*expressão popular*) Também conhecido como ‘Estalo de Cláudio’. Estalo cerebral que faz com que o indivíduo tenha

³⁴ Durante a ditadura militar brasileira, Ulysses Guimarães (1916-1992) foi uma das lideranças do MDB, o partido da oposição ao governo militar, numa época em que o sistema político era regido pelo bipartidarismo. Em 1984, destacou-se na campanha pelas “Diretas Já”. Na época, inclusive ganhou a alcunha de Senhor Diretas. Durante o governo de José Sarney (1985-1990), ocupou o cargo de presidente da Câmara de Deputados durante a Assembleia Constituinte. A crise no governo Sarney, que tinha o seu partido, o PMDB, como principal apoio político, dificultou a sua candidatura à presidência da República em 1989, alcançando somente o sétimo lugar no pleito. Foi também uma liderança importante em seu partido durante o processo de *impeachment* de Collor e votou pelo seu afastamento na Câmara de Deputados. Poucos dias depois, ele e sua esposa faleceram em um acidente de helicóptero no litoral do Rio de Janeiro.

sua capacidade intelectual reduzida. O oposto do Estalo de Vieira do Padre Antonio Vieira.

Ouroguai – (*sub. masc.*) Parte do Uruguai especializada em vender ouro para os estrangeiros. Muito usada por viajantes brasileiros. (SOARES, 1992o, p. 13, grifo do autor).

A reportagem publicada por *Veja* no dia 5 de agosto de 1992, “*Ouro collorido*”, partiu do pressuposto de que os dois depoimentos de Cláudio Vieira à CPI haviam sido realizados “[...] para transferir as investigações para bem longe do presidente, confundindo fatos comprovados [...], [além de embaralhar os] [...] indícios de corrupção já reunidos.” (OURO..., 1992, p. 22). Para explicar como Collor pagava suas despesas, Vieira assegurou que havia realizado um empréstimo de cinco milhões no Uruguai e comprado 318 quilos de ouro para arrecadar dinheiro para financiar a candidatura presidencial. O acordo teria sido feito com o doleiro Najun Flato Turner – que respondia a processo na justiça por contrabando de ouro. (OURO..., 1992). Para *Veja*, as revelações de Vieira pioravam a situação do presidente: “Difícil avaliar o que é pior para Collor: que Vieira tenha realmente dito a verdade ou que seu depoimento seja uma farsa tão grande quanto o empréstimo uruguaio.” (OURO..., 1992, p. 22). A versão apresentada à CPI foi considerada pela revista como uma fraude³⁵. A empresa Alfa Trading, que contava com um capital de 50000 dólares, emprestou cinco milhões de dólares a Collor, contudo, o documento não foi registrado no consulado do Brasil e, por isso, perdeu o valor. O depoimento na CPI não conseguiu convencer os deputados – e tampouco a mídia – da inocência do presidente. (OURO..., 1992). Muito pelo contrário: aumentou a desconfiança e a possibilidade de abertura do processo de *impeachment*.

Durante as investigações da CPI, a mídia veiculou uma frase que teria sido proferida por PC Farias: “Madame está gastando demais”. Em vista disso, Jô Soares elaborou o seguinte verbete: “**Rosenear** – (*verbo*) Gastar, dilapidar, estourar a mesada.” (SOARES, 1992o, p. 13, grifo do autor). Na reportagem “*De pistola na mão*”, publicada em 15 de julho de 1992, há uma subdivisão chamada “*Despesas da primeira-dama*”, na qual foi afirmado que ela teria gasto cerca de 25 milhões em junho de 1992. Foi exemplificado como funcionava o abastecimento da conta de Rosane Collor: a conta dela, 230.230-7, na Caixa Econômica Federal, recebeu, no dia 3 de junho de 1992, o valor de 4,5 milhões de cruzeiros. O dinheiro teria saído da conta n. 4777-8, do Banco Bancesa, que Ana Acioli movimentava sob o nome

³⁵ Conforme o dicionário Histórico-biográfico brasileiro, a Receita Federal autuou, em primeira instância, Fernando Collor, em 1997, por sonegação de impostos pelo empréstimo no Uruguai. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV, 2013).

de Maria Gomes. Além disso, em dezembro de 1991, a primeira dama teria feito compras que ultrapassavam os rendimentos de 7 meses de trabalho do marido³⁶. (DESPESAS..., 1992).

Também foram criados verbetes sobre as secretárias particulares que trabalhavam para Fernando Collor (Ana Acioli) e PC Farias (Rosinete Melanias e Marta Vasconcelos). Sobre o fato de assinarem cheques fantasmas, foram quatro:

[Sobre Ana Acioli], **Anassinhar** – (*verbo*) Assinar cheques com outros nomes.

[Sobre Rosinete Melanias], **Rosinetar** – (*verbo*) Hábito compulsivo de assinar vários cheques com o nome de outros.

Nominal-mente – (*adv.*) Fazer cheque nominal com nome falso.

Secrotária – (*subs. fem.*) Secretária otária, que não sabe de onde vem tanto dinheiro para a sua conta bancária. (SOARES, 1992o, p. 13, grifo do autor).

Há um verbete, especificamente sobre Marta Vasconcelos – que alegou estar menstruada e não foi depor na CPI – chamado de “**Mês-truação** – (*subs. fem.*) Capacidade que uma secretária tem de ficar menstruada no dia do mês que mais lhe convier.” (SOARES, 1992o, p. 13, grifo do autor).

Com relação ao empresário alagoano PC Farias, foram elaborados quatro verbetes:

Pecefaria – (*subs. fem.*) O mesmo que patifaria, negócio escuso.

Pecerria – (*subs. fem.*) Parceria ilícita.

Confarias – (*subs. fem.*) Uma confraria de Farias.

Fã-tasma – (*subs. masc.*) Pessoa que gosta tanto de um presidente que deposita dinheiro anonimamente e em grandes quantidades na conta de sua secretária. (SOARES, 1992o, p. 13, grifo do autor).

Também foi feita uma referência ao avião que PC Farias intitulou de morcego negro: “**Morcegar** – (*verbo*) Andar no avião de PC Farias.” (SOARES, 1992o, p. 13, grifo do autor).

Outros dois verbetes completaram o “*Glossário da CPF*”: 1. “**Dindamarca** – (*subs. fem.*) Reino imaginário, onde estranhos fenômenos acontecem e existe sempre odor de impurezas no ar. ‘Há algo de podre no reino da Dindamarca’ (Hamlet, sem quebrar os ovos).” (SOARES, 1992o, p. 13, grifo do autor). Havia indícios de que as despesas da Casa da Dinda, como as contas de água, luz e o salário dos empregados, eram pagos com cheques fantasmas

³⁶ Numa entrevista concedida à revista *Veja*, publicada em 12 de dezembro de 2007, Rosane Collor respondeu a uma pergunta que se referia à citada frase de PC Farias: “Fiquei sabendo disso pelo noticiário. Eu não sabia nem o que era um fantasma. É muito difícil saber que até o seu dentista é pago por outra pessoa. Fernando me dizia que nada do que estavam falando era verdade. Tudo o que eu queria o meu marido me dava. Para mim, até então, o dinheiro era dele. Ele era muito fechado sobre a relação que mantinha com Paulo César.” (COLLOR, R., 2007, p. 69).

depositados na conta do presidente. Sobre esse tema, há também outro verbete; (“**Jardinda** – (*subs. masc.*) Jardim de 1 milhão de dólares”). (SOARES, 1992o, p. 13, grifo do autor). 2. “**Mellar** – (*verbo*) Estragar negócios do irmão.” (SOARES, 1992o, p. 13, grifo do autor). O objetivo de Jô Soares foi salientar a figura de Pedro Collor, o irmão que denunciara o esquema de corrupção montado por PC Farias e favorecia Fernando Collor. Naquele momento, os “negócios” eram de conhecimento público e estavam sendo investigados pelos deputados na CPI e mesmo pela Polícia Federal.

É perceptível que Jô Soares utiliza o discurso do senso comum para interagir com seus leitores. Para Pinto, C. (1989), tal discurso possui grande habilidade em oferecer significado ao cotidiano das pessoas, ao mesmo tempo em que pode ser atrelado a diversas visões de mundo. Outra característica é a “[...] capacidade de perder seus laços com o discurso original e flutuar na intrincada teia discursiva à espera de uma nova oportunidade para encontrar seu lugar em uma nova totalidade discursiva.” (PINTO, C., 1989, p. 44). As pessoas utilizam o discurso do senso do comum, mas geralmente desconhecem as circunstâncias históricas que lhe deram origem. Um exemplo é o pensamento generalizado a respeito da classe política brasileira. Se fosse feita a pergunta “O que você acha dos políticos brasileiros?” para pessoas de diferentes segmentos sociais, certamente alguns utilizariam afirmações depreciativas, tais como “Os políticos não se importam com o povo, pensam só neles” ou “São todos corruptos”. A crise política estudada – em que a credibilidade do presidente da República estava sendo questionada – foi uma oportunidade para que o estereótipo do político corrupto fosse abordado pelo humorista. Os estereótipos são visões de mundo compartilhadas pela mídia e que integram a cultura de um povo. De acordo com Zink (2011, p. 49), “O estereótipo é generalista e errado – individualmente errado, mas, também, estaticamente errado. Pode, no entanto, ser também individualmente certo. O interessante é ver quando um acontecimento nega ou confirma o que ‘já sabíamos’ ou suspeitávamos.” Parte-se do pressuposto de que as denúncias de corrupção contra Collor demonstravam a veracidade, pelo menos nesse caso, de que “os políticos são corruptos”. Para Goodwin (2011, p. 535), os estereótipos são para o humor “[...] ferramentas essenciais. Os conceitos preestabelecidos são os blocos com que os humoristas constroem seus castelos de piadas.” Levanta-se a questão: como Jô Soares abordaria a crise política sem utilizar o estereótipo pelo qual a população identificava os políticos? Ele não buscou se distanciar do estereótipo sobre a classe política, mas o fez de maneira a não chamar explicitamente Collor de corrupto. A tal conclusão chegariam os leitores se interpretassem as informações apresentadas.

4.7 O Destino Incerto de Fernando seções

Neste subcapítulo, serão analisadas quatro “Carta ao leitor” publicadas nos meses de novembro e dezembro de 1992, período em que Collor estava afastado do cargo de presidente da República e esperava o julgamento pelo Senado Federal. O humorista de *Veja* abordou a crise política em quatro ocasiões: “*Anúncios desclassificados*”, “*Feliz ano novo!*”, “*Teste de imbecilidade Crônica*” e “*As Desculpas*”.

Em “*Anúncios desclassificados*”, publicada em 25 de novembro, Jô Soares colocou Collor numa lista de anúncios com o seguinte enunciado: “Oferece-se ex-presidente da República para inaugurar estátuas, escolas e outros monumentos. Trabalha domingo e feriados.” (SOARES, 1992a, p. 14). A elaboração desse anúncio está baseada no fato de que, durante o mandato de Collor, ele se notabilizou por gosto pela liturgia do cargo: terminada a semana de trabalho, ele descia a rampa do Planalto acompanhado de autoridades, artistas ou mesmo de pessoas comuns. Essa seção pode ser relacionada com “*Feliz ano novo!*”, publicada em 6 de janeiro de 1993, na qual a renúncia de Collor ganhou um pequeno espaço na seção de Jô Soares. Ao dar a resposta para um teste chamado “[...] ‘Para onde o presidente afastado deve ir depois de definitivamente afastado’, [foi atestado] [...] que o vencedor foi o cavaleiro que tirou o segundo lugar, indicando Paris.” (SOARES, 1993, p. 13). O motivo dessa escolha dera-se porque as pessoas que haviam ganhado o primeiro lugar haviam escrito “[...] grosserias [...] um monte de bobagens [...]”. (SOARES, 1993, p. 13).

Em “*Teste de imbecilidade crônica*”, publicada em 18 de novembro de 1992, Jô Soares elaborou sete questões, com oito alternativas cada, que envolviam temas que estavam em pauta nos noticiários políticos da época. (SOARES, 1992u). Continuando a tendência de abordar o presidente da República, o humorista elaborou uma pergunta sobre ele que trouxe alternativas cômicas inusitadas:

Você acredita que o presidente Collor vai voltar e se voltar será como:

- 1 – Regente;
- 2 – Imperador;
- 3 – Presidente;
- 4 – Presidente meio afastado;
- 5 – Suserano;
- 6 – Xogum;
- 7 – Papa;
- 8 – Só Deus sabe. (SOARES, 1992u, p. 15, grifo do autor)

Tal indagação pode ter sido inspirada na entrevista publicada em 28 de outubro de 1992 por *Veja*, “*Eu voltarei*”, na qual Fernando Collor havia sido enfático ao afirmar que retornaria às

funções de presidente da República: “Voltarei. Voltarei para cumprir minha missão. Aquela missão cujas metas não são minhas, mas da sociedade brasileira. É uma missão que já foi traçada, já estava escrita. Está tudo resolvido por Deus. Você não modifica seu destino.” (COLLOR, F. apud OINEGUE, 1992a, p. 26). O humorista enfatizou, em todas as perguntas da coluna, a questão da impunidade. Todas as perguntas possuem a mesma última alternativa: “8 – Só Deus sabe.” (SOARES, 1992u, p. 15). O resultado do teste foi escrito de maneira direta: “A pessoa que respondeu a todos os quesitos pelo item 8 não tem nada de imbecil. Além disso, é um otimista incurável, continua achando que Deus é brasileiro.” (SOARES, 1992u, p. 15). Essa foi a forma encontrada por Jô Soares para demonstrar a perplexidade do povo brasileiro diante dos fatos divulgados pela mídia e as suas incertezas quanto ao futuro político do país ante a perspectiva de Collor, apesar de tudo, retornar ao poder.

Jô Soares não perdeu a oportunidade de, nos momentos finais da crise política, ridicularizar o presidente Collor na seção “*As Desculpas*”, publicada em 30 de dezembro de 1992. Em vista da destituição dos dois advogados de defesa de Collor às vésperas da data do julgamento pelo Senado Federal, foi escolhida uma nova data para a sua realização: 29 de dezembro de 1992. A mudança da data nessas circunstâncias foi interpretada negativamente pela revista *Veja* na “Carta ao leitor” da mesma edição (analisada no capítulo anterior) e por Roberto Pompeu de Toledo, na seção “*Ensaio*”, de 30 de dezembro. Intitulada “*Em torno da arte da chicana*”, ele refletiu sobre a situação dos advogados que haviam aceitado fazer parte da estratégia de retardar o máximo possível o julgamento. (TOLEDO, 1992a). Pompeu de Toledo utilizou uma expressão do ramo da advocacia: *chicanear*, que é “[...] praticar chicana. Recorrer a ardis que retardem o processo, abusar das technicalidades, tentar ganhar a parada na base do golpe baixo e da embromação” (TOLEDO, 1992a, p. 114). Para a revista, Collor deveria ser julgado o mais rápido possível: as chicanas jurídicas eram indícios irrefutáveis de culpa.

Sob a perspectiva de Jô Soares, não faltariam justificativas para o presidente não estar presente no dia do julgamento: “Conseguimos surrupiar diretamente da Casa da Dinda essa preciosa informação. Dizem que existe uma lista de desculpas que está sendo preparada pelos advogados afastados e que poderá ser utilizada para mais um adiamento.” (SOARES, 1992i, p. 11). (Dentre as justificativas absurdas, destacam-se:

- Já tem marcada para o mesmo dia uma operação de fimose.
- Está com planos para ter um filho e o horário do julgamento bate justamente com o melhor momento de fertilidade de dona Rosane.

- Seu despertador está enguiçado e ele tem medo de não acordar. (SOARES, 1992i, p. 11).

Já outras poderiam ser relacionadas especificamente ao cuidado de Collor com a aparência, tema já abordado por Jô Soares em outras seções: “O terno que ele quer usar no dia não veio da tinturaria; Já marcou cabeleireiro e não dá para desmarcar.” A última desculpa da lista foi uma referência direta ao relacionamento do presidente com PC Farias, que teria se recusado a “[...] ir junto para dar apoio moral.”

Em uma entrevista à *Veja* em 2007, Jô Soares afirmou que “ ‘A primeira arma para desmoralizar um político é não respeitá-lo.’ ” (SOARES, 2007, p. 14). Na seção analisada, ele seguiu à risca esse raciocínio ao expor ao ridículo a imagem de Collor. O humorista parece endossar a opinião de Pompeu de Toledo, que utilizara a expressão chicanear ao se referir ao adiamento do julgamento. Fica implícito que Collor não possuía argumentos consistentes para adiar o julgamento. Talvez, por isso, houvesse uma lista com tantas possíveis desculpas (26 ao total). O humorista parece insinuar que o presidente seria culpado das acusações de corrupção e ainda covarde por temer a punição cabível, a perda do mandato. As críticas, além de partirem do meio político, da população e da imprensa, também advinham dos comediantes. Não resta alternativa aos políticos senão conviver³⁷ com as críticas e as piadas a seu respeito.

Em uma entrevista à *Veja*, em 2007, Jô Soares revelou o que pensava sobre o humor e a política: “O poder em si já é uma coisa ridícula. Assim que o sujeito assume a Presidência, colocam nele uma faixa que parece um suspensório torto. Quando, ainda mais, acontecem canalhices [...] é preciso exacerbar esse ridículo.” (SOARES, 2007, p. 11 e 14). Foi este exatamente um dos pontos principais da seção do humorista: ridicularizar as pessoas envolvidas de alguma forma nas denúncias de corrupção, mais especificamente o presidente da República. Nesse sentido, o próprio Collor contribuiu inúmeras vezes para facilitar o trabalho semanal de Jô Soares em *Veja*. O vocabulário do presidente, por exemplo, originou três seções: em “*O porco*” (SOARES, 1992q), a inspiração foi a expressão “porcos que chafurdam na lama”, usada

³⁷ Em *Notícias do Planalto*, Conti narrou um acontecimento que pode indicar como Fernando Collor pautava sua conduta com relação aos humoristas. Após a publicação de uma *charge* de Chico Caruso em *O Globo*, em dezembro de 1991, na qual o então ministro da Saúde Alcení Guerra aparecia pedalando em uma bicicleta dupla com seu filho, cujos olhos estavam escondidos sob uma tarja – como se fosse um menor infrator ou uma criança que não poderia ter sua identidade revelada (a cena, inspirada em fatos reais, evocava denúncias de corrupção que envolviam o ministro) –, ao ser chamado para um reunião no gabinete presidencial, Collor argumentou que ele não deveria responder às provocações: ‘Não se pode ir contra o humor.’ (CONTI, 1999, p. 504).

para se referir aos políticos que o investigavam na CPI; em “*Será o Bonifrate?*” (SOARES, 1992s), o mote foi a expressão bonifrate utilizada para se referir ao deputado federal Ulysses Guimarães; por fim, ao conceder uma entrevista que seria transmitida exclusivamente para a Argentina, ele se comunicou usando o chamado ‘portunhol’, em “*Duela a quien duela*” (SOARES, 1992k). Não pode ser deixado de mencionar o escândalo da reforma nos Jardins da Casa da Dinda, um acontecimento de grande destaque na crise política, que Jô Soares transformou em uma crítica ao esplendor no qual supostamente vivia Collor. Também foram exacerbadas suas características pessoais e suas tentativas de se defender das acusações de corrupção. O humorista também tentou dar a sua contribuição para que fossem evitadas novas crises políticas: a criação de um chá de panela presidencial.

Por escrever na revista *Veja*, Jô Soares contava com um público formado por milhares de leitores. Ele aproveitou a popularidade que obtinha no meio televisivo – na época, apresentava um programa de entrevistas que alcançava bons índices de audiência – para conquistar novos fãs ao fazer o seu trabalho: provocar risadas nas pessoas. Não foram todas as seções publicadas no período analisado que tinham como tema a crise política, mas a crise política foi um tema tão em evidência na época que era muito atrativo para não ser tratado de maneira humorística. E, nesse sentido, as matérias produzidas por Jô Soares foram muito bem sucedidas em suas intenções de despertar a atenção e divertir seus leitores. De maneira curiosa, a crise política recebeu um tratamento irônico por parte de Jô Soares. Não foram poupadas insinuações de que Collor não possuía uma conduta coerente com o cargo que ocupava, o que ressoava o discurso do senso comum sobre o poder e sobre os políticos. Utilizando-se da inteligência, a seção pode ser considerada reveladora de que o humor pode ser utilizado como uma crítica contundente sobre a ação política.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, foram analisados preliminarmente alguns acontecimentos considerados relevantes para o entendimento do contexto brasileiro do começo da década de 1990. Inicialmente, foi dada atenção ao fato de que os principais veículos de informação agiram de forma a legitimar o golpe civil-militar de 1964. Nos anos seguintes, o governo criou obstáculos para o exercício da liberdade de imprensa. Apenas três meses antes de o governo promulgar o AI-5, o que significou o fortalecimento dos mecanismos autoritários que se manifestariam das mais diversas maneiras, a Editora Abril lançou a revista semanal *Veja*. Nos primeiros anos de existência, ela não formou uma base sólida de leitores e quase foi suspensa em virtude das baixas vendas. Contudo, duas decisões que se mostrariam importantes fizeram com que o quadro se alterasse no começo da década de 1970: a venda de assinaturas e um enfoque editorial que privilegiava assuntos da política nacional.

Ao noticiar a transição do regime civil-militar para a democracia, *Veja* demonstrou estar em sintonia com seus leitores ao apoiar o movimento pelas “Diretas Já” (1984) e a candidatura indireta de Tancredo Neves à presidência da República. Já no governo Sarney (1985-1990), apoiou o Plano Cruzado (1986) que, mesmo tendo obtido um sucesso efêmero, foi um dos grandes responsáveis pela maciça vitória do PMDB nas eleições estaduais do mesmo ano. Com o passar do tempo, *Veja* assumiu uma postura mais crítica ao expor o fracasso na área da economia e a insatisfação da população com o presidente Sarney. Foi nesse contexto que Fernando Collor, então governador de Alagoas, em 1987, alcançou fama nacional através dos meios de comunicação em vista de suas medidas para moralizar o serviço público do Estado que governava. Inicialmente, a revista o entrevistou na seção “Páginas amarelas” e destacou suas ações contra os funcionários públicos que aumentavam seus salários utilizando-se da lei para tanto, os chamados “marajás”. Consciente de que a impopularidade de Sarney poderia angariar simpatia popular, Collor posicionou-se contra o projeto de conceder ao presidente um mandato de 5 anos. Em vista disso, conforme afirmou *Veja*, o Estado de Alagoas foi preterido nas distribuições de verbas públicas. Considerado um personagem jornalisticamente interessante, Collor apareceu na capa de *Veja* de 23 de março de 1988, que continha a manchete de “O caçador de marajás.”

Quando candidato à presidência da República, em 1989, Collor foi retratado por *Veja*, na maior parte das vezes, de forma positiva, tendo sido minimizadas pela revista possíveis contradições envolvendo seu passado. Vencida a eleição, o apoio a ele e à sua plataforma de governo foi mantido. No lançamento do Plano Collor, a revista endossou as medidas

econômicas, que tiveram uma série de consequências negativas – inclusive para a parcela que representava a maior parte dos leitores da revista, os setores médios da sociedade. Antes mesmo do final do primeiro ano de governo, foi constatado que o plano havia fracassado em seu objetivo principal: o de combater a inflação. Na ocasião do lançamento do Plano Collor II, em fevereiro de 1991, foi percebida uma postura mais crítica em comparação à dada ao plano anterior: a credibilidade do presidente estava comprometida. Quando Pedro Collor expôs a existência de um suposto esquema de corrupção que envolvia PC Farias e o presidente da República, em maio de 1992, o discurso de *Veja* tornou-se ainda mais crítico.

Durante a análise da seção “Carta ao leitor”, foi perceptível que, em um primeiro momento, o possível envolvimento de Collor em práticas de corrupção foi tratado de forma cautelosa. *Veja* demonstrou-se orgulhosa de ser citada por diferentes jornais internacionais e pelo sucesso de vendas da edição com a entrevista de Pedro Collor. Por outro lado, afirmou que não era um momento oportuno para a exposição de notícias sobre denúncias de corrupção no governo, pois o Brasil sediava a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento na ocasião em que a CPI foi instalada para investigar as denúncias desferidas por Pedro Collor. Mesmo assim, a revista salientava que o problema não poderia ser negligenciado pela imprensa. À medida que os indícios de corrupção eram revelados nas reportagens políticas da própria revista, a confiança no presidente passava a ser questionada. Após o ato equivocado de Collor, que, ao pedir que os brasileiros saíssem de casa em um domingo com roupas da cor da bandeira do Brasil, o que resultaria no “domingo negro”, o “Editorial” denominado “O presidente deve sair”, publicado em 2 de setembro, significou o rompimento definitivo da revista com o governo. Percebe-se que isso ocorre após os deputados da CPI enviarem para a votação na Câmara de Deputados o processo de *impeachment* e a eclosão das manifestações de populares contra Collor.

Um tópico importante no discurso da “Carta ao leitor”, percebido no trabalho, foi a concepção em relação à comunidade jornalística, que seria um bastião de responsabilidade e profissionalismo. Uma questão destacada em duas oportunidades foi a verificação das fontes antes da publicação de matérias envolvendo denúncias de corrupção. Os prêmios recebidos de diferentes instituições, no final de 1992, corroborariam a imagem de extremo profissionalismo da revista que considerou ter sido, conforme o título escolhido para a “Carta ao leitor” de 16 de dezembro, “*O ano de ouro de Veja*”. Além do respaldo da comunidade jornalística, a cobertura da crise política possibilitou que ela fosse referida em anúncios publicitários na busca de novos assinantes. Outro aspecto abordado foram as pressões sofridas por parte de membros do governo, que criticavam a atuação da mídia, tendo até mesmo sido citado o

presidente da República. Entretanto, o principal alvo foi o então presidente do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho Torres, que afirmou possuir documentos comprometedores envolvendo o presidente do Grupo Abril, Roberto Civita. *Veja* sentiu-se pressionada pelo governo, mas manteve a abordagem crítica com relação ao envolvimento de Collor em atos de corrupção.

“Carta ao leitor” demarcou de forma maniqueísta o papel desempenhado pelos diferentes personagens: o presidente Collor foi identificado como corrupto e mentiroso; o povo era honesto e estava certo ao protestar nas ruas; a imprensa deteve a função de investigar e cobrar a punição dos corruptos. Destacou-se também a confiança de que a lei seria cumprida e a Constituição, respeitada. No período que antecedeu à votação da Câmara de Deputados, a revista denunciou as tentativas de compra de votos do governo e até mesmo incentivou os leitores a se manifestar. Coube a Fernando Collor o papel de principal “vilão” da crise política; portanto, deveria receber a punição cabível: perder o mandato e responder na Justiça comum pela responsabilidade de seus atos. Entretanto, permaneceu a crença de que o seu programa de governo era viável, ainda que mal conduzido.

No último capítulo da dissertação, foi analisada a produção humorística de Jô Soares. Apesar de utilizar inúmeras ilustrações, fotos e até mesmo montagens, as palavras constituíam o foco principal do escritor. O humor era, portanto, menos visual e demandou dos leitores atenção às palavras para compreenderem as piadas. Também exigiu que estivessem atentos ao que era veiculado pelos meios de comunicação sobre a crise política. As denúncias de corrupção forneceram um farto material não somente para Jô Soares, mas também para outros humoristas. Ao se referir aos acontecimentos da crise, Luís Fernando Veríssimo, na apresentação do livro de *charges Os filhos da Dinda: A CPI que abalou o Brasil*, publicado pela Editora Página Aberta, em 1992, indagou:

Como exagerar uma realidade tão exagerada que já parecia sua própria sátira? [...] Justamente no momento em que o país chegou a um ponto que a gozação ficou supérflua, pois os fatos já nasciam como paródia e os homens públicos pareciam agir não com um olho no julgamento da História, mas na charge do dia seguinte [...] [no caso os humoristas] se mostraram ainda mais engraçados do que os fatos. Venceram a concorrência desleal [...]. (VERÍSSIMO, 1992, p. 5).

A crise política de 1992 despertou nos brasileiros da época sentimentos como decepção e perplexidade com relação a Fernando Collor, que, segundo afirmavam os meios de comunicação e as investigações da CPI, teria suas despesas pagas por cheques fantasmas. Jô Soares teve talento para unir criticidade a um senso de humor inteligente para fazer os leitores

rirem de fatos seríssimos e, assim, buscarem algum tipo de catarse em um cenário de incertezas políticas. Para os historiadores, o material produzido é uma fonte riquíssima de pesquisa, pois possibilita a imersão no contexto da época de forma bem humorada ao trazer informações, e até mesmo sutilezas, sobre a crise política.

No decorrer das seções, outras pessoas das relações do presidente tiveram seus nomes citados, como Pedro Collor, PC Farias, Rosane Collor e Cláudio Vieira, mas estes podem ser considerados meros coadjuvantes: o alvo preferencial foi Fernando Collor. Foram exacerbadas na coluna do humorista características que não podem ser dissociadas do período no qual Collor foi presidente: a vaidade, o gosto pelo luxo e o exibicionismo. Com relação à última, Jô Soares enfocou o seu principal alvo, o presidente Collor, em “*O exame*”. Durante todo o período analisado, foi a única seção que deu um papel destacado a Pedro Collor, mesmo que as perguntas feitas a ele fizessem menção ao comportamento exibicionista de seu irmão.

Jô Soares expôs a figura de Fernando Collor ao ridículo, criticando-o em suas tentativas de defesa das acusações de corrupção ou expondo suas excentricidades – a reforma nos jardins da Casa da Dinda, o costume de escrever bilhetinhos, a utilização de um vocabulário rebuscado. Ao se posicionar contra o presidente, o humorista assumiu como possível desfecho da crise política a saída de Collor do poder, haja vista as variadas justificativas implausíveis para faltar à sessão de julgamento no Senado Federal apresentadas na seção intitulada “*As desculpas*.” Até nos últimos momentos do mandato, Collor foi alvo de gozações.

A título de comparação, “Carta ao leitor” adotou um tom grave de denúncia e fez uso de uma linguagem clara e persuasiva ao expor aos seus leitores a corrupção no governo federal, ao mesmo tempo em que enalteceu o papel desempenhado pela imprensa. Foi explicitado que o desfecho da crise política deveria resultar na saída de Collor. As manifestações da população foram demonstradas com destaque, pois ilustravam a decepção com o governo Collor. Já Jô Soares assumiu um tom de ironia para expor a delicada situação política e, assim foi veiculado em “Carta ao leitor”, colocou em dúvida a idoneidade do presidente da República. Por outro lado, não foram citados os protestos da população, e a imprensa foi um personagem pouco abordado. Nesse sentido, os jornalistas tiveram uma participação um pouco maior apenas em “Informe publicitário”, quando o humorista brincou com o fato de o governo acusar *Veja* de publicar fotos dos jardins da Casa da Dinda que não corresponderiam com a realidade. Contata-se que o personagem que mais vezes foi citado foi o presidente Collor, até mesmo porque ele estava diretamente envolvido nas denúncias de corrupção.

Por um lado, observa-se a seriedade do discurso institucional do periódico, que se apresentava com uma suposta idoneidade para criticar o presidente e construir uma versão dos fatos, na qual a revista desempenhava um papel fundamental. Como “Carta ao leitor” não era assinada, para os leitores de *Veja* ficava a dúvida de quem a escrevia. Em uma oportunidade, teve seu nome alterado para “Editorial” – momento em que a identidade do autor, Roberto Civita, não foi revelada – ao pedir a renúncia de Fernando Collor. Por outro lado, Jô Soares elaborou de maneira crítica e irônica uma versão dos fatos que espelhava os elementos mais escandalosos da crise política. Criou também uma visão da situação, mas não buscou “doutrinar”, ou seja, dizer aos leitores o que era certo e o que era errado: ele confiou que eles soubessem identificar qual era o seu posicionamento ao ridicularizar Collor. De formas diferentes, as duas seções se complementaram no que concerne ao fato de que o presidente não havia apresentado argumentos consistentes para se defender das acusações e sua saída do governo não havia sido questionada.

Aos 40 anos de idade, Fernando Affonso Collor de Mello assumira o cargo de presidente da República tendo como objetivos declarados melhorar as condições de vida da população, combater a inflação e inserir o Brasil no rumo dos países de Primeiro Mundo da economia mundial. Em menos de três anos, sua gestão foi interrompida por um processo de *impeachment*. Se até então sua trajetória política fora considerada meteórica, os anos seguintes representaram uma pausa forçada. Mesmo ao renunciar ao cargo vinte minutos antes do início do seu julgamento no Senado Federal, ele foi julgado culpado e teve os direitos políticos cassados por oito anos. Em 1994, obteve uma vitória importante: foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal da acusação de corrupção passiva. Em 2000, a tentativa de se candidatar à prefeitura de São Paulo foi impedida pela Justiça Eleitoral. Dois anos depois, candidatou-se ao cargo de governador de Alagoas, mas foi derrotado logo no primeiro turno. Em uma entrevista, exibida no programa Fantástico e publicada no livro *Dossiê Brasília: os segredos dos presidentes*, de Geneton Moraes Neto, em 2005, Collor afirmou categoricamente que não voltaria à política. Contrariando suas próprias palavras, concorreu novamente: foi eleito senador por Alagoas em 2006. (MORAES NETO, 2005). Até o presente momento, Collor continua a fazer política no Brasil.

Veja foi a revista que mais se destacou na cobertura da crise política de 1992, permanecendo como líder de seu nicho de mercado. Em 2005, a crise política do “mensalão” suscitou comparações entre as denúncias de corrupção que atingiram a reputação do então presidente Lula com aquelas que haviam levado Collor a renunciar ao cargo, inclusive com a publicação de uma capa que explicitava a suposta semelhança. (LULLA..., 2005). O discurso contra a corrupção permaneceu, assim como a crítica com relação ao presidente da República.

Contudo, o discurso da revista não teve a mesma repercussão do que a havida em 1992 – até mesmo porque as circunstâncias históricas eram diferentes –, e Lula permaneceu no cargo e conseguiu, inclusive, reeleger-se. Os dois casos, portanto, ilustram certa independência jornalística de *Veja* ao criticar abertamente o presidente, uma vez que se vive no Brasil uma democracia, na qual a imprensa possui liberdade para tanto. Entretanto, um estudo aprofundado revelaria diferenças de abordagem de ambas as crises políticas pelo mesmo veículo de comunicação.

É possível apontar que as relações entre Fernando Collor e a revista *Veja* não são das mais harmoniosas. Durante os trabalhos da CPI que investigava o envolvimento do bicheiro Carlos Cachoeira com políticos e empresas privadas, em 2012, foram reveladas conversas de Cachoeira com o jornalista Policarpo Junior, chefe da sucursal de *Veja* em Brasília. Fernando Collor julgou necessário convocar para depor o dono de *Veja*, Roberto Civita, e Policarpo Junior. De acordo com as palavras de Fernando Collor: “[...] Já apresentei requerimentos para a convocação de Roberto Civita, Policarpo Jr. e outros cetais porque aí está o coração dessa grande contravenção que estamos falando. Se não fosse esse núcleo de contravenção chefiado pela revista *Veja* não estaríamos aqui.” (COLLOR, F., 2012 apud R7, 2012). Apesar do discurso forte do senador, Roberto Civita e Policarpo Jr não foram convocados pela CPI.

Para Carvalho, J. (2008), a classe média mantém sua posição de principal inimiga das práticas de corrupção, mas não conta com o apoio dos outros segmentos da sociedade. Os mais pobres da população são atendidos pelo governo federal por meio de programas de assistência, enquanto os mais abastados mantêm altíssimos lucros nos negócios. Essa é a maior diferença com relação ao processo que mobilizou o país contra o governo Collor: não é possível unir os diferentes interesses da sociedade no combate efetivo à corrupção. Uma das principais diferenças entre o Brasil do governo Collor e o atual é que os altos índices de inflação foram controlados. – o que possibilitou estabilidade à economia. Percebe-se que até mesmo os aspectos positivos da ação do governo – a estabilização econômica demorou mais de uma década para ser atingida – podem ter consequências não tal louváveis em vista da falta de consciência da importância do combate à corrupção, que desvia uma quantia incalculável de recursos financeiros. Por fim, constata-se que a participação da população nos eventos estudados permanece como uma lembrança na consciência nacional de que o desejo de transformar a sociedade existe. Ainda que esporadicamente. Basta saber quais eventos a farão despertar novamente no futuro.

REFERÊNCIAS

- AS 100 mais do ano que passou. **Veja**, São Paulo, ed. 1215, ano 25, n. 1, p. 44-71, 01 jan. 1992.
- ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 107-128.
- ACABOU em piada. **Veja**, São Paulo, ed. 1215, ano 25, n. 1, p. 78-79, 01 jan. 1992.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – ABL. **José Guilherme Merquior**. Rio de Janeiro, [2012?]. Disponível em: <www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infid=745&sid=330>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- O ACORDÃO faz água. **Veja**, São Paulo, ed. 1238, ano 25, n. 24, p. 18-22, 10 jun. 1992a.
- O ACORDÃO nacional. **Veja**, São Paulo, ed. 1237, ano 25, n. 23, p. 16-21, 03 jun. 1992b.
- AGORA é mesmo para valer. **Veja**, São Paulo, ed. 1269, ano 26, n. 1, p. 15, 06 jan. 1993. Carta ao leitor.
- ALÉM do jardim, a vida continua. **Veja**, São Paulo, ed. 1251, ano 25, n. 37, p. 15, 09 set. 1992. Carta ao leitor.
- ALMEIDA, Dayse Coelho de. Comissões parlamentares de inquérito: análise factual. **Nómadas: revista crítica de ciências sociais y jurídicas**, [Madrid], n. 15, 2007. Disponível em: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/nomadas/15/dcalmeida_cpi.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.
- AMES, José Luiz. **Democracia e representação**. [S.l.], 2006. Disponível em: <http://www.orecado.org/2006/08/democracia-e-representacao_6842.html>. Acesso em: Blog: O recado da pesquisa.
- O ANO de ouro de Veja. **Veja**, São Paulo, ed. 1266, ano 25, n. 51, p. 17, 16 dez. 1992. Carta ao leitor.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- O ASTRO da largada. **Veja**, São Paulo, ed. 1079, ano 22, n. 19, p. 34-40, 17 maio 1989.
- ATÉ tu, Ibsen? Um baluarte do Congresso naufraga em dólares suspeitos. **Veja**, São Paulo, ed. 1314, ano 26, n. 46, p. 1, 17 nov. 1993. Capa.
- AULER, Marcelo. No carro do amigo. **Veja**, São Paulo, ed. 1242, ano 25, n. 28, p. 24-26, 08 jul. 1992.

AVERBUG, Marcello. Plano Cruzado: a crônica de uma experiência. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 211-240, dez. 2005. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2408.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2012.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. v. 2.

BIZELLO, Maria Leandra. Fotojornalismo e política: o universo político nas revistas O Cruzeiro e Manchete nos anos JK. **Primeiros Escritos**, Niterói, n. 14, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/primeirosescritos/sites/www.historia.uff.br.primeirosescritos/files/FotojornalPolitica%20Maria%20Leandra.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

BLOOGG; SPOONER; GAMMA. **Veja**, São Paulo, ed. 1253, ano 25, n. 39, p. 13, 23 set. 1992. Fotografia.

BONIFRATE. In: DICIONÁRIO do Aurélio. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Bonifrate.htmlb>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

BRASIL. Arquivo Nacional. [SNI]. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/SNI.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2007.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Símbolos da justiça: espada**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaSimboloJustica&pagina=espada>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

BRITO, Orlando. [Expedito, Oinegue e Renan Calheiros]. **Veja**, São Paulo, ed. 1240, ano 25, n. 26, p. 15, 24 jun. 1992a. Fotografia.

BRITO, Orlando. [Fernando Collor na biblioteca da Casa da Dinda]. **Veja**, São Paulo, ed. 1268, ano 25, n. 53, p. 13, 30 dez. 1992b. Fotografia.

BRITO, Orlando. [Fernando Collor no cotidiano]. **Veja**, São Paulo, ed. 1091, ano 22, n. 31, p. 46-47 e 51, 09 ago. 1989. Fotografia.

BRITO, Orlando. [Fernando Collor sozinho]. **Veja**, São Paulo, ed. 1264, ano 25, n. 49, p. 17, 2 dez. 1992c. Fotografia.

BRITO, Orlando. [Lafaiete Coutinho]. **Veja**, São Paulo, ed. 1243, ano 25, n. 29, p. 13, 15 jul. 1992d. Fotografia.

BRITO, Orlando. [Presidente Collor]. **Veja**, São Paulo, ed. 1242, ano 25, n. 28, p. 13, 08 jul. 1992e. Fotografia.

BRITO, Orlando. [Presidente Collor discursando]. **Veja**, São Paulo, ed. 1254, ano 25, n. 40, p. 15, 30 set. 1992f. Fotografia.

BRITO, Orlando. [O presidente deve ser julgado]. **Veja**, São Paulo, ed. 1254, ano 25, n. 40, p. 17, 30 set. 1992g. Fotografia.

BRITO, Orlando. **Poder, glória e solidão**. São Paulo: Terra Virgem, 2002.

BRITO, Orlando; POLICARPO JUNIOR. As floridas cachoeiras da corrupção. **Veja**, São Paulo, ed. 1251, ano 25, n. 37, p. 16-25, 09 set. 1992.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CABRAL, Otávio. O passado assombra o Senado. **Veja**, São Paulo, ed. 2125, ano 42, n. 32, p. 50-58, 12 ago. 2009.

CALHEIROS, Renan. Eu avisei o presidente. **Veja**, São Paulo, ed. 1240, ano 25, n. 26, p. 7-11, 24 jun. 1992. Entrevista concedida para Eduardo Oinegue e Expedito Filho.

CAMPOS, Solange Maria Moreira de. Considerações acerca do conceito de ironia. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 31, 2002. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/CiII40a.htm>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In: CARNEIRO, José Alan Dias; WELTMAN, Fernando Lattman; RAMOS, Plínio de Abreu. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 81-101.

A CARTA da histeria. **Veja**, São Paulo, ed. 1253, ano 25, n. 39, p. 16-21, 23 set. 1992.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 101-134, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v16n1/v16n1a03.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 237-342.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

CASTANHA, André Paulo. **Moralidade pública / pedagogia da moralidade**. Campinas, [200-]. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_moralidade_publica.htm>. Acesso em 08 maio 2013.

[CÉDULA de cem mil cruzeiros]. **Veja**, São Paulo, ed. 1250, ano 25, n. 36, p. 15, 02 set. 1992.

[O CHÁ de panela presidencial]. **Veja**, São Paulo, ed. 1249, ano 25, n. 35, p. 13, 26 ago. 1992.

CHEGOU a hora da verdade. **Veja**, São Paulo, ed. 1254, ano 25, n. 40, p. 17, 30 set. 1992. Carta ao leitor.

CHEGOU ao Planalto. **Veja**, São Paulo, ed. 1236, ano 25, n. 22, p. 16-17, 27 maio 1992.

CHVAICER, Ricardo. [Fernando Collor no Carnaval do Rio de Janeiro]. **Veja**, São Paulo, ano 20, n. 8, p. 25, 24 fev. 1988. Fotografia.

CINNANTI, Cristina Jacobson Jacomo. A (des)confiança do cidadão no poder legislativo e a qualidade da democracia no Brasil. **E-legis**, Brasília, DF, n. 6, p. 84-95, 1º sem. 2011. Disponível em:

<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6204/cinnanti_desconfianca_cidadao.pdf?sequence=5>. Acesso em: 18 jan. 2013.

O CÍRCULO se fecha ao redor de Collor. **Veja**, São Paulo, ed. 1245, ano 25, n. 31, p. 18-19, 29 jul. 1992.

CIVITA, Roberto. Vamos continuar as mudanças. **Veja**, São Paulo, ed. 1269, ano 26, n. 1, p. 78, 06 jan. 1993.

CIVITA, Victor. Carta do editor. **Veja**, São Paulo, n. 869, p. 19, 01 maio 1985. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

CIVITA, Victor. O desafio da nova década. **Veja**, São Paulo, ed. 1111, ano 22, n. 51, p. 198, 31 dez. 1989.

CLARET, Martin. **O fenômeno Collor**. São Paulo, 1989.

COLLOR chega à praia. **Veja**, São Paulo, ed. 1110, ano 22, n. 50, p. 62-67, 24 dez. 1989a.

COLLOR dispara um segundo tiro no tigre. **Veja**, São Paulo, ed. 1168, ano 24, n. 6, p. 26-27, 06 fev. 1991.

COLLOR joga pesado na ofensiva. **Veja**, São Paulo, ed. 1091, ano 22, n. 31, p. 46-51, 09 ago. 1989b.

COLLOR tenta controlar a debandada. **Veja**, São Paulo, ed. 1254, ano 25, n. 40, p. 20-24, 30 set. 1992.

COLLOR, Fernando. Este governo é bom. **Veja**, São Paulo, ed. 1227, ano 25, n. 13, p. 6-11, 25 mar. 1992. Entrevista concedida para Eduardo Oinegue e Mario Sergio Conti.

COLLOR, Fernando. Vencendo os limites. **Veja**, São Paulo, ed. 1129, ano 23, n. 18, p. 98, 9 maio 1990.

COLLOR, Pedro. “O PC é o testa-de-ferro do Fernando”. **Veja**, São Paulo, ed. 1236, ano 25, n. 22, p. 18-22, 27 maio 1992. Entrevista exclusiva concedida para revista *Veja*.

COLLOR, Rosane. As sombras do passado. **Veja**, São Paulo, ed. 2038, ano 40, n. 49, p. 64-69, 12 dez. 2007. Entrevista concedida para Alexandre Oltramari.

COM A PALAVRA... alheia. **Veja**, São Paulo, ed. 1217, ano 25, n. 3, p. 18-23, 15 jan. 1992.

[CONGRESSO Nacional]. **Veja**, São Paulo, ed. 1245, ano 25, n. 31, p. 17, 29 jul. 1992. Fotografia.

CONTI, Mario Sergio. Antes e durante a campanha presidencial. In: PERES, Liege Socorro de Albuquerque. **O período Collor**: análise da cobertura das revistas Veja e Isto É de antes da eleição presidencial até o impeachment. 1998. f. 26-47. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) -- Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1998.

CONTI, Mário Sergio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COUTINHO, Leonardo. Um caso de miséria construída. **Veja**, São Paulo, ed. 1993, ano 40, n. 4, p. 56, 31 jan. 2007.

DAVIES, Christie. Cartuns, caricaturas e piadas: roteiros e estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, humor e caricatura**: a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 93-124.

DE PISTOLA na mão. **Veja**, São Paulo, ed. 1243, ano 25, n. 29, p. 14-19, 15 jul. 1992.

DELGADO, Marcio de Paiva. **O “golpismo democrático” Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964)**. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2006. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/M%C3%A1rcio-de-Paiva-Delgado.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

DEPOIMENTO que não se pode ignorar. **Veja**, São Paulo, ed. 1236, ano 25, n. 22, p. 15, 27 maio 1992. Carta ao leitor.

O DESAFIO de apurar com documentos. **Veja**, São Paulo, ed. 1261, ano 25, n. 46, p. 17, 11 nov. 1992. Carta ao leitor.

DESPESAS da primeira-dama. **Veja**, São Paulo, ed. 1243, ano 25, n. 29, p. 19, 15 jul. 1992.

DETTMAR, Ubirajara. [Fotografia de capa sobre o “caçador de marajás”]. **Veja**, São Paulo, ed. 1020, ano 20, n. 12, 23 mar. 1988. Fotografia de capa.

DIAS, Etevaldo. [Cartas]. **Veja**, São Paulo, ed. 1252, ano 25, n. 38, p. 13, 16 set. 1992.

DIFÍCIL início da boa idéia. **Veja**, São Paulo, ed. 1162, ano 23, n. 51, p. 46-53, 26 dez. 1990.

O DINHEIRO é seu. **Veja**, São Paulo, ed. 1241, ano 25, n. 27, p. 26-27, 1 jul. 1992.

DINIZ, Weiller. A verdade aparece. **Isto é**, São Paulo, n. 1819, p. 28-34, 18 ago. 2004.

DO PÂNICO à paz. **Veja**, São Paulo, ed. 1237, ano 25, n. 23, p. 22-23, 03 jun. 1992.

DORINHO. [Charge de Collor]. **Veja**, São Paulo, ed. 1242, ano 25, n. 28, p. 15, 08 jul. 1992.

UM DOSSIÊ de festim. **Veja**, São Paulo, ed. 1016, ano 20, n. 8, p. 25, 24 fev. 1988.

[DUELO]. **Veja**, São Paulo, ed. 1256, ano 25, n. 41A, p. 25, 07 out. 1992. 1 figura, color.

ECO, Umberto. Entrevista Umberto Eco, por Eliseo Verón: entrevista cedida pelo Globo Universidade. In: FAUSTO NETO, Antonio; MOUCHON, Jean; VERÓN, Eliseo (Org.). **Transformações da midiatização presidencial:** corpos, relatos, negociações, resistências. São Paulo: Difusão Editora, 2012. p. 15-26. Entrevista concedida para Eliseo Verón em 3 de agosto de 2009 e 28 de setembro de 2009.

ELE complica a vida do governo: Paulo César Farias está envolvido na fraude eleitoral em Alagoas e em outros escândalos. **Isto é**, São Paulo, n. 1101, p. 1, 24 out. 1990. Capa.

EM TERRA, mar e ar. **Veja**, São Paulo, ed. 1128, ano 23, n. 17, p. 26-28, 02 maio 1990.

A FARSA dentro da farsa. **Veja**, São Paulo, ed. 1268, ano 25, n. 53, p. 18-25, 30 dez. 1992.

[FERNANDO Collor lutando caratê]. **Veja**, São Paulo, ed. 1020, ano 20, n. 12, p. 43, 23 mar. 1988a. Fotografia apresentada na matéria A Guerra ao turbante.

[FERNANDO e Rosane Collor encontrando o Papa João Paulo II]. **Veja**, São Paulo, ed. 1020, ano 20, n. 12, p. 43, 23 mar. 1988b. Fotografia apresentada na matéria A Guerra ao turbante.

[FESTA]. **Veja**, São Paulo, ed. 1248, ano 25, n. 34, p. 15, 19 ago. 1992. 1 figura, color.

O FORMIDÁVEL ano de 1992 chega ao fim. **Veja**, São Paulo, ed. 1268, ano 25, n. 53, p. 13, 30 dez. 1992. Carta ao leitor.

FORTES, Rafael. O presidente e a democracia: o passado de José Sarney em Istoé e Veja. **E-Compós:** revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 5, p. 1-15, 2006. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/71/71>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

[FOTOMONTAGEM de Fernando Collor]. **Veja**, São Paulo, ed. 1251, ano 25, n. 37, p. 13, 09 set. 1992.

AS FRASES de 1990. **Veja**, São Paulo, ed. 1162, ano 23, n. 51, p. 4-10, 26 dez. 1990.

AS FRASES de 1991. **Veja**, São Paulo, ed. 1215, ano 25, n. 1, p. 72-77, 01 jan. 1992.

FREITAS, Newton. **Plano Collor:** 15 anos. Fortaleza, [2005]. Disponível em: <<http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=121>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Login/Logar.aspx>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

GEDDES, Barbara; RIBEIRO NETO, Artur. Fontes institucionais da corrupção no Brasil. In: ROSENN, Keith S.; DOWNES, Richard. **Corrupção e reforma política no Brasil:** o impacto do impeachment de Collor. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 47-79.

GOODWIN, Ricky. A monovisão dos estereótipos no desenho de humor contemporâneo. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, humor e caricatura:** a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 535-555.

GOMES, Laurentino; SILBER, Paulo. A explosão do instinto selvagem. **Veja**, São Paulo, ed. 1238, ano 25, n. 24, p. 68-73, 10 jun. 1992.

A GUERRA ao turbante. **Veja**, São Paulo, ed. 1020, ano 20, n. 12, p. 38-44, 23 mar. 1988.

HOMEM da mala preta. **Veja**, São Paulo, ed. 1242, ano 25, n. 28, p. 35-36, 08 jul. 1992.

A IMPRENSA está trabalhando muito bem. **Veja**, São Paulo, ed. 1242, ano 25, n. 28, p. 15, 08 jul. 1992. Carta ao leitor.

A INDIGNAÇÃO é um sentimento nobre. **Veja**, São Paulo, ed. 1241, ano 25, n. 27, p. 15, 01 jul. 1992. Carta ao leitor.

AS INSTITUIÇÕES funcionam bem. **Veja**, São Paulo, ed. 1240, ano 25, n. 26, p. 15, 24 jun. 1992. Carta ao leitor.

O JOGO sujo da retaliação. **Veja**, São Paulo, ed. 1243, ano 25, n. 29, p. 13, 15 jul. 1992. Carta ao leitor.

JUCHEM, Vinícius Viana. **Análise do discurso da revista Veja no segundo turno da eleição presidencial de 1989**. 2007. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) -- Curso de História, Centro Universitário La Salle - UNILASALLE, Canoas, RS, 2007.

KIELING, Antonio. **O golpe de 1992: uma retrospectiva histórica de 1964 até 1997**. Caxias do Sul: Maneco, 1998.

KOCK, Ingedore G. Villaça; BENTES, Ana Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luiz Antônio; FARIA, Tales. **Todos os sócios do presidente**. 3. ed. São Paulo: Scritta, 1992.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

OS LEITORES e a CPI. **Veja**, São Paulo, ed. 1248, ano 25, n. 34, p. 12, 19 ago. 1992.

LIÇÃO de democracia. **Veja**, São Paulo, ed. 1255, ano 25, n. 41, p. 4-5, 07 out. 1992. Ed. Extra.

LIMA, Venício A. de. Mídia. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 527-533.

LULLA: sem ação diante do escândalo que devorou seu partido e paralisou seu governo, Lula está em uma situação que já lembra a agonia da era Collor. **Veja**, São Paulo, ed. 1917, ano 38, n. 32, p. 1, 10 ago. 2005. Capa.

MARCELINO, Douglas Attila. Especial heróis na mídia: São Tancredo. **Revista de História.com.br**, Rio de Janeiro, 03 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/especial-herois-na-midia-sao-tancredo>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

MARQUES, Hugo. Assombrações coloridas. **Isto é**, São Paulo, v. 30, n. 1945, p. 38-39, 7 fev. 2007.

MATAR ou morrer. Direção: Fred Zinnemann. Intérpretes: Gary Cooper, Thomas Mitchell, Lloyd Bridges e outros. EUA: [s.n.], 1952. 1 DVD (84 min.), son., p&b.

MATOS, Carolina. Campanhas ideológicas e o jornalismo “cão de guarda”: a cobertura das eleições de 1989 e o impeachment. In: MATOS, Carolina. **Jornalismo e política democrática no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2008. p. 97-148.

MELLO, Fernando Collor. Vou acabar com os marajás. **Veja**, São Paulo, n. 972, p. 5-8, 22 abr. 1987. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 01 maio 2012. Entrevista concedida para Laurentino Gomes.

MELLO, Pedro Collor de. **Passando a limpo**: a trajetória de um farsante. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MELO, Carlos Alberto Furtado de. **Collor**: o ator e suas circunstâncias. São Paulo: Novo Conceito, 2007.

MELO, José Marques. **Eleições e meios de comunicação no Brasil**: análise do fenômeno Collor de Mello. Barcelona, 1992. Disponível em: <<http://www.recerca.net/bitstream/handle/2072/1426/ICPS56.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

MELO, José Marques. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. rev. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MENDES, António Mira Marques. Subsídios para uma teoria das crises políticas. In: CONGRESSO SOPCOM, 4., 2005, Aveiro, Portugal. **Livro de actas**. Lisboa: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 2005. p. 765-774. Disponível em: <<http://www.sopcom.pt/actas/mendes-antonio-subsidios-teoria-crises-politicas.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. Imprensa e política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da **Última Hora**. **Histórica: revista eletrônica do Arquivo do Estado, São Paulo**, n. 31, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia04/>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MENTIRAS e videoteipe. **Veja**, São Paulo, ed. 1253, ano 25, n. 39, p. 34-35, 23 set. 1992.

MORAES NETO, Geneton. **Dossiê Brasília**: os segredos dos presidentes. São Paulo: Globo, 2005.

A MORALIDADE e a vontade de mudar. **Veja**, São Paulo, ed. 1264, ano 25, n. 49, p. 17, 02 dez. 1992. Carta ao leitor.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A análise pragmática da narrativa jornalística**. Trabalho apresentado ao 28º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

MUDANÇAS radicais no sistema. **Veja**, São Paulo, ed. 1237, ano 25, n. 23, p. 15, 03 jun. 1992. Carta ao leitor.

NA TRILHA do falso. **Veja**, São Paulo, ed. 1251, ano 25, n. 37, p. 34-35, 09 set. 1992.

[NAPOLEÃO]. **Veja**, São Paulo, ed. 1237, ano 25, n. 23, p. 13, 03 jun. 1992. 1 figura, color.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro (1964-1985)**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1998.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em veja e manchete**. São Paulo: Annablume, 2002.

NEDER, Gizlene. Poder, punição e impunidade na América Latina. **Achegas.net: revista de ciência política**, [S.l.], n. 26, nov./dez. 2005. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/gizlene_neder_26.htm>. Acesso em: 08 maio 2013.

O NERVOSISMO das capas que caem. **Veja**, São Paulo, ed. 1248, ano 25, n. 34, p. 17, 19 ago. 1992. Carta ao leitor.

NÓBREGA, Maílson. Pai, filho e Espírito Político. In: MELO, Carlos Alberto Furtado de. **Collor: o ator e suas circunstâncias**. São Paulo: Novo Conceito, 2007. p. 87-105. Entrevista concedida para Carlos Melo.

NOGUEIRA, Egberto. [A população sai às ruas]. **Veja**, São Paulo, ed. 1249, ano 25, n. 35, p. 17, 26 ago. 1992. Fotografia.

NOTÍCIAS ruins nas horas impróprias. **Veja**, São Paulo, ed. 1238, ano 25, n. 24, p. 15, 10 jun. 1992. Carta ao leitor.

OINEGUE, Eduardo. “Eu voltarei”. **Veja**, São Paulo, ed. 1259, ano 25, n. 44, p. 26-27, 28 out. 1992a.

OINEGUE, Eduardo. Retórica clandestina. **Veja**, São Paulo, ed. 1239, ano 25, n. 25, p. 34-35, 17 jun. 1992b.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia**. São Paulo: Papyrus, 1994.

OPÇÃO premiada: o Planalto retribui a defesa do mandato. **Veja**, São Paulo, ed. 1012, ano 20, n. 4. p. 27-28, 27 jan. 1988.

[ORELHA do livro]. In: VERÍSSIMO, Luis Fernando. **As cobras: antologia definitiva**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

ORGANIZAÇÃO ARNON DE MELLO – OAM. Sobre a Organização Arnon de Mello. [Maceió], 2013. Disponível em: <<http://www.oam.com.br/sobre.php>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Dia mundial da liberdade de imprensa – 3 de maio de 2012**. [S.l.], 3 maio 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/dia-mundial-da-liberdade-de-imprensa-3-de-maio-de-2012/>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

OURO collarido. **Veja**, São Paulo, ed. 1246, ano 25, n. 32, p. 22-28, 05 ago. 1992.

UMA PANCADA pesada. **Veja**, São Paulo, ed. 1123, ano 23, n. 12, p. 50-52, 28 mar. 1990.

[PAINEL com capas de **Veja**]. **Veja**, São Paulo, ed. 1255, ano 25, n. 41, p. 4-5, 07 out. 1992. Ed. Extra. Fotografia.

O PAÍS precisa de uma lei para campanhas. **Veja**, São Paulo, ed. 1239, ano 25, n. 25, p. 21, 17 jun. 1992. Carta ao leitor.

PAÍS sincero: o Brasil está aprendendo a dizer o que quer. **Isto é**, São Paulo, n. 1197, p. 15, 9 set. 1992.

PASQUINO, Gianfranco. Corrupção. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradutor João Ferreira, Carmem C. Varriale. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1986a. p. 291-293.

PASQUINO, Gianfranco. Crise. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradutor João Ferreira, Carmem C. Varriale. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1986b. p. 303-306.

PEDRO Collor conta tudo: o vídeo e a entrevista com os ataques do irmão do presidente. **Veja**, São Paulo, ed. 1236, ano 25, n. 22, p. 1, 27 maio 1992. Capa.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Cobertura audaciosa. In: MOLICA, Fernando (Org.). **Dez reportagens que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 65-90.

PERES, Liege Socorro de Albuquerque. **O período Collor**: análise da cobertura das revistas **Veja** e **Isto É** de antes da eleição presidencial até o impeachment. 1998. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) -- Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1998.

PERTO da conclusão. **Veja**, São Paulo, ed. 1247, ano 25, n. 33, p. 24-27, 12 ago. 1992.

PINTO, Celi Regina Jardim. Brasil: eleições presidenciais 89: Collor e Lula na batalha pelo voto. **Cadernos de Estudo**: Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS, Porto Alegre, n. 5, p. 1-52, maio 1991.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**: o discurso do Plano Cruzado. São Paulo: Hucitec, 1989.

PINTO, Luís Costa. Escândalo federal. **Veja**, São Paulo, ed. 1198, ano 24, n. 36, p. 28-35, 4 set. 1991.

PINTO, Luis Costa. Uma limpeza geral. **Veja**, São Paulo, ed. 1236, ano 25, n. 22, p. 24-25, 27 maio 1992.

PINTO, Luís Costa; SUASSUNA, Luciano. **Os fantasmas da Casa da Dinda**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

PLANO, confisco e resultados. **Veja**, São Paulo, ed. 1122, ano 23, n. 11, p. 55, 21 mar. 1990.

O POLÍTICO de 52 milhões de dólares: a incrível história do jovem pobre que conseguiu fazer uma fortuna visível de multimilionário. **Veja**, São Paulo, ed. 1261, ano 25, n. 46, p. 1, 11 nov. 1992. Capa.

[O PORCO]. **Veja**, São Paulo, ed. 1245, ano 25, n. 31, p. 15, 29 jul. 1992. 1 figura, color.

O PRESIDENTE deve sair. **Veja**, São Paulo, ed. 1250, ano 25, n. 36, p. 17, 02 set. 1992a.

O PRESIDENTE não admite mais torturas. **Veja e leia**, São Paulo, n. 65, p. 1, 3 dez. 1969. Capa. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

O PRESIDENTE respira. **Veja**, São Paulo, ed. 1251, ano 25, n. 37, p. 28-31, 09 set. 1992b.

PUBLIABRIL. **Veja**. São Paulo, jun. 2012. Disponível em: <<http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 05 out. 2012.

QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura- civil militar em tempo de (in) definições (1964-1968) In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. p. 127-139.

QUINTÃO, Thales Torres. Os media e a construção dos cara-pintadas. **Revista Todavia**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 103-117, jul 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/revistatodavia/Artigo6%20-%20Revista%20Todavia.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

R7. **Na CPI, Collor chama a revista Veja de ‘quadrilha’ e cobra convocações de Civita e Policarpo Júnior**. Brasília, DF, 07 ago. 2012. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/na-cpi-collor-chama-a-revista-veja-de-quadrilha-e-cobra-convocacao-de-civita-e-policarpo-jr-20120807.html>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

RAIO X na renda. **Veja**, São Paulo, ed. 1235, ano 25, n. 21, p. 16-24, 20 maio 1992.

RAMIO, João. [Governador de Alagoas Fernando Collor de Mello diante do Palácio do Planalto]. **Veja**, São Paulo, ed. 1012, ano 20, n. 4. p. 27, 27 jan. 1988. Fotografia.

O RECURSO da demagogia. **Veja**, São Paulo, ed. 1248, ano 25, n. 34, p. 22, 19 ago. 1992.

REIS, Grazielle Aleixo. Fabulações do exílio. **Linguagens e Diálogos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 90-105, 2010. Disponível em: <<http://linguagensdialogos.com.br/2010.2/textos/07-art-grazielle.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

A RESPONSABILIDADE da Câmara Federal. **Veja**, São Paulo, ed. 1253, ano 25, n. 39, p. 15, 23 set. 1992. Carta ao leitor.

ROCHA, Leonel; PINTO, Luis Costa. As provas bancárias. **Veja**, São Paulo, ed. 1242, ano 25, n. 28, p. 18-22, 08 jul. 1992.

RODRIGUES, Nelio. [Fotografia de deputados na Câmara Federal]. **Veja**, São Paulo, ed. 1253, ano 25, n. 39, p. 15, 23 set. 1992a. Fotografia.

RODRIGUES, Nelio. [Fotografia do símbolo da justiça]. **Veja**, São Paulo, ed. 1247, ano 25, n. 33, p. 15, 12 ago. 1992b. Fotografia.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. p. 141-152.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 3, p. 97-144.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Claudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

ROSA, Mário. As vozes da conexão. **Veja**, São Paulo, ed. 1244, ano 25, n. 30, p. 18-26, 22 jul. 1992.

ROSPA, Aline Martins. O papel do direito fundamental à liberdade de imprensa no estado brasileiro. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano 14, n. 92, set 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10287&revista_caderno=9>. Acesso em: 19 fev. 2013.

SALLUM JUNIOR, Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf>>. Acesso em: 1º jan. 2013.

SANTOS, Arnaldo. **Impeachment: ascensão e queda de um presidente**. São Paulo: Cia dos Livros, 2010.

SANTOS, Elaine Barreto. É possível mudar. **Veja**, São Paulo, ed. 1249, ano 25, n. 35, p. 110, 26 ago. 1992.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Atualidade da história do tempo presente. **Revista Historiar**, Sobral, v. 1, n. 1, p. 7-13, 2009. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/historiar/index.php/1/article/view/1/pdf>>. Acesso em: 08 maio 2013.

SCHURSTER, Karl. Ver e não ver: por uma história do tempo presente. **Revista Eletrônica Tempo Presente**, [Rio de Janeiro], [2009?]. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=3851:ver-e-nao-ver-por-uma-historia-do-tempo-presente&catid=36&Itemid=127>. Acesso em: 10 maio 2013.

SEXO, drogas e brigas na Dinda: os novos ataques de Pedro a Fernando Collor. **Veja**, São Paulo, ed. 1279, ano 26, n. 11, p. 1, 17 mar. 1993. Capa.

SHOW de maturidade dos brasileiros. **Veja**, São Paulo, ed. 1249, ano 25, n. 35, p. 17, 26 ago. 1992. Carta ao leitor.

SILVA, Carla Luciana. **VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVA, Cláudio Humberto Rosa e. **Mil dias de solidão: Collor bateu e levou**. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993.

SILVA, Evandro Lins e. Dramas da vida: direito e narrativa na entrevista de Evandro Lins e Silva. In: ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FVG, 2004. p. 91-111. Entrevista concedida para Marly Motta e Verena Alberti.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (Coord.). **História geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996. cap. 9, p. 335-380.

O SINDICATO do poder. **Veja**, São Paulo, ed. 1242, ano 25, n. 28, p. 16-17, 08 jul. 1992.

SKIDMORE, Thomas. A queda de Collor: uma perspectiva histórica. In: ROSENN, Keith S.; DOWNES, Richard. **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 23-46.

SOARES, Jô. Anúncios desclassificados. **Veja**, São Paulo, ed. 1263, ano 25, n. 48, p. 14, 25 nov. 1992a.

SOARES, Jô. A bem da verdade ou só não entendeu quem não quis. **Veja**, São Paulo, ed. 1242, ano 25, n. 28, p. 13, 08 jul. 1992b.

SOARES, Jô. Bilhetinhos. **Veja**, São Paulo, ed. 1243, ano 25, n. 29, p. 11, 15 jul. 1992c.

SOARES, Jô. Canção do exílio às avessas. **Veja**, São Paulo, ed. 1252, ano 25, n. 38, p. 15, 16 set. 1992d.

SOARES, Jô. Carta aberta ao presidente. **Veja**, São Paulo, ed. 1241, ano 25, n. 27, p. 13, 01 jul. 1992e.

SOARES, Jô. Cavalos brancos. **Veja**, São Paulo, ed. 1246, ano 25, n. 32, p. 14, 05 ago. 1992f.

SOARES, Jô. Cerimonial. **Veja**, São Paulo, ed. 1238, ano 25, n. 24, p. 13, 10 jun. 1992g.

SOARES, Jô. Chá de panela presidencial. **Veja**, São Paulo, ed. 1249, ano 25, n. 35, p. 13, 26 ago. 1992h.

- SOARES, Jô. As desculpas. **Veja**, São Paulo, ed. 1268, ano 25, n. 53, p. 11, 30 dez. 1992i.
- SOARES, Jô. Deus seja louvado! **Veja**, São Paulo, ed. 1250, ano 25, n. 36, p. 15, 02 set. 1992j.
- SOARES, Jô. Duela a quien duela. **Veja**, São Paulo, ed. 1251, ano 25, n. 37, p. 13, 09 set. 1992k.
- SOARES, Jô. Duelo em Brasília city. **Veja**, São Paulo, ed. 1256, ano 25, n. 41A, p. 25, 07 out. 1992L.
- SOARES, Jô. O exame. **Veja**, São Paulo, ed. 1237, ano 25, n. 23, p. 13, 03 jun. 1992m.
- SOARES, Jô. Feliz ano novo!!. **Veja**, São Paulo, ed. 1269, ano 26, n. 1, p. 13, 06 jan. 1993.
- SOARES, Jô. Festa de arromba. **Veja**, São Paulo, ed. 1248, ano 25, n. 34, p. 15, 19 ago. 1992n.
- SOARES, Jô. Glossário da CPI. **Veja**, São Paulo, ed. 1247, ano 25, n. 33, p. 13, 12 ago. 1992o.
- SOARES, Jô. Informe publicitário. **Veja**, São Paulo, ed. 1253, ano 25, n. 39, p. 13, 23 set. 1992p.
- SOARES, Jô. O porco. **Veja**, São Paulo, ed. 1245, ano 25, n. 31, p. 15, 29 jul. 1992q.
- SOARES, Jô. A reunião. **Veja**, São Paulo, ed. 1236, ano 25, n. 22, p. 13, 27 maio 1992r.
- SOARES, Jô. “Rir é uma obrigação”. **Veja**, São Paulo, ed. 2033, ano 40, n. 44, p. 11-15, 07 nov. 2007. Entrevista concedida para Isabela Boscov.
- SOARES, Jô. Será o Bonifrate? **Veja**, São Paulo, ed. 1254, ano 25, n. 40, p. 15, 30 set. 1992s.
- SOARES, Jô. Sodoma e Gomorra revisitadas ou o Planalto e o Congresso. **Veja**, São Paulo, ed. 1244, ano 25, n. 30, p. 15, 22 jul. 1992t.
- SOARES, Jô. Teste de imbecilidade crônica. **Veja**, São Paulo, ed. 1262, ano 25, n. 47, p. 15, 18 nov. 1992u.
- SOARES, Jô; VERISSIMO, Luis Fernando; FERNANDES, Millôr. **Humor nos tempos de Collor**. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- TAVARES, Jamila. **Símbolo do poder na era Collor, Casa da Dinda não tem mais moradores**. Brasília, DF, 29 set. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/09/simbolo-do-poder-na-era-collor-casa-da-dinda-nao-tem-mais-moradores.html>>. Acesso em: 19 jan. 2013.
- TAVARES, Olga. **Fernando Collor: o discurso messiânico: o clamor ao sagrado**. São Paulo: Annablume, 1998.
- A TERRA em transe na Eco 92. **Veja**, São Paulo, ed. 1237, ano 25, n. 23, p. 52-56, 03 jun. 1992.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. Em torno da arte da chicana. **Veja**, São Paulo, ed. 1268, ano 25, n. 53, p. 114, 30 dez. 1992a.

- TOLEDO, Roberto Pompeu de. A marca da impostura. **Veja**, São Paulo, ed. 1255, ano 25, n. 41, p. 32-41, 07 out. 1992b. Ed. Extra.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. O rosto do rei: palavras ou expressões, nada mais do que o grande comunicador comunica cola. **Veja**, São Paulo, ed. 1252, ano 25, n. 38, p. 110, 16 set. 1992c.
- TORTURAS. **Veja e leia**, São Paulo, n. 66, p. 1, 10 dez. 1969. Capa. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 18 jan. 2011.
- UM TRABALHO sério e responsável. **Veja**, São Paulo, ed. 1245, ano 25, n. 31, p. 17, 29 jul. 1992. Carta ao leitor.
- TRAMA ligadíssima. **Veja**, São Paulo, ed. 1245, ano 25, n. 31, p. 20-26, 29 jul. 1992.
- TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística**: uma comunidade transnacional. Lisboa: Notícias, 2004.
- ÚLTIMA pá de lama. **Veja**, São Paulo, ed. 1279, ano 26, n. 11, p. 16-21, 17 mar. 1993.
- O VALE-TUDO para manter o poder. **Veja**, São Paulo, ed. 1247, ano 25, n. 33, p. 15, 12 ago. 1992. Carta ao leitor.
- VEIGA, Luís Octávio da Motta. Eu não quis colaborar. **Veja**, São Paulo, ed. 1239, ano 25, n. 25, p. 7-11, 17 jun. 1992. Entrevista concedida para Elio Gaspari.
- VEJA e leia. São Paulo: Abril, n. 15, p. 1, 18 dez. 1968. Capa. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- VERÍSSIMO, Luís Fernando. Apresentação. In: MARINGONI (Org.). **Os filhos da Dinda**: a CPI que abalou o Brasil. São Paulo: Scritta, 1992. p. 5.
- VOCÊ ainda não assina *Veja*? Está todo mundo comentando. **Veja**, São Paulo, ed. 1242, ano 25, n. 28, p. 53, 08 jul. 1992. Anúncio publicitário.
- A VOZ das bolsas. **Veja**, São Paulo, ed. 1249, ano 25, n. 35, p. 20, 26 ago. 1992.
- A VOZ das ruas. **Veja**, São Paulo, ed. 1249, ano 25, n. 35, p. 30-36, 26 ago. 1992.
- ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 27, p. 33-62, fev. 2000.
- ZEN, Luis Fernando Guimarães. A “conciliação das elites”: projeto hegemônico de democracia na revista *Veja*: a redemocratização de 1984. In: CALIL, Gilberto Grassi et al. (Org.). **Estado e poder**: ditadura e democracia. Cascavel: Edunioeste, 2011. p. 119-139.
- ZINK, Rui. Da bondade dos estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, humor e caricatura**: a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 47-68.
- ZOCKUN, Maria Helena. **Um novo Collor para o Brasil**. Foz do Iguaçu, [2004?]. Disponível em: <<http://www.borkenhagen.net/artigos/collor.html>>. Acesso em: 26 mar. 2012. Entrevista concedida para Andreza Emília.